

# Relações de gênero e saúde mental:

diálogos feministas  
entre UFCAT (Brasil)  
e Udelar (Uruguai)

Tatiana Machiavelli  
Anabel Beniscelli  
(organizadoras)



**Letras do Cerrado**  
EDITORA UNIVERSITÁRIA

Relações de gênero e saúde mental:  
diálogos feministas entre UFCAT (Brasil) e UdelaR (Uruguai)

Tatiana Machiavelli  
Anabel Beniscelli  
(organizadoras)

Catalão  
2026



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

### **Reitora**

Roselma Lucchese

### **Vice-Reitor**

Cláudio Lopes Maia

### **Coordenação da Editora Letras do Cerrado**

André Ribeiro Macario

José Luís Solazzi

### **Editoração**

Leonardo Ferreira Prado

### **Conselho Editorial**

Alexandre de Assis Bueno

André Carlos Silva

André Vasconcelos da Silva

Antônio Fernandes Júnior

Domingos Lopes da Silva Júnior

Estevane de Paula Pontes Mendes

Helder Nagai Consolaro

José Luís Solazzi

Copyright © 2026 LETRASDOCERRADO

---

A imagem da capa foi gerada com o auxílio da ferramenta de inteligência artificial Gemini e editada/finalizada por Tatiana Machiavelli Carmo Souza.

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Elaborada pelo bibliotecário-documentalista  
Marcio Luiz Fernandes Barbosa (CRB 1/3161)

Relações de gênero e saúde mental: [livro eletrônico] diálogos feministas entre UFCAT (Brasil) e UdelaR (Uruguai). / organizado por Tatiana Machiavelli, Anabel Beniscelli. – Catalão (GO) : Ed. Letras do Cerrado, 2026.

205 p. : il.

ISBN: 978-85-93870-23-1

1. Feminismo. 2. Gênero - cultura. 3. Gênero - trabalho. I. Machiavelli, Tatiana. II. Beniscelli, Anabel. III. Título.

CDU: 305-055.2

"O feminismo é um movimento transformador que não apenas questiona as estruturas patriarcais, mas as desafia em sua essência. Não é apenas uma luta pelos direitos das mulheres, mas uma luta por justiça e igualdade para toda a humanidade."

Marcela Lagarde y De Los Ríos

A Jornada, Morelos, 18 de novembro de 2024.

“El feminismo es una corriente transformadora que no solo cuestiona las estructuras patriarcales, sino que las desafía en su núcleo. No es solo una lucha por los derechos de las mujeres, sino una lucha por la justicia y la equidad para toda la humanidad”

Marcela Lagarde y De Los Ríos

La Jornada, Morelos, noviembre 18, 2024

## Sumário

Apresentação.....	6
Presentación.....	10
“Não andamos sós”: trajetória e consolidação do Grupo Dialogus – Estudos interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho - <i>Carmem Lúcia Costa e Luciana Borges</i> .....	14
Entre la centralidad y la indeterminación: tensiones y desafíos teórico-metodológicos de la violencia psicológica basada en género - <i>Juliana Artola, Néstor Rodríguez, Raquel Galeotti y Alejandra López Gómez</i> .....	33
“Entre Mulheres”: uma análise da violência feminicida em nome da religião - <i>Bianca Aguiar da Silva, Letícia Oliveira Peixoto, Suelen Aparecida de Oliveira e Tatiana Machiavelli</i> .....	50
Aproximaciones a la noción de Ruta Crítica - <i>Anabel Beniscelli</i> .....	67
O lar que adocece: representações da violência doméstica em Tudo é Rio, de Carla Madeira - <i>Lethícia Fontes Cabreira Dos Santos e Luciana Borges</i> .....	79
Innovación y actualidad de la agenda feminista en Uruguay desde la psiohistoria de Una pionera: Paulina Luisi Janicki - <i>Circe Martina Rosano López y Anabel Beniscelli</i> .....	94
Gênero e atuação da(o) psicóloga(o) escolar e educacional no Brasil: revisão sistemática - <i>Isabella Silva de Faria e Janaina Cassiano Silva</i> .....	107
Diálogos interdisciplinarios sobre la violencia vicaria - <i>Valentina Eskenazi y Renzo De León</i> .....	121
Análise interseccional e vertentes patriarcais em Roma (2018) - <i>Maria Clara Andrade Gonçalves, Geovanna Lara Gama de Castro, Luana Rodrigues Silva, Gabriela Martins Aguiar e Tatiana Machiavelli</i> .....	135
Guiones de género en la iniciación sexual de adolescentes: experiencias, significados y asimetrías en Montevideo - <i>Valeria Ramos Brum, Alejandra López Gómez y Pablo López Gómez</i> .....	151
Gestação, parto e puerpério no contexto do encarceramento no Brasil: revisão integrativa - <i>Geórgia de Freitas Souza e Francisco Ricardo Miranda Pinto</i> .....	165
Abordaje integral en violencia de género: experiencias de extensión universitaria - <i>Anabel Beniscelli, Emilia Alzugaray, Nicolás Camejo, Iván Cornu, Pablo Griego e Mariana Mota</i> .....	176
Intersecções entre transtorno mental comum e período gravídico-puerperal: revisão integrativa - <i>Júlia dos Santos Souza, Raquel Neto da Silva, Gabriela Moncler Sucena, Joyce Cristina Nunes Peixoto e Francisco Ricardo Miranda Pinto</i> .....	185
Autoria.....	196
Índice remissivo.....	203

## Apresentação

“Relações de gênero e saúde mental: diálogos feministas entre UFCAT (Brasil) e UdelaR (Uruguai)” nasce de uma parceria que teve seu início em meados de 2018, quando em uma visita institucional à Faculdade de Psicologia da Universidad de la República (UdelaR), nos conhecemos ocasionalmente pelos corredores do bonito prédio. A partir desse encontro e percebendo nossas afinidades feministas e aproximações interseccionais nas discussões críticas sobre relações de gênero e saúde mental, identificamos possibilidades de trabalho conjunto.

Já em 2024, essa parceria foi ampliada ao sermos contempladas na Chamada Pública nº 10/2024 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) - Programa de Integração Acadêmica: Goiás e Uruguai para a realização do plano de trabalho “Intercâmbio Acadêmico UFCAT – UdelaR: experiências de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos estudos feministas”. Registramos nosso agradecimento à FAPEG pelo investimento. Sem o auxílio dessa fundamental agência goiana, esse trabalho não teria sido efetivado! Obrigada, FAPEG!

Ao longo de 2025, realizamos seminários, cursos de formação, eventos entre outras atividades acadêmicas e culturais que possibilitaram a aproximação entre o “Grupo de Pesquisa Dialogus – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho” da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e o Instituto de Psicologia da Saúde da Universidad de la República. É nesse contexto de intercâmbios e trocas acadêmicas e afetivas que esse livro é produzido.

“Não andamos sós”: trajetória e consolidação do Grupo Dialogus – Estudos interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho” de autoria de Carmem Lúcia Costa e Luciana Borges inaugura essa coletânea. O texto narra a história de criação desse pioneiro grupo de estudos e pesquisas sobre as temáticas de gênero, violência, educação, trabalho, cultura e interseccionalidades. No decorrer de quase duas décadas, a trajetória dessas(es) pesquisadoras(es) tem articulado a produção acadêmica na Universidade Federal de Catalão (UFCAT) à militância feminista de forma coletiva e afetivamente comprometida.

O texto “Entre la centralidad y la indeterminación: tensiones y desafíos teórico-metodológicos de la violencia psicológica basada en género” de autoria de Juliana Artola, Néstor Rodríguez, Raquel Galeotti e Alejandra López Gómez discute o conceito de violência psicológica revisitando as contribuições teóricas da perspectiva psiquiátrica, sociocultural, psicossocial e psicológica. Destaca que a violência psicológica como uma experiência de abuso emocional e controle coercitivo.

O capítulo ““Entre Mulheres””: uma análise da violência feminicida em nome da religião” de Bianca Aguiar da Silva, Letícia Oliveira Peixoto, Suelen Aparecida de Oliveira e Tatiana Machiavelli Carmo Souza analisa as estratégias de resistência de mulheres de uma comunidade religiosa frente às violências e opressões. A articulação entre as dimensões culturais e sociais do enredo evidenciaram histórias em que a violência contra as mulheres foi autorizada por meio de discursos religiosos, frequentemente relacionando a naturalização dessas violências ao silenciamento de quaisquer tentativas de enfrentamento.

“Aproximaciones a la noción de Ruta Crítica” de Anabel Beniscelli analisa a configuração da “Rota Crítica” em mulheres sobreviventes de violência por parceiro íntimo, explorando a procura de ajuda (help-seeking behaviour) como um processo dinâmico e multicausal. Através de uma revisão teórica que integra contributos da saúde e da psicologia, são examinadas as dimensões individuais, interpessoais e socioculturais que constituem a decisão de solicitar apoio especializado e o reconhecimento do problema.

O texto “O lar que adocece: representações da violência doméstica em Tudo é Rio, de Carla Madeira”, de Lethícia Fontes Cabreira Dos Santos e Luciana Borges, discute um problema histórico que tem se agravado: a violência contra mulheres no espaço doméstico. A partir da literatura, as autoras problematizam a manutenção e crescimento da violência doméstica que tem no sistema patriarcal seu cerne. Nesse ínterim, evocam o espaço da casa tanto como cenário de pertencimento quanto de opressão.

O capítulo “Innovación y actualidad de la agenda feminista en Uruguay desde la psicohistoria de una pionera: Paulina Luisi Janicki” de Circe Martina Rosano López e Anabel Beniscelli narra a história de Paulina Luisi Janicki, uma ativista social e política que se destacou, na cena Uruguai, por sua capacidade de liderança, carisma e personalidade inovadora ao final do século XIX. Foi a primeira mulher a estudar na Universidad de La República (UdelaR) e, enquanto médica, se dedicou a lutar pelos direitos sexuais das mulheres.

Em “Gênero e atuação da(o) psicóloga(o) escolar e educacional no Brasil revisão sistemática”, Isabella Silva de Faria e Janaina Cassiano Silva, ancoradas na Teoria Histórico-Cultural, constroem um mapeamento da articulação entre os estudos de gênero e a prática de psicólogas/os no campo escolar e educacional. As autoras indicam que o contexto da Educação Básica tem sido lócus das práticas, contudo, é no âmbito da Pós-graduação que as análises acontecem. Frente os escassos debates, é fundamental ampliar as políticas públicas da área.

“Diálogos interdisciplinarios sobre la violencia vicaria”, Valentina Eskenazi e Renzo De León, constrói uma análise reflexiva sobre a violência vicária como uma forma específica de

violência baseada no gênero e nas gerações. Numa perspectiva psicossocial, questionam como se configuram as diferentes formas de coação emocional, psicológica e econômica exercidas sobre as mulheres por substituição, ou seja, através da instrumentalização deliberada dos filhos e filhas em comum.

“Análise interseccional e vertentes patriarcais em Roma (2018)” de Maria Clara Andrade Gonçalves, Geovanna Lara Gama de Castro, Luana Rodrigues Silva, Gabriela Martins Aguiar e Tatiana Machiavelli Carmo Souza trata-se de uma análise fílmica. Pautadas nos atravessamentos de raça, classe e gênero na vivência das personagens femininas do filme, as autoras ressaltam as desigualdades que estruturam suas vidas e que estão diretamente relacionadas à reprodução da submissão e alienação impostas às suas existências.

Em “Guiones de género en la iniciación sexual de adolescentes: experiencias, significados y asimetrías en Montevideo”, Valeria Ramos Brum, Alejandra López Gómez e Pablo López Gómez apresentam importante discussão sobre as primeiras vivências sexuais de adolescentes. Fundamentado na perspectiva feminista e no construcionismo social, o texto problematiza a iniciação sexual a partir de marcadores como gênero, classe e sexual.

O capítulo “Gestação, parto e puerpério no contexto do encarceramento no Brasil: revisão integrativa” de Geórgia de Freitas Souza e Francisco Ricardo Miranda Pinto apresenta um delicado e cruel retrato sobre o encarceramento de mulheres no Brasil. Esse cenário vem se ampliando e agravando e o país ocupa hoje o terceiro lugar mundial em população prisional. É a partir desses dados que o texto discute o direito à maternidade e à saúde no cárcere.

“Abordaje integral en violencia de género: experiencias de extensión universitaria” de Anabel Beniscelli, Emilia Alzugaray, Nicolás Camejo, Iván Cornu, Pablo Griego e Mariana Mota, trata-se de um texto que surge a partir de um caso clínico no contexto do estágio supervisionado. Apresenta-se uma vinheta clínica, articulando aspetos teóricos sobre a violência de gênero e as formas como o agressor a exerce, seja física ou psicologicamente, sobre as pessoas com quem se relaciona. Na metodologia, destaca-se a utilização da entrevista motivacional.

Tecendo reflexões sobre saúde mental e ciclo gravídico-puerperal, Júlia dos Santos Souza, Raquel Neto da Silva, Gabriela Moncler Sucena, Joyce Cristina Nunes Peixoto e Francisco Ricardo Miranda Pinto em “Intersecções entre transtorno mental comum e período gravídico-puerperal: revisão integrativa” discutem a importância de profissionais de saúde identificarem o desenvolvimento de adoecimento e sofrimento mental em pessoas que gestam

e parem. Os desafios em identificar e intervir podem precocemente podem comprometer a adoção de intervenções oportunas e efetivas.

Por fim, e não menos importante, destacamos que alguns textos desse livro são escritos na língua portuguesa, outros na língua espanhola. Em um profundo gesto de irmandade latino-americana, optamos por não traduzir os textos. Mantê-los na língua materna é uma escolha ético-política de celebração da nossa diversidade. A você, leitor/a/e, desejamos boa leitura!

Tatiana Machiavelli

Anabel Beniscelli

(organizadoras)

## Presentación

“Relaciones de género y salud mental: Diálogos feministas entre UFCAT (Brasil) y UdelaR (Uruguay)” surge de una colaboración que comenzó a mediados de 2018, cuando, durante una visita institucional a la Facultad de Psicología de la Universidad de la República (UdelaR), nos encontramos casualmente en los pasillos del hermoso edificio. A partir de este encuentro, y reconociendo nuestras afinidades feministas y enfoques interseccionales en los debates críticos sobre relaciones de género y salud mental, identificamos posibilidades de trabajo conjunto.

En 2024, esta colaboración se amplió al ser seleccionados en la Convocatoria Pública N° 10/2024 de la Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de Goiás (FAPEG) - Programa de Integración Académica: Goiás y Uruguay, para llevar a cabo el plan de trabajo "UFCAT – Intercambio Académico UdelaR: experiencias de docencia, investigación y extensión en el ámbito de los estudios feministas". Expresamos nuestro agradecimiento a FAPEG por la inversión. ¡Sin el apoyo de esta institución fundamental de Goiás, este trabajo no habría sido posible! ¡Gracias, FAPEG!

A lo largo de 2025, organizamos seminarios, cursos de formación, eventos y otras actividades académicas y culturales que fomentaron una mayor colaboración entre el Grupo de Investigación Diálogo – Estudios Interdisciplinarios en Género, Cultura y Trabajo de la Universidad Federal de Cataluña (UFCAT) y el Instituto de Psicología de la Salud de la Universidad de la República. Este libro surge de este contexto de intercambios académicos y personales.

““No caminamos solas”: Trayectoria y consolidación del Grupo Diálogo – Estudios Interdisciplinarios en Género, Cultura y Trabajo”, de Carmem Lúcia Costa y Luciana Borges, inaugura esta colección. El texto narra la historia de la creación de este grupo pionero de estudio e investigación sobre género, violencia, educación, trabajo, cultura e interseccionalidad. A lo largo de casi dos décadas, la trayectoria de estas investigadoras ha articulado la producción académica en la Universidad Federal de Cataluña (UFCAT) con el activismo feminista de forma colectiva y profundamente comprometida.

El texto “Entre la centralidad y la indeterminación: tensiones y desafíos teórico-metodológicos de la violencia psicológica de género”, de Juliana Artola, Néstor Rodríguez, Raquel Galeotti y Alejandra López Gómez, aborda el concepto de violencia psicológica revisando las contribuciones teóricas desde perspectivas psiquiátricas, socioculturales,

psicosociales y psicológicas. Destaca la violencia psicológica como una experiencia de abuso emocional y control coercitivo.

El capítulo ““Entre mujeres”: un análisis de la violencia feminicida en nombre de la religión”, de Bianca Aguiar da Silva, Letícia Oliveira Peixoto, Suelen Aparecida de Oliveira y Tatiana Machiavelli Carmo Souza, analiza las estrategias de resistencia de las mujeres en una comunidad religiosa frente a la violencia y la opresión. La articulación entre las dimensiones culturales y sociales de la narrativa reveló historias en las que la violencia contra las mujeres fue legitimada mediante el discurso religioso, vinculando frecuentemente la naturalización de esta violencia con el silenciamiento de cualquier intento de enfrentarla.

En su obra “Enfoques sobre la noción de ruta crítica”, Anabel Beniscelli analiza la configuración de la “ruta crítica” en mujeres supervivientes de violencia de pareja, explorando la búsqueda de ayuda como un proceso dinámico y multicausal. Mediante una revisión teórica que integra aportaciones de la salud y la psicología, se examinan las dimensiones individuales, interpersonales y socioculturales que influyen en la decisión de buscar apoyo especializado y en el reconocimiento del problema.

El texto “El hogar que enferma: Representaciones de la violencia doméstica en Tudosí Rio, de Carla Madeira”, de Lethícia Fontes Cabreira Dos Santos y Luciana Borges, aborda un problema histórico que se ha agravado: la violencia contra las mujeres en el ámbito doméstico. Partiendo de la literatura, las autoras problematizan el mantenimiento y el crecimiento de la violencia doméstica, que tiene su origen en el sistema patriarcal. En este contexto, evocan el hogar como un espacio de pertenencia y, a la vez, de opresión.

El capítulo “Innovación y situación actual de la agenda feminista en Uruguay desde la psicohistoria de una pionera: Paulina Luisi Janicki”, de Circe Martina Rosano López y Anabel Beniscelli, narra la historia de Paulina Luisi Janicki, una activista social y política que destacó en Uruguay por su liderazgo, carisma y personalidad innovadora a finales del siglo XIX. Fue la primera mujer en estudiar en la Universidad de la República (UdelaR) y, como médica, se dedicó a la lucha por los derechos sexuales de las mujeres.

En “Género y el rol de los psicólogos escolares y educativos en Brasil: una revisión sistemática”, Isabella Silva de Faria y Janaina Cassiano Silva, con base en la teoría histórico-cultural, construyen un mapa de la articulación entre los estudios de género y la práctica de los psicólogos en el ámbito escolar y educativo. Las autoras señalan que el contexto de la educación básica ha sido el escenario de estas prácticas; sin embargo, los análisis se realizan dentro del

ámbito de los estudios de posgrado. Ante la escasez de debates al respecto, es fundamental ampliar las políticas públicas en esta área.

“Diálogos interdisciplinarios sobre la violencia vicaria”, de Valentina Eskenazi y Renzo De León, ofrece un análisis reflexivo de la violencia vicaria como una forma específica de violencia basada en el género y las generaciones. Desde una perspectiva psicosocial, los autores cuestionan cómo se configuran las diferentes formas de coerción emocional, psicológica y económica ejercidas sobre las mujeres mediante la sustitución, es decir, a través de la instrumentalización deliberada de sus hijos.

“Análisis interseccional y aspectos patriarcales en Roma (2018)”, de Maria Clara Andrade Gonçalves, Geovanna Lara Gama de Castro, Luana Rodrigues Silva, Gabriela Martins Aguiar y Tatiana Machiavelli Carmo Souza, es un análisis cinematográfico. A partir de las intersecciones de raza, clase y género en las experiencias de los personajes femeninos de la película, las autoras resaltan las desigualdades que estructuran sus vidas y que están directamente relacionadas con la reproducción de la sumisión y la alienación impuestas a su existencia.

En “Guiones de género en la iniciación sexual de adolescentes: experiencias, significados y asimetrías en Montevideo”, Valeria Ramos Brum, Alejandra López Gómez y Pablo López Gómez presentan una importante discusión sobre las primeras experiencias sexuales de los adolescentes. Basado en perspectivas feministas y construccionismo social, el texto problematiza la iniciación sexual basándose en marcadores como el género, la clase y la sexualidad.

El capítulo “Embarazo, parto y posparto en el contexto del encarcelamiento en Brasil: una revisión integradora”, de Geórgia de Freitas Souza y Francisco Ricardo Miranda Pinto, presenta un retrato delicado y a la vez cruel del encarcelamiento de mujeres en Brasil. Esta situación se ha ido agravando, y el país ocupa actualmente el tercer lugar a nivel mundial en población carcelaria. A partir de estos datos, el texto analiza el derecho a la maternidad y a la salud en prisión.

“Abordaje integral en violencia de género: experiencias de extensión universitaria”, de Anabel Beniscelli, Emilia Alzugaray, Nicolás Camejo, Iván Cornu, Pablo Griego y Mariana Mota, es un texto que surge de un caso clínico en el contexto de una pasantía supervisada. Presenta una viñeta clínica que articula aspectos teóricos de la violencia de género y las formas en que el agresor la ejerce, ya sea física o psicológicamente, sobre las personas con las que interactúa. La metodología resalta el uso de la entrevista motivacional.

En su artículo «Intersecciones entre los trastornos mentales comunes y el periodo embarazo-posparto: una revisión integradora», Júlia dos Santos Souza, Raquel Neto da Silva, Gabriela Moncler Sucena, Joyce Cristina Nunes Peixoto y Francisco Ricardo Miranda Pinto, entrelazan reflexiones sobre la salud mental y el ciclo embarazo-posparto, analizando la importancia de que los profesionales de la salud identifiquen el desarrollo de enfermedades y sufrimiento mental en mujeres embarazadas y puérperas. Las dificultades para identificar e intervenir precozmente pueden comprometer la adopción de intervenciones oportunas y eficaces.

Por último, y no menos importante, queremos señalar que algunos textos de este libro están escritos en portugués y otros en español. En un profundo gesto de hermandad latinoamericana, hemos optado por no traducirlos. Mantenerlos en su idioma original es una decisión ética y política para celebrar nuestra diversidad. ¡Les deseamos una buena lectura!

Tatiana Machiavelli  
Anabel Beniscelli  
(organizadoras)

**“Não andamos sós”: trajetória e consolidação do Grupo Dialogus – Estudos  
interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho**

Carmem Lúcia Costa

Luciana Borges

*A noite não adormecerá  
jamais nos olhos das fêmeas  
pois do nosso sangue-mulher  
de nosso líquido lembradiço  
em cada gota que jorra  
um fio invisível e tônico  
pacientemente cose a rede.*

(Conceição Evaristo)

Não mexe comigo, que eu não ando só.

(Maria Bethânia)

**Reunir o que está disperso [ou] Como nasce um grupo de pesquisa**

*Dialogus, dialogi* (lat.): a palavra de origem latina, derivada do grego *dialogos* (*dia*, através; *logos*, palavra) significa, em seu étimo primeiro, algo que se faz “por meio da palavra”, tendo resultado, no significado mais usual em língua portuguesa, o trânsito verbal entre dois ou mais sujeitos, o estabelecimento de conversação e troca de informações, intercâmbio de conhecimentos. Dialogar, nesse sentido, remete a um princípio das trocas, aquilo que um sujeito recebe do outro, intercambia, compartilha por meio das palavras e, a partir dessas trocas, constrói significados, erige discursos, materializa realidades cognitivas e práticas.

O grupo de pesquisa *Dialogus – Estudos interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho*<sup>1</sup> foi criado, de modo relacional à escolha de seu nome, a partir de um desejo dialógico: o movimento de aproximação de pesquisadoras de áreas de conhecimento diversas, as quais desenvolviam, em seus respectivos campos de atividade, pesquisa e produção científica em perspectiva de gênero na Universidade Federal de Goiás – *Campus Catalão*, hoje Universidade Federal de Catalão. Naquele momento da história do *campus*, cada uma das pesquisadoras, algumas recém-chegadas à instituição, percebiam-se isoladas em suas unidades acadêmicas, com pouca, ou quase nenhuma perspectiva de desenvolver parceria entre pares. Em conversas

---

<sup>1</sup> Página Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/572204>

informais, as pesquisadoras foram dialogando sobre suas pesquisas: violência de gênero em Catalão, feminização do trabalho, autoria feminina da literatura, questões de gênero no esporte... afinal, eram pesquisadoras das áreas de História, Geografia, Letras, Educação Física e a diversidade era considerável, mas todas as perspectivas convergiam para pontos em comum: estudo da história das mulheres, feminismo e gênero.

Nesse contexto, o ponto de partida para o surgimento formal do grupo e seu registro institucional, foi motivado por um fator externo, a criação do projeto piloto de um curso de extensão, com vistas à formação continuada de docentes da educação básica, o curso *Gênero e Diversidade na Escola* e sua posterior disponibilização para oferta, em modalidade EaD, em universidades de todo o país, por meio do Edital nº 1 SECAD/MEC<sup>2</sup>. Dessa forma, em 2008, o grupo foi criado e oficializado, institucionalmente e no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, estando autorizado a ofertar o curso GDE-Extensão e, posteriormente, o GDE-Pós-graduação *Lato Sensu*.

A primeira formação do grupo foi composta pelas pesquisadoras: Ana Carla Dias (Educação Física); Andreia Cristina Peixoto Ferreira (Educação Física); Carmem Lúcia Costa (Geografia); Eliane Martins de Freitas (História); Heliany Pereira dos Santos (Educação Física) e Luciana Borges (Letras). Essas integrantes permaneceram na composição do grupo durante os primeiros anos, mais tarde foram ingressas as pesquisadoras Fabiana Jordão Martinez (Ciências Sociais); Lilian Marta Grisolio (História) e os pesquisadores Sullivan Charles Barros (Ciências Sociais) e Getúlio Nascentes da Cunha (História).

Após diversas alterações em sua composição ao longo de quase duas décadas, atualmente, o *Dialogus* mantém a sua característica interdisciplinar, sendo composto por sete pesquisadoras, sendo elas Carmem Lúcia Costa (Geografia); Janaína Cassiano Silva (Psicologia); Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro (Geografia); Lilian Marta Grisolio (História), Luciana Borges (Letras); Renata Wirthmann Gonçalves Ferreira (Psicologia); e Tatiana Machiavelli Carmo Souza (Psicologia) e um pesquisador, Leonardo Aires de Castro (Ciências Sociais).

---

<sup>2</sup> Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade.

*Imagem 1. Grupo Dialogus com a Profa. Dra. Anabel Beniscelli (Universidad de la Republica -Montevidéu/Uruguai) no Seminário Internacional Dialogus – Relações de Gênero e Saúde Mental, em 2025.*



Fonte: Arquivo pessoal das autoras

O grupo se articula em torno das categorias *Gênero, Cultura e Trabalho*, de modo que a categoria gênero se estabelece como centralidade das discussões propostas pelas integrantes e atravessa as pesquisas que o grupo congrega. Os estudos feministas e suas articulações, tanto como campo de produção de conhecimento intelectual, como movimento social interventivo e transformador da sociedade, compõem nas atividades do grupo, uma vez que o feminismo, como crítica da cultura, é um modo de repensar e promover a desagregação das estruturas rígidas do patriarcado.

Os feminismos, em suas diversificadas etapas ou ondas, conforme cronológica, social e geograficamente localizados, foram capazes de produzir mudanças significativas na compreensão da condição feminina, nas relações de trabalho, na constituição de campos epistemológicos, na produção de bens culturais e autorias da literatura. Nesse sentido, compreender que o sistema sexo/gênero faz com que certas atribuições de masculino e feminino sejam naturalizadas e percebidas como algo intrínseco aos sujeitos e não como um conjunto de

“expectativas de gênero” (Shapiro, 1981) a que se conformam (ou se desconformam) homens e mulheres no decorrer de sua existência, torna-se fundamental.

Um grupo de pesquisa que se articule em torno dos atravessamentos que as questões de gênero promovem na sociedade também compreende que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”, conforme argumenta a filósofa Judith Butler (2003, p. 59). A cristalização do gênero produz hierarquias violentas que, constituídas no campo simbólico, apresentam desdobramentos na materialidade da vida dos sujeitos, essencializando comportamentos, naturalizando violências e subalternizando qualquer pessoa que se desvie da matriz da heterossexualidade normativa.

Por outro lado, o grupo também se volta às questões da interseccionalidade, tentando compreender como as questões de gênero são atravessadas pelos diversos campos interdisciplinares e pelas categorias classe e raça, as quais interpõem dinâmicas específicas quando acionadas. As populações minoritárias, como indígenas, negros e pardos, pessoas com deficiência e população LGBTQIAPN+, estão diretamente implicadas no campo do gênero, de modo que uma abordagem nesse entrecruzar de aspectos não pode ser ignorada, e o grupo tem se voltado para todas essas nuances interseccionais em suas pesquisas e produções.

Em seu surgimento, o grupo *Dialogus* teve como linhas de pesquisa os eixos Gênero, Corpo e cultura; Gênero, Educação e Trabalho; Gênero e Linguagens; Relações de poder, gênero, violência e direitos. À medida que sua configuração foi se alterando, com desligamentos e entradas de novas integrantes, as linhas foram sofrendo alterações em sua composição, de modo que hoje se constituem da seguinte forma:

### *1. Gênero, corpo, sexualidades e linguagens:*

Essa linha acolhe pesquisas sobre as articulações entre a linguagem, em suas diversas manifestações, e a categoria gênero, com ênfase no modo como as relações de gênero se manifestam nas representações discursivas, literárias e artísticas, nos vários espaços sociais, dentre eles a escola. Acolhe também pesquisas em que os estudos de gênero e linguagem estejam em interface com as categorias corpo, sexualidade e cultura, em abordagem interdisciplinar. A essa linha se vincula a segunda autora desse capítulo com o histórico de desenvolvimento dos seguintes projetos:

a. Luciana Borges:

- Ficção erótica de autoria feminina: as antologias de contos de escritoras brasileiras;
- Escritas de transgressão: em torno de mulheres escritoras, erotismo e gênero;
- Literatura de autoria feminina no Brasil: questões de autoria, gênero e erotismo;
- Gênero e Diversidade na Escola;
- O Erótico na Ficção Brasileira Contemporânea de Autoria Feminina.

2. *Relações de Gênero, Educação e Trabalho:*

Essa linha acolhe pesquisas relacionadas à educação, trabalho e gênero, focando o papel do homem e da mulher nas relações de trabalho, na educação e na cultura. Acolhe também pesquisas que explorem as relações de gênero no espaço escolar e na formação da cidadania, bem como as relações de gênero e o mundo do trabalho. A essa linha se vinculam as seguintes pesquisadoras com o histórico de desenvolvimento dos seguintes projetos:

a. Carmem Lúcia Costa:

- Gênero, violência e direitos das mulheres: contribuições da Geografia para o debate em sala de aula;
- Corpos marcados: gênero, violência e direito das mulheres (Financiamento Fapeg); Gênero, violência e direitos das mulheres: contribuições da Geografia para o debate em sala de aula;
- Gênero e Diversidade na Escola: produção e experimentação de material didático;
- Feminização e precarização do trabalho docente em Goiás (financiamento CNPQ);
- Urbano, vida cotidiana e trabalhadoras: entre a emancipação e a precarização;
- Coletivo Rosa Parks: Estudos e Pesquisas sobre Raça, Etnia, Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades (parceria com a UFG e PPGID);
- Urbano, vida cotidiana e trabalhadoras: o impacto da pandemia de Covid-19 nos casos de violência contra as mulheres em Goiás (financiamento da Fundação Ford e parceria com o Consórcio Latino-Americano de Direitos Humanos/UFG/PPGIDH);
- Feminização da pobreza e a COVID-19: impactos na vida de trabalhadoras goianas;
- Produção de material didático digital para uma educação feminista;
- Dialogus feministas: uso de novas tecnologias para formação em gênero e diversidade;
- Uso de novas tecnologias para promoção de renda e melhoria da qualidade de vida de camponesas em Catalão – Goiás.

b. Janaína Cassiano Silva:

- Atuação das(os) psicólogas(os) na Educação Básica em Goiás: implicações da Lei 13.935/2019;
- Atuação do psicólogo na atenção primária à saúde: análise dos processos de trabalho das equipes de atenção básica no cuidado à saúde mental;
- Aprendizagens e convivência na escolarização: fundamentos, evidências científicas e ações para o desenvolvimento humano e a implementação de políticas públicas na Educação Básica;
- Atuação das(os) psicólogas(os) na educação Básica na região Centro-Oeste do Brasil: implicações da Lei 13.935/2019;
- Intervenções para promoção do desenvolvimento infantil integral: estudo piloto de implantação do modelo Touchpoints;
- Atuação de Psicólogos escolares e educacionais na América Latina: concepções, desafios e inovações nas políticas públicas de Educação Básica;
- Brinquedoteca Hospitalar: um olhar interprofissional;
- A Queixa Escolar e o processo de ensino/aprendizagem nas escolas e no CEAPSI-Centro de estudos Aplicados em Psicologia;
- Identidade e Violência: atitudes, cultura e valores em relação à violência doméstica.

c. Leonardo Aires de Castro:

- Violência Política de Gênero: Aspectos Jurídicos, Políticos e Psicológicos;
- Reforma do Sistema Político Brasileiro: as siglas partidárias e as suas propostas;
- Mídia, Violência, Pobreza e Racismo: aspectos novos e tradicionais da violência contemporânea;
- O direito alternativo como ferramenta de conscientização e resistência à ordem jurídica contemporânea e a abolição dessa para a plena igualdade social.

3. *Relações de Poder, Gênero, Violência e Direitos:*

Essa linha acolhe pesquisas sobre a discriminação e a violência relacionada ao racismo, ao sexismo e à homofobia; sobre questões atinentes a políticas públicas e à participação política e sua articulação com as relações de gênero, sexualidade e relações étnico raciais; sobre empoderamento das mulheres e de outros grupos excluídos; sobre Direitos Humanos; e sobre práticas de ensino, no que diz respeito à desconstrução da discriminação e à superação do ciclo

de sua reprodução na/pela escola. A essa linha se vinculam as seguintes pesquisadoras com o histórico de desenvolvimento dos seguintes projetos:

a. Janãine Daniela Pimentel Carneiro

- As experiências femininas na luta em defesa dos territórios de vida e trabalho no sudeste goiano: mulheres e (re)Existência camponesa
- Diagnóstico e monitoramento da violência contra as mulheres no campo em Goiás

b. Lílian Marta Grisolio:

- Era feminista: conceitos, movimentos e pandemia;
- Gênero e Diversidade na Escola – projeto com financiamento UAB/MEC/SECADI
- A Organização Produtiva de Mulheres para Melhoria da Renda e Qualidade de Vida no Campo em Goiás: um estudo sobre o impacto da inserção econômica de camponesas em Goiás – financiamento MDA e parceria MCP;
- Epistemologias, saberes e práticas de formação em diversidade: uma proposta dialógica no campo dos direitos humanos.

c. Renata Wirthmann Gonçalves Ferreira:

- A Queixa Escolar e o processo de ensino/aprendizagem nas escolas e no CEAPSI-Centro de estudos Aplicados em Psicologia;
- Saúde mental da criança e do adolescente;
- Psicanálise e cultura;
- Vida e Obra de Frida Kahlo.

d. Tatiana Machiavelli Carmo Souza:

- R.O.M.A. - Realidade Omitida de jovens ciganas e suas comunidades - Mapeamento e Análise de percepções, condições de vida e dinâmicas sociais da comunidade Roma em Portugal, Espanha e Brasil;
- Mulheres transfronteiriças e saúde na fronteira Brasil-Paraguai: A Saúde Básica na intersectorialidade com a Política de Assistência Social e Educação em Mato Grosso do Sul (financiamento CNPq);
- Aportes a la mejora de respuesta en violencia doméstica y de género en Uruguay. Relevamiento de expectativas y potencialidades en relación a las denuncias por

violência doméstica y de género desde la perspectiva de las mujeres y del personal policial (financiamento UdelaR);

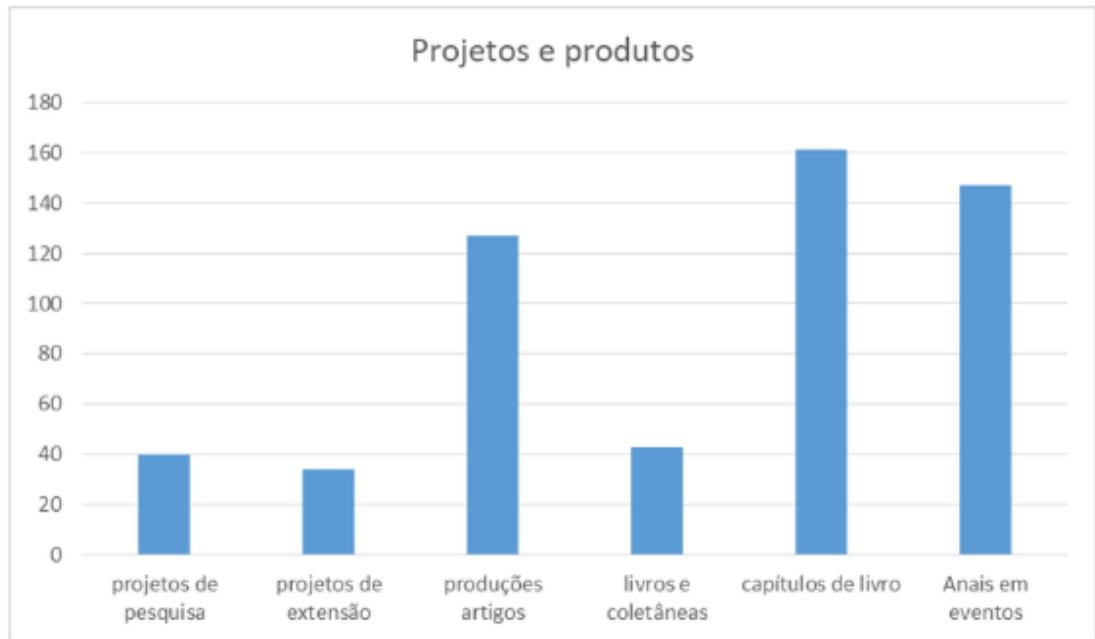
- Mapeamento de ações de enfrentamento ao assédio contra a mulher no ambiente acadêmico;
- Femicídio: análise sócio-histórica das violências contra mulheres, relações sociofamiliares e políticas públicas de enfrentamento (financiamento FAPEG)
- A intransição democrática, violência e direitos humanos;
- Urbano, Vida Cotidiana e Trabalhadoras: entre a emancipação e a precarização.
- Espacialização da violência urbana em Goiás: levantamentos de homicídios e feminicídios por armas de fogo entre 2017 e 2023 por regiões geográficas intermediárias e imediatas;
- Análise empírica de tendências na produção científica sobre família;
- Trabalho com famílias e Psicologia sociojurídica: possibilidades e desafios contemporâneos;
- Violência, Gênero e Família: Implicações na Psicologia e Sociedade;
- Corpo feminino e determinações da indústria cultural: contribuições da Psicologia Social;
- Homicídios e feminicídios por armas de fogo entre 2017 e 2023 por regiões geográficas intermediárias e imediatas (financiamento da Fundação Ford e parceria com o Consórcio Latino-Americano de Direitos Humanos/UFG/PPGIDH).

Em torno das linhas supra descritas, como se pode perceber, as pesquisadoras e pesquisadores propõem projetos de cooperação e executam atividades de pesquisa, extensão e ensino (disciplinas em nível de Graduação ou Pós-graduação) voltadas às discussões de gênero e suas interfaces, tanto no âmbito da Universidade Federal de Catalão como em outras instituições, educacionais ou não.

No que diz respeito aos produtos relacionados aos projetos, os/ as integrantes do grupo têm produzido artigos, capítulos de livro, individuais ou em co-autoria, os quais expressam a aderência da atuação ao campo de pesquisa do Grupo, por meio de publicações em livros e periódicos qualificados, conforme a área de formação de cada um/a de um dos/as integrantes. Como se pode visualizar na compilação quantitativa no quadro a seguir, (referente à produção de 2008-2025), cujas referências completas podem ser acessadas na Plataforma Lattes/CNPq,

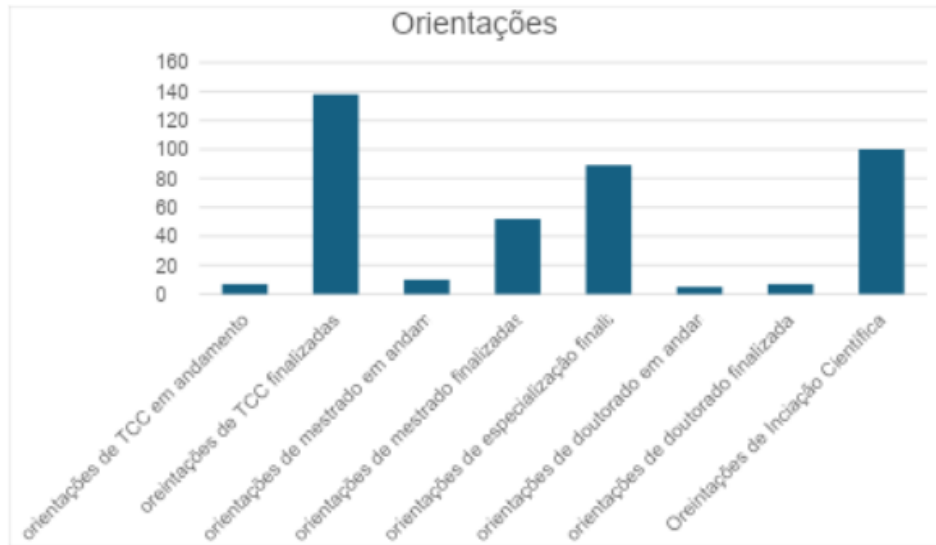
trata-se de uma produção expressiva, que vem contribuindo para os estudos de gênero na região Centro-Oeste e possibilitando a projeção de suas pesquisadoras em âmbito nacional:

Gráfico 1. Produção do *Dialogus*



Fonte: As autoras

Ainda relacionadas aos temas dos projetos de pesquisa e/ou extensão, as pesquisadoras desenvolvem orientações em diversos níveis, graduação, mestrado e doutorado, e modalidades também diversas, como Iniciação Científica, Iniciação Tecnológica, Iniciação à Docência, Trabalho de Conclusão de Curso, Supervisões de Estágio, dentre outras, como o indica o quadro a seguir, no qual constam dados até o ano de 2025:

Gráfico 2. Produção do *Dialogus*

Fonte: As autoras

Atualmente, o *Dialogus*, para promover sua visibilidade e divulgar suas ações, projetos e discussões, tanto no âmbito da Universidade Federal de Catalão quanto para a comunidade externa e outras instituições, no Brasil e no exterior, mantém canais de comunicação conforme se segue: Website: <https://dialogus.ufcat.edu.br/>; Instagram: @dialogus.ufcat; E-mail: [dialogus@ufcat.edu.br](mailto:dialogus@ufcat.edu.br), por meio dos quais se comunica com suas/seus integrantes e com o público em geral.

### **Curso Gênero e Diversidade na Escola: uma experiência de interiorização da formação de Gênero**

No ano de 2008, a professora Eliane Martins, do curso de História foi designada para representar o Campus Catalão - UFG (CAC-UFG) em uma reunião em Goiânia para discutir, com o Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (CIAR/UFG), o Edital nº 01 SECAD/MEC, que tratava de uma chamada pública com vistas a selecionar instituições de ensino superior para a implementação da Rede de Educação para a Diversidade no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Conforme o edital, a proposta era “a implementação de um programa de formação que visa a oferta de cursos de formação para professores e profissionais da educação nas áreas da diversidade”.

A direção do CAC à época, estava bastante entusiasmada com a proposta e com o que representaria um projeto nacional aprovado por um grupo da nossa universidade. Começamos então a reunir docentes para assumir o projeto: Ana Carla Dias (Educação Física); Andreia Cristina Peixoto (Educação Física); Eliane Freitas (História); Heliany Pereira (Educação

Física), Luciana Borges (Letras) e Carmem Costa (Geografia) encarregaram-se da proposição. Para participar da proposta, o grupo precisava de formação, pois o curso de formação de docentes deveria ser ofertado na modalidade EaD, uma novidade completa para todas, e também, de acordo com o edital, o material seria elaborado pela equipe da SECAD, não restando muita autonomia para sua organização. Tudo era desafiador, no entanto, a aprovação garantiria recursos importantes, na forma de bolsas, equipamentos e custeio. Com o projeto posteriormente aprovado, a primeira edição do curso, em modalidade de extensão, formação de professores/as em Gênero e Diversidade na Escola<sup>3</sup>, foi iniciada em 2009, sob coordenação das professoras Carmem Lúcia Costa e Luciana Borges. Ofertado em sete polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB)<sup>4</sup>, sendo eles Alexânia, Catalão, Inhumas, Mineiros, Posse, São Simão e Uruana, atendeu a 210 cursistas nesta edição.

O sucesso da experiência com o GDE extensão levou o grupo a apresentar uma proposta para coordenar uma edição do GDE na modalidade Pós-graduação/Especialização *lato sensu* para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), a qual foi aceita, tornando o grupo pioneiro na oferta desta modalidade, logo adotada por outros grupos no país. Ainda em 2010 foi iniciada a primeira turma, com 160 vagas nos polos de Catalão, Inhumas, Itumbiara e Morrinhos, sob coordenação das professoras Carmem Lúcia Costa e Luciana Borges. Em 2013, como produto dessa oferta, publicamos três coletâneas com textos resultantes de trabalhos de conclusão do curso de discentes do GDE em coautoria com as professoras do *Dialogus*.

Em 2013, a professora Eliane coordenou a segunda turma da especialização em GDE nos seguintes polos: Alexânia, Aparecida de Goiânia, Cezarina, Cidade de Goiás, Inhumas e São Simão, ofertando 240 vagas. Em 2013, também realizamos o III SINAGI<sup>5</sup> e, em 2017, publicamos outras três coletâneas, além de um número especial com textos de professoras e professores que participaram das mesas do evento, conforme mencionado no item produção, mais à frente no presente texto.

---

<sup>3</sup> O curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), na modalidade de educação a distância, foi proposto para todo o país pela parceria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/SPM com o Centro Latino-Americano de Estudos de Sexualidade/CLAM no edital SECAD/MEC. O CLAM-UERJ foi responsável pelo desenho pedagógico do curso e a aplicação do projeto piloto, que ocorreu em 2006. As instituições que ofertaram o curso em 2009 (edital 2008) utilizaram uma versão revisada do material didático aplicado no projeto-piloto.

<sup>4</sup> A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que ofertam cursos de nível superior, mestrado profissional, especializações e aperfeiçoamentos, por meio do uso de plataformas colaborativas de aprendizagem na modalidade educação a distância.

<sup>5</sup> IV Simpósio Nacional de Gênero e Interdisciplinaridades.

Ainda durante a primeira edição da especialização do GDE o grupo Dialogus recebeu o reforço de colegas: Fabiana Jordão Martinez, Karinne Régis Duarte, Lilian Marta Grisolio, Luciana de Oliveira Dias, Marise Vicente de Paula e Silvana Augusta Barbosa Carrijo; e dos professores Getúlio Nascentes da Cunha e Sullivan Charles Barros. Desses docentes, somente a professora Lílían permaneceu no *Dialogus*.

Ao final deste ciclo, o grupo planejava a proposição de uma Pós-graduação *stricto sensu*, no entanto, tais planos foram interrompidos com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer ao à presidência, que promoveu o desmonte de várias políticas implementadas nos governos petistas, entre elas o Projeto de inclusão e diversidade, a extinção dos ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Consequentemente, o GDE também deixou de existir. Mas o *Dialogus* seguiu firme em suas pesquisas e na construção de redes que salvam a existência dentro de um ambiente universitário invadido pela lógica neoliberal de fazer/saber e pelas posturas machistas e misóginas.

### **Disseminando o Gênero: Seminários, Jornadas e Afins**

O grupo Dialogus, ao longo de sua trajetória, tem promovido eventos de extensão que buscam a divulgação de suas atividades e a disseminação das discussões em torno das questões sobre gênero, diversidade, sexualidade, violência e relações genderificadas em geral. Os eventos também apresentam como objetivo a popularização da produção científica acadêmica, buscando o envolvimento da comunidade interna e externa, docentes da Educação Básica e membros de Coletivos e Movimentos Sociais provenientes da sociedade organizada. Desse modo, são promovidos, periodicamente, eventos, jornadas e encontros nos quais os/as integrantes divulgam suas pesquisas:

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>	<b>Instituição</b>
2010	I Seminário Nacional Gênero e Interdisciplinaridades: Gênero, Educação e Linguagens – I SINAGI	UFG - CAC
2011	II Seminário Nacional Gênero e Interdisciplinaridades: Gênero, Trabalho e Identidades – II SINAGI	UFG - CAC
2013	III Seminário Nacional Gênero e Interdisciplinaridades: Gênero, Sexualidades e Movimentos Sociais – III SINAGI	UFG - CAC
2016	IV Seminário Nacional Gênero e Interdisciplinaridades: Faces e Interfaces da Violência de Gênero – IV SINAGI	UFG - CAC

2018	Jornada 10 anos do Grupo <i>Dialogus</i>	UFG - CAC
2020	Seminário #8M	UFCAT
2025	Seminário Internacional <i>Dialogus</i> - Relações de Gênero e Saúde Mental	UFCAT

Durante a Pandemia da Covid-19, no ano de 2020, foram promovidos encontros *on line* para discussão do impacto do isolamento para meninas e mulheres, por meio da Ação de Extensão, *Coronavírus e o feminismo*, como medida para continuar suas atividades no contexto de distanciamento social, com reuniões através de plataforma digital. Foram discutidos textos de articulistas feministas, sociólogas, e outras intelectuais que se dedicaram a analisar a relação entre cuidado compulsório, feminilidade, relações de gênero e violência durante o confinamento. Ainda nesse período, iniciamos as atividades no nosso Canal na Plataforma Youtube<sup>6</sup>, onde disponibilizamos atividades realizadas durante a pandemia e outros materiais, fotos, palestras e eventos realizados pelo grupo.

### **Publicando o Gênero: Produção acadêmica coletiva do Grupo Dialogus**

O grupo *Dialogus* tem se mostrado bastante produtivo, considerando a produção individual de suas integrantes, já mencionada, e a produção coletiva de coletâneas de artigos, as quais organizam a produção acadêmica realizada em momentos específicos, como o período de vigência do *Curso Gênero e Diversidade na Escola*. Esses livros abrangem um arcabouço variado e interdisciplinar de abordagens, organizadas tematicamente conforme descrito abaixo:

#### *1. Gênero, Linguagens e Etnicidades (2013)*

Luciana Borges; Luciana de Oliveira Dias; Silvana Augusta Barbosa Carrijo (Org.)

Resumo: Os textos apresentados no livro *Gênero, Linguagens e Etnicidades* expressam resultado de investigação epistemológica cuidadosa, concretizada tanto por levantamentos bibliográficos criteriosos, quanto pela realização de pesquisas de campo aprofundadas. O intuito geral é fomentar um profícuo debate acerca de questões de gênero (gender), manifestas em práticas socioculturais e religiosas, vivências e relatos literários que revelam realidades de mulheres silenciadas, abrangendo também a dimensão das sexualidades não hegemônicas abordadas tanto na literatura, quanto na arte. A inserção da problemática do gênero no âmbito

<sup>6</sup> Canal Dialogus: <https://www.youtube.com/@dialogusestudiosinterdiscip6224>

escolar também é examinada com a investigação de práticas educativas e de leituras que apontam a necessidade de abordar a perspectiva de gênero no ensino como processo fundamental e urgente frente a várias modalidades de preconceitos, sejam eles relativos ao gênero, à raça e etnia, à sexualidade, ou ainda a questões socioeconômicas e territoriais. Estas dimensões perceptíveis foram analisadas nas discursividades e práticas da comunidade escolar, sejam elas efetivadas por discentes, docentes, pais ou mães de alunos ou seus responsáveis. Partindo do pressuposto teórico e político de que a linguagem transcende uma função meramente instrumental para alçar-se a um mecanismo que instaura ideologias e valores que revelam e regulam relações de poder entre os membros de uma ordem social, os textos da presente coletânea tomam gênero como uma categoria performativa e discursiva, como um construto sociocultural constituidor da própria condição humana.

## *2. Gênero, Educação e Trabalho (2013)*

Carmem Lúcia Costa; Heliany Pereira dos Santos; Marise Vicente de Paula (Org.)

Resumo: Os textos apresentados no livro *Gênero, Educação e Trabalho* são resultado de pesquisas realizadas com objetivo de conclusão do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Goiás. Os textos abordam a questão de gênero nas relações de trabalho e no ambiente escolar a partir de levantamentos bibliográficos e pesquisas de campo que abordam o cotidiano de mulheres trabalhadoras e o processo de ensino-aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento. O objetivo é fornecer elementos que fomentem a discussão sobre a temática e questões atuais como a emancipação feminina através do trabalho e novas propostas e práticas educativas com uma postura crítica. A vida cotidiana de trabalhadoras foi abordada com intuito de compreender as transformações ocorridas com a crescente inserção das mulheres no mundo do trabalho analisando a reprodução da vida no espaço produtivo e reprodutivo, partindo do pressuposto teórico que coloca o trabalho como elemento constitutivo de humanidade, mas que se encontra alienado na sociedade atual, sendo a feminização um elemento de precarização na esfera pública e privada. Esta alienação do trabalho corrobora para uma educação pouco transformadora e que reforça os padrões estabelecidos de exploração e submissão. As questões de gênero são abordadas no espaço escolar com a preocupação de conhecer como são as práticas cotidianas que reforçam as atuais relações de poder ou que produzem outras formas de leitura desta relação, apontando caminhos outros para o enfrentamento do preconceito e da discriminação, para a construção de uma educação com respeito à diversidade.

### 3. *Gênero, Sexualidade e Corpo (2013)*

Eliane Martins de Freitas; Fabiana Jordão Martinez; Lílian Marta Grisolio (Org.)

Resumo: Esta obra tem como princípios norteadores a busca pelo respeito à diversidade, o combate aos diversos preconceitos, a desconstrução de estereótipos e a luta contra todos os mecanismos de dominação, exclusão e controle sobre os corpos. A temática de *Gênero, Sexualidade e Corpo* está intimamente imbricada na nossa sociedade, e este livro representa o esforço de pesquisadores e pesquisadoras, que na multiplicidade de seus temas, utilizando documentos, dados estatísticos, situações cotidianas e relatos, conseguiram produzir artigos que revelam questões que há pouco tempo passaram a ser abordados pela academia e se tornaram objetos de estudo. Os textos apresentados são frutos das pesquisas realizadas no curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Goiás, espaço onde professores/as e alunos/as travaram intensos debates e reflexões sobre as temáticas acerca do tema gênero e diversidade. Práticas escolares, leis vigentes, políticas públicas, materiais didáticos, documentos oficiais, relatos e discursos midiáticos são alguns dos temas aqui publicados com o intuito de promover reflexões sobre as relações sociais, e, além disso, combater a perpetuação do senso comum ou da naturalização de estigmas historicamente construídos. As questões abordadas visam investigar e refletir sobre como algumas permanências em nossa sociedade asseguram a continuidade da violência de gênero, raça e sexualidade, por meio de práticas, ideias e valores. São estes instrumentos de reprodução de preconceitos e estereótipos presentes nas escolas, mídia ou outros aparelhos do Estado, que reforçam a continuidade de padrões de dominação e exclusão.

### 4. *Interfaces do Gênero I: Cultura, Educação e Étnico-Racialidades (2017)*

Lilian Marta Grisolio; Luciana de Oliveira Dias (Org.)

Resumo: Os textos reunidos neste livro que compõe a Coletânea Interfaces de Gênero apresentam discussões que gravitam em torno da temática Cultura, Educação e Étnico-Racialidades, com enfoque para aspectos relacionados à cultura, legislação e educação para as relações étnico-raciais. As organizadoras deste volume estiveram atentas em identificar nos textos elementos que possam contribuir para: (a) demonstração de situações vivenciadas, sobretudo no ambiente escolar, que, ainda hoje, encontram-se marcadas por preconceitos e discriminações indicadores de intolerâncias às diferenças; (b) apresentação de exercícios analíticos, guiados pela fundamentação teórica e criticidade necessárias para a busca de

superação de situações que violem dignidades humanas; (c) compreensão contextualizada de dimensões da vida que articulam pertencimentos subalternizados em interação com hegemonias socioculturalmente consolidadas, agências individuais e institucionais reparadoras de violências sofridas, e, estratégias individuais e coletivas de efetivação de direitos e dignidades.

*5. Interfaces do Gênero II: Linguagens, Imagens, Representações (2017)*

Luciana Borges; Sullivan Charles Barros (Org.)

Resumo: As investidas de gênero, como parte de um amplo e complexo repertório cultural, são constantemente atravessadas por sentidos e imagens, que as constituem tanto quanto os valores circulantes socialmente. Desse modo, produtos linguísticos e culturais, imagéticos e estéticos estão alinhados com a veiculação de aspectos ligados à constituição do gênero na sociedade, de maneira a estabelecer fontes de interpretação muito profícuas para o campo dos estudos de gênero, diversidade e sexualidade. Compreendendo o gênero como uma categoria analítica por meio da qual as relações hierárquicas de poder e toda a organização social podem ser lidas, pensadas e, portanto, reavaliadas, essa coletânea de textos, *Interfaces do Gênero II – linguagens, imagens, representações*, apresenta leituras de objetos textuais e de imagens, estáticas ou em movimento, instigadoras da reflexão sobre os modos como são compreendidos o sexo, o gênero, a masculinidade, a feminilidade, a orientação sexual, as identidades de gênero e as diversas questões relativas ao imenso espectro das proposições desconstrutoras da relação biunívoca entre as determinações biológicas e as interpretações sociais da diferença sexual. Constituído por um leque de artigos de variadas proposições, o presente livro intenta contribuir para o campo dos estudos de gênero, bem como apresentar possibilidades de leituras contextuais e de objetos culturais e artísticos. Entendendo que a linguagem, em suas diversas modalidades e facetas, é constitutiva do ser humano, consideramos esse universo de palavras e imagens como representativos das possibilidades de manutenção e/ou reconfiguração das elaborações do gênero e sua compreensão coletiva. Desse modo, percorrer os atravessamentos de gênero e suas representações na literatura, no cinema, nas leis e nas manifestações sociais por meio de redes e vivências em ambientes virtuais de interação mostra-se uma estratégia positiva no sentido de se pensar o gênero como categoria não estática, mas em constante movimento.

*6. Interfaces do Gênero III: Gênero, Trabalho e Educação (2017)*

Carmem Lúcia Costa; Heliany Pereira dos Santos; Janãine Daniela Pimentel Carneiro (Org.)

Resumo: Os textos apresentados no *Interfaces do Gênero III – Gênero, trabalho e educação* são resultados de pesquisas realizadas na conclusão da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Goiás. Produzidos por pesquisadores/as de diversas áreas do conhecimento científico, abordam gênero na educação, no trabalho e nos diferentes contextos históricos. O objetivo é oferecer elementos para a problematização das temáticas, contribuindo para a análise das ações emancipatórias construídas pelas mulheres ao longo da história, nos mais diferentes espaços e mecanismos. A temática Gênero e Diversidade na Educação tem o intuito de compreender como a discussão de gênero tem permeado a formação docente, os principais desafios e conquistas nesta etapa fundamental. Ao pensar a relação educação e sexualidade, esperamos subsidiar as ações políticas e pedagógicas mitigadoras de práticas sexistas e homofóbicas no ambiente escolar. Pensar sobre a sexualidade nos livros didáticos é problematizar a inexistência de uma abordagem do conceito moderno de sexualidade, que envolve orientação sexual, identidade de gênero e afetividade. No que se refere às contribuições e representação das mulheres na História, destacamos os enfrentamentos, conquistas e as experiências edificadas contra o patriarcado, ora se inserindo nos espaços de dominação masculina, ora superando barreiras sociais, culturais e legais impostas pela sociedade patriarcal. É preciso desvelar as práticas subversivas que contribuem para a superação desta sociedade que coloca as mulheres numa posição de subordinação em relação aos homens. Já sobre mulheres e trabalho, ressaltamos a importância da análise do cotidiano das mulheres trabalhadoras, no espaço produtivo e reprodutivo para trazer à tona as contradições entre a emancipação feminina por meio do trabalho e a face perversa da precarização, que as atinge nos diferentes contextos sociais.

### *7. Faces e Interfaces da Violência de Gênero (2017)*

Getúlio Nascentes da Cunha; Fabiana Jordão Martinez (Org.)

Resumo: Os textos apresentados no livro *Faces e Interfaces da Violência de Gênero* são o resultado de investigação epistemológica cuidadosa, concretizada por levantamentos bibliográficos e pesquisas de campo criteriosos e aprofundados. Respaldados por cânones interdisciplinares, eles engendram em meio a sua diversidade temática um profícuo debate a respeito das violências de gênero e de orientação sexual através de práticas, discursos e representações perpetuadas historicamente, e que na contemporaneidade são reproduzidas através de contornos singulares. Da precarização do trabalho feminino ao controle sobre corpos e afetos – que por sua vez, age sobre qualquer manifestação considerada subversiva (dos corpos

femininos de mulheres na luta armada ou no trabalho, aos corpos e sexualidades considerados “marginais”) –, a violência tem um papel crucial na manutenção dos poderes e se passa por liberdade quando na realidade, opera com a capacidade em destituir os “outros” de sua condição de sujeito através de um regime de invisibilidade.

### **Algumas perspectivas: revisar o passado para antever o futuro**

Em quase duas décadas de atuação, o grupo *Dialogus* tem comprovado sua contribuição para os estudos de gênero na Universidade Federal de Catalão, Estado de Goiás, e estabelece conexões com instituições de outros estados do Brasil e do Exterior, como a Universidad de La República, UdelaR/Montevidéu, o Consórcio Latino Americano de Direitos Humanos e a Rede Latinoamericana de geógrafas feministas. Algumas de suas pesquisadoras também compõem o quadro de Programas de Pós-Graduação em outras universidades como o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos/UFG, o Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFTM, além de participarem de pesquisas em parcerias com diversas universidades. Tendo sido o primeiro grupo de estudos de gênero a se formar na UFCAT, o *Dialogus* consolidou sua atuação e sua inserção no campo de estudos a que se dispõem a integrar.

O grupo contribui para a formação de recursos humanos com qualidade e comprometimento, por meio das atividades de ensino, pesquisa, extensão, e inovação, por meio de publicações individuais e coletivas relevantes, um número expressivo de orientações, promoção de eventos e divulgação de suas atividades em meio digital, tão importante em nosso mundo contemporâneo.

Em tempos que vemos recrudescer o conservadorismo de gênero, é mais que preciso que mulheres não andem sós, que se irmanem na luta pelo fim da misoginia e de todas as discriminações por gênero. A escalada da violência contra mulheres e meninas atinge níveis nunca vistos, conforme indicam os Atlas da Violência Anuais do Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (Ipea); o retorno de discursos que querem voltar a confinar as mulheres ao ambiente doméstico em verdadeiro *backlash* no século XXI; incentivo a discursos masculinistas nas redes sociais e disseminação do discurso misógino travestido de orientação e educação, especialmente apropriado pelo discurso religioso da submissão feminina fazem mais que necessário às mulheres e homens que *não adormeçam*, como nos alerta a epígrafe de Conceição Evaristo. É *tecendo redes*, dialógicas, críticas e criativas, com sororidade e consciência – de gênero, classe, raça – que podemos, de modo interseccional, continuar lutando

contra as desigualdades e a contínua tentativa de aniquilação patriarcal da autonomia feminina e de qualquer estrato populacional julgado subalterno.

## Referências

- Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq. *Dialogus: Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho*. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/572204>.
- Borges, L., Dias, L. O., & Carrijo, S. A. B. (Org.). (2013). *Gênero, linguagens e etnicidades*. UFG/CIAR; FUNAPE.
- Borges, L., & Barros, S. C. (Org.). (2017). *Interfaces do gênero II: linguagens, imagens, representações*. Gráfica da UFG.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Costa, C. L., Santos, H. P., & Carneiro, J. D. P. (Org.). (2017). *Interfaces do gênero III: gênero, trabalho e educação*. Gráfica da UFG
- Costa, C. L., Santos, H. P., & Paula, M. V. (Org.). (2013). *Gênero, educação e trabalho*. UFG/CIAR; FUNAPE.
- Cunha, G. N., & Martinez, F. J. (2016). (Org.). *Faces e interfaces da violência de gênero.: Gráfica UFG*.
- Freitas, E. M., Martinez, F. J., & Grisolio, L. M. (Org.). (2014). *Gênero, sexualidade e corpo.: UFG/CIAR*.
- Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais (2009). Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM. Disponível em: [https://www.e-clam.org/downloads/GDE\\_VOL1versaofinal082009.pdf](https://www.e-clam.org/downloads/GDE_VOL1versaofinal082009.pdf)
- Grisolio, L. M., & Dias, L. O. (Org.). (2017). *Interfaces do gênero I: cultura, educação e étnico-racialidades*. Goiânia: Gráfica da UFG.
- Shapiro, J. (1981). *A feminist perspective in the academy: the difference it makes*. Chicago: University of Chicago Press.

**Entre la centralidad y la indeterminación:  
tensiones y desafíos teórico-metodológicos de la violencia psicológica basada en género**

Juliana Artola

Néstor Rodríguez

Raquel Galeotti

Alejandra López Gómez

### **Introducción**

En las últimas décadas, la Violencia basada en Género (VbG) ha adquirido una centralidad incuestionable en las agendas políticas, jurídicas y sanitarias a nivel global. Dentro de este campo, la violencia psicológica ocupa un lugar particularmente relevante: es la forma más prevalente de VbG, transversal a distintos contextos y, con frecuencia, la antesala de otras formas de violencia. Sin embargo, esta centralidad convive con una notable imprecisión conceptual y metodológica.

A diferencia de la violencia física o sexual, cuyos indicadores suelen estar más claramente delimitados, la violencia psicológica se define de manera heterogénea en la literatura académica y en los marcos normativos. Se la describe como control, aislamiento, degradación, intimidación, manipulación, micromachismos, terrorismo íntimo, violencia coercitiva, violencia moral, entre otras categorías. Esta proliferación conceptual no es meramente terminológica: tiene consecuencias directas en la forma en que se define, se detecta, se evalúa, se interviene y se legisla.

Esta problemática supone una paradoja: el constructo más presente en el campo de la violencia contra las mujeres es, al mismo tiempo, uno de los menos consensuados en términos teóricos y operativos. Esta situación genera tensiones entre marcos normativos, producción académica, diseño de instrumentos de medición y evaluación, práctica clínica y políticas públicas, especialmente en contextos latinoamericanos donde priman las tradiciones hermenéuticas. En este marco, emergen dificultades para desarrollar abordajes pertinentes y basados en evidencia, que incorporen instrumentos para el desarrollo de mejores prácticas clínicas.

Por todo ello, este trabajo propone un análisis crítico del constructo de violencia psicológica basada en género, recuperando los principales enfoques teóricos que han buscado delimitarlo y las tensiones que atraviesan su definición, así como los intentos y dificultades para

su operacionalización y evaluación. Para ello, revisa las principales tradiciones teóricas (psiquiátrica, sociocultural, psicosocial y psicológica) y se focaliza las dos conceptualizaciones dominantes: la que la entiende como agresión verbal y la que la concibe como abuso emocional y control coercitivo. Revisa también los instrumentos existentes para su evaluación que recogen las diferentes tradiciones teóricas, para problematizar todo ello desde una perspectiva feminista, interseccional y decolonial.

El capítulo avanza hacia una conceptualización más precisa y situada de la violencia psicológica basada en género, capaz de integrar la complejidad de sus manifestaciones y de orientar políticas públicas y estrategias de investigación coherentes con una perspectiva de derechos humanos.

### **Violencia psicológica: tradiciones teóricas y disputas conceptuales y epistemológicas**

Antes de adentrarnos en las disputas conceptuales, resulta necesario señalar un dato ampliamente documentado: la violencia psicológica es la forma de violencia más prevalente en los estudios poblacionales sobre violencia contra las mujeres. Investigaciones multicéntricas coordinadas por la Organización Mundial de la Salud (OMS) han mostrado que el abuso emocional y las conductas de control son reportadas con mayor frecuencia que la violencia física o sexual (Ellsberg et al., 2008; World Health Organization [WHO], 2013, 2025).

En América Latina se observa un patrón similar, aunque con datos que presentan variaciones asociadas a las definiciones e instrumentos utilizados<sup>7</sup>. En Uruguay, la VbG es un problema de alta prevalencia, siendo la violencia psicológica, la manifestación de mayor preponderancia. La Segunda Encuesta Nacional de prevalencia sobre Violencia basada en Género y Generaciones (Observatorio sobre Violencia Basada en Género hacia las Mujeres y Consejo Nacional Consultivo por una Vida Libre de Violencia de Género, 2020) registra que, del total de mujeres que vivieron situaciones de VbG en algún ámbito (38,6% en los últimos doce meses y 76,7% toda la vida), la violencia psicológica es la expresión que presenta mayor prevalencia (30,9% en los últimos doce meses y 61,5% toda la vida). En Brasil, la Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, 2019) del IBGE incluye un módulo específico que distingue violencia/agresión psicológica, física y sexual. Sin embargo, otras mediciones nacionales —

---

<sup>7</sup> Bott et al. (2021) afirman que la amplia variabilidad de modalidades de medición de la violencia psicológica en la región de América Latina, hacen muy difícil o imposible su comparabilidad.

por ejemplo encuestas de victimización/percepción y estudios sobre violencia doméstica — utilizan clasificaciones no idénticas, incorporando categorías diferenciadas como violencia moral junto a violencia psicológica (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2021; Senado Federal, 2024). Estudios globales a grandes escalas, directamente se centran en estas dos formas de violencia hacia las mujeres (física y sexual), a partir del reconocimiento de las limitaciones metodológicas y nocionales para medir la violencia psicológica y económica (WHO, 2025). Estas decisiones de registro y estimación no implican menor relevancia empírica del fenómeno, sino que ilustra el problema central que se aborda en este capítulo: la delimitación y medición de la violencia psicológica dependen de decisiones conceptuales y epistemológicas que condicionan su visibilidad estadística y su traducción en medidas concretas de políticas públicas.

En la comunidad científica a nivel internacional, no se ha logrado consenso sobre la definición de violencia psicológica. La discusión sobre su definición ha dado lugar a disputas conceptuales profundas que inciden directamente en su medición, en su evaluación clínica y en la formulación de políticas públicas (Follingstad, 2007) y han llevado hacia tradiciones que defienden diferentes operacionalizaciones (Schumacher, Slep & Heyman, 2001).

Algunas aproximaciones, influenciadas por el trabajo de Straus (1979), han entendido la violencia psicológica principalmente como agresión verbal: insultos, gritos, amenazas o conductas de desvalorización explícita. Otras, en cambio, como la propuesta de Tolman (1992, 2001) desplazan el foco hacia las estrategias no físicas para el control como componente principal del abuso psicológico (Arbach & Alvarez, 2009). Estas dos conceptualizaciones derivan en diferentes definiciones con consecuencias en su medición, el desarrollo de estrategias de prevención y la evaluación psicológica.

La heterogeneidad conceptual se expresa también en la multiplicidad de términos utilizados para nombrar el fenómeno. La violencia psicológica ha sido designada como abuso no físico (Hudson & McIntosh, 1981), abuso indirecto (Gondolf, 1987), abuso emocional, (NiCarthy, 1986), abuso psicológico (Walker, 1984), agresión psicológica (Murphy & O’Leary, 1989), maltrato psicológico (Tolman, 1989), tortura mental o psicológica (Russell, 1982), abuso verbal (Evans, 1996), terrorismo íntimo (Johnson & Ferraro, 2000), violencia invisible (Asensi, 2008) y violencia moral (Segato, 2003). Esta proliferación refleja la dificultad para capturar una experiencia que suele carecer de marcas visibles y que, como advierte Asensi (2008), se caracteriza por su condición de “maltrato invisible”. Sin embargo, la invisibilidad no remite

únicamente a la ausencia de marcas físicas, sino también a la complejidad de su reconocimiento social y jurídico.

Los desarrollos teóricos más sistemáticos se han producido en el ámbito de las relaciones de pareja (históricamente estudiadas en vínculos heterosexuales) y han dado lugar a distintos modelos explicativos. Los principales enfoques que han buscado delimitar la violencia psicológica en este tipo de interacciones afectivas son: *el modelo psiquiátrico*, *el modelo sociocultural*, *el modelo psicosocial* y *el modelo psicológico* (Blazquez, Moreno & Garcia, 2010).

El *modelo psiquiátrico* ha privilegiado el análisis de la psicopatología del agresor como clave interpretativa de la interacción violenta. El *modelo sociocultural*, por su parte, ha situado la violencia en la estructura patriarcal, entendiendo las dinámicas de pareja como expresión de relaciones de poder históricamente asimétricas. En este marco se inscriben nociones como la de micromachismos, que permiten visibilizar formas cotidianas de desvalorización y control (Bonino, 1998). No obstante, incluso dentro de esta tradición emergen tensiones: algunas posiciones advierten sobre el riesgo de interpretar toda conflictividad en la pareja como expresión directa de violencia machista, lo que abre debates sobre criterios diferenciales y niveles de gravedad (Echeburúa & Muñoz, 2017).

El *modelo psicosocial* se focaliza en el estudio de las interacciones en las relaciones de pareja y en el aprendizaje de la violencia en la familia, es decir en los modelos de socialización. Los principales desarrollos provienen de las teorías sistémicas y las teorías de la psicología cognitiva-social sobre aprendizaje. En este modelo también se incluyen los enfoques ecológicos de comprensión de la violencia siguiendo el modelo de Bronfenbrenner (1979). Se entiende que el acceso y disponibilidad de recursos culturales, de apoyo social y familiar, económicos que favorecen el empoderamiento de las mujeres, minimizan las posibilidades de sufrir violencia. Este modelo incluye también los recursos a nivel personal y en particular señala que la causa principal de la violencia es la vulnerabilidad emocional. El *modelo psicológico* se centra en los factores individuales, tanto de la víctima como del agresor; poniendo énfasis en analizar los motivos por los cuales las mujeres permanecen en relaciones violentas de pareja, tomando como base el estudio de la indefensión aprendida (Seligman, 1975).

Los estudios empíricos complejizan el panorama. Diversas investigaciones han señalado una mayor prevalencia de violencia psicológica bidireccional en las relaciones de pareja, mientras que la violencia física y sexual presenta una asimetría más marcada, ejercida predominantemente por hombres contra mujeres (Barbosa et al, 2019; Carvalho & Senra, 2016;

Colossi et al, 2015). Otros autores distinguen entre violencia psicológica como estrategia sistemática de dominación y dinámicas relacionales disfuncionales que no necesariamente configuran un patrón de control coercitivo (Echeburúa & Muñoz, 2017). Estas distinciones no son meramente académicas: tienen implicancias directas para la evaluación del riesgo y la intervención.

La búsqueda de instrumentos capaces de capturar estas dinámicas ha generado un amplio desarrollo de escalas y cuestionarios. La Conflict Tactics Scales (CTS-2) (Straus, 2005), por ejemplo, ha sido ampliamente utilizada y adaptada en distintos contextos culturales. La misma mide el grado en que los integrantes de una pareja se ven envueltos mutuamente en ataques físicos o psicológicos, así como el uso del razonamiento y la negociación para resolver conflictos. Sin embargo, su enfoque (centrado en la frecuencia de conductas específicas) ha sido cuestionado por no distinguir adecuadamente entre actos aislados y patrones estructurados de control. Otros instrumentos, como el desarrollado por Gonçalves de Melo y Baptista (2021), incorporan dimensiones vinculadas a la autopercepción emocional de la víctima, integrando el impacto subjetivo como parte constitutiva del fenómeno. De igual modo, propuestas como la de Rodríguez-Carballeira (2005) amplían la mirada hacia estrategias sistemáticas de aislamiento, manipulación informativa, control de la vida personal e imposición de roles, enfatizando la dimensión estructural del abuso psicológico.

En cuanto a las consecuencias, la evidencia es consistente en señalar que el maltrato psicológico produce un deterioro significativo en las capacidades emocionales, cognitivas y sociales de las víctimas. Se han utilizado marcos como el trastorno de estrés postraumático o el denominado síndrome de adaptación paradójica a la violencia doméstica para analizar los procesos de negación, disociación y vinculación ambivalente que pueden instalarse en contextos de abuso psicológico (Blázquez, Moreno & Garcia, 2010; Montero, 2001). La evidencia disponible señala que el nivel, el tipo y la extensión de la violencia psicológica es un predictor útil de violencia física posterior (Follingstad et al., 1990; Salis, Salwen, & O'Leary, 2014) y un denominador común en distintas modalidades de violencia (física, sexual o económica) (Almendros et al., 2009; Rey Anacona, 2009; Blázquez & Moreno, 2008; Blázquez, Moreno & Garcia, 2010; Schumacher & Leonard., 2005). En este escenario, es posible identificar al menos dos grandes tradiciones de comprensión: una que reduce la violencia psicológica principalmente a *agresiones verbales* (Schumacher, Slep & Heyman, 2001) y otra que la concibe como un entramado *de abuso emocional* que implica comportamientos orientados a generar daño emocional o amenazas de daño como el menosprecio, humillación,

amenazas e intimidación y el control de la conducta, mediante vigilancia de los comportamientos, limitar actividades o restringir el contacto con otras personas (Martín-Fernández, Gracia & Lila, 2019). La discusión sobre si los comportamientos dominantes (como el aislamiento social, la vigilancia o la restricción de recursos) deben considerarse indicadores centrales del constructo sigue abierta, y evidencia la persistente tensión entre definiciones conductuales restringidas y conceptualizaciones estructurales más amplias.

A pesar de las controversias respecto a la delimitación conceptual, hay importante evidencia que muestra que la violencia psicológica es la de mayor reporte en los estudios y que sus consecuencias son negativas para la salud y el bienestar de las víctimas, con limitaciones para su desempeño en distintos ámbitos (Ellsberg et al., 2008; Follingstad, 2009; WHO, 2013). Ello ha motivado la convocatoria realizada en 2010 por The Lancet de una “radical re-evaluación de la importancia del abuso emocional en la salud de las mujeres” (Jewkes, 2010, como se citó en Heise et al., 2019). El llamado no apuntaba únicamente a reconocer su prevalencia, sino a revisar críticamente las categorías con las que la nombramos y medimos.

Este punto de convergencia exige una lectura más profunda. Estas tensiones teóricas, conceptuales y operacionales no constituyen únicamente desacuerdos técnicos: expresan disputas epistemológicas más profundas acerca de qué se considera violencia, qué cuenta como evidencia y desde qué marcos se produce conocimiento en este campo. Definir la violencia psicológica como un conjunto de conductas observables y cuantificables responde a privilegiar la medición de actos discretos, su frecuencia y su comparabilidad estadística. En cambio, comprenderla como un entramado de control coercitivo, dominación y producción de subordinación remite a una concepción donde el foco no está en episodios aislados sino en patrones de poder, contextos históricos y significados situados. Estas diferencias implican criterios divergentes de validación del conocimiento, jerarquías distintas entre datos cuantitativos y narrativas experienciales, y modos diversos de traducir la vivencia de las mujeres en categorías analíticas.

La paradoja se vuelve entonces particularmente visible: mientras el campo normativo exige precisión diagnóstica y protocolos de actuación, la práctica profesional se despliega en un terreno atravesado por tradiciones interpretativas, formaciones disciplinares diversas y marcos culturales situados. Así, las disputas epistemológicas sobre la violencia psicológica no solo organizan el debate académico internacional, sino que estructuran las condiciones concretas en que se produce su reconocimiento e intervención en nuestros contextos; lo que supone la interrogación en relación a los parámetros de su inteligibilidad y de los supuestos

teóricos, culturales y políticos. En este sentido, la controversia en torno a la violencia psicológica no sólo revela una falta de consenso conceptual, sino una disputa por los modos legítimos de conocer, nombrar y reconocer la VbG.

### **La evaluación y sus límites: instrumentos, evidencia y práctica**

En las últimas décadas, la creciente visibilidad de la violencia contra las mujeres, el desarrollo del conocimiento victimológico, la influencia de los movimientos internacionales en favor de las víctimas y organizaciones feministas promovieron el desarrollo de un número importante de instrumentos destinados a medir no solo los delitos denunciados, sino también la denominada “cifra negra” de la violencia. En este marco, la victimología moderna promovió la expansión de encuestas de victimización orientadas a captar experiencias que no necesariamente habían sido judicializadas, incluyendo agresiones sexuales, violencia doméstica y formas de violencia psicológica. Estos esfuerzos permitieron ampliar el campo de lo registrable, aunque no estuvieron exentos de tensiones conceptuales. Medir un incidente que la propia víctima puede no identificar como violencia, o que no encaja plenamente en categorías jurídicas preexistentes, implica decisiones interpretativas que exceden lo meramente técnico.

Las dificultades señaladas en relación con la definición de violencia psicológica se observan también en los instrumentos de medición y en su validez. Las encuestas internacionales difieren en la forma de formular los ítems, en los umbrales utilizados para clasificar casos y en los criterios de frecuencia y severidad. A ello se suma un problema adicional: determinar cuándo un acto puede considerarse motivado por razones de género y cómo operacionalizar esa dimensión en instrumentos estandarizados.

Por su parte, la medición epidemiológica de la violencia psicológica es uno de los retos identificados a partir de la implementación de encuestas poblacionales que se han desarrollado en distintos lugares, ámbitos y contextos. La construcción de instrumentos pertinentes, libres de sesgos y sensibles para conocer la magnitud y características de la violencia psicológica es motivo de discusión teórico-metodológica. Las principales encuestas poblacionales, como la Macroencuesta de Violencia contra la Mujer en España (2019), el Estudio de Violencia de Género de la Unión Europea (2014), o la guía metodológica de la OMS (2013), no solo utilizan ítems parcialmente diferentes, sino que también adoptan criterios distintos para definir frecuencia, severidad y umbral de clasificación. En algunos casos se distinguen explícitamente dimensiones de control y abuso emocional; en otros, la violencia psicológica se integra con

violencia económica o moral; en otros, se incorporan indicadores subjetivos como el miedo persistente hacia la pareja en tanto elemento que indica gravedad.

La heterogeneidad y variaciones presentes tanto en instrumentos como en encuestas poblacionales, no son anecdóticas: evidencian que la operacionalización del constructo depende de decisiones conceptuales previas y que la comparabilidad internacional enfrenta límites asociados a la invariabilidad cultural y semántica de las preguntas.ítems. Castro y Casique (2009) realizaron un estudio comparativo entre cuatro encuestas: ENDIREH (Encuesta Nacional sobre la dinámica de las relaciones en los hogares, 2003), la ENVIM (Encuesta Nacional sobre Violencia contra las mujeres, 2003), ENSAR (Encuesta Nacional de Salud Reproductiva, 2003) y ENSARE (Encuesta Nacional de Salud Reproductiva, 1998). Identifican que las diferencias en las cifras reportadas por las distintas encuestas se explican, en gran parte, por las divergencias en la manera en que se formulan las preguntas sobre violencia. En otras palabras, cada relevamiento ha definido y delimitado su objeto de estudio de forma autónoma, lo que impide una comparación directa y homogénea entre los resultados obtenidos. Es así que podemos afirmar que la forma en que se pregunta condiciona aquello que puede ser visibilizado estadísticamente.

Algunos desarrollos recientes han intentado superar estas limitaciones. Estudios basados en la encuesta multicéntrica de la OMS han propuesto comprender la violencia psicológica como un continuo de intensidad, en lugar de establecer un único punto de corte dicotómico entre presencia o ausencia de maltrato. Heise et al. (2019) muestran que distintos niveles de intensidad del abuso psicológico se asocian con efectos diferenciados en la salud, evidenciando relaciones dosis-respuesta. Este enfoque permite captar mejor la complejidad del fenómeno, aunque mantiene abierta la discusión sobre los umbrales clínicamente significativos y la distinción entre conflictos relacionales y patrones sistemáticos de dominación.

En este contexto, la evidencia cuantitativa requiere necesariamente del diálogo con investigaciones cualitativas que permitan comprender los significados culturales de los actos, el contexto en que ocurren y la experiencia subjetiva de las mujeres. Del mismo modo, los servicios clínicos y sociales constituyen espacios privilegiados para contrastar y ajustar los instrumentos, aportando información sobre los niveles de riesgo y severidad que resultan relevantes en la práctica. La evaluación de la violencia psicológica no puede reducirse a una cuestión de diseño de escalas: supone una articulación permanente entre evidencia empírica, interpretación contextual y decisiones éticas. En este punto, la discusión sobre instrumentos

conduce inevitablemente al debate sobre los modelos de valoración profesional y los criterios que orientan la toma de decisiones en contextos de VbG.

### **Hacia un constructo situado y basada en la evidencia**

Como hemos señalado, las disputas existentes en el campo de la violencia psicológica no permanecen en el plano teórico: se traducen en prácticas concretas, en criterios de intervención y en modos de formación profesional. En este sentido, la limitada incorporación de instrumentos estandarizados no necesariamente remite a desconocimiento o resistencia técnica, sino también a tensiones más profundas respecto de qué tipo de evidencia resulta legítima en la práctica clínica y cómo se articula la perspectiva de derechos humanos con los modelos basados en evidencia.

En el campo de la psicología y de las ciencias sociales aplicadas, el desarrollo de prácticas basadas en evidencia (PBE) ha buscado superar la histórica tensión entre tradición clínica, intuición profesional y conocimiento empírico sistemático. La PBE supone la integración deliberada de la mejor evidencia científica disponible, teniendo en cuenta las características del paciente y el contexto cultural de las personas atendidas (American Psychological Association, 2006).

En el ámbito de la VbG, esta integración resulta particularmente relevante, dado que las decisiones profesionales tienen consecuencias directas sobre la protección, la seguridad y el acceso a derechos de las mujeres. Desde esta perspectiva, incorporar evidencia empírica validada no supone desconocer la complejidad subjetiva ni los contextos situados, sino fortalecer la calidad de las decisiones profesionales y reducir el margen de arbitrariedad. En contextos de América Latina, donde las tradiciones hermenéuticas han tenido fuerte presencia en la formación clínica, el desafío no consiste en oponer comprensión cualitativa y evidencia cuantitativa, sino en articularlas críticamente para garantizar intervenciones más consistentes y seguras.

La discusión sobre los modos de evaluación del riesgo en violencia de pareja ha reavivado el debate entre juicio clínico tradicional, modelos actuariales y juicio clínico estructurado. El juicio clínico tradicional se basa principalmente en la experiencia y la intuición profesional, lo que puede otorgar flexibilidad, pero también introduce alta variabilidad interevaluador. Los modelos actuariales, en cambio, utilizan algoritmos y factores de riesgo ponderados estadísticamente para estimar probabilidades, aumentando la consistencia, pero reduciendo el margen de contextualización (Echeburúa, Corral & Amor, 2002; Loinaz, 2017).

Frente a esta dicotomía, diversos autores han defendido el juicio clínico estructurado como un modelo intermedio que combina la sistematicidad de instrumentos validados con la capacidad interpretativa del profesional (Andrés-Pueyo & Echeburúa, 2010; Muñoz-Vicente & López-Osorio, 2016). Este enfoque organiza la evaluación en torno a factores empíricamente respaldados, pero permite integrar información contextual y cualitativa en la toma de decisiones clínicas. Su relevancia no es únicamente técnica: en el campo de la VbG, la adopción de modelos estructurados implica también un posicionamiento político en favor de intervenciones más transparentes, replicables y justificables, reduciendo la discrecionalidad y fortaleciendo la protección de derechos. En este sentido, el debate sobre cómo evaluar no es neutro, sino que forma parte de las mencionadas disputas epistemológicas y éticas que atraviesan el campo.

Sin desconocer las controversias y las dificultades de este emprendimiento, parece necesario construir ciertos acuerdos básicos sobre cómo definir violencia psicológica y sus manifestaciones en distintos ámbitos y tipos de relaciones interpersonales, en el marco de lo que se denomina VbG en nuestro medio. El constructo teórico que se utilice y la consistencia entre este constructo y su operacionalización empírica (dimensiones, variables e indicadores) es muy importante para examinar la calidad de los datos que se construyen.

Tal como señalan Heise et al. (2019), la definición de umbrales para la violencia psicológica constituye una preocupación de larga data. La decisión de la OMS de no publicar inicialmente estimaciones sobre violencia psicológica por falta de consenso transcultural (García-Moreno et al., 2005) da cuenta de la complejidad del problema. Sin medidas relativamente estandarizadas, resulta imposible monitorear avances en el marco de compromisos internacionales como el Objetivo 5 de los Objetivos de Desarrollo Sostenible de las Naciones Unidas.

En la revisión de instrumentos y desarrollos recientes orientados a la evaluación estructurada de la violencia psicológica, es posible identificar algunos puntos de convergencia que pueden orientar la construcción de modelos aplicables en nuestro país y adaptables en otros países de la región. En primer lugar, la evidencia insiste en que la violencia psicológica no constituye un fenómeno aislado ni menor, sino que opera con frecuencia como antecedente y predictor de violencia física. Este carácter predictivo refuerza la necesidad de evaluarla con criterios sistemáticos, particularmente en contextos clínicos y de intervención temprana.

Existe un consenso creciente en torno a dos grandes dimensiones que estructuran el fenómeno: el abuso emocional (insultos, humillación, desprecio, degradación, daño a la autoestima) y el control coercitivo (aislamiento, vigilancia, celos coercitivos, manipulación,

amenazas, seguimiento o daño a objetos). La convergencia en estas dimensiones permite avanzar hacia modelos más consistentes de evaluación, sin desconocer la diversidad de marcos teóricos.

Asimismo, los desarrollos revisados coinciden en la necesidad de incorporar de manera sistemática la severidad y la frecuencia de los actos como variables centrales. Toda sistematización orientada a un juicio clínico estructurado debería contemplar niveles diferenciados de severidad (por ejemplo, tres niveles progresivos) y categorías claras de frecuencia (nunca, alguna vez, varias veces, muchas veces), permitiendo distinguir entre episodios aislados y patrones persistentes de dominación. A ello se suma la importancia de integrar factores de riesgo de la mujer que sufre violencia, del varón que la ejerce y del contexto, así como de reconstruir la trayectoria de victimización de la mujer en el tiempo, dado que la dinámica acumulativa del maltrato incide directamente en la valoración del riesgo y su adecuada gestión para minimizarlo y atender sus consecuencias.

Otro aspecto señalado como prioritario es la exploración de la percepción de daño por parte de las propias mujeres, en el marco del contexto relacional en el que el maltrato se inscribe. Este componente subjetivo no debe entenderse como sustituto de criterios técnicos, sino como dimensión complementaria que incide en la evaluación clínica y en la planificación de intervenciones.

En este sentido resulta pertinente incorporar la distinción entre *violencia psicológica técnica* y *violencia psicológica declarada*, inspirada en desarrollos conceptuales utilizados en el estudio del acoso laboral y sexual. La violencia psicológica técnica refiere a situaciones que cumplen criterios definidos empíricamente (patrones de abuso emocional, control coercitivo o dominación) independientemente de que las personas las nombren explícitamente como violencia. La violencia psicológica declarada, en cambio, alude a aquellas experiencias que las propias víctimas identifican y reconocen como tales. Esta distinción no busca jerarquizar una dimensión sobre otra, sino permitir su articulación: mientras la dimensión técnica aporta delimitación y consistencia en la medición, la dimensión declarada garantiza que la experiencia subjetiva y los significados culturales no queden subsumidos en categorías externas.

Operativamente, esta diferenciación permitiría diseñar instrumentos que incorporen tanto ítems conductuales estructurados como preguntas explícitas sobre autopercepción de violencia, favoreciendo análisis más finos y reduciendo sesgos de clasificación. Asimismo, se articula con la propuesta de comprender la violencia psicológica como un continuum de

intensidad y de evaluarla de manera independiente de la violencia física y sexual, evitando que su especificidad quede diluida en categorías agregadas.

Entonces, un modelo orientado al juicio clínico estructurado y aplicable debería combinar: conductas observables organizadas en dimensiones consensuadas, medición de severidad y frecuencia, análisis de factores de riesgo, reconstrucción de trayectorias de victimización y consideración de la percepción subjetiva de daño. Tal articulación incrementa la consistencia evaluativa sin renunciar a la sensibilidad contextual que exige el abordaje de la VbG. Al mismo tiempo, permite establecer una forma consensuada de medición del fenómeno de la violencia psicológica en el ámbito de las relaciones de pareja o ex-pareja, validada psicométricamente a los efectos de asegurar la confiabilidad y validez del instrumento. En términos de validez, se requiere analizar el grado en que el instrumento refleja adecuadamente la teoría subyacente del constructo o fenómeno que se quiere medir (validez de constructo), el grado en que los ítems miden de forma lógica el fenómeno (validez de apariencia), si los ítems representan adecuadamente el constructo (validez de contenido) y el grado de similitud en los resultados con respecto a un estándar o patrón de referencia (validez de criterio) (Arenas-Tarazona et al., 2019).

## **Conclusiones**

Avanzar hacia un constructo situado y basado en la evidencia no supone optar entre rigor técnico y sensibilidad contextual, sino asumir que toda medición está atravesada por supuestos conceptuales y decisiones políticas. Superar la paradoja que atraviesa el campo implica reconocer la centralidad de la violencia psicológica sin renunciar a su delimitación rigurosa; integrar evidencia empírica con perspectivas feministas e interseccionales; y fortalecer prácticas profesionales que, además de ser técnicamente sólidas, resulten éticamente responsables y culturalmente situadas. En esa articulación reside la posibilidad de dotar al constructo de mayor precisión sin perder de vista su anclaje en relaciones estructurales de poder. En suma, es necesario construir consensos para alcanzar una conceptualización más precisa y situada de la violencia psicológica basada en género, capaz de integrar la complejidad de sus manifestaciones en sus contextos específicos y de orientar políticas públicas y estrategias de investigación coherentes con una perspectiva de derechos humanos.

## Referencias

- Almendros, C., Gámez-Guádix, M., Carrobles, J. A., Rodríguez-Carballeira, A., & Porrúa, C. (2009). Abuso psicológico en la pareja: aportaciones recientes, concepto y medición. *Behavioral Psychology, 17* (3), 433-451
- American Psychological Association. (2006). Evidence-based practice in psychology. *American Psychologist, 61*(4), 271–285. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.61.4.271>
- Andrés-Pueyo, A., & Echeburúa, E. (2010). Valoración del riesgo de violencia: instrumentos disponibles e indicaciones de aplicación. *Psicothema, 22*(3), 403–409
- Arbach, K., & Alvarez, E. (2009). Evaluación de la violencia psicológica en la pareja en el ámbito forense. Documento de Trabajo. Departamento de Justicia, Generalitat de Catalunya.
- Arenas-Tarazona, D. Y., Pérez-Rey, E. J., Forgiony-Santos, J., Rivera-Porras, D. y Carrillo-Sierra, S. M. (2019). Validación de la escala breve de creencia sobre violencia de género (CVG-DEJDS). *Archivos Venezolanos de Farmacología y Terapéutica, 38*(5). 583. <https://bonga.unisimon.edu.co/items/b940edd4-968b-498c-9b2c-bf9ba37de693>
- Asensi, L. (2008). La prueba pericial psicológica en asuntos de violencia de género. *Revista Internauta de Práctica Jurídica, 21*, 15-29.
- Barbosa, T. P., Corrêa, M. A., Zimmer, M., & Santos Paludo, S. (2019). Domínios esquemáticos apresentados por mulheres em situação de violência conjugal. *Revista de Psicologia de IMED, 11*(2), 51-68. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i2.2982>
- Blázquez Alonso, M., & Moreno Manso, J. M. (2008). Análisis de la inteligencia emocional en la violencia de género. *Electronic Journal of Research in Educational Psychology, 6*(2), 475–500.
- Blazquez Alonso, M., Moreno, J. M. & Garcia Baamonde, M. E. (2010) Revisión teórica del maltrato psicológico en la violencia conyugal. *Psicología y Salud (20)*, 1, 65-75.
- Bonino, L. (1998). *Micromachismos, la violencia invisible*. Cecom.
- Bott, S., Guedes, A., Ruiz-Celis, A. P. y Adams, J. M. (2021). La violencia por parte de la pareja íntima en las Américas: una revisión sistemática y reanálisis de las estimaciones

- nacionales de prevalencia. *Revista Panamericana de Salud Pública* (45), 34. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.34>
- Bronfenbrenner, U. (1976). The ecology of human development: History and perspectives. *Psychologia*, 19(5), 537–549.
- Carvalho, L., & Senra, L. X. (2016). Homem vítima de violência conjugal: Uma análise bibliométrica e sistemática. *Revista Científica da Faminas*, 10(2), 119–138.
- Castro, R., & Casique, I. (2009). Violencia de pareja contra las mujeres en México: una comparación entre encuestas recientes. *CEPAL, Notas de población* (87), 35-62.
- Colossi, P. M., Razera, J., Haack, K. R., & Falcke, D. (2015). Violencia conyugal: prevalencia y factores asociados. *Contextos Clínicos*, 8(1), 55-66.
- Echeburúa, E., & Muñoz, J. M. (2017). Límites entre la violencia psicológica y la relación de pareja meramente disfuncional: implicaciones psicológicas y forenses. *Anales de Psicología*, 33(1), 18-25. <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.33.1.238141>
- Echeburúa, E., Corral, P., & Amor, P.J. (2002). Evaluación del daño psicológico en las víctimas de delitos violentos. *Psicothema*, 14, 139-146.
- Ellsberg, M., Jansen, H. A. F. M., Heise, L., Watts, C. H., & García-Moreno, C. (2008). Intimate partner violence and women's physical and mental health in the WHO multi-country study on women's health and domestic violence: An observational study. *The Lancet*, 371(9619), 1165–1172. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(08\)60522-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(08)60522-X)
- Evans, P. (1996). *The verbally abusive relationship: How to recognize it and how to respond*. Adams Media Corporation.
- Follingstad, D. R. (2007). Rethinking current approaches to psychological abuse: conceptual and methodological issues. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 439-458.
- Follingstad, D. R. (2009). The impact of psychological aggression on women's mental health and behavior: The status of the field. *Trauma, Violence, & Abuse*, 10(3), 271–289.
- Follingstad, D. R., Rutledge, L.L., Berg, B.J., Hause, E.S. y Polek, D.S. (1990). The role of emotional abuse in physically abusive relationships. *Journal of Family Violence*, 5(2), 107-120

- García-Moreno, C., Heise, L., Jansen, H. A. F. M., Ellsberg, M., & Watts, C. (2005). Violence against women. *Science*, *310*(5752), 1282–1283. <https://doi.org/10.1126/science.1121400>
- Goncalves de Melo, M. y Baptista, F. (2021). Violencia psicológica por parte de un compañero íntimo: construyendo una escala para el cribado. *Revista de Investigación en Psicología*, *24*(1), 159 - 178.
- Heise, L., Pallitto C, García-Moreno C., & Clark, C. J. (2019). Measuring psychological abuse by intimate partners: Constructing a cross-cultural indicator for the Sustainable Development Goals. *SSM Popul Health*. *19*. <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2019.100377>
- Heise, L., Pallitto, C., García-Moreno, C., & Clark, C. J. (2019). Measuring psychological abuse by intimate partners: Constructing a cross-cultural indicator for the Sustainable Development Goals. *SSM - Population Health*, *9*, 100377. <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2019.100377>
- Hudson, W. W., & McIntosh, S. R. (1981). The assessment of spouse abuse: Two quantifiable dimensions. *Journal of Marriage and the Family*, *43*, 873–888.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021, 7 de mayo). PNS 2019: em um ano, 29,1 milhões de pessoas de 18 anos ou mais sofreram violência psicológica, física ou sexual no Brasil [Comunicado de prensa]. Agência IBGE Notícias.
- Johnson, M. P., & Ferraro, K. J. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: Making distinctions. *Journal of Marriage and the Family*, *62*(4), 948–963.
- Loinaz, I. (2017). *Manual de evaluación del riesgo de violencia. Metodología y ámbitos de aplicación*. Editorial Pirámide.
- Martín-Fernández, M., Gracia, E., & Lila, M. (2019). Psychological intimate partner violence against women in the European Union: A cross-national invariance study. *BMC Public Health*, *19*, 1739. <https://doi.org/10.1186/s12889-019-7998-0>
- Ministerio de Igualdad. (2019). *Macroencuesta de violencia contra la mujer 2019*. Gobierno de España.
- Montero Gómez, A. (2001). Síndrome de adaptación paradójica a la violencia doméstica: Una propuesta teórica. *Clínica y Salud*, *12*(1), 5–31.
- Muñoz Vicente, J. M., & López-Ossorio, J. J. (2016). Valoración psicológica del riesgo de violencia: alcance y limitaciones para su uso en el contexto forense. *Anuario de Psicología Jurídica*, *26*(1), 130–140. <https://doi.org/10.1016/j.apj.2016.04.005>

- Murphy, C. M., & O'Leary, K. D. (1989). Psychological aggression predicts physical aggression in early marriage. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 57*(5), 579–582. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.57.5.579>
- NiCarthy, G. (1986). *Getting free: A handbook for women in abusive relationships*. Seal Press.
- Observatorio sobre Violencia Basada en Género hacia las Mujeres y Consejo Nacional Consultivo por una Vida Libre de Violencia de Género. (2020). *Segunda Encuesta nacional de prevalencia sobre violencia basada en género y generaciones*. Ministerio de Desarrollo Social (MIDES). <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/comunicacion/publicaciones/encuesta-nacional-prevalencia-sobre-violencia-basada-genero-generaciones>
- Organización Mundial de la Salud. (2013). *Respuesta a la violencia de pareja y a la violencia contra las mujeres: Directrices de la OMS para la práctica clínica*.
- Rey Anacona, C. A. (2009). Maltrato de tipo físico, psicológico, emocional, sexual y económico en el noviazgo: Un estudio exploratorio. *Acta Colombiana de Psicología, 12*(2), 27–36.
- Rodríguez-Carballeira, A., Almendros, C., Escartín, J., Porrúa, C., Martín-Peña, J., Javaloy, F. y Carrobles, J. A. (2005). Un estudio comparativo de las estrategias de abuso psicológico: en pareja, en el lugar de trabajo y en grupos manipulativos. *Anuario de Psicología, 36*(3), 299-314
- Russell, D. E. H. (1982). *Rape in marriage*. Indiana University Press.
- Salis, K. L., Salwen, J., & O'Leary, K. D. (2014). The predictive utility of psychological aggression for intimate partner violence. *Partner Abuse, 5*(1), 83–97. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.5.1.83>
- Schumacher, J. A., & Leonard, K. E. (2005). Husbands' and wives' marital adjustment, verbal aggression, and physical aggression as longitudinal predictors of physical aggression in early marriage. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 73*(1), 28–37. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.73.1.28>
- Schumacher, J. A., Slep, A. M. S., & Heyman, R. E. (2001). Risk factors for male-to-female partner psychological abuse. *Aggression and Violent Behavior, 6*, 255-268. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(00\)00027-6](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(00)00027-6)
- Segato, R. (2003). *Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Editorial Prometeo

- Seligman, M. E. P. (1975). *Helplessness: On depression, development, and death*. W. H. Freeman.
- Senado Federal. (2024). *Comparativo nacional de violência contra a mulher* [Relatório interativo]. Instituto DataSenado.
- Straus, M. A. (1979). *Conflict tactics scales (CTS)* [Database record]. APA PsycTests. <https://doi.org/10.1037/t02125-000>
- Straus, M. A. (2005). Reflections on “Measuring intrafamily conflict and violence.” In R. K. Bergen, J. L. Edleson, & C. M. Renzetti (Eds.), *Violence against women: Classic papers* (pp. 195–197). Pearson Education.
- Tolman R. M. (1989). The development of a measure of psychological maltreatment of women by their male partners. *Violence and victims*, 4(3), 159–177.
- Tolman, R. M. (1992). Psychological abuse of women. En R. T. Ammerman & M. Hersen (Eds.), *Assessment of family violence: A clinical and legal sourcebook* (pp. 291–310). John Wiley & Sons.
- Tolman, R. M. (2001). *The validation of the Psychological Maltreatment of Women Inventory*. En D.K. O’Leary y R.D. Maiuro (eds.), *Psychological abuse in violent domestic relations* (pp. 47-60). Springer Publishing Company.
- Walker, L. E. A. (1984). *The battered woman syndrome*. Springer.
- World Health Organization. (2013). *Understanding and addressing violence against women: Intimate partner violence*. World Health Organization. <https://iris.who.int/handle/10665/98816>
- World Health Organization. (2025). *Violence against women prevalence estimates, 2023: Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and non-partner sexual violence against women* (ISBN 978-92-4-011696-2). World Health Organization. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240116962>

## “Entre Mulheres”: uma análise da violência feminicida em nome da religião

Bianca Aguiar da Silva

Letícia Oliveira Peixoto

Suelen Aparecida de Oliveira

Tatiana Machiavelli

### Introdução

Imersas em um sistema profundamente patriarcal, as vidas das mulheres são constantemente atravessadas e impactadas pela violência de gênero. Monique Wittig (2019) enfatiza a importância de não ceder às tentativas de atribuir ao gênero caráter natural, pois, ao fazê-lo, naturaliza-se, por consequência, a opressão masculina, impossibilitando a superação desse regime de dominação e exploração das mulheres. As violências cometidas contra as mulheres são situadas, então, nesse sistema patriarcal que as produzem constituindo a violência feminicida – diferenças experiências de subjugação, exploração, dominação, exclusão e violências que abrange todo o contexto que torna possível e legítimo a consumação do feminicídio (Lagarde, 2008).

Sob a ótica das produções audiovisuais, o filme *Entre Mulheres* (título original *Women Talking*), dirigido pela canadense Sarah Polley e estreado em 2022, é, antes de tudo, uma obra extremamente sensível e angustiante. Através do retrato de silêncios, violências e enfrentamento, o filme conta a história da opressão, dominação e resistência vivida por mulheres situadas em uma comunidade menonita isolada - grupo cristão conhecido pelo pacifismo, vida simples e pelo isolamento social e tecnológico - na qual a violência feminicida se escalona e passa a se manifestar de modo cada vez mais frequente, intenso e impune. Cada cena, por sua sensibilidade, nos aproxima das dores das mulheres ali expostas.

O filme é a adaptação de um livro de mesmo título escrito por Miriam Toews, que nasceu e viveu em uma comunidade menonita até os 18 anos. Seu livro é inspirado em fatos reais ocorridos por volta de 2010 em uma colônia menonita da Bolívia com um grupo de mulheres que vinha sofrendo repetidas violências sexuais pelos homens da própria comunidade. Apenas quatro anos depois do início das agressões, insistentes tentativas dos anciãos de convencer as mulheres de que eram vítimas de ataques espirituais e/ou sobrenaturais, dois homens foram flagrados e mediante isso confessaram e denunciaram os demais agressores, que por fim admitiram terem estuprado mais de 130 pessoas que tinham

entre 3 a 65 anos de idade (Redação Marie Claire, 2023).

Miriam disse, em entrevista ao *The New York Times* “Senti que tinha a obrigação de escrever esperança de mudança para meninas e mulheres menonitas” (Redação Marie Claire, 2023, *online*). A obra é a produção de memória: durante todo o filme, a lembrança retoma a violência e assume a forma de tortura. Lembrar torna-se um castigo, um tormento. No filme, as memórias que emergem das mulheres são a continuação da violência, a impossibilidade de paz, um martírio incessante. A memória evoca o desamparo diante de sucessivas violências impunes e a vulnerabilidade de ser mulher em uma sociedade marcada pela dominação masculina, onde o valor de nossas vidas é condicionado à subordinação ao homem. Ao mesmo tempo, de forma paradoxal, a construção do filme parece ser uma tentativa de produzir outra possibilidade de vida para as mulheres. É um registro em que as mulheres, ainda que sob o ataque da violência patriarcal e feminicida, não a vivenciam mais de forma isolada e martirizada pela culpa cristã e o discurso misógino. Na verdade, o filme narra uma história que reafirma o esperar como verbo e prática possível, evidenciando que a ação organizada e coletiva é capaz de construir novos caminhos de resistência, libertação e emancipação das mulheres.

Apesar do esforço de Miriam Toews em construir uma narrativa de esperança, a realidade é que, fora da ficção, a vida das mulheres permanece atravessada pela violência feminicida. No Brasil, os números da violência contra as mulheres são estarrecedores: o país registrou 196 estupros de mulheres e meninas por dia em 2025; no mesmo período, a cada 24 horas, dez mulheres sofreram tentativas de feminicídio e quatro foram assassinadas em virtude de serem mulheres, configurando crime de feminicídio (Brasil, 2024).

Assim, partindo de estudos feministas e da perspectiva sócio-história, construímos uma análise acerca das vivências das personagens dessa narrativa buscando compreender os impactos da violência feminina em suas vidas, bem como seus modos de enfrentamento. A seguir, a narrativa será detalhada, assim como suas personagens principais também serão apresentadas. Além disso, será discutido o entrelaçamento entre a narrativa do filme, os impactos dos discursos religiosos e sua relação com as opressões de gênero que operam na família. Ademais, será brevemente discutido os impactos psicossociais das violências vivenciadas pelas personagens do filme.

### **Breve síntese: trajetórias e caminhos das personagens**

O filme acompanha a trajetória de um agrupamento de mulheres em seu processo de se

tornar um grupo e a partir disso, lutar coletivamente por sua emancipação. Segundo Lucília Reboredo (1995, p.101-102), esse processo de transformação e constituição de um grupo

[...] não ocorre de forma linear. A lógica que rege este movimento é a dialética, logo, o devir progressivo-regressivo, assim, os momentos que exteriorizam o concreto do grupo vão sendo superados pela síntese das contradições que geram novas contradições e novas sínteses e evoluem para momentos posteriores, nos quais as relações entre os sujeitos vão se revestindo de valores comunitários.

Vemos no filme a transformação de uma demanda, historicamente identificada como sendo de cunho individual, tornando-se grupal e culminando em uma ação coletiva, que é “produto de organizações onde indivíduos se agrupam para discutirem interesses individuais ou coletivos, dependendo do seu compromisso político e da sua conscientização” (Reboredo, 1995, p.12). Esse movimento as retira da serialidade, momento em que o indivíduo vive alienado e descompromissado em relação às demandas das outras pessoas, se importando apenas consigo mesmo e tentando resolver de modo individual, problemas que são coletivos (Reboredo, 1995). Quando o pessoal se torna político, como o movimento feminista tem sinalizado, são criadas estratégias coletivas de enfrentamento.

A cena que inicia o filme nos antecipa o tom acinzentado e frio que terá a fotografia de toda a obra, além de já indicar sinais da gravidade e sensibilidade da narrativa que será apresentada. Uma mulher pálida, com hematomas e sangue entre as pernas, sobre uma cama cujo lençol, que parece ser branco com estampa de flores, se confunde com as suas vestes. No primeiro segundo o(a) espectador(a) pode acreditar que a moça está morta. O tom frio e mórbido das cores acinzentadas associado a posição e aos machucados aparentes da mulher, causa uma sensação e percepção de morte. Entretanto, nos segundos seguintes, a moça, Ona (Rooney Mara), acorda. Ela se senta na cama, olha para si e percebe o sangue. Embora a jovem não demonstre grande surpresa, comoção e agonia, a cena é devastadora. E a pouca reação expressa por ela, torna a situação ainda mais angustiante, pois se prevê o que logo será anunciado, essa não foi a primeira vez. Ona chama sua mãe e diz “de novo” (Entre Mulheres, 2022, 1min19s).

Adiante, espectadores(as) descobrem que Ona não é a única vítima, ela é uma entre tantas outras mulheres de uma comunidade religiosa isolada, que tem sido alvo de repetidas violências sexuais. O crime é cometido enquanto a cidade dorme. Os agressores, homens da própria comunidade, invadem as casas durante a noite, dopam as mulheres com tranquilizantes

feito para as vacas e as violentam. Assim, as meninas e mulheres amanhecem com rastros de sangue, dores, hematomas e ferimentos de toda ordem, sem saber ou entender o que aconteceu com seus corpos.

Entre o silêncio e a denúncia, meninas e mulheres ouviam daqueles tidos como sendo os mais sábios, que a agressão era fruto do sobrenatural, espiritual ou do imaginário. Foi apenas após flagrar um dos agressores que as denúncias foram, minimamente, validadas, embora ainda assim, todos os homens da colônia tenham se mantido na defesa dos criminosos. Dessa forma, o filme retrata o processo de decisão das mulheres sobre as possibilidades de enfrentamento diante do fato de que não estão seguras, visto que os homens da comunidade foram pagar a fiança dos abusadores e, portanto, logo retornarão ao mesmo local onde cometeram seus crimes. A comunidade estabelece que as mulheres teriam dois dias para perdoá-los ou seriam obrigadas a deixar a colônia e, conseqüentemente, perderiam a promessa de um lugar no céu.

O processo decisório, obviamente, está envolto em discussões e embates. A princípio, foi feita uma votação entre perdoar, ficar e lutar, ou partir. A voz narradora ressalta que “As meninas na nossa colônia tiveram pouco estudo. Mal sabíamos ler ou escrever. Mas naquele dia, nós aprendemos a votar” (Entre mulheres, 2022, 4min32s). Para que a votação fosse possível, foi realizado um desenho correspondente a cada opção citada anteriormente, sendo eles, respectivamente: uma paisagem, uma luta entre um homem e uma mulher, e um cavalo. Entretanto, a votação resultou no empate entre ficar e lutar e partir. Diante disso, três famílias são eleitas para decidir o que todas as mulheres fariam: a de Salomé (Claire Foy), Mariche (Jessie Buckley) e Ona. Nesse momento, elas pedem para August (Ben Whishaw), professor dos meninos da comunidade, para fazer o registro de todas as discussões. Na fala de cada mulher desenhava-se o impacto da religião em suas vidas, pensamentos, e possibilidade de ações.

O filme, construído em tons acinzentados e cores dessaturadas, parece explicitar o terror e angústia produzido pelas violências. Aliado a isso, o contexto rural e toda a misoginia expressa leva o(a) espectador(a) a acreditar que o filme se passa em outro século, até o momento em que é confrontado(a) com elementos próprios do tempo presente, retratando, assim, o ano de 2010. Esse cenário indica que a violência patriarcal não foi superada, que as mulheres seguem sendo vitimadas pela misoginia e que os direitos estão sempre em disputa, jamais permanentemente garantidos.

Tendo em vista que todo o filme se constrói a partir das violências direcionadas às mulheres, é importante pontuar o modo que se escolheu retratá-las. Os abusos sexuais não são

representados de modo explícito e descuidado, ainda assim, não há dúvidas de sua realidade na narrativa. Vale salientar que em muitos filmes cuja violência sexual se faz presente, principalmente aqueles dirigidos por homens, tais atos são explicitamente encenados, escolha que tem sido questionada, devido seu caráter potencialmente fetichista e violento. Nessa obra, no entanto, há um cuidado em não deixar dúvidas quanto à veracidade e gravidade das violências sem que para isso seja necessário produzir cenas que possam vir a expor as atrizes e naturalizar e/ou fetichizar tais atos criminosos.

Entre os(as) personagens, destacam-se aqueles que estiveram presentes durante as discussões sobre partir ou lutar: Ona, Salomé, Mariche, August, Mejal (Michelle McLeod), Autje (Kate Hallett), Neitje (Liv McNeil), Agata (Judith Ivey), Greta (Sheila McCarthy) e Scarface (Frances McDormand). Ona é uma mulher jovem, loira, magra e a espera de um bebê advindo de um estupro. Sua fala é ser pontual e precisa, ela parece representar no filme um ideal de mulher racional e contida. Suas características são postas em contraste com as de Salomé e Mariche, mulheres cuja fala e ação são quase sempre expressas em urgência e com intensa carga afetiva. Salomé é a mais indignada e reativa a toda a violência que elas têm sistematicamente sofrido. Apesar de fazer parte da comunidade, tem uma postura menos submissa à religião e confronta diversas vezes as contradições e incoerências do discurso religioso misógino. Mariche se contrapõe a Salomé e assume uma posição, de início, mais alinhada ao discurso religioso. Ao longo do filme são revelados mais aspectos que permitem melhor compreender sua postura endurecida e a reprodução de concepções machistas.

Agata (Judith Ivey) é mãe de Ona e, apesar de todo o contexto, permanece com um sorriso amável e estável em seu rosto, o que é, de alguma maneira, angustiante. Agata e Ona compartilham de uma mesma doçura que não corresponde à violência do contexto. Greta (Sheila McCarthy) é a mãe de Mariche e sua fala é marcada por metáforas feitas entre a situação atual que vivenciam e as experiências que teve junto a suas éguas. Scarface (Frances McDormand) é uma senhora muito religiosa cujo olhar tornou-se algo entre a apatia e a tristeza. Ela não ficou muito tempo com as mulheres, discordava do que estava sendo debatido e vai embora da comunidade. Ademais, havia com elas três adolescentes, Mejal (Michelle McLeod), Neitje (Liv McNeil) e Autje (Kate Hallett). A última citada é filha de Mariche e em toda a obra se mostra atenta e afetada pelos acontecimentos.

Todas elas perderam algo pela violência à qual foram submetidas. A mãe de Neitje após o início dos ataques cometeu suicídio por enforcamento. As demais, embora vivas, perderam a vivacidade, revelando um processo de aniquilamento subjetivo nesse processo de violência.

Algumas tiveram perdas físicas, como Greta que perdeu vários dentes e precisou usar dentadura, Ona que ficou grávida, Mejal que passou a ter crises de pânico e a fazer uso de cigarro, Melvin que engravidou e sofreu um aborto, e Miep, filha de Salomé, que com apenas quatro anos, após o abuso, precisou tomar antibióticos. Para além disso, todas sofreram intensos impactos psicológicos. A violência massiva e impune produziu uma insegurança generalizada. Como poderiam se sentir seguras enquanto eram violadas e tinham suas denúncias desacreditadas e/ou negligenciadas? De crianças a idosas, todas estavam expostas e vulneráveis a serem alvo da violência misógina. Suas vidas não tinham valor para os homens da comunidade.

### **A monocultura da fé na produção de violações**

É importante ressaltar que a movimentação das mulheres no longa metragem não teve caráter inédito naquela comunidade. August, o professor dos meninos, conta ter sido forçado a deixar a colônia, anteriormente, devido aos discursos e posicionamentos de sua mãe, uma mulher que questionava as relações de poder e as regras inventadas e impostas em nome de Deus. Durante o filme, várias comparações são feitas entre ela e Ona, equiparando o conteúdo de suas falas e concepções de mundo. Assim, observa-se que nessa lógica cristã não há espaço para pluralidade de pensamento e/ou divergências, aquele(a) que se difere da norma é negado(a) e excluído(a) em favor da preservação da monocultura. Nesse sentido, Geni Nuñez (2023a) entende o cristianismo como uma monocultura, isto é, uma estrutura colonial baseada na impossibilidade de concomitância, e afirma que:

[...] só pelo fato de se pôr como universal, por sua imposição, é preciso que se reconheça, toda monocultura é violenta, é invasiva e violadora. Se seu ponto de partida já é a negação do outro, expressa na ideia de conversão e de cura de tudo que é diverso e múltiplo, então ela não pode ser compreendida como uma opção entre outras válidas, mas como a não opção, como a que justamente impede que haja possibilidade de escolhas. (p.117)

Ao se pensar e viver a partir dos pressupostos da monocultura, nota-se que as dicotomias são agravadas ao passo que a flexibilidade e fluidez são substancialmente cerceadas. As implicações disso são evidentes nas falas das personagens quanto à decisão em perdoar ou não os homens abusadores. Vale ressaltar que as dicotomias citadas não garantem, por exemplo, que aqueles tidos como cristãos e, conseqüentemente, bons, não cometam

violências, muito pelo contrário. Já no início do filme, a narradora denuncia: “Quando acordávamos sentindo mãos que não estavam mais ali, os anciãos nos diziam que era obra de fantasmas ou de Satanás... Ou que estávamos mentindo para chamar atenção... Ou que era fruto da imaginação fértil feminina... Isso continuou por muitos anos. Com todas nós.” (Entre Mulheres, 2022, 1min24s). Desse modo, ainda no início do filme já percebemos que o discurso religioso atuou, fortemente e por várias vias, na manutenção das violências cometidas contra essas mulheres.

O negacionismo é uma forma de tentar dar um sentido ético às violências, um meio de criar uma conciliação emocional consigo e com o mundo. [...] O que costuma acontecer é justamente uma negação e ela se dá através da desqualificação das vítimas e um apelo moral ao agressor, como se “ser uma boa pessoa” fosse um impeditivo direto de cometer violências. O que fica obliterado nesse caminho é que a maior parte das opressões acontecem não em nome do mal e do ódio, mas em nome do amor, do bem, da moral (Nuñez, 2021, p. 4).

À medida que os anciãos associavam os abusos sexuais a figuras sobrenaturais, negligenciavam tais crimes, desviavam a responsabilidade dos homens, tornava desnecessário a realização de investigações e, por consequência, permitiam que as violências se repetissem. Da mesma forma, quando sugeriam que os relatos das mulheres eram obra de sua imaginação e/ou busca por atenção, produziam invalidação e questionamentos acerca do sofrimento advindo da violência. É pertinente pontuar que o discurso da loucura é um caminho comum quando se busca deslegitimar mulheres, pois “[...] o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros [...]” (Foucault, 2008, p.10). Assim, a loucura enquanto categoria, embora muitas vezes associada a biologia é, na verdade, utilizada como uma estratégia de controle social para silenciar discursos e comportamentos indesejados, isto é, aqueles que fogem do padrão hegemônico e não se alinham aos interesses dos grupos dominantes.

Ademais, o perdão, junto à preocupação com o merecimento ou não de ir para o céu, é uma temática que aparece reiteradamente na fala das personagens. Esse embate se inicia quando é imputado a elas a necessidade de, dentro de dois dias, perdoarem os agressores que logo retornariam à comunidade, pois, caso contrário, seriam obrigadas a deixar a colônia e, assim, também estariam renunciando o lugar que, até então, as aguardava no céu. Nesse contexto, Scarface diz: “Perdoar é parte da nossa fé. Sempre perdoamos quem nos fez mal. Por que não agora? [...] A única coisa importante a definir é se perdoaremos os homens. Para

podermos cruzar os portões do Céu.” (Entre Mulheres, 2022, 7min6s). Scarface é a personagem mais rigidamente religiosa e permanece com esta opinião até o final do filme, sendo uma das poucas mulheres, senão a única, que decide não partir.

Entretanto, essa não é a única perspectiva posta em debate. Salomé, inúmeras vezes, rebate o que dito e repetido por Scarface e Mariche, deslocando a discussão desse argumento engessado sobre o pecado e o perdão que não leva em conta as vivências daquelas mulheres violentadas. Por exemplo, quando Mariche questiona como Deus as encontrará caso saiam da comunidade, Salomé responde: “Jesus é capaz de voltar à vida, viver milhares de anos, e descer na Terra para resgatar seus apoiadores. Ele será capaz de nos encontrar.” (Entre Mulheres, 2022, 7min49s).

Desse modo, Salomé ao longo da narrativa ocupa um lugar importante de não aceitar passivamente as respostas prontas dadas pelo discurso religioso, ao contrário, assume uma postura ativa e questionadora que leva as demais personagens a refletirem. Junto a ela, Ona, ainda que de forma mais moderada, também questiona a ordem vigente e, quando Scarface, julgando-as, indaga o significado de ir para o céu para as demais mulheres, Ona responde: “Deve ter alguma coisa que faça valer viver esta vida, não só na próxima.” (Entre Mulheres, 2022, 8min23s). Esta questão apontada por Ona é de extrema relevância, pois, a promessa de uma vida posterior celestial permite o negligenciamento, a exploração e a precarização da vida na Terra à medida em que, sob o intuito de conquistar e merecer a vida no paraíso, tudo se torna aceitável durante a vida mundana (Núñez, 2023b), inclusive, perdoar os abusadores que estupraram dezenas de mulheres de sua própria comunidade.

Diante da possibilidade de não perdoarem os homens e partirem, logo surge a indagação de quem as perdoaria, já que elas desobedeceriam justamente aqueles que poderiam perdoá-las, os anciãos. Nesse momento, Salomé argumenta:

Não precisamos ser perdoadas pelos homens de Deus por proteger as crianças das atitudes depravadas dos mesmos homens a quem devemos pedir perdão! Se Deus é um Deus do amor, Ele mesmo vai nos perdoar. Se Deus for vingativo, então Ele nos criou à imagem Dele. Se Deus é onipotente então por que Ele não protegeu as mulheres e meninas desta colônia? Eu vou destruir qualquer ser vivo que machucar minha filha. Vou arrancar cada membro. Vou profanar o corpo e enterrar vivo. Quero que Deus me mate logo de uma vez se eu pequei por proteger minha filha do mal e por destruir esse mal para que não machucasse

mais ninguém! Eu vou mentir, eu vou caçar, eu vou matar. Vou dançar sobre túmulos e vou queimar pra sempre no Inferno antes de permitir que outro homem satisfaça seus ímpetos violentos com o corpo da minha filha de 4 anos! [...] Vou me tornar uma assassina se eu ficar. (Entre mulheres, 2022, 5min24s).

Salomé escancara que os mesmos que cobram o perdão das mulheres foram os que cometeram ou permaneceram coniventes com as violências das quais elas tornaram-se vítimas, trazendo à tona assim o questionamento sobre o porque precisariam do perdão desses homens. Feito todo o debate, a decisão final das mulheres foi por partir. E, apesar de todo o enfrentamento feito por Salomé, tal escolha ainda foi subsidiada pela fé e tendo em vista uma perspectiva de um futuro perdão. Greta diz que:

Partir vai nos dar a perspectiva mais ampla que precisamos ter para perdoar. [...] Portanto nossa partida não seria um ato de covardia ou abandono. Não seria porque fomos excomungadas ou exiladas. Seria um ato supremo de fé. Um passo em direção ao amor e ao perdão. Partir é a maneira de demonstrar a nossa fé. Vamos partir porque a nossa fé é mais forte do que as regras. Maior que a nossa vida” (Entre Mulheres, 2022, 60min38s).

Quanto a isso, Ona também concorda e diz que com a distância talvez se torne capaz de perdoar os agressores, ter pena, entendê-los e até amá-los. Em seguida repete várias vezes a frase “Sempre seguindo, nunca brigando” (Entre Mulheres, 2022, 59min25s). Assim, nota-se as implicações do atravessamento da religião nos modos de pensar, sentir e agir dessas mulheres que são levadas a se sentirem culpadas e imputadas a perdoar aquele que as violentou sistematicamente e repetidamente, amando acima de tudo e apesar de qualquer coisa. Nesse sentido, Geni (2023b, p. 28) convida a descolonizar o pensamento, isto é, a “termos certa desconfiança em relação àquilo que nos ensinaram que era justo e correto, porque era em nome do amor e do bem”, pois, é justamente em função do suposto bem que muitas violências são executadas e legitimadas.

### **Opressões de gênero e relações familiares**

No início do filme já somos convocadas(os) a pensar sobre a organização e pseudo proteção masculina. Após a prisão dos agressores, os demais homens moradores da colônia foram até a cadeia com o intuito de pagar a fiança dos abusadores. Esses elementos nos

auxiliam a compreender a complexa e severa sequência de violência à qual foram sujeitas essas mulheres. Primeiro, a violação de seus corpos, em seguida a invalidação e deslegitimação dos seus relatos e, quando comprovada a veracidade de suas falas, sua segurança e seus sentimentos são completamente desconsiderados pela comunidade. Ainda sobre a responsabilidade dos homens, e em resposta a Mariche, que tentava defender a inocência dos acusados, Ona diz:

É possível que não sejam culpados pelos ataques, mas não são culpados por não os impediram? Por saberem e não fazerem nada? [...] Sabemos que as condições foram criadas pelos homens e que esses ataques são possíveis por causa das circunstâncias da colônia. E essas circunstâncias foram criadas e instituídas pelos homens. (Entre Mulheres, 2022, 19min53s).

Os homens escolhem trazer de volta à colônia os mesmos indivíduos que violentaram todas aquelas dezenas de mulheres. Esse acontecimento nos remete à fala da narradora: “Olhando para trás, víamos as migalhas pelo caminho que levou à violência. Quando olhávamos para trás podíamos ver que estava em todos os lugares, quer tivesse acontecido ou ainda não.” (Entre Mulheres, 2022, 42min49s). Quantas violências antecederam, mesmo que silenciosamente, os estupros praticados contra as meninas e mulheres da colônia? O filme não retoma a história da comunidade e, portanto, não podemos descrever esse processo. Pode-se imaginar, contudo, as violências simbólicas que somadas, naturalizadas e acumuladas, culminaram na produção da realidade exposta no filme.

Quando discutiam sobre o que fariam, Ona pontuou a possibilidade de pedir que os homens partissem, visto que foram eles que cometeram crimes violentos contra as mulheres. Em resposta a isso, Ágata diz:

Nenhuma de nós jamais pediu nada aos homens. Nada mesmo. Nem mesmo para passar o sal. Nem um centavo ou um momento a sós. Ou para trazer a roupa suja, abrir a cortina, ou para serem gentis com os mais jovens. Ou para colocar a mão na minha lombar ao tentar pela décima segunda ou décima terceira vez expulsar um bebê do meu corpo. Não é interessante que o único pedido que faríamos aos homens seria para eles partirem? (Entre Mulheres, 2022, 21min29s).

Logo em seguida, Ágata ri e todas as mulheres riem junto. Apesar da aparência cômica, essa observação apontada por ela denuncia a inércia dos homens frente a sobrecarga das mulheres. “No fim das contas, a dona de casa, de acordo com a ideologia burguesa, é

simplesmente a serve de seu marido para a vida toda.” (Davis, 2016, p. 227). Nesse sentido, estar em um relacionamento amoroso é vantajoso para homens e dispendioso para mulheres, configurando-se inclusive como um fator de risco à saúde mental delas à medida que o relacionamento é fundamentado pela desigualdade de investimento afetivo e por violências. Assim, ao mesmo tempo que as mulheres são prejudicadas, os homens se beneficiam da subserviência e submissão impostas a elas.

Para Silvia Federici (2021), o salário masculino consolidou a dependência econômica feminina, garantindo o controle dos corpos e das subjetividades. A autora argumenta que o capitalismo e s t r u t u r a e reforça o controle sobre as mulheres ao restringi-las ao espaço doméstico, exigindo delas um trabalho invisível e não remunerado. No filme, isso aparece na vida cotidiana das mulheres: elas cuidam da casa, de filhos(as) e do marido, mas não têm qualquer poder de decisão sobre sua própria vida ou organização coletiva. Desse modo, ao mesmo tempo que não recebem nenhum tipo de reconhecimento, realizam um trabalho árduo sem o qual os homens não sobreviveriam. Ágata chega a dizer, inclusive, que se dessem aos homens a possibilidade de irem com elas “eles com certeza partiriam conosco, porque não sobrevivem sem nós.” (Entre Mulheres, 2022, 47min 41s) o que novamente ressalta a ambiguidade que envolve o trabalho do cuidado: invisibilidade/desvalorização e necessidade.

A fim de compreender mais profundamente as relações de poder que se constituem, baseadas no gênero, em contextos familiares, podemos analisar a vivência de Mariche. Durante os primeiros sessenta minutos do filme, assistimos suas falas, ações e posturas sempre duras e frequentemente insensíveis, sem alcançar compreensão sobre os mecanismos instituídos de violência e opressão. Entretanto, quando Ona, Salomé e Greta entram em discussão acerca de seu casamento, conhecemos outra faceta de sua história que revela o processo de naturalização e transgeracionalidade da violência. Mariche é casada com Klaas, um homem que parece ter influência na comunidade, e com ele possui muitos(as) filhos(as), entre eles(as), a Autje. Klaas estava entre os homens que foram presos devido aos casos de abusos sexuais.

Em dado momento, Ona questiona Mariche e ela a responde indagando “Quem é você? Ou qualquer uma de vocês, para fingir que eu tive escolha?” (Entre Mulheres, 64min18s). Sua mãe, Greta, argumenta em seu favor: “Eu também sinto muito Mariche. Eu não tentei proteger você ou suas crianças do Klaas. E o que diz é verdade. Você não teve escolha. Você o perdoou várias e várias vezes, como mandaram você fazer. Como eu mandei você fazer. Sinto muito.”

(Entre Mulheres, 2022, 64min43s) evidenciando que ela própria incentivou a filha a perdoá-lo e a ignorar suas violências. Sobre isso, Meriche diz que “Não foram só os homens e meninos que foram excelentes alunos.” (Entre Mulheres, 2022, 65min40s). Nesse caso, a mãe de Meriche pede desculpas por não ter priorizado a vida e integridade de sua filha e netos(as).

Embora o filme retrate essa vivência de acolhimento materno, estudo de Ana Clara Nunes e Tatiana Souza (2025) aponta que o enfrentamento a violência conjugal e o rompimento do matrimônio violento nem sempre são acolhidos pela família das mulheres em contextos de violência, ao contrário, muitas vezes prevalece a responsabilização da vítima pelas agressões sofridas. A partir desses dados as autoras destacam o risco presente no encontro entre o discurso familiar e o religioso, apontando que este pode impedir a efetivação de leis e políticas de proteção às mulheres em face à crença sobre o perdão do agressor. Ademais, ressalta-se que a permanência em relacionamentos violentos também tem influência do sistema monogâmico patriarcal, isto é, da monocultura afetiva, pois sob essa lógica, o amor romântico se prova e comprova pelo sacrifício e pelo abdicar-se de si, portanto, permanecer na relação mesmo que sob alvo de violência é estimulado e socialmente recompensado (Nuñez, 2023b).

Retomando a narrativa, quando Klaas chega à colônia e as mulheres decidem que irão partir, todas se encaminham às suas casas para recolher pertences para a saída na manhã seguinte. Ao amanhecer, as mulheres se reúnem mais uma última vez no paiol antes de partirem. Nas paredes os cartazes e desenhos produzidos durante as discussões. Mariche chega com Autje em uma tipoia de pano improvisada auxiliando a sustentação do braço. Seu rosto coberto por hematomas, seu olho direito inchado e roxo, sua pele machucada. Autje estava com um grande roxo na bochecha e marcas no queixo, ela ajudava a mãe a se mover. As mulheres as acompanham com o olhar. Greta com a boca aberta e evidente angústia e agonia, embora não estivesse exatamente surpresa. Perguntam por Klaas, Autje responde que ele estava dormindo profundamente, que estava muito bêbado no dia anterior. Ela explicou ainda que ele a viu chegar tarde e, em seguida, dirigiu-se ao celeiro, onde percebeu que os cavalos haviam sido levados. Questionam Mariche sobre ela ter contado algo sobre o plano e Autje confirma: a mãe havia relatado tudo porque ele não cessava as agressões contra a filha e essa foi uma forma de distraí-lo. Mariche então afirmou que ele provavelmente não acreditou no relato e que, mesmo que tenha acreditado, não se lembrará de nada, permanecendo desacordado durante toda a manhã. Fica evidenciado que, para os homens, as mulheres são objetos – e não sujeitas – incapazes de romperem com essa espiral de violências.

### **Impactos psicossociais da violência feminicida**

Autje confidencia, ainda nos primeiros minutos do filme: “Eu imaginava quem eu seria se não tivesse acontecido comigo. Eu sentia falta da pessoa que eu podia ter sido” (*Entre Mulheres*, 2022, 2min29s). A fala evidencia os impactos e as fragilidades produzidas pela violência feminicida sofrida ainda na infância. Desse modo, tornam-se visíveis as implicações de uma infância interrompida por uma violência que foi, simultaneamente, individual e coletiva. Essas mulheres, além de terem sido alvo direto dos abusadores, vivenciaram também a violência compartilhada no convívio comunitário. Para além da dor e das repercussões da agressão sexual sofrida de forma isolada, elas enfrentaram a experiência de presenciar, ainda que não o ato em si, mas as consequências dos abusos vividos por cada mulher ao seu redor. Todas acompanharam os desdobramentos da violência, desde as sequelas físicas até os impactos psicológicos. Nesse contexto, cada uma passou a dormir com medo por si e pelas meninas e mulheres próximas, como filhas, mães, irmãs, vizinhas, instaurando-se um clima de terror generalizado marcado por uma vivência de medo individual e coletivo.

Em dado momento, Greta diz que elas foram caçadas tal como animais. Em outro contexto, Ona diz que até os animais estão mais seguros do que as mulheres. O cenário que se desenha é de medo, insegurança e incerteza. Diante de um contexto tão adoecedor, é notável os rastros deixados nas vidas que por ele foram atravessadas. A narradora diz:

Muitas de nós nos víamos de cima. Não sei ao certo se era Deus, e nos víamos através dos olhos Dele. Ou se não conseguíamos estar ali. No nosso próprio corpo. De onde eu venho, de onde sua mãe vem, nós não falávamos sobre nossos corpos. Então quando algo assim acontecia, não sabíamos explicar. E, sem palavras, havia um abismo de silêncio. E naquele abismo morava o verdadeiro terror (*Entre Mulheres*, 2022, 11min52s).

Frente à insuportável realidade, quaisquer alternativas psíquicas de distanciamento entram em ação. Sem a fala para mediar o que acontece no corpo, as meninas e mulheres se isolavam ainda mais na solidão da culpa, vergonha e medo. Assim, no decorrer do filme nos deparamos com diferentes impactos psicossociais que variam conforme os tantos elementos que compõem a história de cada uma das mulheres ali narradas. Tabagismo, crises de pânico, infecções, gravidez, dissociações, silenciamentos, ansiedades e até mesmo suicídio. Salomé diz que:

Fomos atacadas por homens. Não por fantasmas ou Satanás, como nos

fizeram achar por tanto tempo. Sabemos que não imaginamos esses ataques. Que nos deram tranquilizantes para vacas. Sabemos que estamos feridas, infectadas, grávidas, apavoradas e loucas, e algumas de nós estão mortas. Sabemos que devemos proteger nossas crianças, quem quer que seja culpado (Entre mulheres, 2022, 18min54s).

A mãe de Neitje, amiga de Autje, se enforcou pouco tempo depois do início dos ataques. A narradora conta que “Isso nos fez pensar por que nossos pés iam adiante se os dela não conseguiram. O que nos diferencia das que foram deixadas para trás?” (Entre Mulheres, 2022, 13min47s). Durante a reunião em que a decisão é debatida, Salomé relata a necessidade de administrar antibiótico a Miep, sua filha, enquanto outra mulher conta que só conseguiu o medicamento após caminhar por um dia e meio, carregando a criança nas costas, até a clínica móvel. Greta, profundamente tocada, lacrimeja em silêncio. Ágata ora com urgência; Ona acaricia o ventre que carrega o fruto de uma violência sexual; Autje e Neitje permanecem caladas, sentadas no chão, apoiadas na parede de madeira do paiol, com o olhar voltado para baixo. As duas trançaram seus cabelos, permanecendo fisicamente unidas, amarradas uma à outra. Greta retira a dentadura e pede desculpas a Mariche, sentada ao seu lado, explicando que ela é grande demais para sua boca. Ao lado delas, Mejal apresenta uma expressão de profunda angústia. Em seguida, a narrativa visual retorna ao momento em que Greta desperta após a violência sofrida: há sangue em sua boca e dentes soltos, arrancados de seu rosto. A cena é marcada por tons acinzentados, silêncio e opressão, enquanto, em segundo plano, ecoa a oração de Ágata. Salomé toma Miep nos braços, Ágata senta-se ao seu lado, e Ona, Greta e Mejal se aproximam. Juntas, entoam um cântico religioso, compartilhando um sofrimento silencioso. Todas sabem que a criança, apesar de ter apenas quatro anos, também foi violentada, e reconhecem, coletivamente, a dor prolongada de viver sob uma violência que se impõe de forma contínua e compartilhada.

Quando voltam a discutir sobre permitir ou não a presença dos homens na partida, Mejal acende um cigarro com as mãos trêmulas, olhar angustiada e respiração tensa. A decisão sobre partir ainda não havia sido oficialmente tomada, mas já se pensava nos detalhes da suposta partida. Mejal fica cada vez mais ofegante e alguém pergunta se ela estava bem, Salomé percebe que não e que ela está tendo “um daqueles episódios” (Entre Mulheres, 2022, 48min 38s). Salomé e Greta a deitam no chão, sua respiração fica cada vez mais ofegante, Mejal fecha os olhos e tem expressão de choro. Nesse instante surge a cena de quando ela acorda após a noite em que foi abusada. Ela está de pé e vemos o chão ser preenchido por pingos de sangue

que caem por entre suas pernas. Muda-se o ângulo e vemos sua cama manchada de sangue, Mejal grita olhando para o chão ensanguentado. Fora da lembrança, Salomé acende um cigarro e passa a fumaça perto de Mejal na tentativa de acalmá-la. Meriche observa de longe a cena, desinteressada. Autje vê o acontecimento diante de si paralisada.

Assim que Mejal consegue se levantar, Mariche diz: “Por que só a Mejal.. [...] Todas nós fomos atacadas. Nem todas precisam chamar tanta atenção [...] Você tem esses ataques. Você fuma. Por quê? Por que é tão mais difícil pra você do que pra nós? Todas fomos atacadas. Todas nós.” (Entre Mulheres, 2022, 49min36s). Mejal se defende e diz que “Eles fizeram a gente não acreditar em nós mesmas. Isso foi pior do que...” (Entre Mulheres, 2022, 50min31s). Desse modo, Mejal aponta para a violência de terem tentado manipulá-las e fazê-las desacreditar daquilo que foi absurdamente, terrivelmente e concretamente real. Percebemos que a violência sexual é antecedida e pós-sucedida por reiteradas violências simbólicas, morais, institucionais que agravam a experiência de dor e sofrimento, assim como o sentimento de importância.

Assim, ao longo do filme, foi se percebendo, com pesar e angústia, os impactos e os desdobramentos de todas as violências das quais elas foram vitimadas e, diante da impossibilidade de se apagar o passado, cada uma a partir de suas possibilidades cria seu modo de sobreviver e resistir à violência feminicida.

Chegado o momento da decisão, quando alguém pergunta se irão partir, quem responde é Autje, que diz “Sim. [...] Sabemos por que vamos partir. É porque não podemos ficar.” (Entre Mulheres, 2022, 67min55s). E então todas as mulheres se organizam para tornar possível a partida ao amanhecer. Durante a manhã, Ágata passa mal e parece não sobreviver até o nascimento do neto, filho de Ona. Para além dela, quantas mulheres foram enterradas antes que fosse possível essa transformação na colônia? Quantas sequer puderam vislumbrar a possibilidade de um futuro em liberdade e com autonomia? “Talvez o maior desafio quando discutimos violações não seja tanto o combate às violências que explicitamente se põem a favor do ódio, mas sim quanto elas operam com base em um vocabulário e em um repertório que se organiza em nome do bem, do amor, da salvação, do respeito, da família e seus supostos bons costumes.” (Nuñez, 2023a, p.117).

Na saída, muitas mulheres, muitas crianças, muitos cavalos, galinhas, baldes, sacos. Quase na partida, as filhas de Scarface aparecem. Ela, no entanto, fica na porta de casa vendendo-as. Todas aquelas mulheres enfileiradas na estrada se encaminham para não mais voltar. A vida da colônia parte. O movimento, a mão de obra não reconhecida, quem alimentava, quem

protegia, quem cuidava, quem produzia a possibilidade de manutenção da vida. Todas partem. E então, por fim, a imagem de um bebê no colo e a narradora encerrando aquela contação afirma como um ato de resistência: “A sua história vai ser diferente da nossa.” (Entre mulheres, 2022, 97min45s).

### **Considerações finais**

A articulação entre as dimensões culturais e sociais do enredo e os elementos teóricos relacionados à Psicologia Sócio-Histórica, permite evidenciar em “Entre Mulhereres” histórias em que a violência contra elas é autorizada e justificada em nome da fé e com uso de discursos religiosos. Nesse ínterim, percebemos a naturalização das violências e o silenciamento de quaisquer tentativas de enfrentamento da realidade.

As vivências de personagens centrais, tecidas enquanto movimentos de resistência, evidenciam a produção de desigualdades e mecanismos de subserviência e submissão em relação aos companheiros pela exploração do trabalho feminino no capitalismo. Além disso, as relações familiares, ora atravessadas pelo cuidado, ora pela perpetuação da violência revelaram a organização masculina na proteção dos agressores em vista da constante produção de impactos psicossociais da violência sobre as mulheres. Dessa forma, as possibilidades de mudanças – que na narrativa fílmica envolvem abandonar a comunidade em direção a uma nova vida – somente são constituídas no momento em que as mulheres percebem que o pessoal é político, ou seja, que as violências sofridas na vida privada formam um problema coletivo.

### **Referências**

- Brasil. (2024). Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Dados Nacionais de Segurança Pública*. Brasília, DF.
- Davis, A. (2016). A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. In: *Mulheres, raça e classe*. Boitempo, p. 225-244.
- Entre Mulheres* (2022). Filme disponível no APP Prime Vídeo. Gênero: Drama, assistido em 22 de jul de 2025. Duração: 104 min., dirigido por Sarah Polley, lançado em 2022.
- Foucault, M. (2008). *A ordem do discurso*. Loyola.
- Federici, S. (2021). Origens do trabalho doméstico na Inglaterra: a reconstrução da família proletária, trabalho doméstico e o patriarcado do salário. In: *O patriarcado do salário*. Boitempo, p. 157-172.
- Lagarde, M. (2008). Antropología, feminismo y política: Violencia feminicida y derechos

- humanos de las mujeres. In: Bullen, M., & Díez, C. (Coords.). *Retos teóricos y nuevas prácticas*. España: ANKULEGI Antropologia Elkartea, p. 209-239.
- Núñez, G. (2023a). As monoculturas como violação da singularidade. *Jornal de Psicanálise*, 56(105), 107-120. <https://doi.org/10.5935/0103-5835.v56n105.08>
- Núñez, G. (2023b). *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. Paidós.
- Núñez, G. (2021). Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. *ClimaCom: Diante dos Negacionismos*, 8(21), 1-8.
- Nunes, A. C. de A., & Souza, T. M. C. (2025). “Dá para entender porque ele fez isso”: feminicídios e famílias evangélicas na (des) proteção de mulheres. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*, 25(1).
- Reboredo, L. A. (1995). *De Eu e Tu a Nós: o grupo em movimento como espaço de transformação das relações sociais*. UNIMEP
- Redação Marie Claire (2023). Anos de abuso e silenciamento: a história real que inspirou ‘Entre Mulheres’, filme vencedor do Oscar. *Revista Marie Claire*, 2023, 13 de mar. <https://revistamarieclaire.globo.com/cultura/noticia/2023/03/anos-de-abuso-e-silenciamento-a-historia-real-que-inspirou-entre-mulheres-filme-vencedor-do-oscar.ghtml>
- Wittig, M. (2019). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Bazar do Tempo.

## **Aproximaciones a la noción de Ruta Crítica**

Anabel Beniscelli

### **La noción de Ruta Crítica**

La idea “búsqueda de ayuda” (help-seeking behaviour) proviene del campo de la Salud para señalar la acción tendiente a encontrar alivio y/o solución a un problema cuyos síntomas pudieran estar identificados pero cuya resolución o respuesta no puede obtenerse de forma independiente, sino que requiere de la intervención de otro especializado (Cornally & Mccarthy, 2011). A partir de los estudios multipaís realizados por Sagot (2000) se entiende por Ruta Crítica al proceso que comprende la secuencia de decisiones y acciones que ejecutan las mujeres, así como las respuestas encontradas en su búsqueda de soluciones ante la violencia. La noción de Ruta Crítica, tal como la propone Sagot (2000), permite desplazar la mirada desde una concepción estática del fenómeno hacia un análisis del proceso socio-subjetivo dinámico que atraviesan las mujeres. Para la autora, este trayecto está condicionado por la interacción constante entre las decisiones de la sobreviviente y las respuestas del entorno. En este sentido, los operadores de los sistemas de salud y justicia no son meros observadores, sino agentes determinantes: sus intervenciones pueden actuar como puentes hacia la autonomía o, por el contrario, consolidarse como barreras institucionales. Estas barreras —que van desde la falta de capacitación específica hasta la desestimación del riesgo— no solo obstaculizan el acceso a la justicia, sino que terminan por invisibilizar el daño autónomo sufrido por niños, niñas y adolescentes.

En lo que refiere a las mujeres víctimas de violencia de pareja íntima esta idea se torna central para toda forma de prevenir riesgos mayores, sin embargo, sólo se han identificado algunas investigaciones al respecto, algunas de las cuales resultan convergentes en la mayoría de sus posibles explicaciones. En dicha dirección, Liang et al. (2005) sintetizan que la búsqueda de ayuda sería el resultado de tres etapas que se retroalimentan entre sí, aunque en forma no lineal y/o no ordenada. El modelo de búsqueda de ayuda que proponen está compuesto por:

- Factores:
- Individuales
- Interpersonales
- Socioculturales

Reconocimiento del problema

Elección del tipo de ayuda

Decisión de buscar ayuda

Desde los estudios de las emociones trabajados podemos considerar que el eje de los Factores (Individuales – Interpersonales – Socioculturales) posibilita una mirada transversal sobre la incidencia de las emociones y la regulación emocional en los siguientes (Reconocimiento del problema – Elección del tipo de ayuda – Decisión de buscar ayuda). El reconocimiento del papel de las emociones en dichos procesos abriría la posibilidad de conocer los factores subjetivos que intervienen en la accesibilidad a los servicios disponibles, especialmente en el campo de la salud.

La ruta crítica constituye un proceso a partir de una secuencia de decisiones tomadas y de acciones ejecutadas por las mujeres, que involucra también las respuestas encontradas en su búsqueda de soluciones. Se trata de un proceso en el que intervienen de forma capital los factores impulsores e inhibidores relacionados con las mujeres afectadas y las acciones emprendidas por ellas, tanto como por la respuesta social encontrada. En ese sentido, el concepto de ruta crítica posibilita reconstruir el derrotero de las decisiones, acciones y reacciones de las mujeres afectadas, así como permite evidenciar los factores que intervienen en ese tránsito, con lo cual se torna posible estudiar las emociones y cómo inciden en dicho proceso.

Según la investigación multipaís realizada por la Organización Panamericana de la Salud (OPS, 2005), el inicio de la ruta crítica se puede considerar como “romper el silencio” en relación con la violencia. Es decir, las mujeres afectadas inician su ruta crítica cuando deciden revelar esa situación a una persona fuera de su ámbito doméstico o familiar inmediato, como un primer intento de buscar soluciones. Se parte del supuesto de que existen una serie de factores que impulsan o inhiben a una mujer a buscar ayuda, entre ellos: la información, el conocimiento, sus percepciones y actitudes, los recursos disponibles, su experiencia previa, la valoración sobre la situación y los apoyos u obstáculos encontrados. La idea de ruta crítica permitiría describir las decisiones y acciones emprendidas por las mujeres y las respuestas encontradas tanto en su ámbito familiar y comunal, como institucional. En el ámbito institucional, los factores de respuesta se encuentran asociados al acceso, disponibilidad y calidad de los servicios, los cuales están determinados tanto por factores estructurales y normativos, como por las representaciones sociales, actitudes y comportamientos de quienes prestan los servicios. Todos estos factores se interrelacionan entre sí y actúan sobre la

subjetividad de las mujeres, incidiendo en fortalecerlas o debilitarlas en su decisión de iniciar y continuar una ruta de búsqueda de ayuda y soluciones. Es decir, la subjetividad termina siendo la dimensión en la que se construye el sentido del proceso de la ruta crítica y la que explica cómo un mismo elemento puede convertirse en factor impulsor o inhibidor.

Otros estudios destacan que las formas en que las personas responden a problemas podrían organizarse a partir de dos características: las ideas y conocimientos que del mismo se poseen (Fox et al., 2001) a la vez que a la severidad del mismo (Greenley & Mullen, 1990). Entre los estudios tempranos destaca el de Prochaska et al. (1992), donde propone que la etapa de detección o reconocimiento del problema consiste en una primera “fase de precontemplación” en la que se niega el problema y reduce su severidad al compararse con casos más severos. Según la autora, la aceptación del problema gana espacio a medida que las consecuencias de las agresiones se hacen más severas y crónicas. Sin embargo, las agresiones pueden ser difíciles de identificar cuando se van normalizando en el comportamiento cotidiano, a la vez que las agresiones pueden mezclarse con gestos de afecto, dificultando observar si la agresión es un acto aislado o un comportamiento sistemático con intervalos de afecto.

Por lo tanto, el paso de la negación del problema a la búsqueda de ayuda implicaría un primer movimiento de procesamiento de información (proceso cognitivo y afectivo). Algunas investigaciones proponen dos condiciones para que una mujer se plantee buscar ayuda: 1- considerar la violencia de pareja como algo indeseable; 2- reconocer que no puede parar la violencia sin ayuda (Goodman et al., 2003). El estudio de Lempert (1997) muestra que las mujeres primero agotan sus propios medios de control de violencia antes de acudir a fuentes de ayuda externos. En este sentido, el reconocimiento de las agresiones (psicológicas, físicas o sexuales) como actos fuera del orden normal de una relación de pareja juega probablemente el rol más importante en el proceso de búsqueda de ayuda.

Según Boateng (2018) las víctimas toman decisiones racionales al tener en cuenta el grado de confianza sobre la institución que recibe denuncias, es decir, las víctimas tienden a denunciar o buscar ayuda en la medida en que confían en la institución (Boateng, 2018; Sherman, 1993), o que tengan cercanía y conozcan las instituciones (De Alencar-Rodrigues & Cantera, 2013). Otras investigaciones han realizado hallazgos interesantes sobre cómo las emociones negativas y la intensidad de las emociones median las características individuales-situacionales con la decisión de reportar una agresión. Posick (2014) postula que, en la medida que la víctima acumule emociones negativas (miedo o enojo) tenderá a buscar ayuda e influirá en que su entorno (familia, amigos o vecinos) reporte a la Policía. No obstante, los agresores

pueden tener muestras de afecto con la víctima para mantener los niveles de miedo y temor lo suficientemente bajos como para que no denuncien.

Según las investigaciones de Ruiz-Péres et al. (2004), los estereotipos y creencias de género parecen ocupar un lugar importante en el reconocimiento y aceptación de la violencia de pareja. El anclaje social, la herencia de los grupos sociales, propician la negación de la victimización por parte de la misma víctima. Los estereotipos en los que el hombre es el violento-proveedor del hogar y la mujer es la cuidadora-paciente y pacífica promoverían que la mujer fuera más propensa a sufrir violencia y no busque algún tipo de ayuda.

Respecto a los factores que determinan que una víctima busque ayuda, los resultados muestran que la educación y el empleo incrementan la probabilidad de buscar ayuda, mientras que si la víctima justifica la violencia de pareja o vivió en un hogar donde el padre era agresor, la probabilidad de buscar ayuda se reduce. También se evidencia que cuando el agresor muestra cariño y dedica tiempo a la pareja, la víctima no puede reconocer la agresión y se reduce la probabilidad de buscar ayuda (De las Casas et al., 2012).

De acuerdo con Featherstone y Broadhurst (2003), la elección de la fuente de apoyo contra la violencia de pareja implica un análisis de costo - beneficio. En algunos escenarios, acudir al apoyo formal puede ser muy costoso, debido a que implicaría sanción de cárcel para la pareja, lucha legal por la tenencia de los hijos, la pérdida de apoyo económico e incluso la toma de represalias. Sin embargo, los altos costos que implican las fuentes formales e informales van cediendo a medida que la agresión es cada vez más severa, dado que puede llegar a la frontera del feminicidio. Dichos autores señalan a su vez que en otros escenarios la mujer analiza el beneficio de parar la violencia versus el costo de perder privacidad de su vida conyugal.

Un estudio de Lempert (1997) muestra que las mujeres primero agotan sus propios medios de control de violencia antes de acudir a fuentes de ayuda externos. Los factores interpersonales, así como la calidad de los vínculos amicales y familiares, pueden hacer más fácil la búsqueda de ayuda. Rose, Campbell y Kub (2000) encuentran que un patrón recurrente entre las mujeres que no buscan ayuda es el sentimiento de aislamiento o de no pertenencia a ningún grupo social. También la transmisión de experiencias negativas y positivas de los centros de apoyo formal (comisarías, por ejemplo) influyen en la decisión de solicitar ayuda o no.

Las condiciones sociales a las que están sometidas algunas mujeres pueden reducir su libertad para buscar ayuda y, en su lugar, optar por medios propios para eliminarla. La condición de inmigrante, el aislamiento social y cultural, el bajo poder económico, el limitado acceso a

comisarías son factores que podrían reducir la probabilidad de buscar ayuda (Fraser et al., 2002). Uno de los factores que reduce la probabilidad de denuncia en mujeres víctimas por su pareja es que él se muestre cariñoso, situación que ejemplifica el ciclo de la violencia y la complejidad emocional por la que las víctimas pasan para finalmente decidir denunciar o quedarse con su agresor.

### **Obstáculos y facilitadores en la Ruta Crítica**

Diferentes estudios (Colombini, Mayhew & Watts, 2008) indican que las barreras en el abordaje de la violencia contra las mujeres pueden encontrarse en distintos niveles de atención (en la prevención, la detección y la intervención) tanto a nivel individual, institucional y social (Arredondo-Provecho et al., 2008; Djikanović et al., 2010). La investigación realizada a través de la Universidad Autónoma de Barcelona y la Universidad de Costa Rica, liderada por Kattia Rojas Loría; Anna Fernández Sánchez y Teresa Gutiérrez Rosado (2018) identifica lo siguiente:

- *Barreras comunes:* falta de sensibilización ciudadana, las formas de evaluación en los sistemas sanitarios, la carencia de formación sobre el tema en algunas profesiones, experiencias previas de dificultades personales e institucionales con el autocuidado.
- *Facilitadores comunes:* experiencias previas, el paradigma biopsicosocial, la construcción de un marco común, el reconocimiento de las personas que trabajan en la red de atención, el interés y compromiso profesional con el tema, el aprendizaje de nuevas habilidades y las estrategias personales.

PNUD (2020) en alianza con el Banco de Desarrollo de América Latina, propone una Teoría de Cambio para políticas integrales sobre violencia contra las mujeres y las niñas. Destaca atender, en forma específica, a los obstáculos al accionar de organizaciones de mujeres y feministas detectados por las mismas. Desde allí se entraría en diálogo con el Modelo Ecológico para atender las relaciones desiguales de poder entre varones y mujeres, así como también observar el contexto de criminalidad y delincuencia de una sociedad determinada. El eje de la dirección de las políticas hacia este problema queda organizado en 3 áreas clásicas, expresamente diferenciadas, a saber: Prevención (atender a las causas) – Atención (a las situaciones) – Reparación (de las consecuencias).

Según la investigación multipaís de la OMS & OPS (2005), los factores que impulsan a las mujeres a buscar soluciones para sus problemas de violencia intrafamiliar pueden ser de dos tipos: internos o externos. Refieren que los factores internos están asociados a la intimidad personal, es decir: emociones, sentimientos, representaciones sociales sobre los roles de género. Los factores externos se relacionan con las influencias que reciben las mujeres de su medio exterior, principalmente la familia de origen y la comunidad, tanto en la trasmisión de tradiciones y mandatos de género, como también apoyos, recursos materiales, información, existencia y calidad de los servicios. Destacan que, en la vida concreta de una mujer afectada, estos dos tipos de factores están íntimamente relacionados y se refuerzan mutuamente, dando lugar, en el mejor de los casos, a cambios en los procesos internos de las mujeres que inciden para que las mujeres puedan desarrollar una mayor capacidad para hacer uso de los recursos externos existentes. En tanto se prolonga la relación de pareja violenta, las mujeres desarrollan múltiples estrategias para sobrevivir. Algunas de estas estrategias son callar, mantenerse pasiva y tratar de evitar provocaciones.

Rodríguez-Carballeira et al. (2005) presentan una clasificación en la cual consideran seis categorías de violencia en la pareja íntima: aislamiento, control y manipulación de la información, control de la vida personal, imposición de pensamiento propio, abuso emocional e imposición de un rol servil. Salcedo y Toro (2020) aportan que el victimario establece la superioridad y el control sobre su pareja, causando daño físico, pero sobre todo en aspectos psicológicos tales como la autoestima y el auto-concepto de sí.

Según Lara Caba et al. (2019), la violencia psicológica toma visibilidad principalmente por los síntomas que produce, especialmente depresión y ansiedad, como recoge de una investigación realizada en República Dominicana con una muestra de 170 mujeres víctimas de violencia en la pareja íntima. Los resultados muestran además que el grupo de mujeres víctimas de violencia en la pareja íntima presentó: - Violencia psicológica 100% - Violencia física 66.5% - Violencia sexual - 53.5% - Violencia económica y patrimonial 69.4% - Violencia religiosa 44.7%.

### **Zonas de riesgos en la Ruta Crítica**

Arturo Enrique Orozco-Vargas et al. (2021) diseñan una investigación cuyo objetivo es examinar si diferentes tipos de estrategias de regulación emocional, tanto adaptativas como desadaptativas, intervienen la relación entre la violencia en la familia de origen y la violencia de pareja. Además, destacan entre las fortalezas más importantes de la investigación, que las

estrategias de regulación emocional desadaptativas son los principales predictores en el modelo para mujeres y hombres, lo cual les posibilita concluir que los efectos indirectos de la violencia en la familia de origen se relacionaron significativamente con la violencia en la pareja a través de la presencia de estrategias desadaptativas de regulación emocional.

La violencia de la pareja íntima es un importante problema de salud mundial que aún no se comprende bien. Varios estudios han documentado que el empoderamiento femenino puede aumentar la violencia contra las mujeres, la llamada “reacción masculina”.

### **La medicalización, legal o no, de la Ruta Crítica**

Torres-Lorenzo et al. (2022) explican que las diferencias biológicas en el sexo y las expectativas con respecto a los roles esperados por la sociedad son factores influyentes a la hora de comprender el consumo de drogas. A su vez Pinedo et al. (2020) contribuye a la idea anterior refiriéndose a las expectativas de la sociedad hacia la mujer con un rol pasivo y materno, el cual repercute en dificultades a la hora de acceder a un tratamiento y agregan otras barreras como son: mayor estigma, falta de ayuda en su rol materno, falta de tratamientos con enfoque de género y falta de protocolos para atender particularidades del género femenino. A su vez, agregan que las mujeres son más resistentes a la hora de acudir a un servicio de tratamientos debido a la visión negativa por parte de la sociedad, amigos o familia.

Robles et al. (2006) reconocen que la evidencia empírica muestra que las mujeres adictas son más propensas que los hombres adictos a reportar sentimientos de depresión, ansiedad e impotencia y, en consecuencia, a aislarse de las organizaciones de servicios y otros centros comunitarios, a la vez que las mujeres reciben menos apoyo de sus parejas y familiares para iniciar el tratamiento por drogas. Destacan también la prevalencia de experiencias traumáticas relacionadas a agresiones sexuales y físicas en mujeres.

O'Hagan y Wilson (2018) señalan que las investigaciones sobre uso problemático de drogas se centraron en varones debido a la visión errónea de que las mujeres se ven menos afectadas por consumo problemático; pero reconoce su consumo como forma de afrontamiento de stress, ansiedad y/o depresión. Según Volkow y Li (2004) se estima que el abuso de drogas en mujeres aumenta la probabilidad de desarrollar depresión en 4.7 veces más que quienes no consumen. Desde el National Institute on Drug Abuse (2016) se investigó la relación entre depresión y consumo de drogas en mujeres, por lo que se puede dar una asociación para explicar el intento de automedicarse con antidepresivos. Para Jeanne y Miller (2009) las mujeres tienen

mayor probabilidad de sufrir insomnio, depresión y trastornos de ansiedad por lo que también es más probable que recurran a medicamentos para hacer frente a estos problemas.

Según Burín (1991) desde la década del 60 la ansiedad, enojo, angustia u otras reacciones que expresan las mujeres hacia sus condiciones de vida se fueron convirtiendo en aspectos a medicalizar. Señala que “la medicalización es una forma de nominar los malestares de las mujeres, promueve en ellas la dependencia, y como consecuencia genera, muchas veces, la adicción a un elemento que supuestamente les calmará milagrosamente los efectos cuestionadores o desbordantes, normalizándolas.” (Burín, 1991, p. 153).

Para Lobos-Palacios (2017) existe una correlación entre mujeres inician en el consumo de sustancias inducidas y/o coaccionadas por las parejas con el fin de mantenerlas inmersas en el vínculo, por lo tanto, la violencia de género hacia la mujer constituiría un factor de incidencia en el consumo problemático de sustancias, a la vez que coloca a la mujer en una posición de mayor vulnerabilidad y propensión a recibir violencia. Burín (1991) destaca la peligrosidad que puede referir tomar tranquilizantes en situaciones de violencia debido a que estos pueden enlentecer los reflejos rápidos.

Warshaw y Tinnon (2018) refieren a que el uso de drogas serviría como un método de afrontamiento para manejar aspectos asociados a lo traumático de las situaciones de violencia y mitigar recuerdos con referencia a los abusos sufridos dentro del vínculo íntimo de la pareja. Estos autores traen el estudio realizado desde el National Domestic Violence Hotline (2016) donde se presenta que: 26% de las mujeres indicaron haber consumido alcohol u otra sustancia para disminuir el dolor debido al abuso recibido en el vínculo íntimo en la pareja. 37.5% fueron amenazadas por sus parejas con denunciarlas por el consumo de drogas a la policía, poniendo en riesgo la custodia de sus hijos y evitar ordenes de restricción. 15% reportó su deseo de buscar ayuda para el consumo de alcohol o drogas o directamente lo llegó a ejecutar, de este, el 60% indicaron que su pareja intentó impedir la ayuda o la desanimó. En referencia a solicitar ayuda o llamar a la policía por eventos de violencia en la pareja, 24.4% indicó miedo de hacerlo, porque nadie va a creerle y la arrestarían por estar bajo efecto de sustancias. Portela (2021) agrega que dicha estigmatización en mujeres con problemas de consumo de sustancias termina desvalorizando y discriminándolas por haber transgredido los roles tradicionales.

Las investigaciones lideradas por Macy et al. (2013) sugieren que en el caso de mujeres sobrevivientes de abuso doméstico puede existir hasta 5 veces más de probabilidad de caer en patrones de consumo problemático de alcohol o drogas que las mujeres que no han sufrido esa

experiencia. Otras investigaciones sugieren que la mujer puede automedicarse como una forma de lidiar con el dolor causado por episodios violentos en el hogar (Rogers et al., 2003).

### **Reflexiones finales**

Al considerar el componente de la subjetividad asociado a la noción de ruta crítica resulta enriquecedor considerar la posición de la Psicología de la Salud en el eje de relación entre la persona y las instituciones, en particular aquellas encargadas de prestar servicios de salud, aunque no excluyente con otras instituciones por donde transcurren las vicisitudes de los complejos tránsitos de las mujeres. Es decir, la subjetividad termina siendo la dimensión en la que se construye el sentido del proceso de la ruta crítica y la que explica cómo un mismo elemento puede convertirse en factor impulsor o inhibidor, lo que implica estudiar y atender la complejidad emocional por la que las víctimas pasan para decidir denunciar, a la vez que proporciona un marco conceptual sólido para la identificación temprana de situaciones de riesgo y el diseño de intervenciones integrales que prioricen la seguridad y la salud mental de las mujeres y sus hijos/as, resultando esencial para abordar formas de violencia de alta complejidad, como la violencia vicaria.

### **Referencias**

- Arredondo-Provecho, A. B. et al. (2008). Profesionales de atención primaria ante la violencia de género. *Gaceta Sanitaria*, 22(1), 29-35.
- Boateng, F. D. (2018) Crime reporting behavior: Do neighborhoods matter? *Journal of Interpersonal Violence*, 33(1), 1-21.
- Burín, M. (1991). *El malestar de las mujeres: La medicalización del sufrimiento femenino*. Paidós.
- Colombini, M., Mayhew, S. & Watts, C. (2008). Health-sector responses to intimate partner violence. *Health Policy and Planning*, 23(4), 239-250.
- Cornally, N., & Mccarthy, G. (2011) Help-seeking behaviour: a concept análisis. *International Journal of Nursing Practice*, 17(3).
- De Alencar-Rodrigues, R. & Cantera, L. (2013). Intervention in gender violence in couples. *Athenea Digital*, 13(3), 75-100.
- De las Casas, C. et al. (2012). Factores que determinan que una víctima de violencia busque ayuda. Reporte de Investigación (Perú).

- Djikanović, B. et al. (2010) Help-seeking behavior within the health care system. *Journal of Family Violence*, 25(6), 579-586.
- Featherstone, B., & Broadhurst, K. (2003). Engaging parents and carers with family support services. *Child & Family Social Work*, 8(4), 341-350.
- Fox, J. C., Blank, M, Rovnyak, V. G., & Barnett, R.Y. (2001) Barriers to help seeking for mental disorders in a rural impoverished population. *Community Ment Health J.*, 37(5), 421-36. DOI: <https://doi.org/10.1023/a:1017580013197>
- Fraser, I. M. et al. (2002). Social support choices for help with abusive relationships. *Journal of Family Violence*, 17(4), 363-375.
- Goodman, L. et al. (2003) The intimate partner violence strategies index. *Violence against Women*, 9(2), 163-186.
- Greenley, J., & Mullen, J. (1990). Help Seeking and Use of Mental Health Services. In Greenley, J. R. (Ed.). *Research in Community and Mental Health* (pp. 325-350). JAI Press, p. 325-350.
- Jeanne, C. M., & Miller, N. (2009). Female Clients in Substance Abuse Treatment. *International Journal of the Addictions*, 20(6-7), 995-1019.
- Lara Caba, E. et al. (2019). Prevalencia de la violencia en la pareja y síntomas de depresión. *Revista Interamericana de Psicología*, 53(2).
- Lempert, L. B. (1997). The line in the sand: Definitional strategies in abusive relationships *Psychological Health*, 22, 149-174.
- Liang, B. et al. (2005) A theoretical framework for understanding help-seeking. *American Journal of Community Psychology*, 36.
- Lobos-Palacios, M. (2017). Usos de sustancias y violencias contra las mujeres. *Dianova*. <https://www.dianova.org/wp-content/uploads/2017/03/201703-Usos-de-sustancias-y-violencias-contra-las-mujeres-M-de-LA-Lobos-Palacios.pdf>
- Macy, R. J. et al. (2013). Domestic violence and substance abuse: a systematic review *Journal of Family Violence*.
- National Domestic Violence Hotline. (2016). *Mental Health and Substance Use Coercion Survey*. National Center on Domestic Violence.
- National Institute on Drug Abuse. (2016). Sex and Gender Differences in Substance Use. <https://nida.nih.gov/publications/research-reports/substance-use-in-women/sex-genderdifferences-in-substance-use>

- O'Hagan, A., & Wilson, M. (2018). Women and substance abuse: Gender-specific social, biological and psychological differences and treatment considerations. *Forensic Research & Criminology International Journal*, 6(2). <https://medcraveonline.com/FRCIJ/women-and-substance-abuse-gender-specific-socialbiological-and-psychological-differences-and-treatment-considerations.html>
- Organización Panamericana de la Salud (OPS). (2005). *Ruta crítica de las mujeres afectadas por violencia intrafamiliar*. Programa Mujer, Salud y Desarrollo.
- Orozco-Vargas, A. E. et al. (2021). Regulación emocional y violencia en la pareja. *Rev. de Psicología Clínica con Niños y Adolescentes*.
- Pinedo, M., Zemore, S., Beltrán-Girón, J., Gilbert, P., & Castro, Y. (2020). Women's Barriers to Specialty Substance Abuse Treatment: A Qualitative Exploration of Racial/Ethnic Differences. *Journal of Immigrant and Minority Health*, 22(4), 653-660. <https://doi.org/10.1007/s10903-019-00933-2>
- PNUD. (2020). *Teoría de Cambio para políticas integrales sobre violencia*. Banco de Desarrollo de América Latina.
- Portela, A. (2021). El consumo de sustancias psicoactivas en mujeres mayores en la Argentina. Investigación bibliográfica 2010-2020. *Revista Argentina de Terapia Ocupacional*, 7(1), 83-92. <https://revista.terapia-ocupacional.org.ar/RATO/2021jul-art4.pdf>
- Posick, C. (2014). Victimization and reporting to the police: negative emotionality. *Psychology of Violence*, 4(2), 210-223.
- Prochaska, J. et al. (1992). In search of how people change: addictive behaviors. *American Psychologist*, 47(9), 1102-1114.
- Robles, R. R., Matos, T. D., Deren, S., Colón, H. M., Sahai, H., Marrero, C. A., Reyes, J. C., Andía, J., & Shepard, E. W. (2006). Drug treatment disparities among Hispanic drugusing women in Puerto Rico and New York City. *Health Policy*, 75(2), 159-169. <https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2005.03.004>
- Rodríguez-Carballeira, A. et al. (2005). Un modelo de las formas de violencia psicológica en la pareja. *Psicothema*, 17(4), 600-606.
- Rogers, B., McGee, G., Vann, A., Naceema, T., & Williams, O. (2003). Substance Abuse and Domestic Violence: Stories of Practitioners that Address the Co-Occurrence among Battered Women. *Sage Journals*, 9(5). <https://doi.org/10.1177/1077801202250454>
- Rojas Loría, K., Sánchez, A. F., & Rosado, T. G. (2018). *Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia de género*. Universidad Autónoma de Barcelona.

- Rose, L., Campbell, J., & Kub, J. (2000). The role of social support and informal networks in women's selection of a help-seeking strategy for intimate partner violence. *Health Care for Women International*, 21(3), 211-226.
- Ruiz-Pérez, I. et al. (2004). Violencia contra la mujer en la pareja: determinantes. *Gaceta Sanitaria*, 18(5), 4-12.
- Sagot, M. (2000) *Ruta crítica de las mujeres afectadas por violencia intrafamiliar*. OPS: Programa Mujer, Salud y Desarrollo.
- Salcedo, M., & Toro, J. (2020). Rutas críticas de mujeres en situación de violencia familiar: Estudio de casos en la ciudad de Buenos Aires. *Subjetividad y Procesos Cognitivos*, 24(2), 179-194.
- Sherman, L. W. (1992). *Policing Domestic Violence: Experiments and Dilemmas*. Free Press.
- Torres-Lorenzo, A., Ayala-Ramos, G. E., Morales-Vargas, P. V., Aldwen-Cruz, K. M., Ríos-Rivera, G. D. & Rodríguez-Caraballo, D. J. (2022). Uso de sustancias en mujeres y violencia de género: Desde una perspectiva feminista e interseccional. *Revista Puertorriqueña de Psicología*, 33(2), 352-364. <https://doi.org/10.55611/rep.3302.1>
- Volkow, N. D., & Li, T. K. (2004). Drug addiction: the neurobiology of behaviour gone awry. *Nature Reviews Neuroscience*, 5(12), 963-970.
- Warshaw, C., & Tinnon, E. (2018). *Coercion related to mental health and substance use*. National Center on Domestic Violence.

**O lar que adocece: representações da violência doméstica em *Tudo é Rio*,  
de Carla Madeira**

Lethícia Fontes Cabreira Dos Santos

Luciana Borges

*“Eu escrevo com o assombro de que homens batem em mulheres  
há séculos, mais de milênios e ainda.*

*Quando querem chamá-los de monstros, eu escrevo homens.*

*Quero dar a eles nome, e a mim, esperança.*

*Contra monstros, nada posso”.*

(Carla Madeira, 2024, p. 28)

### **Introdução**

A violência de gênero não se inicia no discurso crítico, tampouco se confina ao campo da representação literária. Pelo contrário, ela se inscreve no cotidiano, instalando-se de maneira silenciosa nas relações íntimas e atravessando séculos como uma prática historicamente naturalizada. Embora o imaginário coletivo ainda compreenda o lar como um *locus* de segurança, acolhimento e carinho, para diversas mulheres, esse ambiente configura-se como um território de controle, medo e adoecimento emocional. Por esse viés, o espaço doméstico revela-se não apenas como palco da violência, mas também como uma de suas estruturas mais persistentes.

Dados estatísticos, presentes no relatório *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, atestam essa realidade, ao indicar que 53,8% das mulheres que sofreram violência afirmaram que o episódio mais grave dos últimos doze meses ocorreu dentro de casa (Bueno et al., 2023). Tais números destacam que a violência no espaço doméstico não constitui um incidente isolado ou raro, mas uma prática recorrente no espaço privado, frequentemente silenciada e legitimada pelas hierarquias de gênero, decorrentes de uma lógica patriarcal que cerceia a autonomia feminina e perpetua a desigualdade de gênero.

A manutenção da violência doméstica está intrinsecamente relacionada ao patriarcalismo que organiza as relações sociais, validando práticas de dominação masculina e subordinando o feminino, sobretudo no âmbito da vida privada. A socióloga Heleieth Saffioti (2004) defende que a violência de gênero deve ser compreendida como manifestação de uma estrutura social construída ao longo da história, e não como consequência de desvios

individuais. Desse modo, o lar, longe de constituir um espaço neutro, configura-se como um palco simbólico, no qual se reproduzem relações desiguais de poder, sustentadas pelo discurso do resguardo da intimidade e da esfera privada.

No campo dos estudos literários, escritoras contemporâneas têm se dedicado a problematizar o espaço doméstico como uma categoria narrativa central, tanto na formação quanto na desconstrução das identidades femininas. Segundo Elódia Xavier (2012, p. 17), “o espaço constitui uma das mais importantes categorias da narrativa, não só pelas articulações funcionais que estabelece com as categorias restantes, mas também pelas incidências semânticas que o caracterizam”. Desse modo, a casa pode funcionar tanto como lugar de pertencimento quanto como espaço de opressão, silenciamento e adoecimento subjetivo.

Inserir-se nessa discussão o romance contemporâneo *Tudo é rio* (2023), de Carla Madeira, que apresenta uma narrativa permeada por violência, sofrimento e pela complexidade das relações afetivas entre Dalva, Venâncio e Lucy. Por intermédio, do casal Dalva e Venâncio, a autora desmistifica a concepção idealizada do lar, mostrando-o como um ambiente atravessado por controle, agressões físicas e simbólicas, além da normalização do sofrimento feminino. Por outro lado, outros contextos narrativos, como a igreja e o prostíbulo, apesar de igualmente repletos de tensões e conflitos, proporcionam às personagens vivências diferentes de controle, fuga e ressignificação de suas trajetórias.

O presente trabalho dialoga diretamente com estudos anteriores desenvolvidos no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Em um primeiro artigo, intitulado *Personagens femininas em Tudo é rio, de Carla Madeira: patriarcado, violência e sexualidade* (2024), investigamos a construção das protagonistas e os efeitos do sistema patriarcal em suas trajetórias. Enquanto, no segundo artigo, *Representações da violência em Tudo é rio, de Carla Madeira* (2025), procuramos entender como são articuladas as múltiplas formas de violência na narrativa. Assim, essas pesquisas possibilitaram a compreensão da complexidade da obra e como ela organiza as relações de poder e dominação.

Todavia, ao revisitar essas pesquisas anteriores e analisar a produção acadêmica, consultada em um levantamento recente, não encontramos estudos que averiguassem especificamente o lar como um espaço de risco e adoecimento na obra. Os estudos existentes abordam aspectos de *Tudo é rio* (2023), tais como: o uso de metáforas, a construção de personagens e a violência de gênero, porém não analisam de forma sistemática a dimensão espacial do lar como fator estruturante da violência.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar de que modo o romance *Tudo é rio* (2023), de Carla Madeira, representa o lar como um espaço de risco e adoecimento e de que maneira essa representação literária dialoga com debates teóricos e sociais acerca da violência doméstica e das relações de gênero. Como objetivos específicos, busca-se: refletir sobre a construção do espaço doméstico e sua relação com a violência na obra; examinar a contraposição entre o lar e outros espaços narrativos, como a igreja e o prostíbulo e evidenciar as estratégias narrativas utilizadas pela autora para desmistificar a imagem idealizada da casa.

A categoria *gênero* constitui a ferramenta teórico-metodológica central deste estudo, sendo compreendida como um constructo social que molda e padroniza as interações entre o masculino e o feminino, afastando-se de concepções naturalizantes ou biologizantes. Alinha-se, desse modo, à visão de Saffioti (2004), para quem o gênero corresponde a um conjunto de normas e práticas sociais responsáveis por modelar os indivíduos como homens e mulheres, produzindo hierarquias, desigualdades e relações de poder que sustentam o patriarcado. A partir dessa abordagem, torna-se possível relacionar as representações literárias dos espaços narrativos à crítica das desigualdades de gênero e às formas de dominação masculina naturalizadas no âmbito da vida privada.

O estudo é de natureza teórica, com enfoque qualitativo e caráter explicativo, tendo como *corpus* o romance *Tudo é rio* (2023), de Carla Madeira. A análise será conduzida por intermédio de uma leitura crítica, integrando literatura e teoria social. O percurso metodológico abrange: (i) revisão teórica sobre o espaço na narrativa, patriarcado e violência de gênero; (ii) análise crítica da literatura brasileira contemporânea e da obra de Carla Madeira; (iii) leitura dos textos teóricos que sustentam a pesquisa; (iv) coleta de dados bibliográficos sobre a autora; e (v) escolha e análise de trechos do romance que demonstram o lar como local de violência e adoecimento, em contraste com outros cenários narrativos, como a igreja e o prostíbulo.

Além da introdução e das considerações finais, o conteúdo deste artigo divide-se em três partes. A primeira parte introduz a autora Carla Madeira e sua obra *Tudo é rio* (2023), contextualizando o romance em seu período de produção e ressaltando aspectos fundamentais de sua estrutura narrativa. A segunda parte contempla o estudo do lar dentro do romance como espaço de risco, controle e adoecimento, concentrando-se na trajetória de Dalva e nas dinâmicas de violência de gênero que ocorrem dentro de casa. Na sequência, a terceira parte analisa a contraposição entre os espaços narrativos da casa, igreja e prostíbulo, tendo em vista as diversas formas de controle e oportunidades de fuga experimentadas pelas personagens, especialmente Lucy. Por fim, nas considerações finais, serão retomados os resultados mais importantes do

estudo, destacando as contribuições da pesquisa para os debates sociais e literários acerca da violência de gênero e patriarcado.

### **Carla Madeira e o romance *Tudo é rio***

Carla Madeira, natural de Belo Horizonte, nasceu em Minas Gerais no dia 18 de outubro de 1964. Graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais em Jornalismo e Publicidade, iniciou sua carreira profissional na área da comunicação, atuando como redatora publicitária e diretora de criação da agência de comunicação Lápiz Raro. Apenas posteriormente passou a se dedicar à escrita literária, fazendo sua estreia na ficção com o romance contemporâneo *Tudo é rio*, lançado originalmente em 2014. O livro consolidou a posição da autora na literatura contemporânea brasileira, obtendo grande circulação e reconhecimento crítico, especialmente pela profundidade psicológica das personagens e pela abordagem sensível de temas como amor, violência, culpa e silenciamento.

Além de *Tudo é rio*, Carla Madeira também escreveu outros dois romances, *A natureza da mordida* (2018) e *Véspera* (2021). Em ambos, encontramos uma escrita marcada pela exploração das relações afetivas, dos conflitos internos e das tensões que permeiam o ambiente familiar. Vale ressaltar que sua escrita é caracterizada pelo tom poético, pela narrativa fragmentada e pelo cuidado às vivências subjetivas das personagens, principalmente femininas, que geralmente estão inseridas em cenários de dor, opressão e ambiguidade emocional.

A autora também escreveu o conto “Corte Seco”, encontrado no livro *Tempo Aberto* (2023), uma coletânea de oito contos de autores brasileiros, entre eles Alberto Mussa, Nélide Piñon, Francisco Azevedo, Antônio Torres, Nei Lopes, Cláudia Lage e Cristovão Tezza. O enredo do conto nos apresenta a história de Elizabete, uma adolescente em crise com a família que tenta se encaixar em seu grupo de amigos. A personagem é retratada como uma jovem inquieta, em busca de reconhecimento e autonomia, enfrentando as tensões típicas da adolescência, enquanto enxerga os pais como figuras que restringem suas decisões e complicam sua vida.

Corte Seco também faz parte do livreto inédito *Fragmentos do que não se pode ter por inteiro* (2024), recentemente publicado pela editora Record em um box especial. Além do livreto, que reúne outros dois contos “Blusa Amarela”, “Primeira Estrela”, o box também contém os três romances da autora. Percebe-se, nesses contos, que a narrativa de Madeira também aborda conflitos internos, relações familiares marcadas pelo silêncio e personagens femininas em processos de desenvolvimento e transformação.

Voltando a *Tudo é rio* (2023), o enredo está centralizado no casal Dalva e Venâncio, cuja relação é atravessada por ciúme, violência e perda, e em Lucy, uma prostituta que desafia as normas morais e afetivas da cidade. A história é desenvolvida à medida que essas trajetórias se entrelaçam e diversos espaços são explorados, tais como o lar, a igreja e o prostíbulo, espaços estes que não funcionam apenas como cenários, mas também como instâncias simbólicas fundamentais para a construção dos conflitos. Ao deslocar a violência para o interior da casa e tratá-la como parte da intimidade cotidiana, o romance problematiza a idealização do espaço doméstico e evidencia os mecanismos de silenciamento que amparam as relações patriarcais.

Por esse viés, *Tudo é rio* (2023) apresenta-se como um objeto literário rico para a reflexão acerca da violência de gênero ao evidenciar como o lar, ao invés de ser apenas um espaço de proteção e acolhimento, pode se transformar em um local de controle, adoecimento e produção do não-dito. Quando a autora transforma essas vivências em forma literária, contribui para problematizar os discursos naturalizados sobre família, amor e intimidade, unindo literatura e crítica social.

### **O espaço doméstico como estrutura da violência em *Tudo é rio***

A violência de gênero encontra no espaço doméstico um de seus principais meios de perpetuação, uma vez que o lar é historicamente associado à intimidade, ao afeto e à segurança, características que, de forma paradoxal, contribuem para silenciar e naturalizar as agressões que nele acontecem. Quando concebida como esfera privada, a casa acaba por neutralizar a possibilidade de denúncia, convertendo a violência em experiência íntima e, conseqüentemente, socialmente invisível. Essa contradição é explorada de modo contundente em *Tudo é rio* (2023), de Carla Madeira.

Essa visão dialoga diretamente com os apontamentos de Xavier, presentes na obra *A casa na ficção de autoria feminina*, ao afirmar que o espaço doméstico, em determinadas narrativas, assume uma função estruturante, não sendo apenas “um simples cenário de ação narrada, mas uma intersecção significativa entre ser e espaço” (2012, p. 15). Em *Tudo é rio* (2023), o lar de Dalva e Venâncio representa exatamente essa intersecção, atravessando a subjetividade da personagem feminina e definindo suas possibilidades de existir, expressar-se e silenciar-se. Logo, o ambiente doméstico não somente abriga a violência, como também contribui para sua sustentação.

O romance, ao narrar ainda os primeiros anos de casamento, revela ao leitor um processo de isolamento gradativo que precede a violência, como mostra o trecho: “Depois que a família

de Dalva foi embora, dona Inês também voltou a viver na casa da irmã. Os dois ficaram sozinhos na cidade, não se desgrudavam” (Madeira, 2023, p. 116). Esse movimento de fechamento da relação foi nomeado pela autora como “redoma”. A princípio, esse isolamento é retratado como fruto das circunstâncias; porém, aos poucos, passa a ser percebido como uma opção afetiva, fato que ajuda a ocultar seu caráter violento. Ao limitar o mundo de Dalva ao interior da casa e à presença exclusiva do marido, a obra literária constrói um espaço doméstico sem testemunhas, onde a agressão se torna viável justamente pela falta de olhares externos. Nesse contexto, a solidão da personagem não se configura apenas como experiência emocional, mas como condição fundamental da violência.

Esse processo de reclusão resulta na cena central de violência do romance, quando Venâncio agride Dalva e o filho, de forma brutal, dentro do espaço doméstico: “Ele arrancou o menino dos braços dela e jogou longe, bateu em Dalva, bateu, bateu. Espancou” (Madeira, 2023, p. 21). O episódio acontece em casa, distante de qualquer chance de intervenção externa, e representa um ponto de ruptura irreversível na trajetória de Dalva, evidenciando a vulnerabilidade extrema produzida pelo confinamento doméstico.

O apagamento que permeia a vida conjugal de Dalva atua tanto no plano da personagem quanto é integrado pelo próprio romance como estratégia narrativa. Ao circunscrever a violência ao âmbito doméstico e à experiência íntima da protagonista, a história enfatiza o encobrimento do ocorrido e demonstra como o não-dito integra a engrenagem que alicerça a agressão. A obra revela que Dalva tinha consciência das opções socialmente disponíveis, pois “poderia ter denunciado a violência de Venâncio, feito ele ir pagar na cadeia, espalhado sua crueldade em toda a cidade, confessado ao padre o imperdoável” (Madeira, 2023, p. 133). Isso indica que sua decisão de permanecer em silêncio não é decorrente da ignorância, mas de uma clausura simbólica imposta pelo ambiente doméstico e pelas relações de poder que nele operam.

Ademais, quando o narrador declara que “ninguém nunca ouviu uma palavra que fosse sobre o assunto da boca de Dalva” (Madeira, 2023, p. 134), evidencia-se a profundidade desse silenciamento, que se estende para fora do âmbito social e passa a ocupar o interior da personagem. Diz respeito a um silêncio corrosivo e persistente, cercado por pensamentos “estridentes” que “arranham”, demonstrando que o silenciamento não traz esquecimento ou paz, mas agrava o sofrimento mental de Dalva. O fato de somente Dalva e Venâncio terem conhecimento do que aconteceu dentro da casa reforça a configuração do lar como um espaço marcado pela invisibilidade e pela falta de testemunhas, no qual a violência continua confinada e naturalizada.

Nesse momento, tornam-se pertinentes as reflexões de Flávia Biroli (2014), que discorre sobre a separação histórica entre essas duas esferas. Em seus escritos, a autora demonstra como essa divisão contribui para a perpetuação das desigualdades de gênero, ao deslocar determinadas relações de poder para fora do campo do debate político. Partindo dessa ótica, é possível ampliar a compreensão da dimensão do silenciamento que atravessa a experiência de Dalva que, quando restrita ao contexto doméstico, sofre um processo de despolitização em nome do discurso da intimidade conjugal. Como aponta a autora:

A compreensão de que o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte serviu para bloquear a proteção aqueles mais vulneráveis nas relações de poder correntes. Serviu, também, para ofuscar as vinculações entre os papéis e as posições de poder na esfera privada e na esfera pública (Biroli, 2014, p. 32).

A privatização da vida doméstica, portanto, não só impede a atuação de instâncias externas de proteção, como também oculta as relações entre as posições de poder exercidas no lar e aquelas que organizam a esfera pública. Em *Tudo é rio* (2023), tal lógica se materializa na vivência de Dalva, cuja agressão perpetrada por Venâncio permanece confinada ao espaço doméstico, sem oportunidade de ser ouvida, denunciada ou rompida, destacando-se como o silêncio faz parte da própria estrutura de manutenção da violência.

Aqui, não cabe reduzir Venâncio a uma figura monstruosa ou excepcional, mas de entendê-lo como um sujeito atravessado e, simultaneamente, agente de uma lógica patriarcal que legitima o controle do corpo feminino no âmbito doméstico. A partir das teorias de Saffioti (2004), podemos compreender que a violência praticada pelo personagem não surge de um ato isolado, mas existe como expressão de uma estrutura que autoriza a dominação masculina e encontra, no espaço privado, condições favoráveis para a sua continuidade e perpetuação.

Enquanto a violência no espaço doméstico se sustenta por meio do isolamento, do silêncio e da naturalização da autoridade masculina, outros contextos narrativos em *Tudo é rio* (2023) seguem lógicas diferentes. Apesar de ambos estarem imersos em conflitos, normas e mecanismos de controle, a igreja e o prostíbulo proporcionam às personagens diversas oportunidades de circulação, visibilidade e ressignificação de suas trajetórias.

Desse modo, a análise da contraposição entre esses espaços nos possibilita entender como a violência de gênero se transforma de acordo com o ambiente em que ocorre. O lar, ao contrário de ser o espaço mais seguro, torna-se o núcleo mais persistente de silenciamento e dominação na narrativa, fortalecendo as hierarquias de gênero e a desigualdade de poder nas relações afetivas.

### **Espaços de controle e possibilidade: lar, igreja e prostíbulo em *Tudo é rio***

Destacar o lar como um espaço que estrutura a violência e o silenciamento feminino, não implica que a obra se restrinja ao ambiente doméstico. Longe disso, *Tudo é rio* (2023) produz um sistema espacial complexo, no qual distintos ambientes estruturam variados modos de controle, visibilidade e possibilidade de ação para as personagens femininas. A casa, a igreja e o prostíbulo não são apenas cenários narrativos, mas espaços demarcados por regimes particulares de poder que recaem sobre o corpo feminino.

Para entender essas variadas experiências espaciais, utiliza-se a topoanálise proposta por Oziris Borges Filho (2007) que introduz o conceito de *topopatia* como a relação afetiva e experiencial entre personagem e espaço. De acordo com o autor, essa relação assume uma configuração positiva, chamada de topofilia, quando o ambiente é visto como benéfico, ou uma negativa, conhecida como *topofobia*, quando o espaço é percebido como opressor e desconfortável. Em *Tudo é rio* (2023), essa diferenciação é essencial para compreender como Dalva vivencia a casa como um lugar *topofóbico*, apesar de ser socialmente idealizada como um espaço de proteção, enquanto outros espaços narrativos oferecem diferentes formas de acolhimento, controle ou resistência à violência.

Percebe-se, nesse contexto, que, ao se contrapor esses ambientes, a violência de gênero não se apresenta de forma uniforme, mas é moldada de acordo com o espaço em que acontece, seus códigos simbólicos e as dinâmicas de poder que o definem. Assim, o estudo desses espaços possibilita compreender como o romance subverte a ideia convencional de proteção, mostrando que o lar, espaço socialmente idealizado, é, paradoxalmente, onde a violência se perpetua com mais eficácia.

A igreja, em contrapartida, apresenta-se como um *locus* simbolicamente ordenado por valores morais, associados à culpa, ao perdão e à confissão. É nesse contexto que Dalva começa a frequentá-la diariamente, sem exceção, à procura de um modo viável de permanência após ter sido agredida.

Atravessou a igreja sentindo o silêncio do seu vazio. Mesmo nos piores momentos, o som da igreja deserta fazia bem para ela, como se todas as preces feitas ali encontrassem no silêncio, e apenas nele, o ouvido generoso de Deus (Madeira, 2023, p. 193).

Conforme elucida o trecho acima, o narrador caracteriza o silêncio da igreja como um vazio reconfortante, capaz de proporcionar à personagem uma escuta simbólica. Essa quietude, contudo, não viola, não nomeia e tampouco confronta a violência: permite a Dalva existir em silêncio, sem, no entanto, desafiar a dinâmica patriarcal que alicerça a agressão conjugal.

Carla Madeira também mobiliza a igreja como um recurso narrativo, uma vez que a regularidade dessa visitação adquire maior densidade quando a narrativa, somente nos capítulos finais do romance, revela ao leitor o motivo real pelo qual Dalva a frequentava religiosamente. O espaço religioso encontra-se no trajeto que conduz à casa de Francisca, amiga de Aurora, mãe de Dalva, e pessoa acolhedora a quem a protagonista recorria desde sua infância sempre que procurava abrigo e atenção. Localizada após o descampado que se estende além da igreja, a casa de Francisca representa um espaço de proteção da vida:

Quando seu Antônio, depois de tolerar toda sorte de adiamentos, dava um basta nas caridades veterinárias da filha, era para a casa de Francisca que ela corria. Francisca de Assis, segundo dona Aurora, a santinha que amava todos os animais, incluindo os humanos. (Madeira, 2023, p. 161)

Revela-se, assim, de maneira decisiva, o motivo verdadeiro das idas diárias de Dalva à igreja ao cair da tarde: seu filho Vicente estava vivo e residia na casa de Francisca. É importante destacar que Venâncio foi quem levou Vicente, pensando que ele estava morto, até a casa de Francisca, solicitando que ela o enterrasse. Contudo, ao perceber que a criança ainda respirava, Francisca decidiu não avisar Dalva de imediato, cuidando dele em silêncio até ter certeza de que Vicente estava fora de perigo. Somente após a recuperação da criança, Francisca pede que Dalva a visite em sua casa. A escolha de manter Vicente vivo em segredo, até mesmo para Venâncio, alinha-se à estratégia do silêncio como meio de sobrevivência e proteção, que é recorrente ao longo do romance.

Para a comunidade, as visitas regulares ao espaço religioso serviam como um meio socialmente aceitável de processamento do luto; entretanto, no plano íntimo, representavam

uma estratégia silenciosa de manutenção ao vínculo materno e de resistência à perda imposta pela violência doméstica. Nesse sentido, a igreja opera como um lugar transitório entre a morte, simbolicamente experienciada, e a recuperação da vida.

A igreja não se configura um espaço de redenção moral, mas sim de mediação silenciosa entre o trauma e a possibilidade de recomeço. Ainda assim, essa mediação ocorre sem politização do sofrimento: o acolhimento oferecido pelo espaço religioso mantém o silêncio, sem questionar as hierarquias que o produzem. Logo, a igreja, ao abrigar o sofrimento de Dalva sem desestruturar a lógica que o originou, acaba reafirmando a expectativa social de que as mulheres suportem em silêncio aquilo que não encontra lugar no debate público.

Essa limitação é ainda mais evidente quando Dalva se questiona se “uma mulher tem o direito de perdoar um homem que bate nela” (Madeira, 2023, p. 193) e não obtém resposta. A indagação exprime a insuficiência da linguagem religiosa frente à brutalidade da experiência vivida: o espaço sagrado não proporciona mediações éticas para o enfrentamento da violência, limitando-se a manter o silêncio como estratégia de sobrevivência psíquica. Portanto, embora a igreja se diferencie da casa por não ser um local de agressão direta, ela, assim como o lar, compartilha a incapacidade de converter o silêncio em ação ou proteção efetiva. Em síntese, a casa e a igreja operam como espaços de silenciamento. A primeira por intermédio da violência explícita e a segunda pela suspensão moral da palavra.

O prostíbulo surge, em *Tudo é rio* (2023), como um espaço paradoxal, contrastando significativamente com o lar e a igreja. Embora socialmente estigmatizado e associado à marginalidade e à transgressão moral, esse ambiente é narrativamente organizado por mecanismos que impõem limites mais definidos à violência doméstica.

É justamente nesse espaço, marcado pela visibilidade e pela regulamentação das relações, que a agressividade de Venâncio encontra uma resistência concreta, enfatizando que a contenção da violência não decorre da respeitabilidade simbólica do lugar, mas de sua estruturação pública e da existência de mediações explícitas. Essa distinção torna-se aparente na cena em que Venâncio se dirige ao prostíbulo para confrontar Lucy após descobrir que ela mordeu o dedo de Dalva:

Ele entrou desatinado, deixou a raiva ganhar volume, bateu na porta mandando Lucy abrir, vomitando todas as palavras malditas que conhecia. Ameaçou. Não adianta, seu Venâncio, ela não tem a chave porque fui eu que tranquei ela aí dentro, e o senhor não vai arrebentar a

porta, como fez outro dia. Não vou impedir o senhor de botar Lucy no lugar dela, mas violência aqui eu não tolero. Nem dela, nem sua. (Madeira, 2023, p. 143)

É importante destacar que a intenção de Venâncio indo até o prostíbulo é exercer sobre Lucy a mesma violência que pratica no ambiente doméstico. Entretanto, sua agressividade não encontra ali o mesmo espaço livre para atuação. Antecipando o perigo, Manu, dona do prostíbulo, tranca Lucy em um dos quartos e intervém diretamente para conter o agressor, impedindo que a violência de fato se concretize.

A cena é reveladora, pois demonstra que, ao ser deslocada para um espaço público, a violência masculina deixa de ser naturalizada e passa a ser reconhecida como ameaça coletiva. Diferente do que acontece com Dalva no interior de casa, Lucy não está sozinha: existem testemunhas, regras claras e, principalmente, uma figura feminina que intervém, negocia e impõe limites à agressão. Nesse sentido, o prostíbulo atua como um local em que a violência é confrontada por meio da palavra e da ação, e não legitimada pelo silêncio da intimidade.

Essa modificação assume ainda mais significação quando lembramos que Lucy, ao exercer a prostituição, ocupa uma posição social marcada pela desvalorização simbólica, haja vista que a contenção da violência não remove a dimensão de exploração que permeia seu corpo. Como fora abordado em estudos anteriores<sup>8</sup>, a personagem é constantemente reduzida à condição de coisa, e sua subjetividade é frequentemente ignorada em razão do seu trabalho como prostituta. Por esse viés, o romance não retrata o prostíbulo como um local de emancipação, mas destaca sua ambiguidade estrutural: é, ao mesmo tempo um espaço de exploração simbólica e um território onde a violência física encontra limites mais definidos do que no ambiente doméstico.

As reflexões de Marilena Chauí (2012) sobre o autoritarismo social no Brasil ajudam a entender melhor essa disposição espacial. De acordo com a autora, a sociedade brasileira é altamente estratificada, e seu funcionamento é pautado nas relações de mando e submissão que transformam diferenças em desigualdades aceitas como naturais, principalmente no que se refere às relações de gênero, resultando na “aceitação de todas as formas visíveis e invisíveis de violência” (p. 44).

---

<sup>8</sup> Essa análise foi elaborada no artigo "Personagens femininas em *Tudo é rio*, de Carla Madeira: patriarcado, violência e sexualidade" (Santos & Borges, 2024) que examina a objetificação do corpo de Lucy e a desumanização relacionada à prostituição na obra.

Esse funcionamento se baseia na expansão do espaço privado, considerado como território da vontade arbitrária, e na redução do espaço público, onde a lei, os direitos e o reconhecimento do outro como sujeito ético e político deveriam prevalecer. Como aponta Chauí:

Graças ao mito da não violência, deixamos na sombra o fato brutal de que vivemos numa sociedade oligárquica, verticalizada, hierarquizada, autoritária e por isso mesmo violenta, que bloqueia a concretização de um sujeito ético e de um sujeito político, isto é, de uma subjetividade e de uma intersubjetividade verdadeiramente éticas e da cidadania verdadeiramente democrática (Chauí, 2017, p. 48).

Dentro de casa, essa lógica do autoritarismo encontra um ambiente propício, possibilitando que a violência masculina ocorra de maneira invisível e legitimada pelo mito da não violência. Como indicam os dados do relatório *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil* (2023), a residência é tanto o principal local das violências analisadas quanto o local do tipo mais extremo delas: o feminicídio. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025, um número alto de feminicídios aconteceram dentro das casas, evidenciando como ambiente doméstico é um *locus* privilegiado para a violência letal contra as mulheres:

Estamos falando, de modo geral, de mulheres, negras (63,6%), jovens (de 18 a 44 anos, que representam 70,5% das vítimas), que são mortas dentro de casa (64,3%) por seus companheiros ou ex-companheiros (79,8%), que utilizam de arma branca (48,4%) ou arma de fogo (23,6%) como instrumento do crime. Ou seja, trata-se de mortes que ocorrem num espaço que deveria ser seguro – e não palco da violência letal –, praticadas por pessoas com quem a vítima mantinha relações que deveriam ser de confiança e afeto não de medo e violência (p. 155-156).

Dito isto, *Tudo é rio* (2023) cria uma cartografia espacial que desafia valores morais convencionais: a casa, vista como um refúgio seguro, não protege Dalva; a igreja oferece acolhimento, mas impõe o silêncio; e, por sua vez, o prostíbulo, socialmente estigmatizado, estabelece limites à violência contra Lucy. É preciso também lembrar que, para Margareth Rago (2009), família e prostituição não são estruturas opostas, mas complementares. Pode-se inferir, a partir da articulação desses espaços, que o romance elucida que a proteção das mulheres não

está relacionada à respeitabilidade simbólica dos lugares, mas às estruturas reais de organização do poder, da palavra e da escuta. A narrativa, por meio dessa inversão espacial, desconstrói a ideia de que a casa é um lugar natural de proteção, mostrando-a como um espaço privilegiado de adoecimento feminino. Além disso, evidencia que a contenção da violência depende mais da configuração simbólica e política dos espaços do que de sua moralidade.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho teve por finalidade analisar criticamente a construção dos espaços narrativos na obra *Tudo é rio* (2023), de Carla Madeira, destacando como o lar, a igreja e o prostíbulo contribuem, ou não, para a perpetuação da violência de gênero e o silenciamento das mulheres em uma sociedade patriarcal. Tendo em vista a análise desses ambientes, podemos compreender que a violência contra as mulheres não ocorre de maneira uniforme: ela é influenciada pelas dinâmicas simbólicas e pelas relações de poder que estruturam cada espaço social no romance.

Os resultados da análise sugerem que o espaço doméstico, geralmente visto como um local de proteção, surge na narrativa, sobretudo na trajetória de Dalva, como o principal ponto de risco, adoecimento e agressão direta. A violência conjugal se perpetua no interior da casa com maior eficácia, alicerçada pela privatização do conflito, pela falta de mediações públicas e pela naturalização da autoridade masculina. Tal representação literária desmistifica a concepção idealizada do lar, evidenciando como ele pode funcionar como um espaço de silenciamento e anulação da subjetividade feminina.

Por outro lado, a igreja é apresentada pela autora como um espaço de acolhimento simbólico, caracterizado pela escuta silenciosa, pela suspensão da palavra e pela oferta de conforto moral. Não obstante, apesar de possibilitar a sobrevivência psíquica da personagem, o espaço religioso não propicia ferramentas éticas ou políticas para o enfrentamento da violência, atuando como um local que abriga o sofrimento sem ir de encontro as estruturas que o geram. Desse modo, a igreja se distingue da casa por não ser um espaço de agressão direta, embora compartilhe com ela a incapacidade de converter o silêncio em uma ação eficaz de proteção.

O prostíbulo, por sua vez, aparece na obra como um espaço paradoxal. Nesse contexto, a violência masculina encontra limites mais definidos, uma vez que se trata de um ambiente público, marcado por maior visibilidade e regulação, embora socialmente estigmatizado e associado à marginalização. A experiência de Lucy demonstra que a restrição da violência não diz respeito à moralidade dos espaços, mas à presença de normas, testemunhas e intervenções

capazes impedir a naturalização da agressão. Essa inversão tensiona valores sociais pré-estabelecidos ao enfatizar que a violência de gênero se sustenta em desigualdades estruturais que hierarquizam as mulheres e ampliam sua vulnerabilidade, notadamente, no espaço privado.

As discussões teóricas acerca do patriarcado, autoritarismo social e violência simbólica permitiram compreender que a sociedade em que vivemos amplia o espaço privado da violência e limita o espaço público da palavra, da lei e dos direitos. Sendo assim, o romance demonstra que a violência doméstica não resulta de acontecimentos isolados, mas de um mecanismo social que normaliza as desigualdades e silencia as mulheres que, frequentemente, são responsabilizadas pelas agressões que sofrem.

Em resumo, *Tudo é rio* (2023) reafirma a literatura como um espaço crítico de denúncia das múltiplas formas de violência que permeiam a experiência feminina. Ao articular espaço, silêncio e poder, Carla Madeira revela como a idealização de determinados ambientes favorece a perpetuação da violência, enquanto espaços socialmente marginalizados podem, de maneira paradoxal, proporcionar formas efetivas de proteção. Na contemporaneidade, a importância da obra reside em sua capacidade de provocar reflexões críticas acerca das relações de gênero, questionando discursos naturalizados e enfatizando a necessidade de enfrentar as estruturas patriarcais que ainda sustentam a desigualdade e a violência contra as mulheres.

## Referências

- Anuário Brasileiro de Segurança Pública/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2025). São Paulo: FBSP.
- Biroli, F. (2014). O público e o privado. In L. F. Miguel (Org.), *Feminismo e política: Uma introdução* (pp. 31-46). Boitempo.
- Borges Filho, O. (2007). *Espaço e literatura: introdução à topoanálise*. Ribeirão Gráfica e Editora.
- Bueno, S., Martins, J., Brandão, J., Sobral, I., & Lagreca, A. (2023). *Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil* (4ª ed.). Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Chauí, M. (2017). *Sobre a violência*. Autêntica.
- Madeira, C. (2023). *Tudo é rio* (2ª ed.). Record.
- Madeira, C. (2024). *Fragmentos do que não se pode ter por inteiro*. Record.
- Mussa, A. A. et al. (2022). *Tempo aberto: Oito décadas em oito contos de grandes autores brasileiros*. Record.

- Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista - Brasil 1890-1930*. São Paulo, 2009.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Santos, L. F. C., & Borges, L. (2024). Personagens femininas em *Tudo é rio*, de Carla Madeira: Patriarcado, violência e sexualidade. In *Anais do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Catalão (CEPEX) – VI Seminário de Iniciação à Pesquisa Científica, Tecnológica e em Inovação*. Universidade Federal de Catalão.
- Santos, L. F. C., & Borges, L. (2025). Representações da violência em *Tudo é rio*, de Carla Madeira. In *Anais do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Catalão (CEPEX) – VII Seminário de Iniciação à Pesquisa Científica, Tecnológica e em Inovação*. Universidade Federal de Catalão.
- Xavier, E. (2012). *A casa na ficção de autoria feminina*. Editora Mulheres.

## **Innovación y actualidad de la agenda feminista en Uruguay desde la psicohistoria de Una pionera: Paulina Luisi Janicki**

Circe Martina Rosano López

Anabel Beniscelli

### **Introducción**

Paulina Luisi Janicki suele ser conocida como la primera mujer en egresar de la Universidad de la República, o como la primera médica cirujana del Uruguay. Desde su lugar como médica se dedicó a la lucha por los derechos sexuales de las mujeres, apostando a la organización social y política como herramienta fundamental para lograr cambios radicales en materia de derechos. Por ello, también se la conoce como una activista social y política, acciones y roles que integró a su tarea profesional, valiéndole reconocimiento nacional e internacional como sufragista y pacifista a la vez que promotora de una agenda de derechos de las mujeres. En este trabajo se pretende demostrar que fue precursora en una agenda feminista que se mantiene vigente en la actualidad, creándose de esta manera un hilo que atraviesa y conecta a lo largo de la historia las diferentes olas del feminismo en Uruguay.

Este trabajo pretende acompañar las recientes acciones impulsadas por el movimiento feminista de la UDELAR por resituar a las pioneras y otras mujeres fundamentales de la psicología, - como lo es el nombramiento de salones y las exposiciones de reseñas biográficas de las mismas dentro de la Facultad de Psicología -; así como el hecho de que el primer Campus Universitario en la ciudad de Montevideo fue nombrado “Luisi-Janicki” y algunas de sus aulas tengan el nombre de Paulina y sus hermanas: Clotilde y Luisa (Universidad de la República, 2022).

Analizar desde la psicohistoria a esta mujer en particular, contribuye a elaborar desde la academia un aporte a la historización del movimiento feminista uruguayo a la vez que apuesta a la descolonización del conocimiento, según lo planteado por Donna Haraway (1995) sobre la importancia de que el conocimiento feminista sea un conocimiento situado, elaborado desde cada territorio por los actores del mismo. Podemos iniciar por recordar que fue contemporánea con referentes políticos del siglo XX, como Emilio Frugoni y José Batlle y Ordoñez, sin embargo, su participación en acontecimientos de esa época no ha encontrado tan amplia difusión como la de sus contemporáneos varones. Por lo tanto, será necesario analizar también el contexto en el que Paulina deja de participar activamente en el ámbito político, así como la

ausencia de reconocimiento público sobre su deceso, el 17 de julio de 1950, un día después del tan recordado “maracanazo” (comunicación personal, 24 de setiembre 2024).

Como punto de partida entendemos que la condición de la mujer es una creación histórica, en palabras de Marcela Lagarde (1990):

Es histórica en tanto es diferente a natural, opuesta a la llamada naturaleza femenina, es decir, al conjunto de cualidades y características atribuidas a las mujeres desde formas de comportamiento, actitudes, capacidades intelectuales y físicas, hasta su lugar en las relaciones económicas y sociales, y la opresión que las somete, cuyo origen y dialéctica escapan a la historia y pertenecen, para la mitad de la humanidad, a determinaciones biológicas congénitas ligadas al sexo (p.65).

Haraway (1995) aporta la necesidad de incorporar las interseccionalidades para salir del dualismo sexo/género, y pensar en “las mujeres”, incluyendo de esta manera dimensiones como raza, etnia, religión, ideología, y otras, como componentes esenciales de los procesos subjetivos que componen cada creación colectiva. La epistemología feminista posibilita atender los procesos históricos de las mujeres, desde las mujeres, para las mujeres; develando los logros y desafíos aún pendientes. La Psicohistoria como metodología habilita la posibilidad de “el análisis psicológico de hechos históricos de personas, colectivos o fenómenos sociales” desde donde se pueden “establecer relaciones entre los fenómenos históricos y psicológicos” (Torres Salazar, 2006, p.133).

Para abordar el método de la Psicohistoria tomaremos como referencia los siguientes pasos planteados por Delahanty (1984): “analizamos la psicodinámica del sujeto y su vida cotidiana, la comunidad donde se haya situado y los dos niveles en el análisis marxista 1) el nivel de formación social, estructura social históricamente determinada y 2) el nivel de coyuntura política (momento actual de la estructura social)” (p.381). Cabrera (2001) señala que la historia de la familia está impregnada por las olas migratorias que responden tanto a intereses personales como a movimientos sociales, políticos y culturales. Josefina y Ángel se conocen en Francia en el año 1870, en un contexto político cargado de disputas entre republicanos y monárquicos; donde el proletariado toma fuerza y levanta su voz contra la opresión. Montagut (2021) refiere que la proclamación de la Tercera República francesa lejos de apaciguar las aguas, llevo a la conformación de la Comuna de Paris en 1871 tras el estallido de un motín popular en contra del gobierno de Thiers quien defendía a la monarquía.

En el año 1887 la familia se traslada a Montevideo y mientras Paulina ingresaba en el internado para realizar sus estudios, Ángel Luisi era nombrado Prosecretario de la Presidencia; asumiendo su cargo en un período de transición democrática y de desmantelamiento del militarismo con la presidencia de Máximo Tajes. Podemos pensar que esta tarea desarrollada por Ángel, trabajando en la consolidación de nuevas estructuras políticas que tuvieron como pilar fundamental a la democracia, dejaron una huella psíquica en su hija mayor, la cual es posible ver cuando renuncia en el año 1933 a sus cargos honorarios de representación del Uruguay en instancias internacionales, sumado a la desvinculación de la actividad política que realizaba a nivel nacional, acciones realizadas con el fin de manifestar su desacuerdo con el nuevo régimen establecido por el presidente Gabriel Terra. La historia de vida de Ángel Luisi permite inferir en que hay una estrecha vinculación con la actividad política de su hija mayor.

Josefina Janicki con ideas feministas y sufragistas que reivindicaba los derechos de las mujeres, es contemporánea a mujeres como Rosa Luxemburgo. En el año 1885 mientras la familia residía en la ciudad de Paysandú, Josefina Janicki fundó el primer jardín de infantes del Uruguay, siendo una pionera en materia educativa en el país. A la institución concurrían aproximadamente 30 niños y niñas de entre 3 a 7 años, que además de la educación impartida también recibían alimento y vestimenta de forma gratuita (López, 2022). La propuesta educativa se regía por “el Método Froebel, basado en el juego, el afecto, la sociabilidad, como medio para una educación integral, con música, gimnasia, desarrollo de la creatividad, y las capacidades cognitivas e intuitivas”. (López 2022, p. 24).

Paulina Luisi Janicki nació en 1875 en la Provincia de Entre Ríos, Argentina; en 1880 la familia se muda al departamento de Paysandú en Uruguay. En el año 1887 la familia se traslada a Montevideo donde, a los 12 años, Paulina ingresó al Internado Nacional de Magisterio. Según Sapriza (2011) es en dicho internado donde toma forma la matriz política de Paulina. (p.3). Sin embargo, la psicohistoria considera las influencias tanto del contexto histórico-social como del familiar, donde podemos apreciar también una matriz ética, libertaria, humanista y laica.

“Es una mujer fuerte y suave a la vez” ... “Tiene tanto de femenina como de feminista. Paulina Luisi habló. Me dijo cosas hondas y bellas” ... “Habla con una fe sacrosanta del porvenir” ... “Pero más que lo que habla, acciona, trabajadora infatigable, mujer de corazón y cerebro poco común, toda idea por la cual siente verdadero entusiasmo, se convierte

pronto en una hermosa y fecunda realidad”. (d’Anjou, 1919 citado por Reportaje histórico Paulina Luisi, 1996, p. 36).

Los primeros pasos en la ruta política de Paulina comienzan en 1907, cuando junto al Doctor Emilio Frugoni y otros notables de la época, participa de la fundación del Partido Socialista del Uruguay (Sapriza, 2011, p. 5), constituyéndose en el primer partido político de izquierda en Uruguay oficialmente el 12 de diciembre de 1910. Destaca Sapriza que, si bien Paulina no fue una militante política activa dentro de la organización, sí fue la primera mujer candidata a diputada por la lista 90 en 1942. Aunque finalmente termina renunciando a dicha candidatura. En 1908, con 30 años, logró titularse como Doctor en Medicina, siendo la primera mujer egresada de la Universidad de la República (Cabrera, 2001), abriendo así camino a miles de mujeres. Tanto el ingreso como la trayectoria en la Facultad de Medicina no fueron fáciles, inicialmente fue rechazada social y académicamente, dada su condición de mujer soltera no era aceptado por la sociedad de la época que una “señorita” viera cuerpos desnudos, sobre todo si estos eran masculinos. En relatos compilados y testimonios recogidos por Cabrera (2001) nos permiten vislumbrar la fortaleza de su carácter. En las paredes de la facultad de medicina se escribieron insultos a la joven estudiante, incluso se cuenta que en los bolsillos de la túnica de Paulina le colocaron miembros masculinos, pero contó con el apoyo de sus padres, en especial el de su madre en todo momento y se graduó con honores.

### **El Consejo Nacional De Mujeres y Su Revista**

En 1913 el gobierno de Batlle y Ordoñez impulsa a Paulina Luisi a estudiar medidas de higiene social en Europa. En dicho viaje toma contacto con la lucha contra la “Trata de Blancas” y conoce a Madame Bonneval, quien era la presidenta del Consejo de la Mujer. De ese encuentro comienza a gestarse la idea de organizar a las mujeres a nivel nacional (Sapriza, 2011).

En 1916 se funda el Consejo Nacional de Mujeres, presidido por Paulina Luisi. El mismo era miembro del Consejo Internacional de Mujeres. Sapriza destaca una “coyuntura relativamente favorable” (Sapriza, 2011, p. 6), con un ambiente político que veía con buenos ojos el sufragio femenino, incluso batllistas, socialistas y algunos liberales se presentaban como aliados sufragistas. Barran y Nahum (1979) dirán que: “el modelo demográfico del novecientos modificó la situación social de las mujeres en la sociedad” (p. 68). El censo de 1913 da cuenta de que 11,85% de los trabajadores de Montevideo eran mujeres (p. 75); a la vez que comienzan a ocupar puestos de trabajo, comienzan también a poblar las instituciones educativas. “Las

mujeres eran el 0,50% del alumnado secundario antes de la apertura de la Sección femenina en 1910; fueron el 6,79% en 1916” (Barran & Nahum, 1979, p. 79).

En julio de 1917 se lanza la revista Acción Femenina y en agosto Paulina brinda un discurso que será transcrito en la revista Acción Femenina titulado: “Feminismo”.

...El feminismo ha nacido. Y he ahí pronunciada la terrible palabra: ¡Feminismo! Piedra de escándalo de los espíritus obtusos o timoratos; fantasma asustador de las conciencias enquistadas; sinónimo, para los ignorantes y retrógrados, de disolución del hogar, de abandono de los hijos, de relajación de costumbres, de esnobismo, excentricidad y desequilibrio; creación antinatural, disolvente y anárquica de histéricas matoides, marimachos y solteronas, pretensión ridícula y absurda, merecedora de las más punzantes burlas, de las más feroces ironías, de las más implacables sentencias!. Quiere el feminismo demostrar que la mujer es algo más que materia creada para servir al hombre y obedecerle como el esclavo a su amo; que es algo más que máquina para fabricar hijos y cuidar la casa (Luisi, 1917, p. 48).

Con ironía y sarcasmo, Paulina pone en palabras una idea que sigue presente en el discurso de radicales conservadores cuando hacen referencia a “la ideología de género”, permitiéndonos ver que el estigma social y político en relación con la organización y participación política de las mujeres tiene tantos años como el propio feminismo. En relación con el trabajo digno para las mujeres y en consonancia con el cuestionamiento del rol de la mujer en la sociedad Paulina dirá lo siguiente:

... Que, en el desempeño de todo trabajo, se establezca la justa apreciación del rendimiento producido y que, por lo tanto, se suprima la injusta depreciación de la mano de obra femenina; que se establezca una equitativa fórmula que, independientemente del sexo, remunere igual trabajo con igual salario (Luisi, 1917, p. 49).

Queda planteada aquí la diferencia salarial entre los trabajos realizados por las mujeres y los realizados por los varones, lo que hoy es definido como: techo de cristal, ya era denunciado por Paulina hace más de cien años. En la apuesta del Consejo Nacional de mujeres y de la propia Paulina por visibilizar las desigualdades que sufrían las mujeres, mostrando las distintas

vulnerabilidades que diariamente vivían por el hecho de ser mujeres, también buscaban dar explicaciones científicas a la realidad social, desde las mujeres y para las mujeres:

...estudiando la mejor y más científica, al par que práctica, manera de realizar el bien y sugiriendo la forma de llevar a cabo; y cultivando al mismo tiempo la ayuda mutua por medio de la asociación de todas las actividades femeninas, dispersas y a veces encontradas... (Luisi, 1917, p. 47).

Las feministas académicas en el 2024, seguimos buscando formas de desanudar la realidad social que se entreteje entre las reivindicaciones de las oprimidas y las hegemonías impuestas por el heteropatriarcado capitalista que definen las condiciones materiales de existencia de las mujeres; nos hablaba Paulina ya en el 1917 de la necesidad de unir e historiar las resistencias que asumen en sus territorios, trabajos, cotidianidad, desde cada lugar y forma de habitar la condición de ser mujer, para realizar un relato común y unir fuerzas que permitan hacerlas visibles. Desde su lugar como académica, desafía a la ciencia médica al proponer que la mujer tenía derecho a encargarse de la tutela de sus hijos y de la administración de sus bienes:

... Pretende el feminismo que, en la vida del hogar y en la maternidad, haya conciencia en las resoluciones y responsabilidad en los actos; que tenga la mujer los plenos derechos para administrar su hacienda o su salario; que las leyes establezcan para la mujer el pleno ejercicio de sus derechos en la tutela y en la educación de sus hijos... (Luisi, 1917, p. 48).

Paulina fue una ferviente defensora de la equidad entre hombres y mujeres, así como lo fueron sus hermanas, y sus padres, deja en claro en el presente discurso que para ella esta equidad debe ser un valor social:

... Que es la mujer equivalente al hombre, como valor social, y que no hay por eso mismo razón alguna que justifique la eterna minoría de edad en que la colocan las leyes de casi todos los países... (Luisi, 1917, p. 49).

Así como postula la equidad, Paulina reniega del concepto de inferioridad de la mujer ante el hombre, lo cual en los años en los que nos estamos situando es algo que desmantela la hegemonía médica y patriarcal. Hoy sabemos que las bases que sostienen a la violencia hacia las mujeres, es la desigualdad de poder que favorece al varón, que tiene su punto de partida en el entender a la mujer como un ser inferior. Paulina no solo habla de la condición de la mujer,

sino que, en su búsqueda de liberar a las mujeres de la opresión patriarcal, también nos habla de pensar en que es posible otra forma de relacionarnos como sociedad:

...Quiere en una palabra que, en la constitución de las sociedades, tenga cada individuo la, libertad de hacer de su vida lo que sus aptitudes y sus condiciones le permitan; disponer de ellas como sus deberes humanos se lo dicten; quiere, en fin, que en la apreciación de los valores sociales se prescindiera del sexo para considerar solamente la persona. He ahí, en pocas palabras, algunas de las pretensiones del feminismo (Luisi, 1917, p. 49).

Este último tramo del discurso rememora la Francia de la libertad, la igualdad y la fraternidad, en la que se conocieron sus padres, en esas ideas liberales y progresistas que fueron impulsadas tanto por Ángel como por Josefina en su juventud. Hablar de valores sociales refiere a hablar sobre un pacto social, una convivencia organizada bajo normas que garanticen el derecho al pleno desarrollo del ser humano, de sus capacidades intelectuales, laborales, relacionales, etc., este último párrafo está impregnado de una demanda de justicia social, de garantizar los derechos humanos (incluyendo a las mujeres en ellos), por parte del Estado.

La actividad política y social de Paulina es extensa y está detallada por Scarone (1937): fue representante de Uruguay en conferencias internacionales sobre medicina, por los derechos de los trabajadores, por el desarme de la guerra, y propulsora de la participación política de las mujeres. Fue una de las primeras médicas en hablar sobre la importancia de la profilaxis como método de protección ante la transmisión de enfermedades venéreas. También estuvo en primera línea en la lucha antituberculosa y fue miembro de la comisión de técnicos para el estudio de la Trata de mujeres del Consejo de la Liga de Naciones; en 1919 fue secretaria del Comité abolicionista del Río de la Plata; en 1920 fundó las secciones uruguayas y argentinas de la Federación Abolicionista Internacional; entre 1922 y 1932 fue delegada en la comisión de protección de la infancia y la juventud y contra la trata de mujeres y niños. Creó la cátedra de Magisterio para introducir la enseñanza profiláctica y la educación sexual en la educación pública; fue jefa de Clínica Ginecológica en la Facultad de Medicina y reconocida internacionalmente por escribir el libro: "L'education sexuelle". También fue delegada a la conferencia internacional del Desarme de la guerra, delegada a la 2da asamblea extraordinaria de la Liga de las Naciones para el conflicto chino-japonés. En 1936 organizó la comisión de Damas de Ayuda al pueblo español; también colaboró en la creación del primer Sindicato de Telefonistas del Uruguay y de las Costureras de Sastrería. Fue presidenta de la Asociación de

mujeres universitarias. Y recibió varias condecoraciones internacionales por su participación y labor público. Defensora de la democracia se retiró de la vida política con el golpe de estado realizado por Gabriel Terra en 1933, renunciando a los cargos honorarios y de representación internacional.

Fiel a sus ideales republicanos y humanistas, inicia una labor de ayuda al pueblo español, según Scarzanella (2008) desde el año 1937 inicia el “comité pro-casa para niños de España leal”. Si bien Paulina se desvinculó de la actividad política, continuó trabajando el ámbito social, dado que, durante el periodo de gobierno de Terra, en España estalla la Guerra Civil, de la cual el pueblo uruguayo se hace eco, saliendo a las calles para manifestarse en contra del fascismo y en favor de la República (Cantabrana, 2016).

Así como la labor política de Paulina quedó interrumpida por el golpe de estado del año 1933, la última dictadura cívico-militar implicó una interrupción en materia de derechos y en la agenda feminista. Con la reapertura democrática se aprecia el retorno de la agenda feminista, con la aprobación de leyes: sobre violencia doméstica ley N° 17.514 (Uruguay, 2002); la ley N° 17.515 de trabajo sexual (Uruguay, 2002); la regulación del trabajo doméstico ley N° 18.065 (Uruguay, 2006); la ley de aborto legal que fue vetada en el año 2009 y la posterior ley de interrupción voluntaria del embarazo N° 18.987 (Uruguay, 2012), entre otras. Feministas que tuvieron una labor enfocada sobre todo al trabajo parlamentario, fundando la Bancada Bicameral Femenina creada el 8 de marzo del 2000, la cual integra a todas las mujeres parlamentarias sin distinción partidaria (Cámara de Senadores, 2024).

### **Paulina y “Lo Personal es Político”**

Dos décadas tras la muerte de Paulina, feministas radicales en Estados Unidos escribirían la consigna: “Lo personal es político”, para dar cuenta de que no alcanzaba con los logros en materia de derechos civiles y acceso a la educación, sino que también era necesario problematizar y visibilizar la realidad de las mujeres en el día a día, dentro de sus casas, en sus trabajos, en los centros educativos; dando cuenta así que la vida de las mujeres estaba atravesada por la política, Kate Millet surge como una figura prominente de la época, proponiendo la politización de la vida de las mujeres (Mejia, s.f.). Consideramos que la figura de Paulina Luisi encarnaba que lo personal es político, con su militancia y las causas que defendía; cambiando la forma de ejercer la medicina, particularmente la ginecología - ya que dado que era mujer, más mujeres se animaron a concurrir a consultas ginecológicas con ella (Cabrera, 2001); la medicina educacional que enseñaba a sus alumnas; proponiendo temas como la prevención de

las enfermedades de transmisión sexual; la maternidad deseada y con consciencia; enfatizando siempre la importancia de la mujer como ser social autónomo.

Paulina no fue una mujer que escribiese desde un lugar de superioridad científica ni social, sino que lo hacía desde el acercamiento al problema, hablaba de algo que no le es ajeno porque se encuentra implicada en el mismo por el hecho de ser mujer.

...esa mujer, tu hermana, tu igual ante las leyes de la vida, ha sido condenada por infausto destino a representar el amor, lo más grande y sagrado que tiene la vida, y transformarlo en una parodia inmunda; a vender sus caricias que debieron ser fecundas para gloria de la especie, en el más asqueroso mercado que idearse pueda; esa mujer, tu hermana, ha sido transformada por las crueldades de la vida social, en un ser infame y repugnante, envilecido y abyecto, en un ser que ha perdido todo resto de pudor, de moral y de vergüenza; en un ser degradado, más infeliz que la bestia, porque llega hasta a estar desposeída del instinto de la madre! (Luisi, 1948, p. 38).

Lagarde (1996) promueve el concepto de sororidad, propone un pacto, una solidaridad específica entre mujeres, reconociendo las diferencias como forma de potenciarse mutuamente contra la misoginia patriarcal. “La sororidad es, asimismo, un camino para valorizar la identidad de género y lograr la autoafirmación de cada mujer. Apoyadas unas en las otras, sin ser idénticas, sino reconociendo las diferencias entre ellas” (p 112). Nuevamente Paulina se adelanta a su época y habla de la hermandad entre todas las mujeres, incluyendo una organización precursora de lo que devendrá como derechos humanos, al incorporar aquellas mujeres vulneradas y que cargan con la desvalorización del discurso social al que las condena como parte del negocio y no como víctimas de este.

## **Epílogo**

La poca información que encontré con relación al fallecimiento de Paulina y el día en el que se dio el hecho, me llevaron a cuestionarme: donde estaría enterrada y como sería su tumba; ya que las condiciones en que se le da “el último adiós”, es una forma de querer recordar a un ser querido: solemos encontrarnos en los cementerios con panteones voluptuosos, con estatuas, con mensajes de amor y recuerdos de las personas allí enterradas, flores, adornos, fotos, etc. Por lo tanto, me propuse investigar donde se encuentran los restos de nuestra querida protagonista y poder ver como era su tumba y como habían elegido recordarla.

En primer lugar, fui al cementerio Central, recorrí durante varias horas el mismo, encontré las tumbas de personas muy queridas por el pueblo uruguayo, pero no encontré el nombre que yo buscaba. Me acerqué a la oficina de administración en donde los funcionarios municipales muy amablemente me dejaron buscar en los libros del año 1950 - ninguna Paulina, ni tampoco Luisi, o algo que se le pareciera. Me confirmaron que efectivamente la fecha registrada de su muerte era el 17 de julio de 1950, pero no aparecía ningún registro del lugar de su entierro, me informaron que si aparecían personas con el mismo apellido en el cementerio del Buceo, así que allí me dirigí. En el Buceo me atendió un funcionario muy amable, que se mostró muy entusiasmado ante mi pregunta, y me contestó que efectivamente Paulina estaba en el sepulcro 85B, así que fuimos a buscar el lugar en el mapa del cementerio.

Mientras me disponía a iniciar mi tarea de buscar el 85B en números rojos como se me había indicado, el funcionario a quien llamaremos “Gustavo” se colocó a mi lado con su termo y su mate y comenzó a contarme que hacía algunos años trabajando él en el Archivo General, le toco dar una charla sobre Paulina con un Doctor del que no recordaba su nombre. Me contó que habían conseguido el pasaporte, el diploma de la logia a la que pertenecía, y me dijo que le parecía buenísimo que la estuviese buscando, yo le conté que era para mi trabajo final de grado y comenzamos a intercambiar datos y palabras de admiración compartida. Me hablo de la familia Luisi, de que eran unos transgresores; me contó que durante la revuelta de Quebracho, Ángel Luisi era el encargado de recibir las municiones que llegaban y mandó retirar todas las cruces rojas de los botiquines enviados por la Cruz Roja, porque él no era católico y no quería ningún símbolo que se relacionara con la iglesia. Me habló de que le parecía increíble todo lo que había hecho esta mujer en aquellos años, también me contó que en una oportunidad mientras Paulina ingresaba al transporte público de la época - con unos tacones enormes - pisó a un hombre, el señor se enojó y la insultó en varios idiomas y maneras, a lo que nuestra querida irreverente le contesto: “a ver hombre, no sea tan dramático, ni que le hubiese pisado los huevos”; también me la definió como una mujer muy libre, muy liberal, que no pertenecía a la época en la que vivía, y yo le respondí que hablaba de temas que están vigentes hoy, mientras tomaba su mate asentía con la cabeza y unos ojos llenos de algarabía; me contó que tenía el libro “Otra voz clamando en el desierto” y me dijo algo que me quedó grabado: “las feministas de ahora no inventaron nada” y la verdad es que no, Paulina ya nos había trazado el camino.

Gustavo no leyó mi trabajo, pero sin dudas me habló de la misma mujer que les relato en este texto y no puedo sentirme más agradecida de haber conocido a otra persona que no solo la conocía, si no que la tiene en su corazón y en sus pensamientos, en el lugar que Paulina se

merece estar: respetada, admirada, y querida. Salí del cementerio, compré unos crisantemos blancos y me dispuse a buscar el lugar que me habían indicado, caminé un rato largo, hasta que casi como sin querer encontré un panteón austero, con dos flores celestes de tela, en la tapa la leyenda decía: Familiares de Ángel Luisi. La había encontrado. Sin fotos, sin nombres, sin estatuas, entre dos arbustos de florecitas blancas, ahí estaba su lugar de descanso final, le dejé los crisantemos, le agradecí su existencia y su legado y me quedé unos minutos en silencio, contemplando la vida de esta mujer que a pesar de la muerte me acompaña desde hace tantos años.

## Referencias

- Barran, P., & Nahum B. (1979). *El Uruguay del novecientos*. Banda Oriental.
- Cabrera, S. (2001). *Paulina Luisi: Una socialista para conocer, querer y emular*. Partido Socialista del Uruguay.
- Cantabrana, M. (2016). *Memoria y desmemoria del Uruguay antifascista en la guerra civil española*. Hemisferio Izquierdo. <https://www.hemisferioizquierdo.uy/single-post/2016/07/04/memoria-ydesmemoria-del-uruguay-antifascista-en-la-guerra-civil-esp%C3%B1ola>
- Cámara de Senadores. (2024). *24 años de la Bancada Bicameral Femenina*. Parlamento del Uruguay. <https://parlamento.gub.uy/node/737129>
- Delahanty, G. (1984). Psicohistoria crítica: teoría y método. *Iztapalapa. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 10, 379-391. <https://revistaiztapalapa.izt.uam.mx/index.php/izt/article/view/873/1026>
- Haraway, D. (1995). *Ciencia, cyborgs y mujeres: La reinención de la naturaleza*. Alianza.
- Lagarde, M. (1990). *Cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Lagarde, M. (1996). Identidad de género y derechos humanos. En: *Estudios básicos de derechos humanos*, p.85-126. <http://biblioteca.corteidh.or.cr/tablas/a11998.pdf>
- López, A. M. (2022). “Una familia italiana sanducera: Los Luisi”. Asociación civil 20 de setiembre. <https://20desetiembre.org/WP2020/2022/06/23/homenaje-a-giuseppe-garibaldi/>
- Luisi, P. (1917). *Comisión de trata de blancas y unidad de la moral*. Acción femenina, 1(1), 3940. <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/31430>

- Luisi, P. (1917). Feminismo. *Acción Femenina*, 1(2), 42-52.  
<https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/31431>
- Luisi, P. (1920). *Plan y métodos de enseñanza sexual*. *Acción Femenina*, 4(27), 6-30.  
<https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/65713>
- Luisi, P. (1936) *La heroica España*. Biblioteca democracia y libertad.  
<https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/63776>
- Luisi, P. (1948). *Otra voz clamando en el desierto*. Universidad de Montevideo.
- Luisi, P. (1950). *Pedagogía y conducta sexual*. El siglo ilustrado.
- Luisi, P. (1950). *Semanario Marcha*, 12(536), 3.  
<https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/63756>
- Mejía, V. (s.f.) *Kate Millet, feminista radical*. Coordinación para la igualdad de género en la UNAM. <https://coordinaciongenero.unam.mx/2021/09/kate-millet-feminista-radical/>
- Montagut, E. (2021). *Los comienzos de la Tercera República francesa*.  
<https://www.eduardomontagut.es/mis-articulos/historia/item/1804-los-comienzos-de-latercera-republica-francesa.html>
- Reportaje histórico Paulina Luisi. (1996). *Tres: Revista de Actualidad*, 1(33), 36-37.  
<https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/6659/1/Tres%20n33.pdf>
- Sapriza, G. (2011). *Paulina Luisi: Liderazgos, alianzas y desencuentros de las sufragistas*  
[https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/64753/1/Paulina%20Luisi%20Liderazgo alianzas y desencuentros de las sufragistas 1811 2011.pdf](https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/64753/1/Paulina%20Luisi%20Liderazgo%20alianzas%20y%20desencuentros%20de%20las%20sufragistas%201811%202011.pdf)
- Scarzanella, E. (2008). *Amistad y diferencias políticas: Clara Campoamor, Paulina Luisi y la Guerra Civil española*. <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/64886>
- Scarone, A. (1937). *Uruguayos contemporáneos: nuevo diccionario de datos biográficos y bibliográficos*. <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/39398>
- Torres Salazar. H. (2006). La psicohistoria: Método de enseñanza, método de investigación. *Revista IIPSI*, 9(2), 133-140.  
[https://www.academia.edu/54943283/La\\_Psicohistoria\\_m%C3%A9todo\\_de\\_ense%C3%B1anza\\_y\\_m%C3%A9todo\\_de\\_investigaci%C3%B3n](https://www.academia.edu/54943283/La_Psicohistoria_m%C3%A9todo_de_ense%C3%B1anza_y_m%C3%A9todo_de_investigaci%C3%B3n)
- Universidad de la República. (2022). *Nuevo campus Universitario «Luisi Janicki: pioneras universitarias»*. <https://udelar.edu.uy/portal/2022/03/nuevo-campus-universitario-luisijanicki-pioneras-universitarias/>
- Uruguay. (2002). *Ley N° 17.514: Ley de erradicación de la violencia doméstica*.  
<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/17514-2002> .

- Uruguay. (2002). Ley N° 17.515: Ley sobre trabajo sexual. <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/17515-2002>
- Uruguay. (2006). Ley N° 18.065: Regulación del trabajo doméstico. <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/18065-2006>
- Uruguay. (2012). Ley N° 18.987: Ley sobre interrupción voluntaria del embarazo. Ley de aborto. <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/18987-2012>
- Uruguay. (2017). Ley N° 19580: *Ley de violencia hacia las mujeres basada en género. Modificación a disposiciones del código civil y código penal: Derogación de los arts: 24 a 29 de la ley 17.514.* <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19580-2017>

## **Gênero e atuação da(o) psicóloga(o) escolar e educacional no Brasil: revisão sistemática**

Isabella Silva de Faria

Janaina Cassiano Silva

### **Introdução**

A presente pesquisa integra o projeto matricial “Atuação de psicólogas/os escolares na América Latina: concepções, desafios e inovações nas Políticas Públicas de Educação Básica” sob coordenação geral da Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza vinculada à Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar LIEPPE, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – IPUSP, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina – PROLAM/ USP. Apoio do CNPQ - Processo: 311739/2021-0. O estudo volta-se a uma temática de crescente relevância: a relação entre a atuação da psicologia escolar e educacional e as questões de gênero na educação básica brasileira. Diante disso, a problemática que orienta esta investigação é: qual o perfil das produções científicas sobre a atuação de psicólogas(os) escolares e educacionais e a questão de gênero nas escolas de educação básica no Brasil?

Para responder a essa questão, o objetivo geral deste capítulo, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso, foi identificar e analisar as produções científicas publicadas entre 2010 e 2023 sobre a atuação de psicólogas/os escolares e educacionais, com ênfase na temática de gênero. Como objetivos específicos, buscou-se mapear o local da pesquisa, tipo de texto, área de atuação, níveis de ensino, referencial teórico, meios de divulgação e *qualis* dos periódicos. A pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate sobre como as práticas psicológicas podem superar estereótipos de gênero, preenchendo a lacuna existente na vinculação dessas intervenções aos seus fundamentos teóricos.

O estudo ancora-se na Teoria Histórico-Cultural, que compreende a educação como uma prática social intencional e humanizadora, indissociável de seu pertencimento histórico e cultural (Antunes, 2008). Esse olhar crítico é fundamental pois, como apontam Bourdieu e Passeron (1992), o ambiente escolar é simultaneamente um espaço privilegiado de socialização e de reprodução de desigualdades, exigindo de profissionais uma atuação rigorosa diante das relações de gênero.

O texto está estruturado em quatro três seções: a fundamentação teórica (que articula a Psicologia Histórico-Cultural, gênero e a Psicologia Escolar e Educacional Crítica); o percurso

metodológico; os resultados e discussão; e, por fim, as considerações finais. Com isso, espera-se que o estudo contribua para fomentar debates e consolidar práticas psicológicas que garantam uma educação mais justa, democrática e comprometida com a equidade de gênero (Brasil, 2014; Oliveira, 2020).

### **Psicologia Escolar e Educacional e Gênero**

A fundamentação teórica ancora-se na intersecção entre a Teoria Histórico-Cultural, os estudos de gênero e a Psicologia Escolar e Educacional Crítica. Segundo Vigotski (2007), o desenvolvimento humano e a consciência são mediados por ferramentas culturais, tornando a identidade de gênero um processo historicamente construído. É justamente por meio da apropriação desses processos engendrados culturalmente, viabilizados pela educação, que os sujeitos se constituem e adquirem suas faculdades humanas (Barbosa & Silva, 2015). Essa perspectiva alinha-se à premissa de que a educação é uma "[...] prática social humanizadora, intencional, cuja finalidade é transmitir a cultura construída historicamente pela humanidade" (Antunes, 2008, p. 469), o que exige analisar como as relações de poder permeiam o contexto educativo.

No âmbito educacional, compreende-se gênero não como um dado biológico, mas como um conjunto de práticas discursivas e culturais que estruturam as relações sociais (Butler, 1990). Compreender essa dinâmica é indispensável, visto que o gênero é estruturante da própria condição subjetiva dos indivíduos e da organização das relações sociais, operando frequentemente por meio de desigualdades de poder (Souza & Martins, 2021). Deste modo, a escola atua ativamente nesse processo, podendo tanto reproduzir papéis tradicionais quanto desconstruí-los. Por isso, é fundamental "[...] recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos" (Louro, 1997, p. 7), exigindo de profissionais da educação o preparo para promover a equidade.

Para atuar frente a essas demandas, a Psicologia Escolar e Educacional precisa superar seu histórico centrado em práticas clínicas e diagnósticas (Patto, 1990) em favor de uma práxis crítica. Essa transição exige um "[...] saber militante em nossas atuações em comunidade, em movimentos sociais, em políticas públicas de saúde e de assistência social, bem como em outras ações de caráter coletivo" (Sawaia, 2009, p. 365). No que tange às questões de gênero, essa atuação estrutural e preventiva implica "[...] compreender a escola em sua cotidianidade, analisando as relações e os processos que nela se estabelecem" (Souza, 2010, p. 136).

Em síntese, a articulação entre esses três pilares orienta uma intervenção psicológica que ultrapassa as queixas individuais. O objetivo é fomentar um ambiente escolar inclusivo, pautado no combate às desigualdades, na formação continuada de educadores e na transformação social em prol da igualdade de gênero.

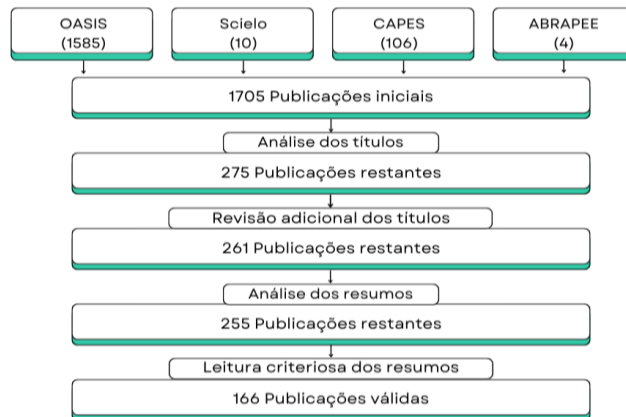
### **Percurso Metodológico**

A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético e na Teoria Histórico-Cultural (Marx, 1983), compreendendo o ser humano em sua constituição essencialmente social. Trata-se de um estudo teórico-bibliográfico e qualitativo, estruturado como uma revisão sistemática. O objeto de análise concentra-se nas produções acadêmicas (artigos, teses e dissertações) publicadas entre 2010 e 2023 sobre a atuação da psicologia escolar e educacional frente às questões de gênero no Brasil. Os dados preliminares foram oriundos do levantamento bibliográfico realizado por dois discentes de iniciação científica do curso de Psicologia da USP, participantes do projeto matricial mencionado na introdução deste capítulo.

As buscas foram realizadas nas seguintes bases e periódico: SciELO, Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE, Periódicos CAPES e Oasis. Utilizaram-se como descritores os termos: gênero, psicologia escolar, psicologia educacional, atuação, práticas, intervenção, política pública e política educacional. Os critérios de inclusão exigiam textos completos e disponíveis em português.

O processo de triagem partiu de um montante inicial de 1.705 publicações e ocorreu em duas etapas principais de exclusão. A primeira se consistiu na análise dos títulos e na remoção de trabalhos duplicados nas plataformas ou distantes do tema proposto, reduzindo a amostra para 261 produções. A segunda etapa abrangeu a verificação de disponibilidade e a leitura criteriosa dos resumos. Foram descartados seis trabalhos com arquivos inacessíveis e 89 que não se relacionavam simultaneamente à psicologia, à educação e à temática de gênero. Ao final, obteve-se uma amostra com 166 publicações válidas para análise, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1. Fluxograma da Seleção de Dados



Fonte: Organizado pelas autoras.

Os materiais selecionados foram sistematizados em uma planilha, integrando informações prévias do banco de dados da USP (título, autoria e ano) a novas variáveis coletadas para este mapeamento: referenciais teóricos, níveis de ensino, localização geográfica da produção e da revista, título e *qualis* do periódico. Posteriormente, essas informações foram analisadas sob a ótica da Teoria Histórico-Cultural. O foco dessa etapa foi compreender o impacto das intervenções da psicologia escolar e educacional nas questões de gênero na educação, identificando tendências, lacunas e avanços no campo. Como um dos resultados esperados, o estudo visa organizar o conhecimento já produzido e oferecer subsídios teórico-metodológicos para fortalecer futuras pesquisas e práticas profissionais na área.

### Resultados e discussão

A apresentação dos resultados busca organizar e analisar os dados coletados sobre as produções acadêmicas brasileiras que abordam a temática de gênero e a atuação do psicólogo escolar e educacional. A partir de um levantamento que incluiu a distribuição geográfica das pesquisas, os tipos de produção acadêmica, as áreas de atuação, os referenciais teóricos utilizados, os locais de publicação e o Qualis das revistas, foi possível identificar tendências, lacunas e desafios no campo. A análise desses dados permite compreender como o tema tem sido abordado no cenário acadêmico nacional, destacando os principais focos de investigação, as bases teóricas predominantes e a qualidade das publicações, além de apontar caminhos para futuras pesquisas e intervenções na área.

Figura 2. Local das Pesquisas no Brasil



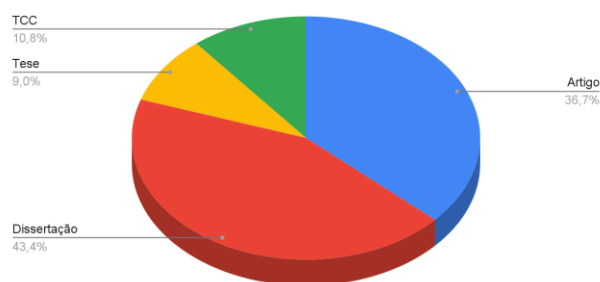
Fonte: Organizado pelas autoras.

De acordo com a Figura 2, a análise da distribuição geográfica das pesquisas sobre gênero e a atuação do psicólogo escolar e educacional no Brasil revela que a maioria dos estudos está concentrada no estado de São Paulo (18,1%), seguido por Distrito Federal (7,2%). Outros estados, como Rio de Janeiro (4,2%), Rio Grande do Sul (4,8%) e Minas Gerais (3,6%) também apresentam produções significativas. No entanto, chama a atenção o alto percentual de pesquisas que não informaram o local (28,3%), o que pode indicar uma lacuna na descrição dos estudos ou a realização de pesquisas em contextos mais amplos, como o Brasil como um todo (1,8%), Portugal (11,4%)<sup>9</sup> e França (0,6%)<sup>10</sup>. Essa distribuição sugere uma concentração das produções nas regiões Sudeste e Sul, com pouca representatividade de outras regiões, como Norte e Nordeste.

<sup>9</sup> Portugal está incluído na lista por apresentar pesquisas realizadas por autores brasileiros em território brasileiro e português e ser publicada em português brasileiro (pt-br).

<sup>10</sup> França está incluída na lista por representar uma pesquisa realizada por autores brasileiros em território brasileiro e território francês e ser publicada em português brasileiro (pt-br).

Figura 3. Tipo do Texto das Pesquisas

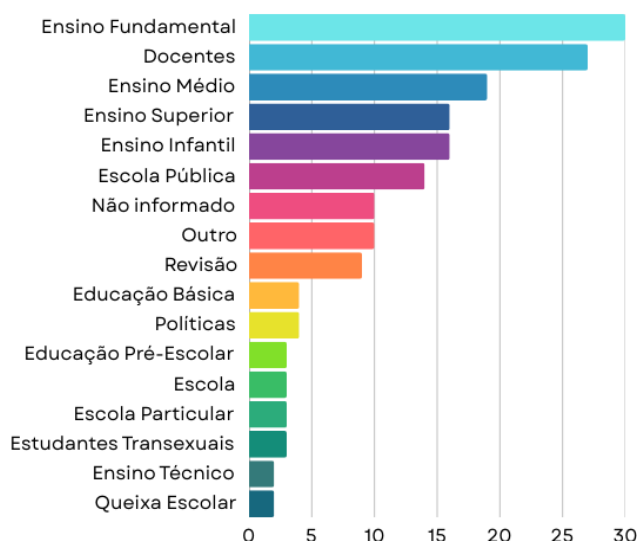


Fonte: Organizado pelas autoras.

Quanto ao tipo de produção acadêmica, representada pela Figura 3, observa-se que as dissertações correspondem à maior parte dos textos, representando 43,4% do total. Em seguida, os artigos aparecem com 36,7%, indicando uma significativa presença de pesquisas publicadas em periódicos científicos. As teses correspondem a 9,0% das produções, enquanto os trabalhos de conclusão de curso (TCC) representam 10,8%.

Esses dados sugerem que a produção acadêmica sobre o tema está mais concentrada em pesquisas de pós-graduação (dissertações e teses), com uma expressiva contribuição de artigos, que são fundamentais para a disseminação do conhecimento na área. A presença de TCCs, embora menor, indica que o tema também tem sido abordado em formações de graduação, refletindo um possível interesse pela temática desde os estágios iniciais da formação profissional.

Figura 4. Área de Atuação e Níveis de Ensino das Pesquisas



Fonte: Organizado pelas autoras.

No que se refere às áreas de atuação e níveis de ensino das pesquisas, ilustrada pela Figura 4, o ensino fundamental aparece como o nível de ensino mais estudado, representando 17,2% das produções. Em seguida, destacam-se os estudos com docentes<sup>11</sup> (14,9%) e o ensino médio (10,9%). A educação infantil e o ensino superior também apresentam percentuais significativos, com 9,2% cada. Outros contextos, como escola pública (8,0%) e estudantes transexuais (1,7%), aparecem com menor frequência, assim como áreas menos exploradas, como educação pré-escolar (1,7%) e políticas educacionais (2,3%). Esses dados indicam que o tema de gênero e a atuação da(o) psicóloga(o) escolar e educacional tem sido mais discutido no contexto do ensino fundamental e médio, com menor ênfase em políticas públicas e grupos específicos, como estudantes transexuais.

A presente análise das produções acadêmicas sobre gênero e a atuação da(o) psicóloga(o) escolar e educacional no Brasil revelou uma lacuna significativa em relação às políticas públicas. Apesar da relevância do tema, apenas 2,3% das pesquisas analisadas abordam diretamente as políticas públicas. Essa escassez pode ser atribuída à complexidade de articular as práticas psicológicas com as diretrizes políticas, bem como à falta de integração entre os campos da psicologia escolar e educacional e das políticas educacionais.

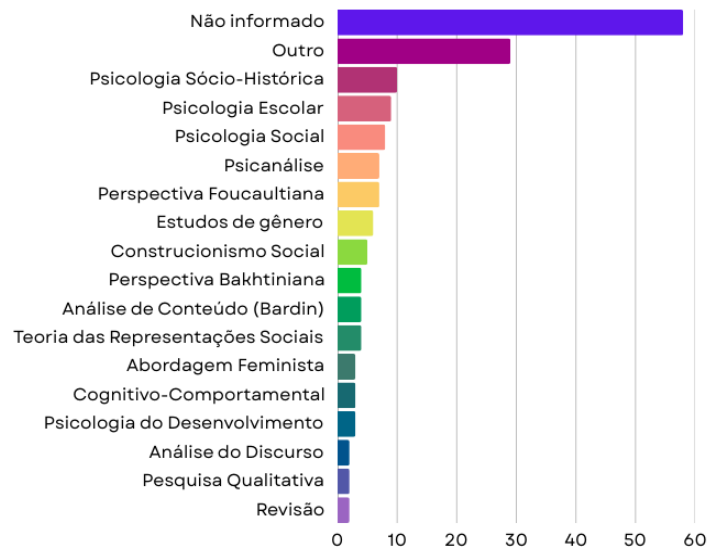
<sup>11</sup> É importante ressaltar que na categoria “docentes” está incluso trabalhos sobre a “formação de professores”.

Segundo Sawaia (2009),

A Psicologia Social Crítica enfatiza a importância de compreender as relações de poder e as estruturas sociais que perpetuam desigualdades, destacando a necessidade de intervenções que transcendam o nível individual e atuem no âmbito das políticas públicas. (p. 365)

Assim, a ausência de estudos nessa área limita a compreensão de como as intervenções das(os) psicólogas(os) podem contribuir para a implementação e o fortalecimento de políticas públicas que combatam as desigualdades de gênero no ambiente escolar. Portanto, é urgente ampliar as pesquisas que explorem essa interface, visando não apenas identificar os desafios, mas também propor estratégias efetivas para a promoção de uma educação mais justa.

Figura 5. Referencial Teórico das Pesquisas



Fonte: Organizado pelas autoras.

Especificamente em relação aos referenciais teóricos utilizados, conforme a Figura 5, 17,5% das pesquisas utilizam terminologias distintas entre si<sup>12</sup>. Dessa forma, essas abordagens representam menos de 1% quando separadas da categoria “Outro”. Por esse motivo, elas foram aglutinadas contribuindo para a melhor compreensão do gráfico.

A análise dos dados revela que uma parcela significativa das pesquisas (34,9%) não informou o referencial teórico utilizado. Essa lacuna pode ser atribuída a possíveis falhas na

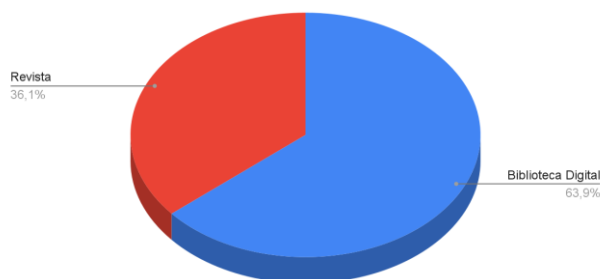
<sup>12</sup> Como: “conceptual desenvolvimentista, ecológica e sistêmica”, “perspectiva arqueogenealógica”, “história oral, com foco na narrativa (auto)biográfica”, “perspectivas analíticas queer no meio educacional”, entre outros.

descrição metodológica dos estudos ou à falta de clareza na fundamentação teórica das pesquisas. Segundo a autora Sawaia (2009, p. 365) “[...] enfrentamos dificuldades geradas pela falta de referencial analítico que oriente as práticas emancipadoras”.

Ademais, essa questão aponta para a necessidade de maior rigor na elaboração dos trabalhos acadêmicos, especialmente no que diz respeito à explicitação dos referenciais teóricos, que são fundamentais para contextualizar e embasar as discussões sobre gênero e a atuação da(o) psicóloga(o) escolar e educacional. Nesse sentido, Martinez (2009, p. 170) enfatiza que

[...] o compromisso dos psicólogos com as necessárias transformações da educação passa necessariamente pela reflexão aprofundada sobre a própria prática científico - profissional e pela contínua transformação desta visando sua atualização e adequação às demandas que a concretização de processos educativos mais sólidos e efetivos lhe impõem.

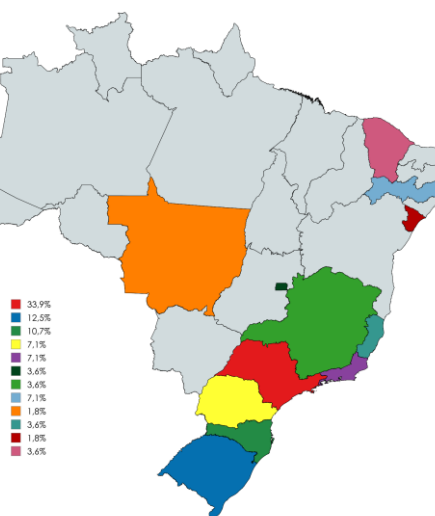
Figura 6. Meio de divulgação das Pesquisas



Fonte: Organizado pelas autoras.

No que diz respeito à divulgação das pesquisas, representado pela Figura 6, a maioria dos estudos (63,9%) foi publicada em bibliotecas digitais, como repositórios de teses e dissertações. Já as revistas científicas correspondem a 36,1% das publicações. Esse dado sugere que, embora haja uma significativa produção acadêmica sobre o tema, grande parte dela ainda está concentrada em bancos de dados de acesso restrito, como repositórios universitários, o que pode limitar a visibilidade e o impacto das pesquisas. Por esse motivo, faz-se necessário trazer onde se localizam esses periódicos e a sua relevância.

Figura 7. Local das Revistas/Periódicos



Fonte: Organizado pelas autoras.

A Figura 7 representa o local dos periódicos. Observa-se que a maioria está concentrada no estado de São Paulo (33,9%), seguido por Rio Grande do Sul (12,5%) e Santa Catarina (10,7%). Outros estados, como Pernambuco (7,1%), Rio de Janeiro (7,1%) e Paraná (7,1%), também apresentam percentuais significativos. Esses dados reforçam a concentração geográfica das produções acadêmicas nas regiões Sul e Sudeste, com pouca representatividade de outras regiões do país, refletindo também o local que as pesquisas foram realizadas. Além disso, a predominância de publicações em São Paulo pode refletir a maior concentração de periódicos de alto impacto nesta região.

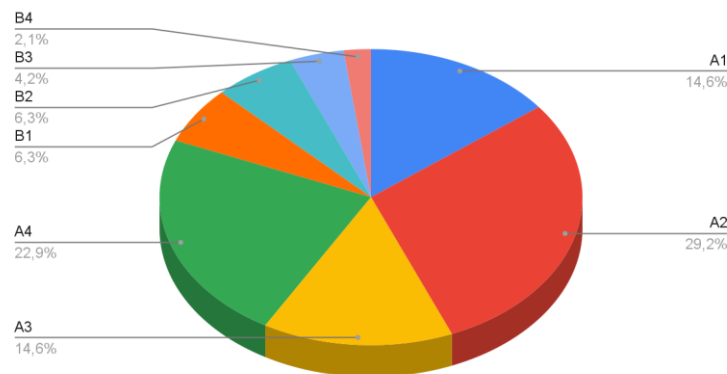
Essa distribuição geográfica desigual destaca, em parte, a maior concentração de programas de pós-graduação, instituições de pesquisa e periódicos de alto impacto nessas regiões, que historicamente possuem maior infraestrutura e investimento em ciência e tecnologia. No entanto, essa centralização pode limitar a diversidade de perspectivas e contextos abordados nas pesquisas, uma vez que outras regiões do país, como Norte e Nordeste, ficam sub-representadas. Nesse sentido, segundo Souza (2010),

Constata-se nas políticas públicas uma ausência de mecanismos que possam considerar a experiência e a história profissional e política daqueles que fazem o dia a dia da escola, que lutam para sua construção, que optaram pela Educação enquanto projeto político emancipatório,

considerando as particularidades de bairros, municípios e contextos sociais. (p. 139)

A Psicologia Escolar e Educacional, portanto, deve buscar ampliar seu alcance para além dos grandes centros urbanos, considerando as particularidades regionais e as desigualdades estruturais que impactam a educação brasileira. Assim, é fundamental fomentar a produção e divulgação científica em outras regiões, promovendo uma atuação mais abrangente e contextualizada do psicólogo escolar e educacional.

Figura 8. Qualis das Revistas/Periódicos



Fonte: Organizado pelas autoras.

A análise do Qualis das revistas, ilustrado pela Figura 8, aponta que a maioria das publicações está em periódicos de alto impacto. Os estratos A2 (29,2%) e A4 (22,9%) são os mais representativos, seguidos por A1 (14,6%) e A3 (14,6%). Já os estratos B1 e B2 correspondem a 6,3% cada, enquanto B3 (4,2%) e B4 (2,1%) têm menor representatividade. Esses dados indicam que as pesquisas sobre gênero e a atuação do psicólogo escolar e educacional têm sido publicadas em revistas de boa qualidade, com destaque para periódicos classificados como A2 e A4, o que reforça a relevância e o impacto dessas produções no cenário acadêmico nacional.

Por fim, a análise das pesquisas sobre gênero e a atuação da(o) psicólogo(a) escolar e educacional no Brasil revela uma concentração geográfica nas regiões Sul e Sudeste, com destaque para São Paulo. Além disso, a produção acadêmica é predominantemente composta por dissertações e artigos, com foco no ensino fundamental e médio, e a grande parte dos referenciais teóricos utilizados não são mencionados. Ademais, a divulgação das pesquisas

ocorre em bibliotecas digitais, e as revistas/periódicos que publicam sobre o tema estão majoritariamente localizadas em São Paulo, com publicações em periódicos de alto impacto (A2 e A4). Esses resultados destacam a qualidade e relevância das produções, mas também a necessidade de ampliar a pesquisa para outras regiões do país, diversificar os contextos de estudo e explorar novas abordagens teóricas.

### **Considerações finais**

A presente pesquisa, inserida no projeto matricial “Atuação de psicólogas/os escolares na América Latina: concepções, desafios e inovações nas Políticas Públicas de Educação Básica”, buscou identificar e analisar as produções científicas publicadas entre 2010 e 2023 sobre a atuação de psicólogas/os escolares e educacionais, com ênfase na temática de gênero. Compreende-se que este percurso nos possibilitou ter um panorama destas produções, especialmente quanto ao local da pesquisa, tipo do texto, área de atuação e níveis de ensino, referencial teórico, divulgação da pesquisa, local das revistas/periódicos e Qualis das revistas/periódicos. Tal processo facilitará o próximo passo da pesquisa: a análise das produções acadêmicas identificadas.

A concentração geográfica das pesquisas nas regiões Sul e Sudeste, especialmente em São Paulo, evidencia a necessidade de ampliar a produção acadêmica para outras regiões do país, a fim de contemplar a diversidade de contextos educacionais brasileiros. Além disso, a predominância de dissertações e artigos indica que o tema tem sido amplamente discutido no âmbito da pós-graduação, mas ainda carece de maior inserção em formações de graduação e em políticas públicas educacionais. As áreas de pesquisa também se mostraram concentradas, com foco predominante no ensino fundamental e médio, enquanto outros contextos, como a educação infantil, foram menos explorados.

Durante o processo de pesquisa, algumas dificuldades foram encontradas, principalmente relacionadas às plataformas de busca utilizadas. A falta de padronização entre as bases de dados e a diversidade de descritores aplicados, como no caso da plataforma Oasis, que considerou termos além dos inicialmente propostos.

Outro desafio significativo envolveu a dificuldade de alguns autores(as) em definir e explicitar claramente o referencial teórico utilizado em suas pesquisas. Essa lacuna dificulta a construção de diálogos mais consistentes com a literatura existente, apontando para a necessidade de maior rigor teórico-metodológico. É exatamente sobre essa necessidade de embasamento que Lima et al. (2023) alertam, ao destacarem que “[...] com o aumento de

psicólogas/os atuando em espaços escolares, conseqüentemente será necessário ampliar a oferta de formação continuada a essas/es profissionais que dê sustentação a uma prática crítica, bem fundamentada teoricamente e comprometida com o desenvolvimento e emancipação humana”. (p. 63) Desse modo, os referenciais teóricos utilizados, com destaque para os estudos de gênero e abordagens críticas, reforçam a importância de uma atuação da(o) psicóloga(o) escolar e educacional que promova a inclusão e o combate às desigualdades.

Por fim, este trabalho reforça a importância de uma atuação crítica e reflexiva da(o) psicóloga(o) escolar e educacional, capaz de questionar estereótipos de gênero e promover práticas educacionais inclusivas. A ampliação das pesquisas para contextos menos explorados, como a educação infantil e as políticas públicas, bem como a diversificação das abordagens teóricas, são caminhos essenciais para enriquecer o debate e fortalecer a atuação da(o) psicóloga(o) escolar e educacional no Brasil.

Assim, a expectativa é que os resultados obtidos nesta pesquisa contribuam para o fortalecimento de práticas psicológicas que promovam a equidade de gênero e a inclusão nas escolas brasileiras. Como possibilidades futuras de continuidade, tem-se a análise dos trabalhos selecionados à luz da Teoria Histórico-Cultural.

À guisa de conclusão, este estudo visa fomentar debates e ações que garantam uma educação mais justa e democrática. Reafirma-se, portanto, a importância do papel da psicologia escolar e educacional na construção de uma sociedade mais igualitária, inclusiva, com compromisso ético, político e social.

## Referências

- Antunes, M. A. M. (2008). *Psicologia escolar e educacional: História, compromissos e perspectivas*. Alínea.
- Barbosa, E. M., & Silva, J. C. (2015). Entre a psicologia e a pedagogia: reflexões sobre o desenvolvimento infantil e o conhecimento escolar à luz da teoria histórico-cultural. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 10(4), 1297–1318.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1992). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (R. Bairão, Trad.). Francisco Alves.
- Brasil. Ministério da Educação. (2014). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*. Ministério da Educação.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Routledge.

- Lima, L. R. de, Souza, M. P. R. de, Nunes, L. dos G. A., Silva, S. M. C. da, & Cunha, C. A. da. (2023). *Atuação da psicologia em contexto escolar: Reflexões a partir de produções acadêmicas no Brasil (2010-2020)*. Pimenta Cultural.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.
- Martinez, A. M. (2009). Psicologia escolar e educacional: Desafios atuais. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABPEE)*, 13(1), 170.
- Marx, K. (1983). *O capital: Crítica da economia política* (2ª ed., Vol. 1). Abril Cultural.
- Oliveira, C. C. (2020). Psicologia escolar e educacional: Desafios e perspectivas na promoção da inclusão. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, 24, 1-10.
- Patto, M. H. S. (1990). *A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. T. A. Queiroz.
- Sawaia, B. B. (Org.). (2009). *Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social*. Cortez.
- Souza, M. P. R. (2010). Psicologia escolar e políticas públicas em educação: Desafios contemporâneos. *Em Aberto*, 23(83), 129-149.
- Souza, T. M. C., & Martins, T. F. (2021). Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano. *Fractal: Revista de Psicologia*, 33(1), 21–30.
- Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente*. Martins Fontes.

## Diálogos interdisciplinarios sobre la violencia vicaria

Valentina Eskenazi

Renzo De León

### Introducción

Para comenzar a problematizar sobre la violencia vicaria se entiende pertinente señalar las tensiones teóricas que existen en torno a su concepto. Sonia Vaccaro (2021) es quien acuñó el término y lo define como el ejercicio de violencia hacia la pareja o ex pareja a través de otra víctima interpuesta, usualmente sus hijos o hijas con el fin último de hacerle daño a la madre. Esta forma de violencia no ha sido tipificada en la legislación actual de nuestro país (Uruguay), pero es un concepto que ha sido ampliamente aceptado a nivel académico, profesional y social, ya que vino a llenar un vacío en este tipo de prácticas de violencia, frecuentemente invisibilizadas.

Sin embargo, autoras como Gimeno (2022) lo cuestionan en tanto, su nominación hace referencia al momento final de la agresión obviando el contexto de violencia en el que surge y sin que quede suficientemente claro que se trata de un tipo de violencia machista. Además, considera que, aunque el objetivo sea hacer daño a la madre, la primera víctima de la violencia vicaria es el niño o niña. En este sentido, propone otra denominación posible “violencia de género contra la infancia” (Gimeno, 2022, p. 93), con el objetivo de hacer hincapié en la necesidad de una actuación específica dirigida a los niños y niñas víctimas de esta violencia.

En este trabajo, se adopta el concepto de violencia vicaria ya que es el término más extendido en nuestro país para describir esta modalidad de violencia basada en género y generaciones. Esta elección se fundamenta en que el concepto no minimiza en absoluto las condiciones de maltrato físico y emocional a las que son expuestas las infancias y adolescencias, en la medida en que los procesos de victimización que despliega el perpetrador - casi siempre el referente paterno - suelen desencadenar un conjunto de circunstancias y escenarios de extrema tensión y sufrimiento para ellos/as, con consecuencias tangibles en diversas áreas de su desarrollo biopsicosocial.

No obstante, se entiende que el principal valor heurístico del concepto radica en que permite situar el objetivo y las intencionalidades que motivan a las acciones de chantaje emocional, control y competencia que despliega el perpetrador de violencia: la continuidad del sufrimiento psicológico de la referente materna y la subordinación a su voluntad; para ello, se

utiliza deliberadamente a los hijos e hijas como instrumentos u objetos que contribuyen a ese fin.

Este conjunto de prácticas orientadas a socavar la integridad emocional recurre a múltiples actos y acciones que configuran daño psicológico y físico hacia los hijos e hijas que, en los casos más extremos puede desencadenar la muerte del niño, niña o adolescente. La incorporación de este concepto al debate público y especializado ha permitido nombrar y reconocer una modalidad específica de agresión que afecta simultáneamente a mujeres e hijos e hijas, visibilizando su carácter estructural y la necesidad de generar marcos normativos y políticas de protección adecuadas.

Este ensayo propone cuatro nudos centrales para realizar una aproximación teórico-reflexiva al fenómeno de la violencia vicaria como modalidad específica de violencia basada en género y generaciones. En primer lugar, se señala la doble matriz social de género y de generaciones que opera en la base de la producción de prácticas y estrategias abusivas dirigidas hacia mujeres, niños, niñas y adolescentes en estas situaciones.

En segundo lugar, se introduce una problematización en torno a dos mecanismos de conservación social que favorecen la emergencia de esta dinámica. Por un lado, la inviolabilidad de los lazos de parentesco que subyace a la concepción tradicional de familia; por otro, la separación ficticia entre la figura del progenitor y el sujeto que ejerce violencia contra su pareja. Ambos elementos contribuyen a preservar determinadas formas de organización familiar y, con ello, a reproducir relaciones de dominación que muchas veces son omitidas por los sistemas de respuesta judicial ante la violencia basada en género y generaciones.

En tercer lugar, se examina la persistencia de estereotipos e imperativos tradicionales asociados a la feminidad y a la maternidad, los cuales funcionan como puntos de apoyo para el sostenimiento de las dinámicas de violencia vicaria.

Por último, se describen los escenarios y circunstancias en los que esta modalidad de violencia se despliega, en tanto constituye una estrategia orientada a restaurar una posición de poder que el perpetrador percibe como amenazada o perdida.

### **Género y Generaciones. La doble matriz que actúa en la base de la violencia vicaria**

Las categorías de género y generaciones constituyen recursos teórico-metodológicos ineludibles para rastrear los procesos socio históricos que se encuentran en la base del ejercicio de violencia hacia mujeres, niños, niñas y adolescentes. Estas categorías permiten situar

analíticamente los mecanismos psicológicos, sociales y culturales que operan en la reproducción de esta dinámica de poder, así como los distintos efectos de naturalización e invisibilización concomitantes que favorecen su persistencia en el tiempo.

Desde la antropología social Rita Segato (2010) ha conceptualizado la noción de género como un conjunto de registros posicionales mediados y ordenados por una estructura simbólica de naturaleza patriarcal. Para la autora el género constituye una fijación de posiciones en una estructura abstracta de relaciones construidas por la experiencia humana en un tiempo prolongado. Las relaciones de género configuran un principio de estructuración social compuesto por un ordenamiento jerárquico entre hombres y mujeres, conformando una de las formas primarias de poder y un mecanismo de ordenamiento en la vida social.

Este principio de estructuración social señalado por la autora no funciona de manera exógena, sino que se articula desde un comienzo en la propia constitución de la subjetividad y opera de manera orgánica en las distintas esferas de la vida social (Segato, 2010). En función de lo planteado anteriormente por la autora, Hernández (2006) expresa que todas las vidas humanas se encuentran mediatizadas por formas de pensar, actuar y sentir la realidad social en función del modelo de género internalizado. En este sentido, desde este modelo quedan expuestas las diferencias naturalizadas entre hombres y mujeres, y se interpela la valoración diferencial de carácter social, económico y simbólico que se atribuye a las representaciones masculinas sobre las femeninas; valoración diferencial que produce una estructura social jerarquizada en donde hombres y mujeres tienen un acceso desigual a oportunidades, recursos y derechos.

En este sentido, la violencia basada en género y generaciones - en los distintos órdenes - constituye una manifestación restaurativa de este sistema de ideas, creencias y divisiones que colocan a mujeres, niños, niñas y adolescentes en lugares de inferioridad y subordinación respecto a los hombres. Según la perspectiva de Rita Segato (2010), la violencia es una «estrategia» para la reproducción del sistema de poder, para la renovación de los votos de subordinación de la población minorizada en el orden de status y el permanente ocultamiento del acto instaurador del perpetrador.

Siguiendo la topología construida por Byung-Chul Han (2018), la violencia basada en género y generaciones se manifiesta como una forma de violencia estructural cuyas bases se encuentran en la organización sistémica y desigual de la vida social. Dentro de estas estructuras, las formas de violencia más explícitas — como el femicidio, el acoso o la agresión física — son la superficie de un esquema de relaciones de desigualdad que recrea diversas

microviolencias que perpetúan su funcionamiento. Esta estructura implícita de dominación se establece y estabiliza en el orden social a través del patriarcado, de modo que las distintas prácticas control sobre el cuerpo de las mujeres, sobre la sexualidad, sobre la vida profesional y el cercenamiento al ámbito doméstico, por ejemplo, no son actos individuales y aislados, sino manifestaciones de un sistema de posiciones que funda las relaciones de poder y limita libertades en distintos órdenes.

En el marco de vínculos sexo-afectivos entre hombres y mujeres la violencia aparece como una consecuencia al déficit de reconocimiento social hacia las mujeres que se anuda dentro de estas relaciones de género tradicionales. De hecho, es el déficit de reconocimiento de este estatus lo que se manifiesta como — o deriva en — violencia, de la misma forma que aparece en el cuestionamiento sistemático de las víctimas y en la pugna por las interpretaciones — por ejemplo, de violencia sexual —, así como en la propia dimensión emocional de la experiencia — que alguien se jacte de haber agredido, que alguien se avergüence por haber sido agredida (García Selgas y Casado, 2010, citado en Amigot, 2022).

En la misma línea de lo antes expuesto, Patricia Amigot (2022) afirma que, si la violencia en general puede remitirse a una asimetría puntual o permanente, la violencia de género está relacionada con una desigualdad que tiende a reiterarse y estabilizarse, también mediante la agresión. De este modo, las distintas formas de abuso perpetradas en el marco de las relaciones de pareja no se pueden concebir como hechos puntuales autocontenidos que poseen su explicación propia. Por el contrario, la implantación de una dinámica de desigualdad en una relación funda el despliegue de un conjunto de prácticas que adquieren cierta regularidad y estabilidad en el tiempo, con una finalidad instrumental - restaurativa, afirmativa, correctiva - por parte del varón perpetrador a los fines de mantener o reforzar una posición de autoridad masculina socialmente internalizada.

Dicha violencia no se limita solo a la agresión física; sino que asume diversas manifestaciones que se expresan por medio de coacciones psicoemocionales, económicas, sexuales, patrimoniales y, en lo que atañe a este escrito, manifestaciones vicarias. Entonces, es correcta la afirmación de López (2014) cuando sostiene que el ejercicio de violencia en la pareja conforma una acción omnipresente y que recurre a una utilización metódica de estrategias de diversa índole por parte de una persona que busca el control total sobre su pareja, pero también sobre los hijos e hijas. En este sentido, en la violencia vicaria al mismo tiempo se evidencia un déficit de reconocimiento en la entidad subjetiva del niño/a en su condición

de sujeto de derecho, utilizando su posición como un objeto para desarrollar control hacia la otra parte, en este caso las mujeres madres.

Dentro de este orden de ideas, cabe mencionar que habitamos una cultura adultocéntrica que ubica a los niños, niñas y adolescentes como menores, personas en menos, con menos valor, capacidad, etc. Jimena Prato y Javier Palumbo (2013) definen al adultocentrismo como un sistema de dominio establecido en base a la edad, que inscribe a la adultez en la cúspide del acumulado de poder social; disponiendo de los recursos, su administración, y de los métodos de coacción. Al igual que el patriarcado, el adultocentrismo se instituye como un sistema social implícito que prescribe y fija determinadas relaciones de poder injustas y, en consecuencia, una diferencia de oportunidades en la vida, sin manifestarse como tales.

En la misma línea argumentativa de las autoras Muñoz Contreras (2025) en un ensayo publicado recientemente sostiene que el adultocentrismo constituye una matriz sociocultural que ordena - naturalizando - lo adulto como lo valioso y con capacidad de decisión sobre los demás, situando en el mismo movimiento en condición de inferioridad y subordinación a la niñez, la juventud, y la vejez. El autor llama la atención acerca de cómo esta práctica social y cultural se discurre con facilidad y suele penetrar fácilmente el sentido común cotidiano, en tanto constituye una dimensión de la vida social que ha sido tratada de manera limitada en la sociedad, posiblemente porque las relaciones asimétricas entre adultos y niñas, niños y adolescentes se han concebido como algo natural. Otra razón para este tratamiento limitado, dirá el autor, es que el mundo adulto, con sus características, se ha configurado socialmente como un modelo ideal a alcanzar.

En este sentido, el uso del concepto de generaciones cobra especial relevancia ya que se ha asociado a las clases de edad, entendiendo lo generacional en tanto categoría que ubica a la edad como un factor que produce experiencias (y riesgos) diferenciados en cada tramo etario. Jimena Prato y Javier Palumbo (2013) refieren que esta categoría posibilita identificar los condicionantes, necesidades y particularidades que enfrenta cada grupo generacional en la sociedad. Si bien la edad es un dato biológico, se adscribe también a un sentido sociocultural vinculado a lo que significa tener cierta edad en una sociedad determinada.

En consonancia con ello, Patricia Amigot (2022) expresa que la violencia basada en género y generaciones se apoya en estructuras de posiciones desiguales y jerárquicas construidas en torno a relaciones de género patriarcales y jerarquías generacionales fundadas en el adultocentrismo, que prescriben la subordinación de la mujer y reafirman la dominación

masculina, al tiempo que legitiman socialmente la posición de indefensión y minoridad de los niños, niñas y adolescente respecto al mundo adulto.

De este modo, las distintas modalidades de violencia vicaria pueden ser ubicadas como una práctica social que emerge en los contextos de violencia basada en género y generaciones donde, en su despliegue, el perpetrador desestima y minimiza las emociones, opiniones y necesidades de niños y adolescentes recreando una forma de objetualización que persiste en el tiempo, con el objetivo de infringir un daño, reforzar la dependencia o restablecer ciertos grados de control sobre la situación de la referente materna.

Esta modalidad de violencia basada en género y generaciones tiene vastas consecuencias en la vida de las mujeres, en la medida que supone la cronificación del ciclo de coerción emocional, ambiental y económico que imposibilita materializar una salida efectiva de la relación abusiva para muchas mujeres y niños/as. En palabras de Porter & López-Angulo (2022) constituye una forma de violencia orientada a perpetuar que la mujer continúe en una posición de subordinación frente al varón mediante la cosificación del lazo afectivo de los hijos e hijas en común.

Es decir, en las situaciones de violencia de índole vicaria la posición de niños, niñas y adolescentes es parte esencial en la estrategia de dominio y amenaza que utilizan los agresores. No se trata únicamente de dañar a la madre de sus hijos/as de manera indirecta, sino de inscribir a las infancias y adolescencias como territorios de disputa, como instrumentos mediante los cuales se sostiene el control y la subordinación. Este continuum de prácticas va desde la humillación a la injuria, la competencia en el ejercicio de la crianza y supone múltiples modos sutiles del ejercicio de formas de crueldad.

### **La desconexión social entre la paternidad y el sujeto perpetrador de violencia**

En este apartado resulta crucial desenredar analíticamente el nudo sociocultural que desconecta la figura paterna de la perpetuación y ejercicio de prácticas violentas hacia una pareja - generalmente la figura materna. Resulta fundamental, ya que en diversas ocasiones la paternidad suele instituirse como una fachada a conservar que posibilita la continuidad del ciclo de manipulación de forma invisible e impide concretar el proceso de salida en una eventual situación de violencia.

En el imaginario social se intersectan distintos sentidos y significados asociados a la paternidad, pero también a la inviolabilidad y conservación de los vínculos de parentesco como un requisito trascendental sostener un ideal de familia que suele provocar una desconexión entre

la violencia ejercida hacia una referencia primaria del niño o niña con sus necesidades psicológicas y sociales en determinado contexto, obturando la mirada sobre muchas dinámicas de abuso que requieren una separación del vínculo paterno-filial para garantizar la protección de las partes. Como afirman Porter & López-Angulo (2022) existe una tendencia social a ignorar, minimizar o normalizar la violencia y las conductas negligentes del progenitor, además de una tendencia a priorizar el deseo paterno por sobre la voluntad y las necesidades de seguridad de niños, niñas y adolescentes.

Porter & López-Angulo (2022) señalan que las instituciones de justicia tienden a operar desde estas preconcepciones desencadenando distintas prácticas de violencia institucional. Las autoras expresan que, en el ámbito de la violencia basada en género y generaciones, el sistema judicial produce una diferenciación entre la relación de maltrato que el hombre inflige a la mujer y la relación con los hijos e hijas. De forma que no se establece una relación directa entre el maltrato a la mujer y la vivencia de los hijos e hijas. Sin embargo, existe una contradicción en la afirmación de que una misma persona puede actuar de forma dañina con su pareja y a la vez desarrollar un vínculo saludable con los hijos e hijas. Este vínculo se distorsiona y produce graves alteraciones sistémicas en las relaciones familiares, que influyen negativamente en el desarrollo y bienestar de los hijos e hijas.

Es decir, existe una lectura institucional que separa el rol paterno con el sujeto perpetrador de violencia basada en género y generaciones, como si ambas dimensiones pudieran existir de forma independiente y no entrelazadas en la experiencia de niños, niñas y adolescentes. Al no problematizar esta dimensión y las personas ser leídas desde una parcialidad se omite considerar los efectos que esta violencia tiene sobre el ejercicio de la parentalidad. Esta perspectiva, que comienza a instalarse en los discursos y prácticas de las instituciones que intervienen, termina siendo reproducida por algunas mujeres, que en ocasiones internalizan esta separación y construyen representaciones que distinguen al “padre” del “agresor”, aun cuando ambas figuras se encarnen a la misma persona.

En consonancia con ello, la guía para la intervención con niños, niñas y adolescentes víctimas de violencia basada en género y generaciones elaborado por Instituto Canario de Igualdad (2012) expone que existe un falso mito que defiende que la violencia basada en género y generaciones no tiene por qué afectar al vínculo padre-hijo o hija. La realidad es que existe un gran porcentaje de niños, niñas y adolescentes que son captados por esta triangulación, en la que se los hace partícipe a través de la manipulando su percepción de la realidad, lo cual genera unas profundas consecuencias en el desarrollo afectivo-emocional y en sus vínculos primarios.

Lo expuesto trae distintas consecuencias en la vida de las infancias que crecen en estos contextos, las que abarcan todas las dimensiones de la vida. Según Lizana (2012) las consecuencias de vivir y crecer en contextos donde existe violencia de género y generaciones son diversas, y se extienden a diversas esferas de su bienestar físico, social y emocional. En este sentido, el desarrollo saludable de las infancias requiere de una sostenida sensación de protección, que supone como mínimo la satisfacción continua de tres necesidades esenciales: seguridad, afecto y estimulación adecuada para la edad.

El crecimiento en contextos de violencia supone distorsiones para estas tres necesidades esenciales, las que se ven afectadas en diferentes medidas según la singularidad de la situación; dejando marcas en el desarrollo de quienes habitan estos contextos. Estas marcas afectan las diversas áreas de la vida: evolutiva, física, emocional, cognitiva, conductual y social, además de la transmisión transgeneracional de los roles de género como una de las consecuencias específicas del crecimiento en estos contextos (Lizana, 2012).

En este sentido, en las situaciones de violencia basada en género y generaciones no se puede partir de un enfoque que perciba al perpetrador como un padre que propicia un vínculo sano con su hijo o hija, cuando este pone en práctica estrategias de manipulación, culpabilización y sometimiento hacia los demás integrantes de la familia (mujeres, hijos e hijas), o estrategias de omisión, desde la desvinculación con la tarea educativa de la madre, poniendo en duda su criterio delante de sus hijos e hijas y mostrando inconsistencias entre ambos progenitores.

Los varones que ejercen este tipo de violencias construyen el vínculo desde un miramiento del otro/a como objeto y no como sujeto. Puede pensarse que hay un deseo de subalternizar a sus parejas y a sus hijos/as y vincularse desplegando la impunidad de quienes están habilitados para ejercer la crueldad. Hay una imposibilidad de identificarse con el semejante, de conectarse afectivamente, de representar al otro como un ser humano que sufre, que siente, que vive. En lugar de eso, reducen al otro convirtiéndolo en un objeto del cual servirse para cumplir sus fines. Es importante precisar que las situaciones de violencia no son patrimonio de una clase social, si bien las diversas vulnerabilidades constituyen un marco propicio para todo riesgo (Calvi, 2004).

### **Construcción de subjetividades femeninas domesticadas**

Los roles de género desprenden exigencias muy altas a las mujeres en tanto ejercicio de la maternidad pueden operar como un mecanismo para condensar múltiples prácticas de

maltrato y hostigamiento. El ejercicio de violencia vicaria profundiza en la manipulación y el chantaje emocional para dañar el vínculo materno-filial y socavar las pautas de crianza y las representaciones sociales de la maternidad en los niños, niñas y adolescentes (Dibarboure & Camparo, 2022).

Glocher (2021) plantea que la violencia basada en género y generaciones responde a una cuestión sistémica que atraviesa sociedades, culturas y subculturas y su punto de partida es la división sexual del trabajo, que produjo una separación binaria de roles y espacios. Las mujeres quedaron encargadas de las funciones nutricias, de cuidado y sostén emocional en el ámbito privado, y los hombres ocupados de llevar el sustento al hogar y de detentar el poder, como dueños del espacio público (Córdoba, 2020). Las subjetividades femeninas se estructuraron a partir de los valores de maternidad y la conyugalidad. Se espera que las mujeres inhiban la agresividad, el deseo sexual y se muestran pasivas y receptivas con los hombres (Burin, 2002). Los valores ponderantes están relacionados con su atractivo físico y la posibilidad de dar respuestas emocionales cálidas (Burin, 2002). La reproducción y las funciones de crianza, cuidado y sostén emocional se convirtieron en rasgos delimitadores de la vida femenina y de las mujeres en sí mismas, esto configuró una subjetividad femenina “domesticada” que va a tener efectos en la vida de pareja. (Córdoba, 2023)

Fernández sugiere que es necesario dar visibilidad “respecto a las inscripciones histórico-sociales en la construcción de la subjetividad - femenina y masculina - que sostienen una forma particular de orden político-social: el patriarcado.” (2021, p. 256). Las relaciones de poder habilitadas en este marco pueden constituir condiciones de vida enfermantes (Burin, 1992), pues la cultura patriarcal ha asignado a las mujeres el rol social de regulación de los afectos en el interior de la pareja y la familia.

Entonces, el ejercicio de violencia vicaria se inscribe en esta trama, en tanto el agresor instrumentaliza a los hijos e hijas para dañar y controlar a su pareja o ex pareja, aprovechando la posición histórico-social que el patriarcado habilitó. Desde este lugar, la cultura ha feminizado los cuidados y el bienestar de la familia, convirtiendo a los hijos e hijas en un punto central de su construcción subjetiva y de su reconocimiento social. De este modo, el ataque hacia ellos/as no solo busca infligir un daño emocional profundo, sino que apunta a desestabilizar el eje mismo desde el cual muchas mujeres han sido simbólicamente constituidas.

**Distintas expresiones que asume la violencia vicaria en los contextos de violencia basada en género y generaciones**

En este apartado se busca generar un primer acercamiento sobre la trama de circunstancias y hechos acontecidos en el espiral de violencia vicaria que los perpetradores llevan a cabo. Como fue mencionado anteriormente, este conjunto de prácticas se puede expresar en campos o áreas diferenciadas a la trama del vínculo de pareja, ya que la mayoría de las veces emergen luego de finalizada la relación de pareja, e incluso antes del nacimiento del hijo/a, lo cual facilita su reproducción debido a las omisiones judiciales que favorece las condiciones para un accionar que se despliega de forma silenciosa.

La dinámica de la violencia vicaria recrea determinados escenarios para los niños, niñas y adolescentes que trascienden al vínculo sexo-afectivo de sus referentes parentales y muchas veces no están representados en los datos que reflejan esta problemática a nivel general. En relación a ello, Beeble, Bybee, y Sullivan (2007), encontraron que un 88% de las mujeres víctimas de violencia informaron que los padres y padrastros de los niños, durante la relación y tras la separación, habían hecho uso de los menores con la intención de controlarlas, ya fuera para: seguir en las vidas de las mujeres (70%), intimidarlas o acosarlas (58%), obtener información sobre ellas (69%), fomentar actitudes de oposición hacia la madre (47%) servirse de los menores para convencer a la madre de retomar la relación (54%) usar a los menores para atemorizarlas (44%) (Beeble, Bybee & Sullivan 2007).

Por ejemplo, en las relaciones donde se instala un ciclo de violencia suele experimentarse una profundización del maltrato durante la etapa gestacional, lo que demuestran diversos estudios (Lizana, 2012; Izaguirre & Calvete, 2014; Vega, 1999) que reflejan que el ciclo de violencia suele agudizarse en sus manifestaciones de violencia física y psicológica durante el transcurso del embarazo. Las autoras coinciden en señalar que el sufrimiento de estos niños, niñas y adolescentes puede comenzar antes de su nacimiento en un escenario de violencia perinatal. Se pueden presentar consecuencias directas en el feto; desde malformaciones, hasta partos prematuros o problemas de peso en los niños y niñas debido al estrés, el miedo y la tensión que esta situación desencadena en la mujer. Este aspecto es coincidente con los emergentes que se observan en el marco de la atención directa con mujeres, ya que el embarazo representa un punto de corte donde comienza o se recrudece el ejercicio de violencia basada en género.

Al finalizar la etapa de convivencia entre los referentes parentales, los niños y las niñas experimentan determinadas situaciones en los regímenes de visitas que se establecen legalmente o en acuerdo interpersonal entre las partes. Para lograr el objetivo de mantener la posición de dominio los agresores utilizan estrategias de manipulación, desacreditación del rol

materno, rígida división de tareas según el género desvalorizando aquellas que entienden corresponden a lo femenino, en tanto las mujeres son quienes quedan encargadas de la gestión de los cuidados a través de una promoción indirecta del rol materno como único agente para la puesta límites.

Muchas veces, los perpetradores recrean ciertas modelizaciones de control y acoso por intermedio del niño o la niña en común, donde se produce una afectación negativa de la representación materna, a través de una desvalorización sistemática de su figura. En estas situaciones se ven afectados los sentimientos más elementales de protección y seguridad al no poder transitar por un clima de estabilidad afectiva entre sus referencias adultas, impactando también en la construcción del lazo materno-paterno filial.

El estudio de Porter & López-Angulo (2022) es esclarecedor al respecto, en tanto plantean que hay dos modalidades de ejercicio de violencia vicaria, indirecta o directa. La primera, se manifiesta a partir de atestiguar, las agresiones ejercidas sobre la madre por el progenitor. La violencia vicaria ejercida de forma directa se despliega mediante agresiones que el progenitor ejerce sobre los/as niños, niñas y adolescentes. En base a la evidencia detectaron 7 tipos diferentes de violencia vicaria directa ejercida en el contexto de violencia basada en género: física, psicológica, sexual, económica, judicial, vincular y negligencia o abandono. Esto resulta coherente con las clasificaciones de maltrato infantil, lo que refuerza que este tipo de violencia constituye simultáneamente una forma de maltrato hacia hijos e hijas y un mecanismo de control y sometimiento hacia las madres.

En el abordaje realizado con mujeres que asisten a un Servicio especializado de atención psicológica, social y legal, se identifican diversas situaciones en las que se hacen tangibles todas consecuencias emocionales y económicas en las referentes maternas, producto de acciones y comportamientos de confrontación, manipulación y chantaje utilizando a los niños y niñas, expresando muchas veces sentimientos de desborde, percepción de inferiorización o deslegitimación de su rol materno y, en los casos más graves, la emergencia de ideas de muerte, evidenciando el alcance y gravedad de este tipo de prácticas y sus repercusiones en la salud mental.

En las formas de manifestación más grave se identifican situaciones de quita de tenencia y la separación prolongada del niño, niña y adolescente de su madre, imponiendo arbitrariamente una estructura familiar para el niño que excluye el rol materno causando un potencial efecto traumático en la mujer y múltiples vulneraciones hacia niños, niñas y adolescentes que socavan su bienestar físico, emocional y social. Es pertinente señalar que la

forma más extrema de este tipo de violencia es aquella en que el perpetrador da muerte a los hijos/as en común con el fin último de dañar a la mujer (Gimeno, 2022).

### **Consideraciones finales**

Queda de manifiesto que el espectro de circunstancias y escenarios de extrema tensión y malestar que experimentan los niños y niñas en estos contextos hacen que deba situarse este campo de problemas como una modalidad específica de maltrato infantil. Al mismo tiempo, constituye una modalidad de violencia basada en género y generaciones que tiene dos objetivos primordiales: la restitución de ciertas condiciones de control después del cese de la relación y la profundización del daño sistemático hacia las mujeres. Esta doble interfaz hace que en Uruguay la violencia de tipo vicaría se encuentre situada entre dos marcos institucionales de la política pública sin ser captada integralmente por ninguno de ellos: la atención a la violencia basada en género y la protección a la infancia.

Este vacío socio-institucional constituye un punto ciego en la política de prevención a la violencia basada en género y generaciones que deja a un inmenso sector de la infancia en situación de extrema desprotección social, al mismo tiempo que no posibilita la disposición de mecanismos de protección y prevención para que las mujeres puedan recrear procesos de salida efectivos en los círculos de control y el cercenamiento de derechos que se despliega en las situaciones de violencia basada en género y generaciones. Asimismo, las mujeres, en reiteradas ocasiones son ubicadas como responsables de las violencias vividas por las instituciones intervinientes, generando situaciones de revictimización tanto hacia ella como hacia sus hijos/as.

La evidencia empírica indica que el círculo de violencia no termina con la separación de la pareja, pues muchas veces los sistemas de co-parentaje establecidos legalmente o de común acuerdo entre las partes se encuentran mediados por diversas presiones y estrategias que despliega el referente paterno, en las que el niño o la niña son utilizados como medios para atacar el rol materno y dañar el vínculo materno-filial. La confusión y ambivalencia experimentadas en estos casos suelen pasar desapercibidas e incluso podrían agudizarse a partir del proyecto de tenencia compartida o si se resuelve una tenencia única para los progenitores.

De este modo, resulta imprescindible que el sistema de protección y respuesta a la violencia basada en género y generaciones diseñe políticas preventivas que sean integrales e incorporen líneas de atención específicas para los niños, niñas y adolescentes que padecen estas modalidades de control indirecta ya que la exposición a estas violencias tiene consecuencias a

nivel somático y emocional tanto para los hijos/as como para sus madres. En la actualidad, las prácticas institucionales presentan un sesgo andro-adultocéntrico, desde el que se prioriza y valida el discurso del hombre adulto por sobre las vivencias y necesidades de niños, niñas, adolescentes y sus madres (Porter & López-Angulo, 2022).

## Referencias

- Amigot Leache, P. (2022). Género, poder y violencia: Un enfoque intersubjetivo. *Política y Sociedad*, 59(1), 1–13.
- Beeble, M. L., Bybee, D., & Sullivan, C. M. (2007). Abusive men's use of children to control their partners and ex-partners. *European Psychologist*, 12(1), 54–61. <https://doi.org/10.1027/1016-9040.12.1.54>
- Burin, M. (1992). Nuevas perspectivas en salud mental de mujeres. En A. M. Fernández (Comp.), *Las mujeres en la imaginación colectiva: Una historia de discriminación y resistencias*. Paidós.
- Burin, M. (2002). *Estudios sobre la subjetividad femenina: Mujeres y salud mental*. Librería de Mujeres Editoras.
- Calvi, B. (2004). *Efectos psíquicos del abuso sexual en la infancia* [Tesis de doctorado, Universidad Nacional de Rosario]. <https://rephip.unr.edu.ar/items/6f36d6cd-bec4-49b6-a4d6-2d20b1c8abed>
- Córdoba, M. G. (2020). *Ser varón en tiempos feministas: Entre el conflicto y el cambio*. Noveduc.
- Córdoba, M. G. (2023). Maternidad y sexualidad femenina: Transiciones posibles en una sociedad cambiante. En *Actas de las XV Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres y X Congreso Iberoamericano de Estudios de Género*.
- Dibarboure, M., & Camparo, D. (2022). *Daño y reparación: Abordajes empíricos y enfoques teórico-metodológicos*. Psicolibros Universitario.
- Fernández, A. (2021). *Psicoanálisis: De los lapsus fundacionales a los feminismos del siglo XXI*. Paidós.
- Gimeno, B. (2022). *Misoginia judicial: La guerra jurídica contra el feminismo*. Catarata.
- Glocer Fiorini, L. (2021). Los cuerpos de la violencia: Género y sexualidad. *Aperturas Psicoanalíticas*, (66). <http://www.aperturas.org/imagenes/archivos/ap2021%7Dn066a2.pdf>
- Han, B.-C. (2018). *Topología de la violencia*. Herder.

- Hernández, Y. (2006). Acerca del género como categoría analítica. *Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, 13(1).
- Instituto Canario de Igualdad. (2012). *Guía de intervención con menores víctimas de violencia de género*. Instituto Canario de Igualdad.
- Izaguirre, A., & Calvete, E. (2014). Intimate partner violence during pregnancy: Women's narratives about their mothering experiences. *Psychosocial Intervention*, 23(3), 209–215. <https://doi.org/10.1016/j.psi.2014.07.010>
- Lizana, R. (2012). *A mí también me duele: Niños y niñas víctimas de la violencia de género en las parejas*. Gedisa.
- López, B. (2014). *Violencia de género e infancia: Hacia una visibilización de los hijos e hijas de mujeres víctimas de violencia de género* [Tesis de doctorado, Universidad de Alicante].
- Muñoz Contreras, L. R. (2025). El adultocentrismo como práctica de poder y su afectación a la dignidad y libertad de expresión de niñas, niños y adolescentes. *Tsafiqui: Revista Científica en Ciencias Sociales*, 15(1). <https://doi.org/10.29019/tsafiqui.v15i1.1499>
- Porter, B., & López-Angulo, Y. (2021). Violencia vicaria en el contexto de la violencia de género: Un estudio descriptivo en Iberoamérica. *CienciAmérica*, 11(1).
- Prato, J., & Palumbo, J. (2013). *Violencia basada en género y generaciones*. <https://www.inau.gub.uy/documentacion/item/1502-proyecto-uruguay-unido-para-poner-fin-a-la-violencia-hacia-mujeres-ninas-y-adolescentes>
- Segato, R. (2010). *Las estructuras elementales de la violencia: Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Prometeo Libros.
- Vaccaro, S. (2021). *Violencia vicaria: Un golpe irreversible contra las madres*. Asociación de Mujeres Psicología Feminista.
- Vega, S. (1999). Violencia familiar: Los maltratos inconfesables en las relaciones. *Anuario Hojas de Warmi*, 11, 92–107.

## **Análise interseccional e vertentes patriarcais em Roma (2018)**

Maria Clara Andrade Gonçalves

Geovanna Lara Gama de Castro

Luana Rodrigues Silva

Gabriela Martins Aguiar

Tatiana Machiavelli

### **Introdução**

Roma (2018) é um retrato íntimo e raro da vida e rotina de uma família mexicana de classe média durante os anos 1970. Com foco principal na trajetória e nos olhares de Cleo, uma das empregadas domésticas e babá que trabalha para a família Grediaga, o filme, produzido por Alfonso Cuarón, é uma autobiografia que aborda o sistema de relações que permeia o cotidiano familiar, assumindo como elementos centrais o legado de opressão atribuído ao corpo feminino e o contraste e fronteira social colocada pelos vetores interseccionais de gênero, raça e classe na vida de mulheres.

Alfonso Cuarón recorre à estética do neorealismo italiano para construir a narrativa do filme. Segundo Fabris (2006), essa corrente cinematográfica é caracterizada pelo foco no cidadão comum, uso de planos-sequência, aproximação à “técnica do documentário”, ausência de efeitos visuais e imagem acinzentada - o que pode explicar a utilização do preto e branco das cenas. Soma-se a isso o uso de cenários reais, atores não profissionais, diálogos simples, valorização dos dialetos e frequente improvisação. Essas características conferem um teor realista à obra ao retratar situações próprias do cotidiano. Aliado a isso, a narração mais limitada e reduzida, com predomínio do silêncio e de respostas vagas diante de algumas situações, auxilia a construção do enredo (Frías, 2021).

O nome do filme faz referência ao bairro “Colônia Roma”, localizado na Cidade do México. É nesse espaço, onde o diretor Cuarón viveu parte de sua infância com sua família, que a narrativa ganha vida e se desenvolve a partir das relações familiares e sociais que são exploradas nessa produção cinematográfica (Faria, 2024). Roma (2018) introduz o enredo de modo afiado, misturando o poético à dureza existencial, através de uma cena de Cleo limpando a garagem da família, enquanto o som da água lançada contra o chão provoca barulhos semelhantes às ondas do mar.

De maneira lenta e gradual, por meio de fragmentos banais do cotidiano, é possível entender a dinâmica de poder e hierarquia que compõem as profundas relações afetivas e sociais predominantes nesse círculo familiar - e que são retratos de uma sociedade racista, patriarcal e classista (Ferreira & Souza, 2022). A narrativa não se utiliza de grandes reviravoltas, ela se constrói a partir de pequenas experiências, gestos, pelo silêncio e interação constante de Cleo com a família. Nesse ínterim, a obra evidencia, em pano de fundo, o contexto histórico da época, marcado por um governo autoritário e controle político extremo, como na manifestação popular e no ataque à loja de móveis, cena que ilustra o Massacre de Corpus Christi, uma resposta e mecanismo de repressão e silenciamento do governo Echverría aos protestos, deixando dezenas de mortes (Morales, 2023) - compondo os acontecimentos cotidianos da narrativa (Faria, 2024).

Partindo desses aspectos, esse capítulo busca problematizar, em uma perspectiva sócio-histórica e feminista, as relações interseccionais de gênero, classe e raça e os atravessamentos patriarcais presentes na obra *Roma* (2018). Para tanto, foram construídas três categorias de análise da obra: *Perfil das(os) personagens e relações familiares*; *Papéis das(os) personagens na conjuntura familiar* e *De olho nas cenas: desigualdade e relações familiares*.

### **Perfil das(os) personagens e relações familiares**

Sofia é uma mulher branca, alta e de meia idade. É química por profissão e localiza-se na classe média. É mãe de quatro filhos que, em meio à rotina doméstica e à maternidade, é subjugada e refreada pelos mandos patriarcais do vínculo matrimonial e dos papéis de gênero. O marido, Antônio, é um homem branco, alto, também de meia idade. É médico e a figura patriarcal: ausente, severo e indisponível, invisibiliza tanto as empregadas como a própria esposa; abandona a família. A relação entre Sofia e Antônio testemunha um laço frágil, atravessado pela impessoalidade, distância, indisposição dele e pela constante tentativa dela em não o desagradar, tolida pelo temor à sua imprevisibilidade.

Quanto aos(as) filhos(as) do casal, Toño é o mais velho, seguido por Paco, Sofi e Pepe. São crianças que vivenciam uma infância marcada pela ausência paterna e sucessivas tentativas da mãe em suprimi-la. Vivenciam o brincar e os cuidados integralmente femininos de Sofia, Teresa e, sobretudo, de Cleo, uma jovem mulher indígena, de média estatura, pobre, empregada doméstica e babá que carrega o fardo de ter que se mudar para a residência dos patrões a fim de garantir condições mínimas para a sua existência.

A relação entre Cleo e as crianças sintetiza, de maneira íntima, recíproca e real, o afeto, carinho e cuidado construídos no cotidiano de sua submissão no trabalho. Observa-se que Cleo

também assume um vínculo de responsabilidade parental com as crianças, como percebido nas cenas em que as coloca para dormir, cantando canções de ninar e/ou quando acalenta angústias e necessidades. O vínculo de Sofia com os(as) filhos(as) também é afetuoso, estreito e terno, todavia, permeado por omissões e fantasias criadas para amenizar a realidade objetiva e, até mesmo, por uma grande permissividade para suprir as faltas do marido.

Já o vínculo de Antônio e Cleo evidencia o apagamento imposto às empregadas domésticas e, sobretudo, a coisificação e dessubjetivação da protagonista, tida apenas como mera força de trabalho aos olhos do patrão. De maneira intencional e premeditada, Antônio apresenta-se alheio à existência de Cleo, notadamente, aos bons costumes de convivência, como dar bom dia às trabalhadoras. Para ele, Cleo representa um objeto: deve recolher o cocô do cachorro da garagem e servir seu chá com um grande sorriso no rosto.

Sofia não se isenta deste cenário patriarcal: ela assume uma relação com Cleo frequentemente marcada por atos de violência, submissão e culpabilização. Por vezes, Sofia também não compartilha dos bons costumes e nem cumprimenta a empregada, como se sua presença fosse quase invisível. É nítido que as trabalhadoras são tratadas, nomeadamente e unicamente, como instrumentos de trabalho, uma vez que enfrentam uma dupla opressão: a primeira derivada da divisão sexual do trabalho e a segunda oriunda da supremacia masculina, o que as situa na periferia do modo de produção (Saffioti, 2013). No entanto, destaca-se que, como uma relação perpassada por uma série de contradições, quando Sofia se reconhece nas vivências de Cleo, em especial como mulher, a patroa desenvolve um vínculo constituído por afetos, como observado no momento em que ampara a empregada durante a sua gravidez.

Outro vínculo relacional que evidencia o pacto masculino de violência e abandono é o breve relacionamento entre Cleo e Fermín, um homem jovem, indígena, alto e magro, que expõe condutas e discursos excêntricos, envoltos por comportamento agressivo e viril. A relação entre ambos é permeada pela objetificação de Cleo em detrimento da satisfação sexual, deslegitimação e desautorização dele e perpassada pela tensão imposta pela figura assumida pelo personagem masculino e pelo desamparo dela. Em diversas cenas, verifica-se que a masculinidade de Fermín é utilizada como via de expressão da supremacia dos homens e da história de desresponsabilização, liberdade e permissividade masculina.

Nesse contexto, Adela, uma mulher indígena, pobre, empregada doméstica da família e amiga íntima de Cleo, é a única relação que a permite conforto em se expressar verdadeiramente. O elo entre as duas empregadas simboliza uma forte conexão construída pela experiência compartilhada de viver à margem da realidade objetiva da família burguesa. Cleo

e Adele, que se apelidam de “manita”<sup>13</sup>, têm um elo tecido no companheirismo, identificação, cooperação e acolhimento. Assumem, portanto, uma relação de subterfúgio (das vertentes de dominação e invisibilização) na vida uma da outra - tanto nos movimentos de cooperação que ambas assumem no cotidiano doméstico quanto em momentos de intensa angústia e sofrimento.

A partir desses perfis e relações, Roma (2018) escancara os contornos que atravessam a condição feminina que, em uma estrutura paternalista edificada pelos papéis e estereótipos de gênero, é encolhida e profundamente tutelada pelos regimes opressivos do patriarcado. Como um sistema de dominação-exploração feminina (Saffioti, 2004), o patriarcado, junto ao capitalismo, engendra diversos mecanismos que possibilitam a legitimação do legado da violência masculina e a manutenção do não-lugar social das mulheres, notadamente, quando em relação às aquelas dissidentes, como as negras, indígenas, latinas, lésbicas, deficientes e/ou transsexuais. A obra, então, resgata como essas existências são colonizadas e capturadas por intermédio de tarefas e atributos sociais que as reduz a um objeto (re)produtor dos mandos patriarcais.

### **Papéis das(os) personagens na conjuntura familiar**

A trajetória de Cleo e seu papel na composição familiar evocam os sentidos produzidos no imaginário social quanto à “vocação natural” das mulheres à exploração por meio da forma inferior e invisível de trabalho: as tarefas domésticas. Fora do campo das “donas de casa”, comumente destinado às mulheres brancas da classe burguesa, Cleo compõe a parcela de mulheres que obrigadas a trabalhar com extensivas jornadas de trabalho, salários ostensivamente baixos e condições demasiadamente precárias (Davis, 2016). Nota-se, portanto, que Cleo, enquanto força de trabalho “superexplorada” pelo capital, é circunscrita por atributos de gênero, classe e raça (Saffioti, 2013).

Além de deter a função de sustentar o cotidiano da casa através da limpeza e organização da residência, preparo das refeições, lavagem e passagem de roupas e, até mesmo, recepção dos padrões, Cleo também possui um importante imperativo afetivo no seio familiar, atuando como um aparato de sustentação não só laboral, como também emocional da família, sobretudo das crianças. A babá e empregada representa a principal fonte de “amor parental” e acolhimento. Não por acaso, Angela Davis (2016) aponta que o trabalho na residência de mulheres brancas exige que as empregadas domésticas também assumam as funções de mãe e de esposa. Ao final da obra, a protagonista exerce um papel de heroína para a família, quando, não tendo

---

<sup>13</sup> Em referência a “irmãzinha” (tradução nossa).

conseguido salvar a própria filha, arrisca sua vida para salvar os(as) filhos(as) da patroa. Assim, alheia às relações de poder, o legado de subordinação de Cleo torna-se expressão direta e sinônimo do amor (Lagarde, 2005).

Esse contexto também demonstra como a existência de Cleo é indissociável da conjuntura familiar. O vínculo dos empregadores com a protagonista parece ser assimilado por Cleo com uma certa alienação - ou até mesmo como um ônus que faz parte do seu trabalho, já que a extensão das obrigações assevera essa alienação frente às opressões. É justamente assim que o capitalismo opera: estabelecendo e cristalizando uma conjuntura alienante - subjetiva e objetiva - que usa mulheres como massa de manobra indispensável à sua manutenção (Saffioti, 2013; Federici, 2019). Atravessada pelo medo da represália dos patrões e pela inquietude de executar suas tarefas com excelência, a protagonista apresenta-se, com grande frequência, retraída e moderada em suas palavras - até seus movimentos são silenciosos.

Por outro lado, é inegável que as fronteiras sociais entre Cleo e a família são infindavelmente intransponíveis, tendo em vista que, refreada pelos marcadores sociais de raça/etnia, classe e gênero, sua existência sempre será compreendida como um anexo da vida familiar, alheia à visibilidade, reconhecimento, valorização e demarcada pela hierarquia social colocada a partir das relações de poder. Assumindo a perspectiva interseccional, percebe-se, assim, que, como mulher indígena, a intersecção entre gênero, raça, classe e trabalho no percurso de Cleo determina o lugar social subalterno que a personagem ocupa.

Silvia Federici (2021) indica que a reforma social do sistema capitalista foi responsável pela exclusão em massa das mulheres dos campos de trabalho. Em meio a um cenário de crise na vida doméstica e dissolução da família tradicional burguesa, e a partir dos interesses em constituir a base da eficiência industrial, o capitalismo se apropria dos dispositivos patriarcais e arquiteta um corpo domesticável e disciplinável que atua na reprodução da força de trabalho - o “anjo do lar” (Woolf, 2012). É neste momento que o trabalho produtivo, descrito por ser assalariado e por seu valor agregado, passa a ser diferenciado e desassociado do trabalho reprodutivo, uma atividade não remunerada e essencialmente feminina que, com sentido aproximado do amor, é amplamente invisibilizado (Federici, 2021).

Forjadas pela ideia de essência e natureza feminina e nomeadas pela lógica do cuidado e amor, as mulheres, sem qualquer remuneração ou reconhecimento, foram restritas às esferas privadas do lar, enquanto os homens, aptos à vida social e economia do capitalismo, foram eleitos proprietários do mundo público (Saffioti, 2013; Davis, 2016). Tal aspecto é evidenciado através das experiências e funções de Sofia, uma dona de casa em tempo integral que, mesmo

sendo formada em química, consente em um “contrato sexual” de submissão aos encargos de “boa esposa”, da maternidade e dominação masculina. Por meio do trabalho reprodutivo, indissocia-se os fazeres domésticos e maternos (Davis, 2016). Nesse sentido, Carole Pateman (1993) sugere que a dominação dos homens sobre as mulheres, assim como a sujeição das mulheres em detrimento da liberdade formal dos homens, são consequências necessárias ao contrato social/sexual que expressa, em suas entrelinhas, a história do direito patriarcal dos homens sobre o corpo feminino.

O papel desempenhado por Sofia na conjuntura familiar também demonstra que o casamento detém uma natureza opressiva, uma vez que, apesar de todos os esforços da personagem - e dos triplos esforços de Cleo - para manter a administração do lar aos gostos de Antônio, as expectativas do marido parecem nunca ser atendidas, fazendo com que ele frequentemente as trate com hostilidade e menosprezo, de modo a acarretar um contexto permeado por tensões. Assim como Sofia, as mulheres da casa também representam um instrumento de satisfação masculina. É exatamente por isso que Saffioti (1987) afirma que, no núcleo familiar, a dominação dos homens pode ser percebida em todos os âmbitos e atitudes.

A indisposição masculina em colaborar com os encargos domésticos, ou melhor, as “coisas de mulher”, é tão expressiva que não é incomum que “ainda se faz servir, julgando-se no direito de estrilar se o jantar não sai a seu gosto ou se sua mulher não chega a tempo, trazendo-lhe os chinelos” (Saffioti, 1987, p. 50). Observa-se que, como pano de fundo da experiência de “ser mulher”, há uma mutilação intensa das existências femininas caracterizada pelo aprisionamento de seus corpos em cativeiros. Segundo Marcela Lagarde (2005), esses cativeiros compreendem estruturas do sistema patriarcal que atuam como aparelhos de opressão e silenciamento contra a autonomia vital de mulheres, de maneira a impossibilitá-las de construir os seus desejos, seu próprio mundo pessoal e seu eu-mesmo, além de escravizá-las em um “corpo-para-outro”, despotencializado e incompleto.

Os empenhos de Sofia em abrandar os descontentamentos do marido recaem, ao longo da narrativa fílmica, brutalmente em Cleo, frequentemente golpeada pelo discurso culpabilizador e agressivo da patroa. Observa-se, nesse sentido, que a linguagem patriarcal captura, inclusive, existências femininas, fazendo com que organização de gênero continue a ser nutrida através do machismo internalizado e reproduzido pelas próprias mulheres. Somado a isso, estão as opressões inerentes aos mecanismos de acumulação de capital e exploração capitalista do trabalho feminino que escravizam ainda mais seus corpos e suas vivências cotidianas. Assim, para manter o castelo de um homem, as mulheres devem “aprender a esperar

em silêncio quando ele está de mau humor, a recompor os pedaços dele quando estiver quebrado e praguejar contra o mundo” (Federici, 2019, p. 45)

A opressão adquire tonalidades de falsa felicidade quando é exprimida pela linguagem do patriarcado, isto é, por meio da dedicação, abnegação e lealdade, uma vez que esta linguagem é responsável por localizar a mulher no mundo, especialmente no mundo denominado do lar (Lagarde, 2005). Percebe-se, nesse sentido, a internalização desses valores por todas as personagens femininas da narrativa, sobretudo por Cleo, que não poupavam esforços, tampouco as próprias subjetividades em vista da preservação do território simbólico do “ser mulher”. No caso de Sofia, essa manutenção ganhava corpo em função dos codinomes de identificação mulher-esposa e mulher-mãe. Isso não se mostra diferente com a avó das crianças, já que ela também se apresenta como uma das vertentes da ética e papel do cuidado ou, mais precisamente, desse “lócus significativo para a produção de gênero” (Costa, 2024, p. 49).

Às expensas de um grande silenciamento de suas angústias e a favor do que é considerado ser mãe (Costa, 2024), é inegável que, nos momentos anteriores à dissolução do vínculo matrimonial, Sofia não só exerceu um importante papel na preservação do seu casamento, assim como na manutenção das representações do marido como um “bom pai”. Isso porque, “pela saúde e pelo vigor da família” (Federici, 2021, p. 165), há também uma constante tentativa da personagem em reparar, através de fantasias construídas em enredos falsos e mitigantes, a imagem apreendida pelas crianças sobre os atos do marido. Para além, pode-se dizer que as tarefas desempenhadas por Sofia na procriação, educação dos(as) filhos(as) e manutenção do lar possibilitaram que o marido se apropriasse do mundo público para trabalhar e acendesse em suas tarefas e atividades laborais e sociais (Davis, 2016).

Nessa conjuntura, está a noção de amor romântico, constituída por ideários de complementaridade e por uma expectativa de que o vínculo resista à eternidade, o que impacta diretamente na perpetuação das violências misóginas e machistas (Núñez, 2023). Seja pela dependência afetiva do marido, seja em nome da família, do bem e da lealdade, Sofia é atravessada pelos princípios da indissolubilidade do vínculo que, por sua vez, são responsáveis por perdurar um contexto de múltiplas violências.

A ausência de Antônio nas cenas, por sua vez, denuncia exatamente o seu não-comparecimento no interior de todas as suas funções na conjuntura familiar (como pai, marido, patrão e genro), com exceção da sua única participação: o momento de concepção dos(as) filhos(as). Essas cenas explicitam, de maneira profunda e dilacerante, o legado masculino de omissão, isenção, soberania e, principalmente, escravização e despotencialização das mulheres.

Adiciona-se a esse cenário o impacto do abandono paterno na vivência das crianças que, além de afetar o modelo de identificação, compreende uma pedagogia das normas masculinas, cuja principal lição é a perpetuação dos valores patriarcalistas e, conseqüentemente, do letramento dos papéis e das fronteiras sociais de gênero (Saffioti, 1987). Nota-se que, apesar de serem majoritariamente criados por mulheres, filhos homens constantemente assumem comportamentos e brincadeiras violentas, ilustrando a socialização dos papéis de gênero e dos dispositivos da masculinidade no cotidiano familiar, frequentemente assumidos por Antônio.

Percebe-se, no entanto, que o abandono material e afetivo de Antônio motiva uma série de movimentações do contexto familiar, recaindo na transformação e estreitamento dos vínculos entre Sofia e as crianças e na busca da personagem por novas formas de enfrentar a realidade objetiva e empreender em seu próprio curso de vida. Outra mobilização relevante no seio familiar é desempenhada pela figura de Fermín na vida de Cleo e da família, já que produz uma certa proximidade e identificação entre as vivências da protagonista e da patroa, fazendo com que ambas compartilhem, a partir de lugares diferentes, uma experiência comum do que é ser mulher.

Observando o panorama feminino apresentado na obra, é evidente que as personagens mulheres sustentam por completo a função do cuidado de pessoas terceiras. A obra presentifica uma realidade vivenciada e compartilhada, a partir dos seus lugares sociais, por milhares de mulheres: o estatuto e modo de subjetivação feminino como parte de outros, tecendo uma existência que é impulsionada e ganha sentido a partir da fusão e dependência com outras pessoas, estabelecendo vínculos e alcançando seu reconhecimento através de relações simbióticas (Lagarde, 2005).

### **De olho nas cenas: desigualdade e relações familiares**

#### **“Olha só. Gostei de estar morta.”: silenciamento e exploração das mulheres**

Logo nos momentos iniciais do filme, o(a) espectador(a) é levado(a) a acompanhar Cleo cumprindo suas tarefas domésticas, como lavar a área externa da residência, arrumar os quartos, cuidar de Borrás (cachorro da família), e buscar Pepe (o filho mais novo) na escola. Uma das cenas seguintes apresenta Cleo no terraço da casa, cantarolando “Eu gostaria de ter tudo/ Para colocar aos seus pés/Mas eu nasci pobre/E você nunca me amará” enquanto lava as roupas no tanque. Pepe e Paco surgem no enredo, correndo e brincando com armas de brinquedo, quando, em um dado momento, Paco “atira” e Pepe se recusa a morrer, irritando o irmão, que desiste de seguir com a brincadeira e sai de cena.

Pepe, então, se deita de olhos fechados em uma estrutura de cimento localizada em frente ao tanque e, em seguida, o seguinte diálogo ganha vida: Cleo indaga Pepe dizendo “O que você tem? Não vai me falar?” e ele responde “Não posso falar. Estou morto”. Cleo então diz “Então ressuscite e vamos indo”, mas Pepe segue afirmando “Não posso falar. Estou morto”. A partir disso, Cleo assente e também se deita no bloco de concreto encostando sua cabeça na de Pepe. A criança rapidamente questiona: “O que está fazendo? O que está fazendo? Me diga!” e Cleo devolve dizendo: “Não posso. Estou morta”. Os dois seguem deitados e parecem relaxados, quando Cleo, em um comentário simbólico de grande significado e importância, enuncia “Olha só. Gostei de estar morta”.



Fonte: Roma (2018).

Este fragmento evidencia que, ao ter uma pausa, mesmo que por poucos minutos, para se deitar com Pepe no terraço, Cleo assume essa condição imaginária de “morte”, mimetizando a fuga de uma estrutura que reivindica o desempenho de suas funções domésticas e socializadoras (Saffioti, 2013) e que, conseqüentemente, impossibilita a noção de onde começa o trabalho e onde termina (Federici, 2019). Historicamente, são mulheres negras, indígenas e amarelas as encarregadas do trabalho doméstico e do cuidado, permitindo com que as mulheres

brancas possam utilizar o tempo, que seria gasto nos serviços domésticos, no seu investimento pessoal (Núñez, 2023).

É exatamente esse contexto que Roma (2018) se encarrega de desvelar uma realidade desumanizadora em que Cleo, uma mulher indígena, assume exclusivamente o papel de empregada doméstica e babá, tendo seu tempo superexplorado e seus aspectos subjetivos ceifados. A cena do terraço prepara o(a) telespectador(a) para acompanhar, logo de início, a sobrecarga de serviços a que Cleo é submetida em vista da ausência de tempo e destino para seu descanso pessoal ou lazer. Estar morta, nesse contexto, representa uma brecha na realidade objetivada por Cleo, visto que, uma vez extinta, a protagonista não precisaria se render aos desgastes físicos e psíquicos inerentes aos encargos opressivos e servis. Já inexistente para alguns, Cleo exercita, então, materializar sua condição de não-sujeito a fim de se libertar, mesmo que por alguns segundos, das amarras coloniais e patriarcais.

A fala “Gostei de estar morta.” também revela, em suas entrelinhas, as características particulares e subjetivas da personagem que, ao longo do curso da narrativa, se apresenta inexpressiva e “paralisada”, evidenciando um corpo “semimorto” pelos vestígios do silenciamento imposto aos corpos femininos (Lagarde, 2005). Dessa maneira, mesmo que no decorrer do filme Cleo se torne peça central para o desenvolvimento da trama, a protagonista se apresenta como uma figura inanimada, passiva e pouco comunicativa, com um enredo construído a partir de atitudes demasiadamente reprimidas e contidas. Destaca-se que essa particularidade da personagem se dá tanto pela corrente cinematográfica - neorealismo - utilizada pelo diretor, quanto pela expressão das dinâmicas de poder (submissão-autoridade) destacadas pela fala suave e discreta de Cleo, empregada, em oposição à fala rápida e intensa de Sofia, patroa (Frías, 2021; Faria, 2024; Ferreira & Souza, 2022).

A cena se constitui com um movimento panorâmico da câmera, enquadrando todos os acontecimentos e construindo, de maneira lenta e sutil, o cenário que produz uma sensação de escapismo para Cleo. Esse sentimento é intensificado pelo “efeito de mascaramento”, ou seja, os pingos d’água que caem do varal, a música que toca, as badaladas do sino e o barulho do ambiente se encontram em segundo plano, dando enfoque no diálogo de Pepe e Cleo (Faria, 2024). Para além da representação do simbolismo presente nas falas, o diretor utiliza dessa interlocução com o intuito de enriquecer a apreensão do(a) espectador(a) acerca dos personagens, das relações e da trama em si (Faria, 2024). Nesse sentido, é possível perceber, durante a cena, a conexão e o afeto presente na relação de Cleo e Pepe, relação essa que, ao

longo do longa-metragem, é desenvolvida por meio de diálogos acolhedores e ternos entre personagens.

**“Cleo nos salvou.”: contraste social e dinâmicas de poder**

Outra cena que merece destaque ocorre nos momentos finais do filme, quando a família viaja para Tuxpan (México) e convida Cleo para acompanhar - não para trabalhar, mas para aproveitar a viagem. Todavia, chegando à praia percebe-se que Cleo, inevitavelmente, ainda exerce sua função de babá, tendo em vista que a protagonista é apropriada e nomeada pela força de trabalho que exerce. Em um dado momento, Sofía sai com Toño para checar os pneus do carro, e pede para Cleo ficar com as outras crianças na praia para aproveitarem o último dia no mar. Cleo não sabe nadar e, por isso, a mãe pede para que as crianças não entrem na água, indicando para ficarem apenas na beira do mar.



Fonte: Roma (2018).

Neste momento, Pepe sai da água e é levado por Cleo para se limpar na estrutura de madeira da praia, enquanto, de longe, ela observa Paco e Sofí, ainda no mar. Cleo, então, percebe uma movimentação estranha e vai em direção à água, enquanto grita: “Paco, mais para cá!”, “Sofí. Ajuda sua irmã”. Sem pensar duas vezes, a personagem adentra o mar à medida que as ondas batem em seu corpo. Enquanto se movimenta cada vez mais para o fundo do mar,

gritando à procura das duas crianças, Cleo alcança um por um, levando-os(as) de volta à terra firme.

Ainda segurando as crianças, a babá se lança na areia, abraçada e ajoelhada com Sofi e Paco, consumida pelo medo, cansaço e por um fluxo de afetos. Logo em seguida, Sofia chega, ofegante e preocupada, e exclama: “O que houve? Está bem, meu amor?” e Sofi responde: “Cleo nos salvou.”. Pepe chega no cenário e todos se abraçam, enquanto Cleo, localizada no centro da família, chora e diz “Eu não queria que ela nascesse”, se referindo a sua filha que nasceu natimorta. Sofia então a diz: “Te amamos muito, Cleo. Certo?”.

O plano sequência e o *travelling*<sup>14</sup> lateral desta cena, isto é, a condução da câmera em direção ao deslocamento dos personagens, produzem uma sensação de movimento e exprimem a intensidade da situação. Ao escolher um enquadramento de plano geral e à distância, com um foco maior no cenário como um todo e não apenas nos personagens, Cuarón explora a descentralização dramática, optando por não buscar a identificação do espectador por meio da aproximação dos planos, mas sim pelas ações que ocorrem ao longo da cena e que reforçam o teor realista e “semi documental” do filme (Frías, 2021).

Esses recursos em conjunto com os efeitos sonoros das ondas do mar, da voz de Cleo gritando pelas crianças e das aves sobrevoando o cenário, criam um sentimento de angústia e medo. Além disso, Frías (2021) indica que esse caráter angustiante é potencializado pelo enquadramento, que articula o campo visual aos elementos extracampo, produzindo no(a) espectador(a) a mesma aflição vivenciada por Cleo quando entra no mar, mesmo sem saber nadar, para resgatar as crianças. Isso porque o campo visual representa o real e observável, enquanto o que fica de fora desse campo ilustra o virtual, e esse exerce influência no primeiro alimentando-o de sentidos. Assim, enquanto a protagonista entra na água e as crianças ficam situadas fora do campo visual, permite-se que o espectador teorize uma possível perda das crianças e, à medida que elas começam a surgir no enquadramento, produza uma sensação de alívio.

Ao longo de toda a obra, Cleo é constantemente retratada à margem do círculo familiar. Apesar de exercer um papel essencial na criação e no cuidado das crianças e, inclusive, da própria família, esse posicionamento espacial de Cleo é o retrato perfeito do contraste social e da dinâmica de poder existente entre ela, os patrões e a sociedade (Faria, 2024). A cena do resgate, diferentemente das anteriores, imprime uma outra imagem de Cleo, desta vez

---

<sup>14</sup> Terminologia técnica usada para se referir ao movimento de câmara cinematográfica, usualmente, construída com uso de carrinho sobre trilhos.

localizada no centro do abraço familiar. O posicionamento central de sua figura, associado às falas de Sofia, não é aleatório, ele serve para gerar uma sensação de que Cleo, através de um ato heróico, ganha um lugar de apreço e pertencimento no interior do núcleo familiar. No entanto, as cenas que se seguem apontam para o infundável não-lugar de Cleo: enquanto a família toma sorvete, todos estão sentados, mas Cleo permanece de pé. Quando as crianças contam para a avó sobre o resgate, a protagonista é convocada, não para participar do momento, mas para preparar o lanche. Tais episódios demonstram a manutenção da sua condição de subalternidade e reafirmam a permanência de Cleo numa posição de servidão, reforçando o sentimento de exclusão e a estratificação social que perpassa sua vivência por todo o filme (Frías, 2021; Faria, 2024).

### **Considerações finais**

A narrativa apresentada em *Roma* (2018) ilustra, muito além da esfera privada do cotidiano familiar, uma análise e crítica social que evidencia como as categorias gênero, raça e classe se articulam nas relações de Cleo. Enquanto empregada doméstica, babá e figura maternal para as crianças, ela ocupa um espaço paradoxal em que é inserida no cotidiano familiar, de modo a compartilhar afetos e sustentar o lar em momentos críticos e, ao mesmo tempo, rechaçada pelas marcas do estatuto de subalternidade. Sua dedicação ultrapassa as obrigações laborais, sem que, no entanto, seja reconhecida plenamente como membro da família. Essa tensão gerada entre pertencimento e exclusão aponta para o atravessamento das desigualdades sociais, imbricadas nos marcadores interseccionais, nos laços mais íntimos, transformando a vida doméstica em um microcosmo de relações sociais do poder patriarcal.

Pode-se dizer que, a partir do nó gênero, raça e/ou classe, cada sujeito é designado a um lugar social no interior da organização do trabalho, fazendo com que a existência das mulheres seja atribuída à condição de não-sujeito. As experiências de Cleo revelam os duplos saldos negativos da opressão impostos às mulheres dissidentes, justamente porque, além dos encargos domésticos, seu tempo e vigor físico, psíquico e emocional estão destinados à sobrevivência. Destaca-se que essa ausência de tempo é, inclusive, responsável por reproduzir a condição de submissão de Cleo, tendo em vista que, à medida que as tarefas domésticas são acumuladas, a protagonista não tem tempo para dar destino aos projetos pessoais e para se organizar coletivamente, tampouco para ter um espaço de descanso e/ou empreender em atividades de lazer.

Além disso, observa-se que Sofia enfrenta o sofrimento e a sobrecarga emocional inerentes à condição de opressão feminina. Abandonada pelo marido, a personagem precisa se dispor de mecanismos para lidar com a solidão e com a responsabilidade de criar os(as) filhos(as). Apesar da fragilidade, enquanto mulher branca da classe média, sua posição social lhe garante um certo poder de decisão - mais privilegiada na hierarquia social -, consolidando o estatuto de “dona do lar” e protegendo-a parcialmente de algumas opressões que, por outro lado, Cleo vivencia. O contraste entre Cleo e Sofia, portanto, permite observar como a interseccionalidade molda experiências distintas de ser mulher, já que gênero, classe e raça se entrecruzam em numerosos âmbitos, determinando oportunidades, limitações e formas de resistência. Essa leitura evidencia que a opressão feminina não é homogênea, mas social e historicamente situada e hierarquicamente estruturada.

O silêncio presente no filme também é central para a compreensão das estruturas de opressão femininas. Essas estruturas de poder não se limitam ao mundo externo, mas tecem experiências, percepções e comportamentos das mulheres no cotidiano e para que se sustentem é necessário que os regimes de dominação incorporados ao cotidiano das personagens - patriarcado, racismo e hierarquias de classe - se manifestem de forma velada e silenciosa. Notavelmente, sem emitir qualquer ruído, Cleo suporta humilhações e as marcas da invisibilização inseridas no esforço oculto do trabalho doméstico que sustenta o cotidiano da classe média. Sofia internaliza, de maneira encoberta, a responsabilidade de manter o lar e a família, muitas vezes assumindo para si a culpa pelos problemas conjugais.

Aliado a isso, a construção social do homem, sobretudo cis-heterossexual, assegura às vidas masculinas diversos privilégios consolidados a partir da família - antecipados pelas mães e, depois, concretizados pelas esposas. Nesse sentido, os personagens masculinos reforçam as dinâmicas patriarcais por meio de ausências, violência e distanciamento afetivo. Essa ausência obriga as mulheres a assumirem integralmente funções de cuidado e gestão da casa, consolidando padrões de desresponsabilização masculina.

Roma (2018) é o retrato explícito da realidade objetiva de muitas famílias, notadamente as latino-americanas, nas quais o trabalho feminino, especialmente de mulheres racializadas e em contexto de vulnerabilidade socioeconômica, sustenta silenciosamente a vida privada das classes médias e altas. Cleo carrega a herança histórica colonial da exploração, mas também formas sutis de resistência. Nesse sentido, o filme evidencia que o lar não é uma rede de relações isolada das vertentes de opressão, mas, na verdade, um reflexo direto das hierarquias, injustiças e relações de poder que atravessam cada esfera da vida cotidiana.

## Referências

- Costa, M. (2024). A maternidade como um espaço de opressão: aprisionamentos e silenciamentos da mulher-mãe. *Revista Mundaú*, 1(15), 40–59. <https://doi.org/10.28998/rm.2024.n.15.17078>.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Editora Boitempo.
- Fabris, M. (2006). Neo-realismo italiano. *História do cinema mundial*. Papirus.
- Faria, E. A. (2024). *Estudo dos símbolos sonoros no filme Roma, de Alfonso Cuarón*. Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação de Mestrado). <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/70391/7/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Eunice%20de%20Faria.pdf>
- Federici, S. (2021). *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. Boitempo.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta*. Elefante.
- Ferreira, M. V., & Souza, T. M. C. (2022). "Roma": relações de gênero, classe e raça em uma perspectiva feminista. In: F C S Lemos et al. *O dispositivo gênero-sexualidade-racismos e a Educação libertária: ensaios analíticos de Psicologia Social*. CRV, 347-360.
- Frías, I. L. (2021). Uma aproximação à análise audiovisual e narrativa do filme Roma. *Mediaciones de la Comunicación*, 16(1), 113-133. <http://doi.org.10.18861/ic.2021.16.1.3101>
- Lagarde, M. (2005). *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Morales, E. R. (2023). Urban Numbness toward Mexican Domestic Workers from the 1970s to Present Day: A Spiral of Instability in Roma, Hilda, and “Esperanza número equivocado”. *Mester*, 52(1), 57-67. <https://doi.org/10.5070/M352160820>
- Núñez, G. (2023). *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. Paidós.
- Pateman, C. (1993). *O Contrato Sexual*. Paz e Terra.
- Roma [por] Alfonso Cuarón*. Produção: Nicolás Celis e Alfonso Cuarón. México; Estados Unidos: Esperanto Filmoj; Participant Media, 2018. 1 vídeo (min). <https://www.netflix.com/br/title/80240715>
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. Moderna.

- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Ministério Público do Estado da Bahia.
- Saffioti, H. I. B. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Expressão Popular.
- Woolf, Virginia. (2012). *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. L&PM Pocket.

## **Guiones de género en la iniciación sexual de adolescentes: experiencias, significados y asimetrías en Montevideo**

Valeria Ramos Brum

Alejandra López Gómez

Pablo López Gómez

### **Introducción**

La iniciación sexual es una de las experiencias más cargadas de significados en la vida de las personas, y la adolescencia es el período en que esta tiene lugar para la mayoría de ellas. Sin embargo, en la literatura científica, ha sido estudiada principalmente como un evento — como un dato —, dejando en la invisibilidad las experiencias, los discursos, las narraciones, los significados y los procesos que hay detrás. En tanto campo de estudio se encuentra fragmentado: los estudios cuantitativos predominantes la operacionalizan como la primera relación sexual coital heterosexual, dejando por fuera las iniciaciones no heteroconformes, mientras los estudios específicos sobre población LGBTQ+ raramente dialogan con los primeros. Este capítulo parte de la premisa de que comprender la iniciación sexual requiere ir más allá del evento y adentrarse en los procesos subjetivos, los guiones sexuales y de género y los significados que las y los adolescentes le atribuyen.

Las investigaciones publicadas global, regional y nacionalmente sobre la sexualidad en la adolescencia se centran en general en los tópicos más clásicos vinculados a la salud sexual y reproductiva, y en ese marco la iniciación sexual ha sido comprendida y analizada desde perspectivas que no integran la dimensión subjetiva, relacional y de género de esas experiencias (López Gómez, 2005). Este capítulo presenta resultados de una investigación cualitativa realizada con adolescentes de Montevideo, Uruguay, cuyo objetivo general fue analizar las experiencias de las y los adolescentes respecto de su vida e iniciación sexual y las significaciones que les atribuyen, desde una perspectiva feminista y construccionista.

Uruguay constituye un caso de particular interés para esta indagación. En las últimas décadas el país ha experimentado importantes avances legislativos en materia de derechos sexuales y reproductivos — Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo, matrimonio igualitario, ley integral de personas trans, educación sexual como eje transversal del sistema educativo, entre otras —, lo que lo ubica en la vanguardia regional y mundial. Sin embargo, como se desprende de los hallazgos de esta investigación, los avances normativos no se

traducen automáticamente en transformaciones en las experiencias subjetivas y en los guiones sexuales de las y los adolescentes. La persistencia de asimetrías de género en las vivencias de la iniciación sexual es una de las evidencias más contundentes de esta investigación y es el eje articulador de este capítulo.

## **Marco conceptual**

### **Construccionismo, feminismo y sexualidad**

El marco teórico que orienta este capítulo se centra en la conceptualización de la sexualidad desde el construccionismo como paradigma y se nutre de las teorías feministas y queer. El construccionismo concibe a la sexualidad como una construcción social e histórica, incomprendible fuera de su contexto específico, que está atravesada por las relaciones de poder que son el centro de la producción de la regulación de los permisos y prohibiciones, de lo que se entiende como normal o patológico (Foucault, 1977/2002). Esta perspectiva se apoya en la transculturalidad, la diversidad y la complejidad; al decir de Weeks (1985), las posibilidades eróticas del ser humano se organizan en una intrincada red de creencias, conceptos y actividades sociales, en una historia compleja y cambiante. Entender la sexualidad como proceso de construcción sociohistórica implica reconocer la variabilidad social de las formas, las creencias, las prácticas y los significados asociados a ella (López Gómez, 2005).

Desde los años setenta los aportes del movimiento y de la teoría feminista han sido sustantivos en los debates y en la comprensión de la sexualidad, con la introducción de nuevas categorías analíticas como el concepto de género y su articulación con la sexualidad, lo que significó un punto de inflexión teórico y epistemológico en el pensamiento científico hegemónico (López Gómez, 2005). Incorporar los estudios de género y las teorías feministas al estudio de la sexualidad implica entender el peso que tienen en su construcción los modelos, estereotipos y mandatos de ser hombre y de ser mujer. La socialización de género y cómo cada persona deviene sujeto sexuado y sexual se dan de forma articulada, y el orden erótico está estrechamente vinculado al ordenamiento desigual entre mujeres y varones (López Gómez, 2005).

En esa línea, Rubin (1996) postula el concepto de sistema sexo-género como sede de la opresión de las mujeres y las minorías sexuales, y denuncia cómo a través de ese sistema se ha impuesto la heterosexualidad como el constructo social válido del deseo sexual, invisibilizando otras formas de relacionamiento. Por su parte, Rich (1980) introduce el concepto de heterosexualidad obligatoria en tanto régimen social impuesto por el patriarcado mediante

diversos mecanismos e instituciones, y Butler (2007) suma que el género se construye como una repetición ritualizada de convenciones impuestas socialmente por la heterosexualidad hegemónica.

La teoría queer busca desafiar los binarismos fuertemente arraigados (heterosexualidad/homosexualidad, masculino/femenino, natural/antinatural) y plantea dilucidar cómo estos pares ganan legitimidad y poder para producir y mantener sistemas de privilegios e inclusiones - exclusiones (Tolman & Diamond, 2014). Esta hegemonía ha impregnado el propio concepto de iniciación sexual, que ha quedado ligado exclusivamente a las relaciones coitales heterosexuales, invisibilizando las expresiones sexuales no heteroconformes y colocándolas en un lugar subalterno.

A su vez, el abordaje interseccional (Crenshaw, 1991; Collins, 2000) permite advertir que las experiencias de la iniciación sexual no solo están marcadas por el género, sino que este se articula con otras categorías como el nivel socioeconómico, la orientación sexual, el origen étnico para producir experiencias singulares. La interseccionalidad propone pensar que los sistemas de raza, clase social, género y sexualidad forman mutuamente la construcción de la organización social y dan forma a las experiencias de las personas de maneras que son casi indisociables analíticamente (Collins, 2000; Sempol, 2018).

### **Guiones sexuales y mandatos de género**

La teoría de los guiones sexuales desarrollada por John Gagnon y William Simon (1973) entiende que es posible analizar los patrones de comportamiento sexual observados en el contexto social y que los guiones definen la aceptabilidad de un comportamiento sexual en un momento, espacio y contexto específicos (Simon & Gagnon, 2003). Todo guion sexual debe permitir la convergencia de tres registros: el *cultural*, que tiene en cuenta las representaciones de la literatura, del cine y de los medios de comunicación; el *interpersonal*, que atañe a las interacciones entre los actores implicados; y el *intrapsíquico*, que refiere a las emociones, los deseos, las fantasías y los miedos involucrados en la vida sexual y afectiva (Gagnon & Simon, 1973).

Los guiones sexuales difieren para hombres y mujeres y están atravesados por la doble moral. Los guiones heterosexuales tradicionales, entendidos como una concepción jerárquica y asimétrica de las relaciones de género, tienden a permitirles un mayor nivel de actividad sexual a los hombres y también un mayor poder y control durante las interacciones sexuales, mientras se espera que las mujeres tengan menor nivel de actividad sexual, sean pasivas y esperen que

sus parejas masculinas inicien la actividad sexual (Magnusson & Marecek, 2018; Jones, 2010; Lorist, 2018). Los guiones heterosexuales sostienen una masculinidad basada en la fuerza y la competitividad, en contradicción con la feminidad que se basa en la pureza, el autocontrol y la vergüenza frente a la sexualidad.

Michel Bozon y Alain Giami (1999) esbozan un desarrollo interesante sobre los guiones como secuencias narrativas, en las que la modificación de la secuencia de las etapas cambia la significación de los eventos. Específicamente en lo que refiere a la transición a la sexualidad genital en la adolescencia, plantean la existencia de un modelo de transición progresiva por etapas: beso profundo, caricias sobre el cuerpo, caricias en los genitales y, por último, penetración genital. Este modelo, que tiene pretensiones de universalidad, es en realidad un guion hegemónico que invisibiliza las iniciaciones no heteroconformes y que produce efectos subjetivos diferenciales según el género. Esta lógica secuencial y procesual es la que orienta también la reconceptualización propuesta en este capítulo: frente a la operacionalización clásica que reduce la iniciación sexual a un evento puntual, se propone utilizar la denominación inicio de la vida sexual para remitir al proceso de las personas desde que comienzan a ejercer y buscar una sexualidad compartida con otras para su satisfacción y placer, y que implica prácticas y relaciones sexuales diversas.

### **Abordaje metodológico**

Esta investigación es de corte cualitativo. Se realizaron 24 entrevistas en profundidad con adolescentes de 18 y 19 años de la ciudad de Montevideo, seleccionados mediante muestreo intencional por cuotas, contemplando las variables de sexo, nivel socioeconómico (NSE) y orientación sexual. La muestra incluyó adolescentes heterosexuales de NSE alto, medio y bajo, y adolescentes lesbianas y homosexuales de distintos NSE.

La técnica utilizada para procesar las entrevistas fue el análisis de contenido (Krippendorff, 1980; Izcarra Palacios, 2014), trabajando en tres etapas: simplificación de la información, su categorización y la redacción del informe de resultados. Las categorías se desprenden del contenido de las entrevistas y del marco conceptual, incluyendo categorías emergentes no previstas que surgieron del discurso de las y los entrevistados.

En los fragmentos de entrevista que se presentan a lo largo del capítulo se utilizan nombres de ficción para preservar el anonimato de las personas participantes, según lo establecido en el protocolo de consentimiento informado aprobado por el Comité de Ética en Investigación de la Facultad de Psicología de la Universidad de la República.

## Resultados y análisis

### La iniciación como proceso y las dobles iniciaciones sexuales

El primer hallazgo relevante de esta investigación refiere a la manera en que las y los adolescentes conceptualizan su propia iniciación sexual. En términos generales, la iniciación sexual adquiere dos valores en sus discursos: como proceso y como evento. Como proceso, varios y varias entrevistados/as la ubican en un período extendido en el tiempo que incluye múltiples experiencias. Como lo expresa una de las entrevistadas:

... a los doce años di mi primer beso. Fue como mi primer amor, todos los veranos lo veía... que ahí es como que me empezaron a atraer los hombres. Empecé a tener ganas de estar con gente o, no sé, después, más o menos, a esta edad también tuve mi primer novio. Mi iniciación fue ahí, porque me empecé a conocer, me empecé a ver como qué era lo que yo quería, como que era lo que me gustaba, qué era lo que yo quería para mí (Luz, heterosexual, NSE medio).

En este y otros relatos, la iniciación no se reduce a un evento aislado, sino a un hito rodeado de otras experiencias individuales y relacionales. Esta perspectiva se aleja de la definición clásica que acota la iniciación a la primera relación sexual coital y da cuenta de que las y los adolescentes tienen una comprensión más compleja y diversa de su propio proceso.

Esa diversidad se expresa también en el tipo de experiencias que son identificadas como parte de la iniciación. Varios adolescentes incluyen relaciones sexuales sin penetración como hitos significativos del proceso, sin que la penetración opere como umbral definitorio. Otros ubican la recepción de información en educación sexual como un momento inaugural: el acceso a conceptos y conocimientos que les permitió comprender la sexualidad y sentirse en condiciones de tomar decisiones sobre ella. En conjunto, estas variantes muestran que las y los adolescentes manejan concepciones más amplias de la iniciación que las que circulan tanto en el lenguaje técnico como en el cotidiano.

Un hallazgo que no aparece en la literatura disponible es el de tres entrevistados y entrevistadas que identificaron haber tenido dos iniciaciones sexuales: una primera referida a un evento individual —la primera masturbación, la primera charla de educación sexual— y una segunda vinculada a la sexualidad compartida con otra persona. El caso más ilustrativo es el de un adolescente que ubica su iniciación en su primera masturbación, asociándola a la búsqueda de placer con finalidad orgásmica y al autoconocimiento del propio cuerpo. En ese momento de su vida, las relaciones sexuales eran para él exclusivamente reproductivas, por lo

que la masturbación constituía el único acto con sentido puramente erótico y placentero. Cuando más adelante comprendió que las relaciones sexuales también podían tener esa finalidad, identificó allí su segunda iniciación. El valor subjetivo que le otorgó a la masturbación (como umbral de su vida erótica, con impacto en las formas de sentir y ejercer su sexualidad) es lo que sostiene la referencia a dos iniciaciones.

Una posible hipótesis para comprender este fenómeno es que la primera iniciación da cuenta de una experiencia individual de alto significado, que preparó a estas personas para la sexualidad compartida con otras, mientras que la segunda remite precisamente a ese momento de encuentro con otro cuerpo que la mayoría de las y los entrevistados identifica como su iniciación sexual.

En suma, los discursos de quienes se entrevistó expresan diferencias y transformaciones respecto a la forma tradicional en que se ha comprendido la iniciación sexual. La masturbación, la educación sexual, las relaciones sexuales sin penetración, que no han sido entendidas bajo la forma tradicional de denominar la iniciación, son traídos por las y los adolescentes, junto con la vivencia de dos iniciaciones y la iniciación como proceso extendido en el tiempo. Todo esto confirma que es necesario avanzar hacia un modelo teórico más complejo e integrado del constructo.

### **Asimetrías de género en la primera relación sexual: dolor, displacer y mandatos**

El análisis de los relatos sobre la primera relación sexual evidencia una asimetría de género profunda y sistemática. En el caso de las adolescentes heterosexuales, las experiencias están marcadas por el displacer, el dolor físico durante la penetración, la incomodidad, la desilusión y el miedo. Entre los varones heterosexuales, en cambio, los relatos se organizan en torno a la satisfacción y la ansiedad por el rendimiento, sin referencias al displacer o al dolor. Esta asimetría se configura como un hallazgo central que amerita un análisis detenido.

La gran mayoría de las entrevistadas dijo haber imaginado el momento, con expectativas de que se tratara de un evento placentero, disfrutable y en el que llegaran al orgasmo. La escena romántica construida socialmente, presentada como algo hermoso, tiene una notoria discordancia con el relato de muchas de las entrevistadas. Como lo expresan dos de ellas:

hoy en día puedo compararlo y decir que no tuve nada de placer, nada de... Fue como ir y tener relaciones, tipo y ta, como sexo, pero sin ningún... no sé, como sentimiento tampoco... no lo considero como algo que fue placentero (Juana, heterosexual, NSE bajo).

primeras veces no son gratas, o sea, por lo menos en mi experiencia y en mi gente más cercana, las primeras experiencias no son gratas... Al principio no te gusta tanto. Todo el mundo decía «¡Ay, el sexo, el sexo!» y yo cuando recién arranqué, para mí era horrible, tipo no le encontraba la gracia. Y ta, después te empezás a sentir más cómodo, cuando empezás a descubrirte a vos misma, qué te gusta, y empezás a llevarlo a cabo (Pilar, heterosexual, NSE alto).

El dolor en la penetración durante las primeras experiencias sexuales se naturaliza, lo que lleva a analizar varios aspectos. Por un lado, cómo se llega a esa penetración: con qué información, con qué sentimientos asociados a la exhibición del cuerpo y la sexualidad, con qué niveles de negociación y comunicación sexual, con qué estimulación previa de las zonas erógenas. En los relatos de las entrevistadas al respecto parece que nada de esto sucede, sino que se trata de encuentros en los que se aprecia una ausencia de estos elementos fundamentales. A su vez, los varones aparecen como una figura de apoyo y de contención, como *buenos compañeros*, cuando lo que hacen es normalizar el dolor: *es normal, quedate tranquila, todo va a estar bien*. Los discursos y las actitudes de estos adolescentes también son productos de los mandatos de masculinidad y feminidad hegemónica.

Uno de los relatos más ilustrativos de esta asimetría es el de una entrevistada que ubica su iniciación sexual un mes después de haber comenzado a tener relaciones sexuales coitales, esto es, cuando comenzó a experimentar placer:

... mi iniciación fue un mes después de mi primera vez, porque ahí empecé como a descubrir lo que me gustaba, hasta entonces no me gustaba, no quería saber de nada, tipo me parecía horrible. Este... más que nada seguía probando también por él, porque me decía que no pasaba nada, que eran mis tiempos pero que me iba a terminar gustando, que era normal, entonces, ta. Y un mes después, tipo después de probar, de que ya no me doliera tanto, de todo así, bueno, ahí me empezó a gustar y empecé a descubrirme a mí misma. Me subió la autoestima, me hizo sentir mejor conmigo misma, me hizo generar otra confianza en mí, y ta, esa fue mi iniciación (Belén, heterosexual, NSE alto).

Resulta importante detenerse en la respuesta de la pareja ante el dolor y el displacer de estas adolescentes. La actitud de tranquilizarlas, de decirles que es normal, constituye una normalización del padecimiento femenino en la iniciación sexual que es expresión de las relaciones de poder de género. Como se aprecia en los relatos, la gran mayoría de las

entrevistadas expresó haber tenido su iniciación con alguien que ya se había iniciado sexualmente, es decir, con una pareja con más experiencia. Esto coloca al varón en un lugar de saber y de experiencia sexual, mientras que la adolescente aparece como quien debe aprender y adaptarse. En estas experiencias se expresan las relaciones de poder entre los adolescentes, el lugar del varón investido de saber, la performatividad de su masculinidad.

Un hallazgo especialmente llamativo es la ausencia de correlación entre el nivel de disfrute y el impacto subjetivo posterior de la iniciación en las adolescentes. La gran mayoría expresa que fue una experiencia que las marcó, que les aumentó la autoconfianza y la autoestima, que sintieron alivio de haberlo logrado y que se sintieron bien por la felicidad de su pareja. El acento no está puesto en el disfrute sino en la autoexigencia de iniciarse sexualmente y en el logro de haberlo hecho. La satisfacción de la pareja tiene en algunos casos un impacto más positivo que la satisfacción propia, lo que remite a una de las características del modelo hegemónico de feminidad referida al *ser para otros* (López Gómez, 2005). En los varones, en cambio, el patrón es diferente pero igualmente atravesado por los mandatos de género: si bien plantean haber pasado bien, el foco no está puesto en el disfrute sexual sino en el desempeño, en que *todo saliera bien*, en no decepcionar, en haber dado ese paso. Estos sentimientos hablan de las presiones de género hacia el debut masculino y confirman que, tanto en ellas como en ellos, la iniciación está estructurada por mandatos que desplazan el propio placer del centro de la experiencia, aunque por razones y mecanismos diferentes.

### **Motivos, vínculos y decisiones: el amor como mandato femenino**

La segunda gran asimetría de género que surge del análisis refiere a los motivos para iniciarse sexualmente. Los antecedentes disponibles presentan que las mujeres son motivadas principalmente por el amor, la sensación de obligación o la presión de sus parejas, mientras los varones se inician en mayor medida por curiosidad, deseo sexual o amor (Calatrava et al., 2012; OMS, 2011; Vilela Borges & Nakamura, 2009). Los resultados de esta investigación presentan matices respecto a esa caracterización. El amor como motivo principal de iniciación aparece específicamente en las adolescentes heterosexuales de NSE alto, que sostuvieron su primera relación en el marco de noviazgos de más de un año y narran no haberse sentido preparadas antes, haber tenido varios intentos sin conseguir la penetración y que sus parejas tuvieron que esperar. En las adolescentes de NSE medio y bajo, el motivo principal es la curiosidad y el deseo: relaciones buscadas, pero no siempre planificadas, que *se dieron* como parte de las primeras interacciones. Esto señala un corrimiento respecto al patrón más tradicionalmente

femenino, aunque el amor sigue operando como mandato de fondo en la autopercepción de preparación y en el tipo de vínculo requerido para iniciarse.

Los sentimientos previos a la iniciación expresados mayormente por las entrevistadas son la ansiedad, el temor frente a lo desconocido y, en algunos casos, sentirse *en deuda* con sus parejas por el tiempo que estas habían esperado. Este sentimiento de deuda es una expresión elocuente de los mandatos de género: la sexualidad de la mujer como algo que se otorga al varón antes que como algo que se busca para el propio placer. En contraste, los varones heterosexuales expresaron ansiedad, miedo a no satisfacer a la otra persona, inseguridad y deseo, sentimientos directamente relacionados con los mandatos hegemónicos de la masculinidad, que colocan el foco en el desempeño y el rendimiento sexual.

Se mantiene invariable que las referencias al amor y la exclusividad no son parte de los discursos de los varones heterosexuales. Una vez más se puede observar la falta de transformaciones en los guiones de la masculinidad hegemónica, mientras que en el caso de las mujeres sí se aprecian ciertos corrimientos.

### **Iniciaciones no heteroconformes: heteronormatividad y trayectorias diversas**

La existencia de guiones no heteroconformes, es decir, aquellos que se apartan de la heteronorma, de lo tradicional y hegemónico, es parte central del análisis. Gene Kelly (2015) plantea la heteronormatividad como el “estándar de oro” absoluto, por lo que los guiones para jóvenes no heteroconformes han sido muy diferentes, ocultos y juzgados.

Las entrevistadas lesbianas constituyen un grupo con particularidades propias en sus trayectorias de iniciación. A diferencia de las adolescentes heterosexuales, afirman en su mayoría haber disfrutado de su primera relación sexual. Sin embargo, la heteronormatividad opera también en sus experiencias: en los casos de quienes tuvieron relaciones previas con varones, se expresa que la relación con una mujer no estaba *en sus planes*, lo que habla del impacto de la heterosexualidad obligatoria. Además, la primera relación sexual con otra mujer implicó en varios casos la *salida del armario* como hito significativo de la trayectoria sexual, un evento sin equivalente en las iniciaciones heterosexuales.

Un aspecto singular de las iniciaciones lesbianas fue el rol que jugó la percepción familiar: en varios casos las adolescentes se quedaban a dormir en el cuarto de su pareja sin que los padres y las madres pusieran restricciones, ya que no imaginaban que no eran heterosexuales. Como lo relata una de las entrevistadas:

... era como amiga de una amiga, nos conocimos así, y ahí, ta, se quedó conmigo. Entonces como que había algo. Después yo me iba a quedar a la casa de ella, porque es como que a los padres no les importa que haya mujeres quedándose en el mismo cuarto (risa) (Sol, lesbiana, NSE alto).

El caso de los varones homosexuales presenta también sus particularidades. El inicio se relata en general como algo que estaba destinado a ocurrir, y si bien para algunos fue disfrutable, en otros casos se lo describe como algo brusco y frío. A diferencia de lo que reporta la literatura disponible (Dewaele et al., 2017; Kubicek et al., 2010), en este estudio no se identifican prevalencias importantes de culpa, vergüenza o tristeza asociadas a la iniciación homosexual. Esto podría relacionarse con los cambios socioculturales vinculados a la mayor visibilidad y aceptación de las personas LGBTQ+ en Uruguay, que habrían impactado en la autoimagen de estas generaciones y cooperado a que el inicio de las relaciones sexuales no esté acompañado de sentimientos hostiles.

### **La intersección con el nivel socioeconómico**

El análisis de la intersección entre género, orientación sexual y NSE permite complejizar el panorama. Si bien las diferencias más marcadas se producen en función del sexo y la orientación sexual, el NSE opera como variable moduladora de los patrones.

En las adolescentes heterosexuales de NSE bajo se constata un patrón más tradicional, con mayor correspondencia con el modelo hegemónico de transición progresiva por etapas descrito por Bozon y Giami (1999). En las de NSE medio se observa un despegue del patrón tradicional, con más hitos y diferentes. En las de NSE alto, en cambio, se mantiene en términos generales un patrón tradicional, pero articulado con mayor elaboración discursiva y con más recursos simbólicos para procesar las experiencias.

En el caso de los varones heterosexuales, no se aprecian diferencias significativas entre NSE respecto a los motivos y los patrones de iniciación, lo que habla de la robustez de los mandatos de masculinidad hegemónica más allá de la clase social. Las diferencias más notorias por NSE se dan en las mujeres y en las y los adolescentes de sectores medios, quienes muestran en general mayor flexibilización de los mandatos de género y mayor diversidad en los patrones de iniciación, lo que podría asociarse al acceso a recursos culturales y simbólicos que habilitan una mayor reflexividad sobre el género y la sexualidad.

## Conclusiones

Este capítulo analizó las experiencias y significados de la iniciación sexual de adolescentes montevideanos desde una perspectiva feminista y construccionista, poniendo el foco en las asimetrías de género que estructuran ese proceso. Los hallazgos confirman que la iniciación sexual es, ante todo, un espacio de reproducción de los mandatos de género: el dolor naturalizado en las mujeres, la ausencia de disfrute, el sentimiento de deuda con la pareja y el foco masculino en el rendimiento no son experiencias individuales ni azarosas, sino expresiones de guiones sexuales históricamente contruidos que producen subjetividades sexuales diferenciadas y desiguales.

La ausencia de correlación entre disfrute y bienestar subjetivo posterior revela la profundidad de los mandatos de feminidad. Para muchas adolescentes, el valor de la iniciación no reside en el placer sexual obtenido sino en el logro de la autoexigencia de iniciarse y en la satisfacción de la pareja, expresión del modelo hegemónico de feminidad referido al *ser para otros*. En el guion femenino hegemónico, el placer no es el indicador central de una buena iniciación, lo que tiene implicancias directas para los programas de educación sexual. Como lo señalaba la evaluación del Programa Nacional de Educación Sexual de Uruguay, el abordaje de la dimensión placentera de la sexualidad era insuficiente (ANEP y UNFPA, 2017), hallazgo coherente con los relatos de las y los adolescentes de este estudio.

Se identifican también corrimientos respecto a los patrones más consolidados en la literatura: el deseo y la curiosidad como motivos en adolescentes de NSE medio, el disfrute en las iniciaciones lesbianas, la flexibilización de guiones en los sectores medios. Estos corrimientos muestran que los guiones no son monolíticos y que existe agencia, aunque esta se ejerce siempre en el marco de estructuras de género que la condicionan.

La reconceptualización de la iniciación sexual como proceso y la emergencia de las dobles iniciaciones sexuales como categoría tienen implicancias teóricas relevantes: muestran que la operacionalización clásica empobrece la comprensión del fenómeno y que las y los propios adolescentes manejan modelos más complejos de su vida sexual que los que los instrumentos de medición convencionales son capaces de capturar.

Este estudio presenta limitaciones que deben considerarse en la interpretación de sus hallazgos. La muestra, compuesta por 24 adolescentes de 18 y 19 años residentes en Montevideo, no es representativa del conjunto de la población adolescente uruguaya ni permite generalizaciones estadísticas. El carácter retrospectivo de los relatos introduce la posibilidad de reelaboración subjetiva de las experiencias. A su vez, el foco en Montevideo deja fuera las

particularidades del interior del país, donde los condicionantes culturales y socioeconómicos pueden presentar dinámicas diferentes.

Estas limitaciones abren, a su vez, una agenda de investigación. Avanzar hacia un modelo teórico más complejo e integrado de la iniciación sexual, que incorpore la diversidad de experiencias que el concepto clásico invisibiliza, es una tarea pendiente. Los hallazgos de este capítulo interpelan también las políticas de educación sexual y los marcos de intervención profesional: una educación sexual que no aborde la dimensión placentera, que no trabaje los mandatos de género y que no desnaturalice el dolor en la iniciación femenina contribuye a la reproducción de las asimetrías aquí descritas.

## Referencias

- Administracion Nacional de Educacion Publica (ANEP) & Fondo de Poblacion de las Naciones Unidas (UNFPA). (2017). *Evaluacion del Programa de Educacion Sexual*. Montevideo: ANEP-UNFPA. <https://uruguay.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Presentaci.pdf>
- Bozon, M., & Giami, A. (1999). Presentation de l'article de John Gagnon. *Actes de la recherche en sciences sociales*, (128), 68-72. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5914239>
- Butler, J. (2007). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Londres: Routledge.
- Calatrava, M., Lopez del Burgo, C., & De Irala, J. (2012). Factores de riesgo relacionados con la salud sexual en los jovenes europeos. *Medicina Clinica*, 138(12), 534-540. <https://doi.org/10.1016/j.medcli.2011.07.020>
- Collins, P. H. (2000). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Londres: Routledge.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299.
- Dewaele, A., Van Houtte, M., Symons, K., & Buysse, A. (2017). Exploring first sexual intercourse, sexual orientation, and sexual health in men. *Journal of Homosexuality*, 64(13), 1832-1849. <https://doi.org/10.1080/00918369.2016.1267467>
- Foucault, M. (1977/2002). *Historia de la sexualidad. Tomo I: La voluntad de saber*. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores.
- Gagnon, J., & Simon, W. (1973). *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*. Chicago: Aldine.

- Izcara Palacios, S. P. (2014). *Manual de investigacion cualitativa*. Coyoacan: Universidad Autonoma de Tamaulipas. [https://www.grupocieg.org/archivos/Izcara%20\(2014\)%20Manual%20de%20Investigaci%C3%B3n%20Cualitativa.pdf](https://www.grupocieg.org/archivos/Izcara%20(2014)%20Manual%20de%20Investigaci%C3%B3n%20Cualitativa.pdf)
- Jones, D. (2010). La primera relacion sexual: papeles, escenas y secuencias. *Cadernos Pagu*, (35), 211-239. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000200008>
- Kelly, G. (2015). Kurt and Blaine. New Sexual Scripts for Gay Youth. En: B. C. Johnson y D. K. Faill (Eds.), *Glee and New Directions for Social Change* (pp. 81-93). Nueva York: Sense Publishers.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: an introduction to its methodology*. Los Angeles: SAGE.
- Kubicek, K., Beyer, W. J., Weiss, G., Iverson, E., & Kipke, M. (2010). In the Dark: Young Men's Stories of Sexual Initiation in the Absence of Relevant Sexual Health Information. *Health Education & Behavior*, 37(2), 243-263.
- López Gomez, A. (Coord.). (2005). Consideraciones conceptuales. En: A. Lopez Gomez, D. Amarin, L. Benedet, E. Carril, L. Celiberti, C. Guida, V. Ramos y A. Vitale, *Adolescentes y sexualidad: significados, discursos y acciones en Uruguay. Un estudio retrospectivo (1995-2004)*. Montevideo: Catedra Libre en Salud Reproductiva, Sexualidad y Genero, Universidad de la Republica-UNFPA. <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/30526>
- Lorist, J. (2018). *Gender transformative approaches. Knowledge file*. Utrecht: Rutgers. <https://rutgers.international/wp-content/uploads/2021/09/Knowledgefile-Gendertransformative-approaches.pdf>
- Magnusson, E., & Marecek, J. (2018). Setting the Stage. En: N. Dess, J. Marecek y L. Bell (Eds.), *Gender, Sex, and Sexualities: Psychological Perspectives*. Oxford: Oxford University Press.
- Organización Mundial de la Salud (OMS). (2011). *The sexual and reproductive health of younger adolescents in developing countries: research issues in developing countries: background paper for consultation*. Ginebra: OMS. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/44590>
- Rich, A. (1980). Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5(4).

- Rubin, G. (1996). El trafico de mujeres: notas sobre la economia politica del sexo. En: M. Lamas (Comp.), *El genero: la construccion cultural de la diferencia sexual* (pp. 35-96). Ciudad de Mexico: Programa Universitario de Estudios del Genero. [Publicacion original: 1975]
- Sempol, D. (2018). *Intersecciones. Diversidad sexual y de genero e interseccionalidad*. Montevideo: IM-Cooperacion Espanola-UNFPA. <https://bibliotecadigital.aecid.es/bibliodig/es/consulta/registro.do?id=8737>
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (2003). Sexual Scripts: Origins, Influences and Changes. *Qualitative Sociology*, 26(4), 491-497.
- Tolman, D. L., & Diamond, L. M. (2014). Sexuality theory: A review, a revision and a recommendation. En: D. L. Tolman & L. M. Diamond (Eds.), *APA handbook of sexuality and psychology* (Vol. 1: Person-based approaches, pp. 3-27). Washington D. C.: APA.
- Vilela Borges, A., & Nakamura, E. (2009). Normas sociales de iniciacion sexual entre adolescentes y relaciones de genero. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 17(1), 1-8. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692009000100015>
- Weeks, J. (1985). *El malestar de la sexualidad*. Madrid: Talasa.

## **Gestação, parto e puerpério no contexto do encarceramento no Brasil: revisão integrativa**

Geórgia de Freitas Souza

Francisco Ricardo Miranda Pinto

Nallú Abadio Vicente

### **Introdução**

A saúde é um direito universal previsto na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 196. A Carta Magna determina que é dever do Estado garantir sua oferta por meio de políticas públicas que reduzam riscos e assegurem o acesso equitativo, universal e igualitário às ações e serviços voltados à promoção, proteção e recuperação da saúde, em quaisquer circunstâncias, inclusive em situação de privação de liberdade (Brasil, 1988).

Em consonância com esse princípio há distintas políticas nacionais de saúde para os diferentes ciclos e condições de vida, dentre elas a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Nela, ficam estabelecidas diretrizes para assegurar a atenção integral à saúde da população privada de liberdade, reafirmando a obrigatoriedade do Estado brasileiro com a equidade, a cidadania e os direitos humanos (Conselho Nacional do Ministério Público [CNMP], 2023).

Os dados epidemiológicos do encarceramento feminino no Brasil apresentam crescimento significativo nas últimas décadas. O país ocupa o terceiro lugar mundial em população prisional com mais de 800 mil pessoas privadas de liberdade, das quais cerca de 30 mil são corpos que menstruam, gestam e parem. O aumento do encarceramento das feminilidades está relacionado a fatores sociais e estruturais como a criminalização da pobreza, a desigualdade de gênero e o impacto das políticas de drogas que afetam de maneira desproporcional mulheres jovens e em situação de vulnerabilidade social (Laurindo, 2022).

Há um número significativo de pessoas privadas de liberdade que vivencia a gestação e o puerpério dentro do ambiente prisional, evidenciando a urgência de discutir o direito à maternidade e à saúde nesse contexto. Embora existam leis e políticas públicas que asseguram direitos, muitas pessoas gestantes e que vivenciam a maternidade continuam sendo submetidas a condições insalubres e a um sistema que não oferece suporte adequado às suas necessidades físicas e emocionais (Laurindo, 2022).

Em resposta a essas problemáticas, a Lei nº 14.326/2022 alterou a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, reforçando o dever de garantir às mulheres privadas de liberdade no ciclo gravídico-puerperal tratamento humanitário antes, durante e após o parto, além de assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido. A distância entre a legislação vigente e a realidade das unidades prisionais, contudo, permanece sendo uma lacuna significativa, evidenciando fragilidades na efetivação dos direitos reprodutivos e da cidadania das mulheres privadas de liberdade (Brasil, 2022; Brasil, 1984).

O ambiente prisional, caracterizado pela privação de liberdade, superlotação e escassez de recursos, intensifica a vulnerabilidade durante o ciclo gravídico-puerperal e na maternidade, afetando, negativamente, o bem-estar físico e mental e comprometendo a vivência do parto e a saúde da pessoa que gesta e da criança recém-nascida. Dessa forma, o encarceramento não se limita a restrição da liberdade, mas também afeta o acesso à saúde, a dignidade e a vivência plena da maternidade (Leal et al., 2016).

Este trabalho justifica-se pela necessidade de visibilizar socialmente essa população e fomentar o debate científico, contribuindo para a efetivação da cidadania e da dignidade humana no contexto prisional brasileiro. Busca responder à problematização: Há aplicabilidade da garantia de direito ao ciclo gravídico-puerperal aos corpos que gestam e parem dentro do sistema prisional brasileiro? Diante dessa realidade, o presente estudo propõe-se a analisar, a partir da literatura especializada da área, a maternidade e o direito de acesso aos serviços de saúde no ciclo gravídico puerperal no contexto prisional.

## **Metodologia**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura (RI), de abordagem qualitativa. A RI permite a síntese do conhecimento existente através da aplicação de etapas para o levantamento bibliográfico de determinada temática, reunindo os conhecimentos em um único artigo e auxiliando nas fundações de outros estudos significativos (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), uma RI é composta de seis fases distintas: a elaboração da pergunta norteadora, a busca ou amostragem na literatura, a coleta de dados, a análise crítica dos estudos incluídos, a discussão dos resultados e, por fim, a apresentação da revisão integrativa. A elaboração da pergunta norteadora a partir da estratégia PCC (*Population, Concept, Context*), um *framework* definido pelo *Joana Briggs Institute* (Silva et al., 2022).

Utilizou-se como População ‘Corpos que gestam e parem em cárcere’, o Conceito ‘Maternidade e amamentação’ e, por fim, o contexto ‘Unidades Prisionais no Brasil’,

formulando-se a seguinte questão: Quais evidências científicas há sobre o impacto do cárcere no acesso à saúde no ciclo gravídico-puerperal em corpos que gestam e parem privados de liberdade no Brasil?

A segunda etapa, busca na literatura, foi realizada nas plataformas e suas respectivas bases de dados: *PubMed*, Periódicos CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além do repositório *SciELO*. Foram utilizados os descritores em saúde (DeCS/MeSH): ‘maternidade’, ‘gestantes’, ‘puérperas’, ‘encarceradas’, ‘prisões’, ‘acesso aos serviços de saúde’, ‘Brasil’ e os descritores em inglês ‘*Incarcerated woman*’, ‘*Pregnant Woman*’, ‘*Health Services Accessibility*’, ‘*Prenatal Care*’, além de seus respectivos sinônimos para ampliar a busca. Se utilizou mulheres e não mulheridades ou corpos que gestam e parem por ser assim sua disponibilidade na plataforma *DeCS/MeSH*.

Destaque-se, ainda, que para cada plataforma e/ou repositório, foi ocorrendo a adaptação de descritores, com o intuito de captar a maior quantidade de estudos. O cruzamento desses descritores foi realizado através dos booleanos *AND* e *OR*. Os descritores em inglês foram utilizados, exclusivamente, na plataforma *PubMed*, considerando o seu uso, predominantemente em língua inglesa. Nas plataformas que reúnem materiais sul-americanos e caribenhos, se utilizou descritores em português. O quadro 1 a seguir apresenta a estratégia:

Quadro 1: Síntese dos cruzamentos de descritores e booleanos nas plataformas

Fonte	Estratégia de busca utilizada	Qtd
Periódicos CAPES	(( "mulheres encarceradas" OR "mulheres privadas de liberdade" OR prisioneiras OR presidiárias OR "sistema prisional") AND (gestantes OR puérperas OR maternidade) AND ("acesso à saúde" OR "atenção à saúde" OR "assistência à saúde materna" OR "atenção pré-natal") AND (Brasil))	38
SciELO	(( "mulheres encarceradas" OR "mulheres privadas de liberdade" OR prisioneiras OR presidiárias OR "sistema prisional") AND (gestantes OR puérperas OR maternidade) AND ("acesso à saúde" OR "atenção à saúde" OR "atenção pré-natal" OR "assistência à saúde materna") AND (Brasil))	158

BVS	((("mulheres encarceradas" OR "mulheres privadas de liberdade" OR "pessoas privadas de liberdade" OR prisioneiras OR "sistema prisional") AND (gestantes OR puérperas OR maternidade) AND ("acesso aos serviços de saúde" OR "atenção à saúde" OR "assistência à saúde materna" OR "atenção pré-natal") AND (Brasil))	148
Pub Med	((("Incarcerated Women" OR "Female Prisoners" OR "Prisoners" OR "incarcerated women" OR "female prisoners" OR "women in prison") AND ("Pregnant Women" OR "Postpartum Period" OR "pregnant women" OR "puerperal women" OR "maternity" OR "maternal health") AND ("Health Services Accessibility"] OR "Access to Health Care" OR "Health Care" OR "Prenatal Care" OR "Maternal Health Services") AND (Brazil))	52

Fonte: Autoria própria dos pesquisadores.

Considerou-se como critérios de inclusão: textos de acesso livre, na íntegra, estudos primários, literatura oriunda de programas de pós-graduação. Utilizou-se como recorte temporal o período compreendido de 2003 a 2025, considerando que em 2003 foi instituída a PNAISP. Como critérios de exclusão adotou-se a duplicidade, textos publicados em anais de eventos ou que não tenham passado por *peer-review*, estudos de revisão não originais, texto sem metodologia científica clara.

Como critérios de elegibilidade, adotou-se que os textos deveriam abordar pessoas vivendo o ciclo gravídico-puerperal privadas de liberdade ou egressas do sistema carcerário que respondam à pergunta norteadora e que tenham sido realizados nas instituições prisionais brasileiras. Foram considerados inelegíveis os estudos de revisão não originais, textos sem metodologia científica clara e duplicados nas bases de dados.

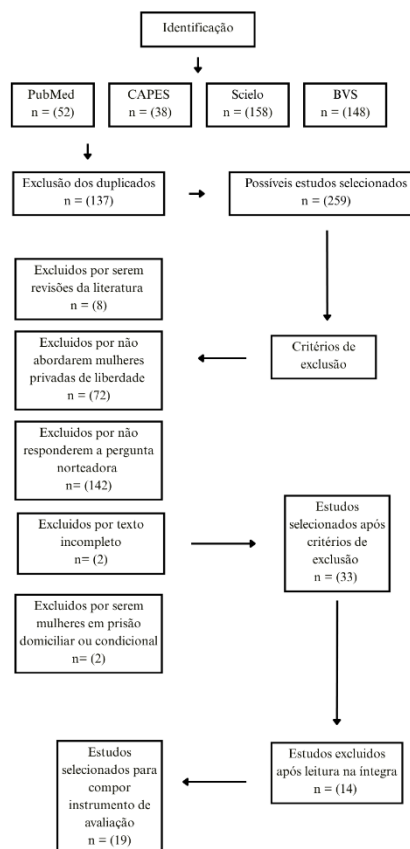
A classificação dos estudos foi realizada após a aplicação dos critérios de inclusão, exclusão e elegibilidade, por meio da leitura dos títulos e resumos e, em seguida, da verificação quanto à pertinência à questão norteadora, com auxílio do *Software* de sistematização Rayyan. As informações foram extraídas utilizando o protocolo utilizado por Pinto e Silva (2021) contendo: autoria, ano de publicação, título, base de dados, objetivo, metodologia utilizada, principais resultados, conclusões e eventuais limitações, assegurando a precisão na verificação das informações.

Posteriormente, procedeu-se à análise crítica dos estudos incluídos na revisão integrativa, acompanhada da interpretação e síntese dos achados, com a identificação de lacunas existentes, reconhecimento de possíveis vieses e definição de diretrizes para pesquisas futuras (Souza et al., 2010).

## Resultados e discussão

Inicialmente foram identificados o total de 396 artigos, dos quais foram excluídos 137 estudos por estarem duplicados nas bases de dados e 226 por não se enquadrarem nos critérios de inclusão anteriormente propostos. Por fim, foram selecionados 33 artigos para leitura na íntegra. Desses, 14 foram excluídos por não apresentarem metodologia clara e não responderem à pergunta norteadora. Portanto, para compor o instrumento de avaliação foram eleitos 19 artigos. O caminho metodológico é representado na Figura 1.

Figura 1. PRISMA com a descrição do processo de análise de textos para compor a RI



Fonte: Autoria própria dos pesquisadores.

Os estudos incluídos foram escritos em sua totalidade entre os anos de 2003 e 2025, sendo que mais de 89% foram escritos nos últimos 10 anos, indicando um interesse crescente pela temática e revelando o panorama nacional quanto à saúde materno-infantil no sistema prisional brasileiro. Em relação ao delineamento metodológico, observou-se que a maioria dos estudos adotaram abordagem qualitativa, com apenas um estudo com metodologia quantitativa.

Dalenogare et al., (2022) apontam que a maior parte das mulheres eram negras, com 1 a 7 anos de estudos, enquanto no estudo de Campelo et al., (2024) mais de 70% das mulheres entrevistadas eram pardas, mais de 50% tinham o ensino fundamental incompleto. A maioria das mulheridades encarceradas provém de contextos de pobreza, racismo e vulnerabilidade social acentuados pela própria experiência prisional, contribuindo para a ampliação das desigualdades sociais.

A gestação e o puerpério configuram-se como momentos de profundas transformações físicas, emocionais e sociais, entretanto, no cárcere, as pessoas gestantes enfrentam maior vulnerabilidade física e emocional, agravada pelo estresse, desamparo e falta de apoio social. Pela recorrente violação dos seus direitos somada às mudanças que ocorrem na gestação, toda gravidez na prisão deveria ser considerada uma gestação de risco (Chaves & Araújo, 2020).

A estrutura prisional em sua completude fria, inóspita e dura não foi/é ambiente com o mínimo planejado para esta fase no ciclo de vida. Há estudo que traz relatos das condições de dormir no chão, nas primeiras semanas da gestação. Portanto, o ambiente carcerário acarreta prejuízos à gestação pela carência de condições básicas como o sono e o repouso, fundamentais para um bom desfecho perinatal, uma vez que sua falta pode acarretar o desenvolvimento de depressão e afetar processos fisiológicos essenciais (Fochi et al., 2017).

Em relação ao acompanhamento pré-natal às mulheres privadas de liberdade [redação dada pelo Art. 7º § 2º] da Portaria GM/MS nº 5.350/2024, a realidade nos presídios brasileiros não condiz com o preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelas políticas públicas de saúde das mulheridades. A maioria das gestantes realiza menos de seis consultas, chegando a até 3 (três) muitas vezes apenas com profissionais da enfermagem, sem o acompanhamento multiprofissional. Entretanto, a literatura aponta que, a despeito da dificuldade em obter atendimento, todas as presidiárias realizaram o pré-natal (Araújo et al., 2014; Campelo et al., 2024).

Santana, Oliveira e Bispo (2016) ressaltam que as consultas realizadas eram tecnicistas, além do observado por Ferreira et al. (2017) de que na prestação da assistência faltava humanização, sem suporte às necessidades da paciente, o que reflete diretamente nas condições

de saúde das pessoas gestantes e seus filhos. Silva et al. (2023) afirmam que, apesar das mulheres encarceradas terem realizado todas as atividades propostas para o pré-natal, as consultas atendiam necessidades mínimas, sem acolhimento e humanização.

Em contrapartida, em um estudo realizado no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, no Estado de Minas Gerais, as entrevistadas se mostraram satisfeitas com o acesso que possuíam dos serviços de saúde. Destaque-se ainda que a literatura reconhece que alguns Estados possuem unidades materno-infantil, mas em um formato que mais se assemelha ou podem ser reconhecidas como extensões prisionais (Chaves & Araújo, 2020; Medeiros et al., 2022).

Na hora do parto o cenário não muda ou agrava. A literatura aponta a perda do direito de escolha de via de parto, podendo ter um caráter muito mais punitivo de que aplicabilidade de uma conquista. Registre-se a perda do direito de uma pessoa acompanhante. Infere-se que o parto no cárcere é marcado pela ausência de autonomia, sendo as decisões pautadas pela lógica punitiva do sistema penal, além de relatos de violência obstétrica, ausência de analgesia, exames invasivos desnecessários e maus-tratos de profissionais e agentes penitenciários (Leal et al., 2016; Chaves & Araújo, 2020; Dalenogare et al., 2022).

Ademais, a fase do pós-parto também é negligenciada: mulheres em recuperação de cesárea realizam tarefas pesadas, não há tempo para repouso ou cicatrização adequada da ferida operatória, ocasionando dor e sofrimento. Há instituição prisional sem berçário para acolher a criança recém-nascida, o que a força a estar em cela superlotada conjuntamente com a pessoa que gestou e pariu (Araújo et al., 2014; Santana, Oliveira & Bispo, 2016; Nunes, Deslandes & Jannotti, 2020; Dalenogare et al., 2022).

Os estudos demonstram que o apoio emocional e social se torna elemento central na adaptação à maternidade durante o encarceramento. Os sentimentos expressos pelas mulheres diante da confirmação da gestação estavam ligados ao vínculo afetivo e apoio da pessoa companheira, demonstrando alegria se lhes fosse presente essa rede de apoio. A ausência dessa rede de suporte emocional reforça o sentimento de abandono e solidão característico do contexto prisional, aumentado pela proibição das visitas familiares (Monteiro et al., 2011; Leal et al., 2016).

As evidências apontam o estabelecimento de redes de apoio a partir das companheiras de cela, exercendo um papel protetivo frente às especificidades biológicas, psicológicas e socioculturais que atravessam o ciclo gravídico-puerperal no cárcere. Apesar disso, conflitos interpessoais, a instabilidade emocional e as condições estruturais precárias do ambiente

prisional podem comprometer o convívio harmonioso e, inclusive, oferecer riscos à integridade física das crianças (Monteiro et al., 2011; Nunes, Deslandes & Jannotti, 2020).

A limitação do convívio, após os primeiros seis meses de vida, é vivenciada como uma nova forma de punição, resultando em sofrimento psicológico intenso, sentimento de culpa e vazio existencial. A quebra do convívio pode impactar, negativamente, o desenvolvimento infantil, representado por transtornos emocionais e dificuldades de aprendizagem nas crianças. Há relatos de que o convívio com o filho devolve a sensação de humanidade, proporcionando motivação e esperança em reconstruir laços familiares após o cumprimento da pena (Mariano & Silva, 2018; Flores, Portugal & Smeha, 2019; Medeiros et al., 2022).

No esteio das dificuldades identificadas pelas condições insalubres e inóspitas do ambiente prisional, da ausência de rede de apoio e da separação já sabida estão as questões relacionadas ao aleitamento materno. Ele é reconhecido como fundamental, configura-se como uma forma simbólica de proteção e afeto. Torna-se uma estratégia emocional para “ganhar tempo” e adiar o afastamento, revelando a dimensão psíquica de resistência materna diante do encarceramento (Mariano & Silva, 2018; Santos et al., 2022).

Monteiro et al., (2011) discorrem que aquelas pessoas no puerpério que haviam amamentado anteriormente demonstraram maior segurança e compreensão acerca da importância do aleitamento, enquanto aquelas sem vivência anterior desconheciam seus benefícios. Nesse contexto, destaca-se o papel essencial da educação em saúde como ferramenta de esclarecimento e fortalecimento do vínculo mãe-filho, contribuindo para o empoderamento, autonomia e ressignificação da maternidade no cárcere.

### **Considerações finais**

Ainda que marcos legais assegurem condições pertinentes às especificidades de gestantes e lactantes em privação de liberdade, a realidade carcerária brasileira contradiz tais garantias. As representações sociais que recaem sobre as pessoas no ciclo gravídico-puerperal encarceradas reforçam estigmas de moralidade e maternidade desviantes, negando-lhes o reconhecimento social como mães legítimas.

A gestação, o parto e o puerpério são experimentadas como espaço de dor e resistência, em que o amor ao filho se transforma em uma das poucas formas de reencontro com a própria humanidade. Dessa forma, a amamentação e o cuidado emergem como atos de sobrevivência emocional frente a um sistema que nega o afeto e autonomia feminina. Garantir o direito à saúde dentro do sistema prisional permanece sendo um desafio complexo no Brasil,

demandando articulação entre políticas públicas e compromisso institucional. A PNAISP representa um marco nesse processo ao propor ações voltadas à integralidade e à equidade do cuidado, especialmente no caso das mulheres gestantes e puérperas.

Por fim, para que a maternidade em situação de privação de liberdade seja vivida de forma digna, é imprescindível que o Estado assegure condições estruturais adequadas, acompanhamento multiprofissional, acesso contínuo à saúde e a efetivação de políticas que humanizem o cuidado integral, preventivo e curativo. Este tema trata-se mais do que uma questão de saúde pública, é um imperativo ético e social de reconhecimento da mulher privada de liberdade como sujeito de direitos.

### Referências

- Araújo, A. D. N. V. et al. (2014). Percepção de mães presidiárias sobre os motivos que dificultam a vivência do binômio. *Revista Enfermagem Contemporânea*, 3(2).
- Brasil. (1984). *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 5-10, 20-30. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm)
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2026], Artigos 196 a 200. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Brasil. (2022). *Lei nº 14.326, de 12 de abril de 2022*. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal). Brasília, DF: Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2022/lei/114326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/lei/114326.htm)
- Brasil. (2024). Ministério da Saúde. *Portaria GM/MS nº 5.350, de 10 de julho de 2024*. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento do Componente Pré-Natal da Rede Alyne. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-5.350-de-10-de-julho-de-2024-571638843>
- Campelo, I. L. B. et al. (2024). Acesso e cuidado a saúde de mulheres privadas de liberdade na penitenciária cearense. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(6), e09172023.
- Chaves, L. H., & Araújo, I. C. A. D. (2020). Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30, e300112.

- Conselho Nacional do Ministério Público. (2023). *Política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade: O papel do Ministério Público na implementação da PNAISP*. Brasília, DF: CNMP, 12-14.
- Dalenogare, G. et al. (2022). Childbirth and pregnancy in prison: social belonging and vulnerabilities. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 263-272.
- Ferreira, L. S. et al. (2017). Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina. *Revista Cubana de Enfermería*, 33(4), e1191.
- Flores, N., Portugal, M., & Smeha, L. N. (2019). Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 28, e280420.
- Fochi, M. D. C. S. et al. (2017). Vivências de gestantes em situação de prisão. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 19, a57.
- Laurindo, T. P. N. (2022). *Assistência pré-natal de gestantes no sistema prisional no Brasil e no mundo*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 3-4. <https://repositorio.unifesp.br/items/4e2f9d24-46ec-4747-919c-91b13ec5c65e>
- Leal, M. C. et al. (2016). Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2061–2070.
- Mariano, G. J. D. S., & Silva, I. A. (2018). Significando o amamentar na prisão. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 27, e0590017.
- Medeiros, A. B. D. et al. (2022). Social representations of motherhood for women deprived of liberty in the female prison system. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 4541-4551.
- Monteiro, E. M. L. M. et al. (2011). Maternal breastfeeding in the penitentiary system. *Journal of Nursing UFPE on line*, 5(8), 1970-1978.
- Nunes, L. R. C., Deslandes, S. F., & Jannotti, C. B. (2020). Narrativas sobre as práticas de maternagem na prisão: a encruzilhada da ordem discursiva prisional e da ordem discursiva do cuidado. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00215719.
- Pinto, F. R. M., & Silva, C. A. B. da. (2021). Evidence of GLBT in Brazilian Scientific Research: A State of the Art. *International Journal of Advanced Engineering Research and Science*, 8(5), 198-212. <https://doi.org/10.22161/ijaers.85.23>
- Santana, A. T., Oliveira, G. R. S. A., & Bispo, T. C. F. (2016). Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal. *Revista Baiana de Saúde Pública, Salvador*, 40(1), 38-55.

- Santos, M. V. D. et al. (2022). The vital value of breastfeeding for imprisoned women. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 31, e20210455.
- Silva, A. B. D. et al. (2023). O gestar em prisões por traficantes de drogas. *Revista Uruguaya de Enfermería*, 18(2), e205.
- Silva, A. R. et al. (2022). Reviews of literature in nursing research: methodological considerations and defining characteristics. *Advances in Nursing Science*, 45(3), 197-208.
- Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, (8), 102-106.

## **Abordaje integral en violencia de género: experiencias de extensión universitaria**

Anabel Beniscelli

Emilia Alzugaray

Nicolás Camejo

Iván Cornu

### **Introducción**

La pasantía “Abordajes en violencias de género” surge por primera vez en 2018 desde la Facultad de Psicología de la Universidad de la República en Uruguay en función de dos cuestiones: la reciente implementación de la Ley Integral N° 19.580 (2017); la cual brinda el marco para trabajar desde este espacio de formación terciaria en la investigación, atención y formación de recursos en esta temática; y la visualización de las violencias basadas en género como un problema de alta relevancia social y en gran expansión en cuanto a cifras y consecuencias. Mediante esta vía, la pasantía se sustenta en el cumplimiento de lo dictado por el Art. 2 de la Ley Orgánica de la Udelar, el cual refiere los fines de la Universidad: “contribuir al estudio de los problemas de interés general y propender a su comprensión pública; defender los valores morales y los principios de justicia, libertad, bienestar social, los derechos de la persona humana y la forma democrático-republicana de gobierno” (Ley N. 12.549, 1958).

Se han atendido numerosas situaciones de violencias desde la perspectiva de género, con énfasis en la dimensión generacional y el enfoque de derechos humanos (Badilla & Torres, 2004). Nos posicionamos desde un marco comprensivo de la violencia que intersecciona el psicoanálisis y los estudios de género, que se nutre a su vez de la herramienta metodológica Entrevista Motivacional.

Nuestra práctica se propone atender problemáticas de alto impacto relacionadas a la violencia simbólica y psicológica en la interseccionalidad de variables asociadas al género en el plano intrafamiliar y su incidencia en otros planos de la vida. Se trata de poder escuchar e intervenir en los costos psíquicos y subjetivos que se padecen buscando los componentes motivacionales que posibiliten abrir otros planos de ser en el mundo. De esta manera, se hace indispensable el trabajo en equipo para el abordaje de dicha problemática. La herramienta Entrevista Motivacional, se utiliza con el fin de encontrar el componente motivacional intrínseco para salir de una situación de violencia (Ortiz, 2016). No es suficiente que la motivación provenga del exterior, ya que no importa la cantidad de intentos de ayuda que se le

puedan ofrecer a una persona, si la inquietud y el reconocimiento de fortaleza para salir no están presentes en ella.

La Entrevista Motivacional - EM (en inglés Motivational Interviewing - MI) ha desarrollado un modo especial de relacionarse e instrumentos específicos para la conversación para poder ayudar a personas que no están dispuestas a una transformación, para poder hablar de su situación y manejar la resistencia al cambio. La resistencia deviene a menudo de un miedo al fracaso en el intento de cambio, de una duda respecto a su propia capacidad y del temor a que tal vez la situación no vaya a mejorar. Un objetivo especial de la EM es el de indagar este tipo de ambivalencia y encontrar formas de superarla, lo que hace de la EM un método que se adecúe especialmente para la entrevista con personas víctimas de violencia doméstica (Ortiz, 2016, p. 11).

### **Marco normativo en Uruguay respecto a la Violencia basada en género**

La Ley integral sobre violencia de género y generaciones N°19.580 aprobada en diciembre de 2017 sustrae la violencia hacia las mujeres del ámbito doméstico, amplifica sus impactos y las formas de visibilizarla por parte de la sociedad y el Estado y nos da un marco para pensar y proponer novedosas formas de abordaje al tema.

Se considera la Ley 19.580 como una ley integral porque aborda aspectos vinculados a la conceptualización de la violencia, los criterios para su interpretación; enunciando los derechos de las mujeres frente a las violencias basadas en género, así como los principios rectores para la intervención. Se parte de la noción de violencia como vulneración de los derechos humanos. Se promueve la autonomía y el respeto de las mujeres, a fin de superar los modelos asistencialistas y tutelares que ubican a las mujeres en el lugar de objetos de las políticas estatales. La ley integral propone superar los modelos heteronormativos tradicionales para dar lugar a diversas formas de identidad y orientación sexual que permeaban la ley anterior de 2002 (Ley de Violencia doméstica N° 17.514).

Reconoce diversas manifestaciones de la violencia, diversos ámbitos en que ocurren: doméstico, comunitario o institucional. Refiere a los derechos específicos de las víctimas mujeres, en relación a la dignidad, intimidad y autonomía, la confidencialidad, a no ser sometidas a ninguna forma de discriminación, a recibir información clara, accesible y a contar con protección, atención integral especializada y reparación del daño.

En su Art. 6º, identifica y define las diversas formas de violencia, ampliando las categorías que preveía la normativa anterior. Se agrega, entre otras formas de violencia, la ocasionada por prejuicio hacia la orientación sexual, identidad de género o expresión de género, la violencia obstétrica, el acoso sexual callejero, la violencia mediática y la femicida.

Esta nueva Ley incorpora la noción de reparación. La pregunta jurídica sobre cómo reparar una pérdida absoluta (*restitutio ad integrum*), nos enfrenta a los límites de las posibilidades de intervención desde la mirada unidisciplinar. En este caso, como profesionales de la Psicología entendemos pertinente nuestro trabajo en los procesos de reparación del daño en las víctimas y su entorno.

A la mujer no se le maltrata por ser madre, novia o ama de casa, sino por ser mujer, por ellos es importante delimitar conceptualmente la violencia que se ejerce sobre la mujer, ya que al denominarla incorrectamente, por ejemplo como “violencia doméstica” o “violencia familiar”, se está relacionando solo con un ambiente concreto, el familiar o el doméstico, y de ahí se puede pasar con relativa facilidad a limitarlo a determinados tipos de familia, a ciertas circunstancias, a algunos hombres que son enfermos, alcohólicos o especialmente violentos, o también a mujeres que los provocan (Lorente, 2001, p. 85).

Quienes se han dedicado al estudio de personas que fueron víctimas de algún tipo de violencia han aportado a categorizar estos procesos. Según Pérez-Sales y García, (2007), los procesos de victimización pueden ser “primarios y secundarios”. Esto es muy aceptado en la comunidad académica, tanto en la criminología, psicología jurídica, derecho penal y actores relacionados al tema. Los procesos de victimización “primarios” son aquellos en los que las personas sufren un malestar psíquico y/o físico por el efecto de la violencia. Es una experiencia individual y genera “diversas consecuencias perjudiciales producidas por el delito, de índole física, económica, psicológica o social” (Pérez-Sales & García, 2007, p. 16). Por su parte, se habla de proceso de victimización secundaria cuando las personas padecen consecuencias de forma posterior al hecho (a raíz de una segunda victimización) provocada por la acción u omisión de las instituciones con quienes toman contacto (Pérez-Sales & García, 2007).

La victimización secundaria puede darse en diferentes ámbitos y corresponde a la inadecuada respuesta que asume el entorno social ante determinado suceso. Millán et al. (2008) entienden la victimización secundaria como "el daño adicional que se deriva de las actuaciones y procesos institucionales" (p. 39). Hay también postulados teóricos que clasifican las víctimas

como “directas” o “indirectas”. Echeburúa y De Corral (2005) van más allá respecto a las repercusiones de la violencia: cita a Trujillo (2002) quien utiliza la metáfora de una piedra que es arrojada en un estanque para explicar que, si visualizamos la onda expansiva que provoca la piedra al arrojarla, se observan círculos concéntricos y en ellos podríamos ubicar primero a las víctimas directas, luego a los familiares y más allá a las personas cercanas y los miembros de toda la sociedad.

Existen a su vez postulados que designan a las víctimas en múltiples formas: víctimas inocentes, escasamente culpables, víctima culpable, provocadora, por imprudencia, por ignorancia, víctima voluntaria (Mendelsohn, 1981). Parece ser que esto responde a cierto interés por desalojar a ciertas víctimas de su verdad: que su dignidad y estado de derecho ha sido violentado. Consideramos que es necesario visualizar a la víctima desde su lugar activo, como sujeto y no objeto de derecho.

Respecto al concepto de víctima también es importante tener en cuenta que, si bien la persona se encuentra en una situación que la victimiza, esta condición no es permanente. Debemos dar lugar al potencial de cambio, de salida de la situación.

### **Viñeta clínica**

Rosa de 74 años llega a consulta derivada por un familiar, en su vestimenta muy prolija destaca el cuello de la camisa cerrado hasta el último botón y notoriamente más grande que su propio cuello. Rosa consulta debido a la violencia ejercida hacia ella y sus nietos por parte de la pareja de su hija, quien fue víctima de violencia física, psicológica y económica durante muchos años por esta pareja (en adelante, *Mister Italia*). A través de este Servicio se ofreció atención psicológica tanto a Rosa como a sus nietos en espacios individuales. Los niños fueron víctimas y testigos de dicha violencia a través de los años, mostrándolo en sus relatos, los test gráficos y los juegos. En todas las técnicas aparecían mujeres arrastradas del pelo por un hombre.

Rosa se recluye en su casa, aislándose del mundo exterior, de sus contactos y vínculos. Siente miedo, siente terror, se instala el insomnio y tras este, las ideas de muerte. El desgaste físico es notorio, la pérdida de 14kg de peso son claros indicios y síntomas del maltrato sistemático y del miedo constante. Su hija ha muerto a causa de un ACV (Accidente Cerebro Vascular) tras una fuerte discusión con su violento marido a quien le impedía llevarse a los niños porque ya era cerca de medianoche. Sube al departamento de sus padres, donde vivía con los hijos, y se desploma en el baño. 10 días después, sin lograr ninguna reacción positiva, la

desconectan del soporte vital y muere. Rosa siente miedo por ella y por sus nietos, teme ser una ausencia más en la vida de los pequeños, está cansada, teme también por la posible pérdida de sus nietos.

“*Se me cayó la casa abajo*”, expresa Rosa aludiendo a cómo se siente por la pérdida de sus nietos, el sentimiento de angustia y el miedo a que algo le suceda a sus nietos. Aquí, comienza la elaboración de un doble duelo, en primer lugar, por la pérdida de su hija y el de la pérdida de contacto con sus nietos. En todo este tiempo donde el padre de los niños ejerció violencia, no sólo Rosa y su hija fueron víctimas, sino también otras mujeres. Fueron recurrentes las amenazas contra las maestras de los niños, así como también contra la abogada de Rosa, generando impotencia y miedo en ellas. “*Es un tipo siniestro*” “*es psicópata*” “*se te mete en la cabeza y me da terror*” nos relataban en las entrevistas. En el caso que tratamos, el agresor lleva al límite a las personas, con discursos enloquecedores. Sabe lo que hace y cómo infringir dolor psíquico en las personas con las que interactuaba más allá de sus hijos, las cuales eran todas mujeres.

Respecto a las ideas de muerte, nos parece pertinente reflexionar acerca de un informe para Unicef realizado por Innocenti Research Centre (2000) donde se expone que las víctimas declaran que la violencia psicológica permanente y el sentimiento de terror instaurado en sus vidas es frecuentemente más insoportable que la agresión física y produce una tensión mental que conlleva a un elevado aumento de la ideación suicida y los intentos de autoeliminación. Los objetivos desde el dispositivo se enfocan en potenciar las redes de contención más próximas de Rosa, ya que debido a la violencia sufrida se encuentra aislada de sus vínculos más cercanos. Potenciamos su relación con hermanos que viven en el interior y se la estimula a que realice actividades que solía disfrutar, como la lectura o el tejido.

Al siguiente encuentro Rosa llega desesperada, los niños se irían a Italia con su padre. El equipo actúa de manera urgente elevando informes psicológicos a nivel judicial, se solicita pericia psicológica a este hombre, y que los niños vuelvan a estar a cargo de su abuela inmediatamente. Se consulta a SIPIAV (Sistema Integral de Protección a la Infancia y a la Adolescencia contra la Violencia) el que aconseja realizar la denuncia y solicitar cierre de frontera, se realiza con carácter urgente la denuncia policial y a interpol activándose las alertas. A los pocos días llega la noticia de que los niños se han ido con su padre utilizando documentos recientemente expedidos por el Consulado de Italia en Uruguay.

En el proceso con los niños se pudo observar que el padre se ha vinculado con ellos a través del control, el miedo y la dominación. La actitud de respeto y obediencia que manifiestan

ante la figura paterna se enmarca en una actitud de sometimiento a una autoridad arbitraria que se ejerce de manera coercitiva a través de amenazas y terror que se alternan con promesas de eventos grandiosos, generando un circuito de expectativas y frustración reiterado en el tiempo que trae como consecuencia un severo daño psíquico. Estos niños no sólo crecen expuestos al maltrato, sino que las condiciones sociales de aislamiento y restricción de los vínculos, incluso de la familia más próxima, facilitan que puedan llegar a representar ese modelo de varón violento ejercido por el padre. La estrategia en la intervención fue que una dupla de varones llevara adelante la misma, y esto tuvo como objetivo que pudieran desplegar un vínculo distinto y tuvieran modelos identificatorios masculinos alejados del modelo violento al cual están constantemente expuestos.

Ambos niños fueron testigos de la muerte de su madre. Ellos no sólo son víctimas directas y primarias de la violencia de género, sino que también han sufrido victimización secundaria ya que sus derechos han sido vulnerados en diversas ocasiones por parte de profesionales e instituciones que deberían garantizar los mismos. El caso es un tipo de violencia estructural. Así como el padre la fundamenta en los valores sociales de un padre que “protege”, en paralelo ejerce la violencia bajo esa representación social del padre protector. La violencia estructural, como lo afirma Lorente (2001) “se caracteriza porque tiene su origen y se fundamenta en las normas y valores socio-culturales que determinan el orden social establecido” (p.40).

### **Cómo actúan los mandatos patriarcales en el devenir hombre violento**

Actúan precisamente pasando de los impulsos a la acción. Este hombre en particular actúa desde una imposibilidad de tolerancia a la frustración de sus deseos con una preeminencia de pasaje al acto que arrasa con la frontera de la alteridad, de tal modo que el otro (mujer, varón, niño) solo existe en tanto suministro de satisfacción de sus impulsos.

Sus acciones y formas de ejercer violencia difieren en las mujeres, los niños y los demás hombres. En los primeros dos predomina la violencia psicológica y física, mientras que el cometido hacia los hombres es lograr su control, intentando pactar con ellos una especie de complicidad, colusión, procurando cautelosamente no dejar huellas. Esto intenta relegar el problema, sólo a la órbita de la familia, silenciando las voces de las mujeres y los niños.

La rueda monstruosa que echa a girar este perfil de personalidad produce una alternancia de acciones y posiciones que lo ubican, a veces como víctima, otras como victimario, victimizando como forma de someter a otros en función de su poder. En el entorno familiar y

social, se observan sentimientos asociados al terror que producen una detención y paralización de la capacidad de respuesta asertiva y oportuna frente a estas intromisiones violentas. Cabe destacar que este equipo, desde el componente transferencial, recepcionó estas mismas mociones libidinales. Las características que detentan la familia y que se expresan a través de los relatos de la anciana, respecto a sí misma, y los modos de actuar de su hija, presentan una alta correlación con las características que otras investigaciones han corroborado en personas sometidas a regímenes de terror social como lo son, las llamadas guerras de baja intensidad. Al respecto el psicoanalista Marcelo Viñar en el texto denominado *Resistencias contra el olvido* (Pérez-Sales & García, 2007, p. 28) plantea: “El espanto de la guerra no produce experiencia sino silencio”. Así como el horror cotidiano de la violencia conyugal aparece rebelde al estatus de representación en palabra (Beniscelli, Rodríguez & Zas, 2017). Esto implica un estado de alerta psíquico permanente ante la posibilidad de que, en cualquier circunstancia, pueda surgir un ataque violento.

La masculinidad - entendida desde la posición hegemónica del hombre - se puede concebir como un imperativo de la sociedad patriarcal de la cual hacemos parte, pero que no solamente es promovida por los hombres, sino que también por las mujeres. La masculinidad también puede ser vista como una construcción socio-histórica que ha estado presente en la humanidad a lo largo de toda la historia y desde diferentes culturas, esto puede verse a través de los rituales de iniciación que hasta la actualidad persisten en diversas poblaciones. Así, se sostiene que no existe una única masculinidad, no se concibe como una esencia sino como una ideología, y se aprende (Badinter, 1993).

También, la identidad masculina consiste en el alejamiento de lo femenino. Según Volnovich (2010) la identidad del niño varón consiste en “hacer ese movimiento de alejamiento temprano de la madre. La niña será femenina y él deberá hacerse hombre” (p. 39)

La cultura occidental promueve un modo de ser varón en la sociedad. Los imperativos varoniles, según Volnovich (2010) detallan un modelo de masculinidad idealizado y sobrehumano. En el imaginario social el hombre refleja ese modelo, pero según este autor, en la intimidad y secretamente, el hombre no está a la altura de estas exigencias. Por lo tanto, la respuesta del hombre ante esto es la dominación a través de los reiterados discursos patriarcales (acompañados de acciones mediadas por la decisión, o pasajes al acto menos concientes), contra el peligro de perder su virilidad.

La masculinidad hegemónica es una legitimación del patriarcado, la cual coloca en una posición dominante a los hombres y de subordinación a la mujer. Produce una hegemonía donde ser hombre implica no ser, ni parecer niño. No tener nada femenino y no ser homosexual.

A través del desarrollo de numerosos estudios, se describe como al varón se lo ha formado (criado) para responder con violencia. Pero si bien está presente siempre la violencia directa, se suma otro factor que es el de la autoridad que se instala como relación de dominación y de poder sobre la mujer. Esta forma de dominación, incluye la complicidad de otros hombres en la reproducción de la violencia.

Ballier (1996) introduce más datos respecto de la subjetividad masculina donde nos muestra la violencia como acto de perversidad, que aplica -a nuestro criterio- para el agresor de nuestra consultante (como lo cita Meler & Burin, 2000). Este autor diferencia la conducta violenta psicótica en la cual el ofensor desconoce a la otra persona como sujeto. Y la perversión que tiene su núcleo en el sadismo, cuya idea central es hacer sufrir al otro a partir de que lo reconoce como “sujeto sufriente” y su fin sería borrar su subjetividad, anularla totalmente.

### **El lugar de la Memoria**

Una de las tareas de la psicología con orientación psicoanalítica, es trabajar sobre las memorias, recordar, para no repetir. Dotar de contenido, de pensamiento aquello que sólo invade el campo de la acción. Ordenar los recuerdos para develar el horror construyendo humanidad donde lo siniestro irrumpió. Dejar registro de los hechos en los aciertos y en las fallas, dejar disponible lo acontecido para las generaciones venideras.

Este es el trabajo en todas las situaciones de horror, como lo sería en las violencias de género, el de reparar el honor de las víctimas.

Por Rosa y tantas otras mujeres, niñas y niños escribimos este artículo.

### **Referencias**

- Badilla & Torres (2004) La protección de los derechos de las mujeres en el sistema interamericano de derechos humanos. Disponible: [https://repositorio.unam.mx/contenidos/la-proteccion-de-los-derechos-de-las-mujeres-en-el-sistema-interamericano-de-derechos-humanos-5014353?c=AoeB2a&d=false&q=Badilla . y . Torres&i=1&v=1&t=search\\_0&as=0](https://repositorio.unam.mx/contenidos/la-proteccion-de-los-derechos-de-las-mujeres-en-el-sistema-interamericano-de-derechos-humanos-5014353?c=AoeB2a&d=false&q=Badilla . y . Torres&i=1&v=1&t=search_0&as=0)
- Badinter, E. (1993). *XY. La identidad Masculina*. Madrid: Alianza.

- Beniscelli, A., Rodríguez, F., & Zas, A. (2019). ¿De qué hablamos cuando hablamos de violencia? Desafíos para la escucha clínica de las violencias de género. En Alkolombre & Ponce de León (comp.). *Violencias y Subjetividad: Género, Infancia y Sociedad*. COWAP. International Psychoanalytical Association. Buenos Aires, p. 101-106.
- Echeburúa, E., & De Corral, P. (2005). *Psicopatología Clínica, legal y Forense. ¿Cómo evaluar las lesiones psíquicas y las secuelas emocionales en las víctimas de delito violento?* <http://www.masterforense.com/pdf/2005/2005art3.pdf>
- Innocenti Research Centre (2000). Domestic violence against women and girls. *Innocenti Digest*, 6.
- Ley N. 19.580. (2017). *Violencia basada en género hacia las mujeres*. Registro Nacional de Leyes y Decretos. Poder Legislativo, Montevideo, Uruguay.
- Ley N. 12.549 (1958). *Diario Oficial de la República Oriental del Uruguay*, Montevideo, Uruguay. <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/12549-1958>
- Lorente, M. (2001). *Mi marido me pega lo normal. Agresión a la mujer: realidades y mitos*. Ares y Mares.
- Meler, I., & Burin, M. (2000). *Varones. Género y subjetividad masculina*. Buenos Aires: Paidós
- Mendelsohn, B. (1981). *La victimología y las tendencias de la sociedad contemporánea*. UNAM.
- Millán, S., Sepúlveda, A., Sepúlveda, P., & González, B. (2008) *Guía: Mujeres con discapacidad y violencia sexual: Guía para profesionales*. De la Dirección General de Personas con Discapacidad. España.
- Ortiz, L. (2016). *Entrevista Motivacional en Violencia Doméstica*. Montevideo: Nordan
- Pérez-Sales, P., & García, S. N. (2007). *Resistencias contra el olvido*. Gedisa.
- Volnovich, J. C. (2010). *Ir de putas. Reflexiones acerca de los clientes de la prostitución*. Buenos Aires. Ed. Topía.

## **Intersecções entre transtorno mental comum e período gravídico-puerperal: revisão integrativa**

Júlia dos Santos Souza

Raquel Neto da Silva

Gabriela Moncler Sucena

Joyce Cristina Nunes Peixoto

Francisco Ricardo Miranda Pinto

### **Introdução**

O ciclo gravídico-puerperal abrange três períodos de intensas transformações para os corpos que gestam e parem: a gestação, o parto e o puerpério. São momentos que provocam mudanças físicas e psicológicas, revelam novas sensações e sentimentos, complexos e únicos para cada corpo que gesta e pare, logo exigem inúmeras adaptações biopsicoemocionais. Sendo fases de transição na experiência humana, marcadas por modificações no aparato biopsicossocial, não é incomum que, durante esses períodos, surjam sintomas ou transtornos mentais como os Transtornos Mentais Comuns (TMC), reconhecidos como patologias sociais (Leite et al., 2014; Silva et al., 2010).

Entre os corpos que gestam e parem, observa-se maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de TMC, cuja prevalência atinge aproximadamente 26,5%. São vários e diferentes fatores, como as obrigações impostas e as conquistas galgadas – a citar as transformações no papel das mulheridades na sociedade, a crescente inserção no mercado de trabalho, demandas sociais, econômicas, ambientais e culturais. Acrescente-se o processo de gestar, parir e cuidar sem rede de apoio que impõe às mulheridades intensas cargas físicas e emocionais. Esta gama de atribuições contribui para que a saúde no ciclo gravídico-puerperal seja negligenciada, favorecendo o aparecimento e a manutenção de adoecimentos psíquicos (Silva et al., 2010; Leite et al., 2014; Lucchese et al., 2017).

Nesse sentido, a gestação, o parto e o puerpério se configuram como períodos de maior vulnerabilidade para o desenvolvimento ou agravamento de TMC como depressão, ansiedade e psicose puerperal. Múltiplos fatores estão implicados nesse processo, desde aspectos biológicos, como alterações hormonais, até elementos sociais, como o uso de substâncias psicoativas, o que reforça a importância da identificação precoce desses riscos. Essas condições podem comprometer não apenas a saúde das mulheridades, mas também do bebê e o vínculo

parental-infantil. A detecção e intervenção oportunas podem favorecer o bem-estar emocional da e na gestação e/ou puerpério, reduzir complicações como a depressão pós-parto e fortalecer a relação entre pessoa cuidadora e filho (Grillo et al., 2024).

Observa-se que o pré-natal ainda carece de contemplar as questões relacionadas à saúde mental no ciclo gravídico-puerperal. Por vezes essa omissão encontra eco no estigma (marcas invisíveis) que envolve esse tema e na crença de que emoções negativas são naturais no período gestacional. Sintomas como ansiedade e depressão são recorrentes em mulheres nesse período, apresentando prevalência de até 37% durante a gestação. São condições de saúde que, além de afetarem a saúde mental na gestação, estão associadas a complicações obstétricas, como hiperêmese gravídica, abortos, partos prematuros e baixo peso ao nascer, o que evidencia a necessidade de uma atenção mais ampla e integral (Lopes et al., 2019).

Dessa forma, considerando a incidência e os riscos associados aos transtornos mentais no ciclo gravídico-puerperal, torna-se essencial aprofundar a investigação científica sobre o tema. Ainda que se trate de um campo frequentemente negligenciado, é fundamental consolidar um entendimento mais robusto, a fim de subsidiar estratégias que promovam a saúde mental de pessoas que gestam e parem ao longo desse processo (Costa et al., 2018).

As orientações vigentes reforçam a necessidade de evidências científicas robustas ao enfatizar a importância de identificar, avaliar, cuidar e tratar as questões relacionadas à saúde mental desde a gestação até o primeiro ano após o parto. Ainda segundo as orientações, especial atenção deve ser dada aos riscos envolvidos, assim como a adoção de condutas adequadas para a abordagem dos transtornos neste período sensível (Grillo et al., 2024).

Considerando que a gestação apresenta taxas mais elevadas de transtornos mentais em comparação ao período pós-natal, torna-se imprescindível que tais adoecimentos sejam reconhecidos e tratados ainda durante a gravidez, prevenindo complicações e assegurando melhores desfechos para a mãe e o bebê. O exposto justifica esta pesquisa, considerando a necessidade da compreensão e ampliação dos conhecimentos sobre transtornos mentais comuns durante a gestação e o puerpério, de modo a esclarecer o papel do profissional de saúde no manejo e no suporte a essa população.

Nesse contexto, a questão que orienta esta pesquisa é: como a literatura aponta a intersecção entre a saúde mental no período gravídico-puerperal e os transtornos mentais comuns? Assim, este estudo tem como objetivo identificar, na literatura, a intersecção entre transtornos mentais comuns e o período gravídico-puerperal.

## **Método**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa. Os estudos qualitativos conseguem alcançar questões e aspectos subjetivos, quando aplicadas em pesquisas. A revisão integrativa configura-se como uma metodologia abrangente, pois possibilita a inclusão de estudos experimentais e não experimentais, favorecendo a compreensão ampliada do fenômeno investigado e a síntese do conhecimento já produzido sobre o tema (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

O processo metodológico seguiu as etapas clássicas desse tipo de estudo, iniciando-se com a definição do objeto de investigação e a elaboração da questão norteadora. Em seguida, procedeu-se à busca bibliográfica e à coleta dos estudos, à definição dos critérios de inclusão e exclusão, à análise crítica dos artigos selecionados e, por fim, à sistematização e discussão dos resultados obtidos (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

A busca de artigos foi realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Para a busca das publicações, foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): ‘saúde mental’, ‘saúde da mulher’, ‘transtornos mentais’, ‘gravidez’ e ‘puerpério’, combinados por meio do operador booleano AND de modo a refinar a estratégia de busca e delimitar o campo temático. Esclareça-se que não houve uso de descritores em língua inglesa.

Como critérios de inclusão, estabeleceram-se artigos publicados no período de 2020 a 2025, disponíveis na íntegra, redigidos em língua portuguesa e que abordassem a temática em análise. Foram excluídos artigos incompletos, editoriais, debates, teses e monografias, por não atenderem ao escopo do estudo. A análise e interpretação dos dados foram conduzidas de maneira sistemática, sendo os resultados organizados e sintetizados por meio da elaboração de um quadro analítico, que contemplou as seguintes informações: autor e ano de publicação, título do artigo e objetivo do estudo.

## **Resultados e Discussão**

A partir de uma análise criteriosa da literatura, foram identificados inicialmente 26 artigos que contemplavam a temática em estudo. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 16 artigos foram descartados, resultando na seleção final de 10 estudos que abordam de forma direta e abrangente o tema proposto. Esses estudos possibilitaram a identificação de diferentes aspectos relacionados à prevalência, aos fatores de risco, às consequências e às

estratégias de cuidado, oferecendo subsídios relevantes para a discussão e interpretação dos achados desta pesquisa.

Quadro 1. Descrição dos artigos encontrados na busca nas bases de dados.

<b>Autor/Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>
Grillo et al. (2024)	Análise de fatores associados à saúde mental em gestantes e puérperas no Brasil: uma revisão de literatura.	Realizar uma revisão de escopo da literatura para levantar as principais evidências de estudos brasileiros no âmbito da investigação de problemas de saúde mental em gestantes e puérperas, identificando os principais fatores de risco apontados na literatura.
Duarte, Silva e Ludermir (2024)	Efeito dos transtornos mentais comuns na gestação e seis a nove anos pós-parto para a tentativa de suicídio em mulheres.	Investigar o impacto dos transtornos mentais comuns (TMC) na gravidez e seis a nove anos após o parto para a tentativas de suicídio (TS) em mulheres cadastradas na Estratégia de Saúde da Família no Recife, Pernambuco, Brasil.
Martiniano, Silva e Quirino (2024)	Bem-estar espiritual, satisfação com a vida e sintomas psicopatológicos em mulheres grávidas: estudo transversal.	Analisar a correlação do nível de bem estar espiritual e satisfação com a vida com a presença de sintomas psicopatológicos em mulheres grávidas.
Silva et al. (2020)	Transtorno mental comum e sintoma depressivo perinatal: revisão integrativa	Investigar a ocorrência e os fatores de risco ao transtorno mental comum e sintoma depressivo perinatal.
Lopes et al. (2019)	O período gestacional e transtornos mentais: evidências epidemiológicas.	Sistematizar o conhecimento clínico e epidemiológico produzido acerca da ocorrência de transtornos mentais em gestantes.

Silva et al. (2022)	Transtorno mental comum na gravidez e sintomas depressivos pós-natal no estudo MINA-Brasil: ocorrência e fatores associados.	Investigar a ocorrência e os fatores associados com os transtornos mentais comuns na gestação e sintomas depressivos no pós-parto, bem como a associação entre ambos na Amazônia Ocidental Brasileira.
Pontes et al. (2023)	Fatores de risco para transtornos mentais relacionados ao puerpério em mulheres de baixa renda.	Demonstrar a importância no reconhecimento das possíveis alterações mentais que podem acometer mulheres no estado puerperal.
Souza et al. (2025)	Ansiedade, Depressão e estresse em gestantes de alto risco internadas: ações de promoção à saúde.	Conhecer os níveis de estresse, ansiedade e depressão de gestantes de alto risco internadas em uma obstetria referência na região Sul do Brasil.
Lima et al. (2025)	Ansiedade e depressão entre gestantes atendidas em Unidade de Saúde da Família: estudo transversal.	Verificar a prevalência e os fatores associados à ansiedade e depressão em gestantes atendidas em consulta pré-natal em uma Unidade de Saúde da Família em município do nordeste brasileiro.
Vescovi et al. (2022)	Saúde mental na gestação, no nascimento e na primeira infância: análise crítica de políticas públicas brasileiras.	Propõe uma análise crítica das principais políticas públicas de saúde brasileiras relacionadas à saúde mental neste período desenvolvimental das famílias.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Os transtornos mentais podem acometer qualquer pessoa, contudo alguns grupos apresentam maior vulnerabilidade de acometimento. As mulheres integram esse grupo de risco e, durante o período gravídico-puerperal, mostram-se particularmente suscetíveis ao surgimento de agravos psíquicos. Embora a sociedade atribua à gestação e ao puerpério a ideia de plenitude e realização, esses momentos trazem consigo inúmeros desafios. As mudanças físicas, emocionais e sociais vivenciadas nesse contexto repercutem de maneira significativa na saúde mental de pessoas que gestam e parem (Silva et al., 2020; Souza et al., 2025).

O surgimento dos TMC ao longo do ciclo gravídico-puerperal está fortemente relacionado às condições de vida e aos hábitos durante aquele período. No âmbito biológico, as oscilações hormonais constituem um importante fator predisponente ao adoecimento psíquico. Quando associados a práticas como tabagismo, etilismo, uso de drogas ilícitas e baixa capacidade física, esses fatores podem intensificar ainda mais o risco de comprometimento da saúde mental (Grillo et al., 2024).

Além disso, gestações de alto risco, que frequentemente impõem inúmeras restrições à vida da pessoa gestante, representam também um cenário favorável ao desenvolvimento de quadros como ansiedade e depressão. Do ponto de vista emocional, sentimentos como medo, insegurança e sofrimento reforçam essa vulnerabilidade, de modo que níveis elevados de estresse e ansiedade são comumente observados entre aquelas mulheres (Souza et al., 2025).

As condições sociodemográficas desempenham, igualmente, papel determinante na relação entre gravidez, puerpério e TMC. Ausência de apoio social, vivência de violência doméstica e/ou baixa condição socioeconômica estão intimamente relacionadas ao aumento da prevalência de transtornos mentais nesse período. Aponta-se que mulheres, estudo feito com cisgêneras, com baixa renda, residência em áreas periféricas e baixo nível de escolaridade apresentaram maior predisposição ao adoecimento. Nesse sentido, observa-se que o puerpério se configura como uma fase marcada pela confluência de modificações fisiológicas e fatores externos, que em conjunto podem desencadear transtornos psicossociais na mulher – termo utilizado pelo estudo (Pontes et al., 2023; Grillo et al., 2024).

Outro aspecto relevante no campo da saúde mental de pessoas que gestam e parem, embora ainda pouco explorado, é o bem-estar espiritual. Estudos recentes sugerem que a espiritualidade pode exercer papel protetor, favorecendo a saúde mental e reduzindo a incidência de transtornos menores não psicóticos, como insônia, fadiga, lapsos de memória, dificuldade de concentração e queixas somáticas (Martiniano, Silva & Quirino, 2024).

Durante a gestação e até os doze meses após o parto, pessoas que gestam e parem estão suscetíveis ao desenvolvimento de TMC caracterizados por sintomas como insônia, fadiga, irritabilidade, lapsos de memória e queixas somáticas inespecíficas. Embora não sejam transtornos graves, podem comprometer a qualidade de vida na maternidade, interferir no vínculo com a pessoa recém-nascida e no desempenho de atividades diárias.

Lopes et al. (2019) apontam uma ampla variação na prevalência de TMC nesse período, oscilando entre 12,94% e 57,1%. O estudo de Silva et al. (2022) indica prevalências de 36,2%

e 24,5% em diferentes amostras de pessoas que gestam, evidenciando que a ocorrência desses transtornos é significativa e não deve ser negligenciada. As diferenças entre os dados podem ser explicadas por fatores socioeconômicos, culturais e metodológicos distintos entre os estudos.

Entre os principais transtornos mentais comuns, destacam-se a ansiedade e a depressão. A presença desses transtornos no período gravídico-puerperal pode causar repercussões significativas para a pessoa que gesta/pariu, sua família e o desenvolvimento do feto. Muitas vezes, contudo, seus sinais passam despercebidos, ou são ignorados, durante o acompanhamento pré-natal, sendo atribuídos apenas às alterações hormonais próprias da gestação. Essa falta de reconhecimento dificulta a adoção de medidas preventivas e o início oportuno de intervenções (Lima et al., 2025).

Além desses transtornos, um aspecto de extrema gravidade relacionado à saúde mental de pessoas que gestam e parem é o risco de tentativas de suicídio durante o período gravídico-puerperal. Esse comportamento, caracterizado como uma ação autoinfligida com intenção de acabar com a própria vida, representa um dos desfechos mais severos de transtornos mentais. Há evidências de que tentativas prévias são fortes preditores de suicídio e que a presença de TMC constitui um fator de risco relevante. Por isso, a identificação precoce desses sinais é fundamental para prevenir novos episódios e garantir o suporte adequado às mulheres do estudo (Duarte, Silva & Ludermir, 2024).

Nesse contexto, têm-se adotado estratégias para a promoção da saúde mental no cuidado pré-natal. Entre as ações recomendadas estão: a identificação precoce de fatores psicossociais de risco, o fortalecimento do vínculo terapêutico entre a pessoa que gesta e profissionais de saúde, o preparo para o exercício da maternidade, o reconhecimento e a valorização das redes de apoio social, o estímulo à participação do parceiro durante a gestação e o puerpério, além da realização de visitas domiciliares, sobretudo, no período pós-parto. Há medidas já efetivadas como o pré-natal do parceiro (Silva et al., 2020).

Além das ações preventivas, aponta-se a eficácia de intervenções específicas, como a psicoterapia preventiva para mulheres, de acordo com o estudo, sem diagnóstico atual de TMC, e as abordagens psicossociais multiprofissionais direcionadas àquelas com rastreamento positivo. Ambas têm se mostrado eficazes na redução dos impactos negativos na saúde mental perinatal, embora ainda demandem maior investigação sobre sua aplicabilidade e efetividade no contexto do sistema público de saúde brasileiro, especialmente em regiões com recursos limitados (Silva et al., 2020).

Apesar desses avanços conceituais e metodológicos, os dados da presente revisão apontam que a atuação da Psicologia no campo da saúde mental perinatal permanece limitada, ainda que seu potencial seja amplamente reconhecido, tanto na atenção à gestação quanto ao nascimento e à primeira infância. A inserção de profissionais da psicologia nos serviços de saúde deve ser entendida à luz do princípio da integralidade que orienta as diretrizes do SUS. Nesse sentido, a Psicologia pode contribuir para uma abordagem mais sensível às dimensões subjetivas da gestação, sem sobrepor-se às atribuições das demais categorias profissionais (Vescovi et al., 2022).

As evidências também revelam um entendimento predominante de que o cuidado em saúde mental deve ser compartilhado por equipe multiprofissional, e não delegado a uma única categoria profissional. Vescozi et al. (2022) reconhecem a natureza transversal da saúde mental e defendem uma abordagem interprofissional como fundamental para a qualificação da atenção. Diante das demandas complexas de pessoas que gestam e vivem o puerpério, que envolvem aspectos clínicos, emocionais e sociais, a composição e a articulação das equipes multiprofissionais têm papel decisivo na eficácia das intervenções realizadas.

Nessa perspectiva, a realização de triagem precoce para TMC, idealmente iniciada na primeira consulta de pré-natal, configura-se como uma estratégia exequível. A adoção de uma abordagem universal, aliada à atenção específica às pessoas que gestam que apresentam múltiplos fatores de risco psicossociais, pode contribuir significativamente para a prevenção de quadros mais graves e para a redução dos impactos negativos na saúde mental no ciclo gravídico-puerperal. No entanto, é imprescindível considerar que o estigma social associado aos transtornos mentais, somado à idealização cultural da maternidade como uma fase exclusivamente positiva, ainda representa um importante obstáculo à expressão espontânea dos sintomas por parte das pessoas que gestam ou vivem o puerpério, dificultando a identificação clínica dos casos (Silva et al., 2020).

Diante desse panorama, torna-se evidente a necessidade de ampliação e fortalecimento dos cuidados em saúde mental no âmbito da APS, exigindo investimentos na capacitação contínua de profissionais não especialistas para atuarem de forma qualificada na identificação, acolhimento e encaminhamento de gestantes em sofrimento psíquico. A qualificação da atenção básica, por meio de práticas interdisciplinares e integradas, representa uma estratégia promissora para o enfrentamento dos TMC durante o ciclo gravídico-puerperal, contribuindo para melhores desfechos em saúde que gestam e parem e infantil e promovendo uma atenção verdadeiramente integral à saúde das mulheres.

### **Considerações finais**

Objetivou-se identificar, na literatura, a intersecção entre transtornos mentais comuns e o período gravídico-puerperal. Evidencia-se que a presença de Transtornos Mentais Comuns no período gravídico-puerperal reflete a complexidade do processo de adaptação anatomiofisiológica, ressalta a interação de múltiplos fatores de risco, incluindo alterações hormonais, condições gestacionais de risco, fragilidades socioeconômicas e ausência de suporte social, os quais podem comprometer o equilíbrio emocional e o bem-estar psicológico de pessoas que gestam e parem.

Adicionalmente, a dificuldade de identificar precocemente esses transtornos, muitas vezes atribuídos equivocadamente às alterações naturais da gestação, compromete a adoção de intervenções oportunas e efetivas. Tal negligência potencializa desfechos negativos, afetando não apenas a mãe, mas também o desenvolvimento infantil, o vínculo materno-infantil e a dinâmica familiar, e, em casos mais graves, pode resultar em tentativas de suicídio, evidenciando a gravidade dessas condições.

Dessa maneira, este estudo reforça a necessidade de práticas de cuidado integral e de estratégias preventivas que considerem os múltiplos determinantes da saúde mental na gestação, parto e puerpério, destacando o papel central dos profissionais de saúde na identificação, manejo e acompanhamento das pessoas que gestam e parem. A compreensão aprofundada dos fatores biológicos, emocionais e sociais associados aos transtornos mentais no ciclo gravídico-puerperal contribui para a formulação de políticas e intervenções mais eficazes, promovendo a saúde psicológica, a qualidade de vida de pessoas que gestam e parem e o desenvolvimento saudável da criança.

Convém apontar a ausência, nas evidências apreciadas, de maior abordagem quanto às políticas públicas voltadas ao ciclo gravídico-puerperal, transbordando o aspecto biomédico que naturaliza e negligencia mudanças que podem levar até mesmo às situações de tentativa de suicídio. Também se observou pouca menção ao papel de pessoas companheiras no cuidado à saúde de corpos que gestam e vivenciam o puerpério.

### **Referências**

Costa, D. O., Souza, F. I. S., Pedroso, G. C., & Strufaldi, M. W. L. (2018). Transtornos mentais na gravidez e condições do recém-nascido: estudo longitudinal com gestantes assistidas na atenção básica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(3), 691–700. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018233.27772015>

- Duarte, W. B. A., Silva, E. P., & Ludermir, A. B. (2024). Efeito dos transtornos mentais comuns na gestação e seis a nove anos pós-parto para a tentativa de suicídio em mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(2), e03742023. <https://doi.org/10.1590/1413-81232024292.03742023>
- Grillo, M. F. R., Collins, S. M. B., Zandonai, V. R., Zeni, G., Alves, L. P. C., & Scherer, J. N. (2024). Análise de fatores associados à saúde mental em gestantes e puérperas no Brasil: Uma revisão da literatura. *Jornal Brasileiro De Psiquiatria*, 73(2), e20230098. <https://doi.org/10.1590/0047-2085-2023-0098>
- Leite, M. G., Rodrigues, D. P., Sousa, A. A. S., Melo, L. P. T., & Fialho, A. V. de M. (2014). Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. *Psicologia Em Estudo*, 19(1), 115–124. <https://doi.org/10.1590/1413-7372189590011>
- Lima, P. A., Rodrigues Neto, G., Pereira, V. C. L. S., Pereira, F. J. R., Silva, C. C. S., Andrade, S. S. da C., & Costa, S. M. G. (2025). Ansiedade e depressão entre gestantes atendidas em Unidade de Saúde da Família: estudo transversal. *Cogitare Enfermagem*, 30, e96201pt. <https://doi.org/10.1590/ce.v30i0.96201pt>
- Lopes, R. S. et al. (2019). O período gestacional e transtornos mentais: evidências epidemiológicas. *Humanidades e Tecnologia (FINOM)*, 19(1), 35-54. [https://revistas.icesp.br/index.php/finom\\_humanidade\\_tecnologia/article/view/932](https://revistas.icesp.br/index.php/finom_humanidade_tecnologia/article/view/932)
- Lucchese, R., Simões, N. D., Monteiro, L. H. B., Vera, I., Fernandes, I. L., Castro, P. A., Silva, G. C., Evangelista, R. A., Bueno, A. de A., & Lemos, M. F. (2017). Factors associated with the probability of common mental disorders in pregnant women: a cross-sectional study. *Escola Anna Nery*, 21(3), e20160094. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2016-0094>
- Martiniano E. C., Silva, N. É. F., Quirino, G. S. Bem-estar espiritual, satisfação com a vida e sintomas psicopatológicos em mulheres grávidas: estudo transversal. *Rev. enferm. UERJ*, 32(1), e84205. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/84205>
- Pontes, C. O., Santos, A. A. P., Santos, J. de S. R., Pereira, D. C. A. S., Lôbo, A. L. S. F., & Alves, V. M. (2023). Fatores de risco para transtornos mentais relacionados ao puerpério em mulheres de baixa renda. *Revista Recien - Revista Científica De Enfermagem*, 13(41), 87–99. <https://doi.org/10.24276/rrecien2023.13.41.87-99>

- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102–106. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>
- Silva, B. P., Neves, P. A. R., Mazzaia, M. C., Gabrielloni, M. C. (2020). Common mental disorders and perinatal depressive symptoms: an integrative review. *Rev Bras Enferm*, 73(Suppl 1), e20190823. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0823>
- Silva, B. P., Matijasevich, A., Malta, M. B., Neves, P. A. R., Mazzaia, M. C., Gabrielloni, M. C., Castro, M. C., & Cardoso, M. A. (2022). Transtorno mental comum na gravidez e sintomas depressivos pós-natal no estudo MINA-Brasil: ocorrência e fatores associados. *Revista De Saúde Pública*, 56, 83. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004028>
- Silva, R. A., Ores, L. C., Mondin, T. C., Rizzo, R. N., Moraes, I. G. S., Jansen, K., & Pinheiro, R. T. (2010). Transtornos mentais comuns e auto-estima na gestação: prevalência e fatores associados. *Cadernos De Saúde Pública*, 26(9), 1832–1838. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000900016>
- Souza, A. P., Treptow, V. P., Pereira, D. V., Costa, L. P., Higa, L., Costa, M. Z., Ribeiro, J. A. B., & Teixeira, F. S. (2025). Ansiedade, Depressão e estresse em gestantes de alto risco internadas: ações de promoção de saúde. *Revista De Enfermagem E Atenção à Saúde*, 15(1). <https://doi.org/10.18554/reas.v15i1.7961>
- Vescovi, G., Flach, K., Teodózio, A. M., Maia, G. N., & Levandowski, D. C. (2022). Saúde mental na gestação, no nascimento e na primeira infância: análise crítica de políticas públicas brasileiras. *Cadernos Saúde Coletiva*, 30(4), 525–537. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230040502>

## Autoria

### **Alejandra López-Gómez**

Psicóloga egresada de la Universidad de la República de Uruguay. Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires. Cuenta con estudios de especialización y diplomas en Psicología Social y Grupal, Estudios de Género y Salud sexual y reproductiva realizados en Uruguay, Argentina, Chile y Colombia. Es profesora titular con dedicación total en la Facultad de Psicología de la Universidad de la República, donde coordina el Programa de Género, Sexualidad y Salud Reproductiva del Instituto de Psicología de la Salud. E-mail: [alopez@psico.edu.uy](mailto:alopez@psico.edu.uy)

### **Anabel Beniscelli**

Psicóloga. Magister en Psicología Social de Grupos e Instituciones. Especialización en Psicoanálisis y Género. Docente por AECID en femicidios, consultora PNUD en acoso sexual, consultora URBALIII en seguridad ciudadana y género. Prof. Adjunta. Programa Género, sexualidad y salud reproductiva. Instituto Psicología de la Salud. Facultad de Psicología – UdelaR. E-mail: [abeniscelli@psico.edu.uy](mailto:abeniscelli@psico.edu.uy)

### **Carmem Lúcia Costa**

Professora de Geografia Humana na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFCAT). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, pesquisadora do grupo Dialogus (CNPq) e membra da Rede Latino-Americana de Geografia e Gênero. Possui publicações na área de Geografia, Gênero e Trabalho; Geografia Urbana; Geografia, Gênero e Educação; Mulheres e trabalho. E-mail: [clcgeo@gmail.com](mailto:clcgeo@gmail.com)

### **Circe Martina Rosano López**

Licenciada en psicología - Facultad de Psicología, UdelaR. Especialización en violencia basada en género y violencia doméstica. E-mail: [circe.rosano@gmail.com](mailto:circe.rosano@gmail.com)

**Emilia Alzugaray**

Licenciada em Psicologia. Atención psicológica en Violencia basada en género Servicio de atención a víctimas de Violencia basada en género. Rivera – Uruguay. E-mail: [emiazugaray@gmail.com](mailto:emiazugaray@gmail.com)

**Francisco Ricardo Miranda Pinto**

Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA – UNINTA. Especialista em Saúde da Família (UNILAB). Especialista em Saúde da Mulher (FAHOL-DNA). Mestre e Doutor em Saúde Coletiva (UNIFOR). Docente do curso de Medicina da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), com interesse na área de saúde da mulher, saúde da população LGBTQIAPN+, Gênero e Diversidade, Formação de profissionais de saúde. E-mail: [francisco\\_pinto@ufcat.edu.br](mailto:francisco_pinto@ufcat.edu.br)

**Gabriela Martins Aguiar.**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Aluna bolsista do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (PROBEC) no projeto “Orientação à Queixa Escolar” do Instituto de Biotecnologia da UFCAT. Bolsista voluntária do Programa de Iniciação Científica, com plano de trabalho intitulado “A Queixa Escolar em alunas(os) surdas(os) em um município do sudeste goiano”. Membro ativo dos Projetos de Extensão “Atendimentos Psicológicos Suplementares no Serviço-Escola de Psicologia” e “Psicologia na Comunidade”, do Instituto de Biotecnologia da UFCAT. Monitora bolsista voluntária das disciplinas “Temas em Processos Psicossociais” e “Estágio Básico I”, do Instituto de Biotecnologia da UFCAT. E-mail: [gabrielamartins.aguiar@gmail.com](mailto:gabrielamartins.aguiar@gmail.com)

**Gabriela Moncler Sucena**

Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal de Catalão. E-mail: [gabriela.sucena@discente.ufcat.edu.br](mailto:gabriela.sucena@discente.ufcat.edu.br)

**Geórgia de Freitas Souza**

Acadêmica de medicina com interesse em saúde da mulher e saúde pública, com experiência em atendimentos ambulatoriais e hospitalares e participação em projetos de iniciação científica. E-mail: [georgiadefreitassouza@gmail.com](mailto:georgiadefreitassouza@gmail.com)

**Geovanna Lara Gama de Castro.**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Aluna bolsista voluntária no Programa de Iniciação Científica, com plano de trabalho intitulado "Ficha de notificação/investigação individual: violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais e a queixa escolar: o que dizem as pesquisas?". Discente bolsista voluntária do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura intitulado "Orientação à Queixa Escolar". Membro ativo dos Projetos de Extensão: "Psicologia na Comunidade", "Projeto de Extensão Implementação do Escritório Social Catalão" e "Projeto Saúde Mental da Criança e do Adolescente" do Instituto de Biotecnologia da UFCAT. E-mail: [geovannalgc29@gmail.com](mailto:geovannalgc29@gmail.com)

**Isabella Silva de Faria**

Psicóloga pela Universidade Federal de Catalão (Bacharelado e Licenciatura), <http://lattes.cnpq.br/3671656724692071>. E-mail: [isabellafariapsi@gmail.com](mailto:isabellafariapsi@gmail.com)

**Iván Cornu**

Licenciado en Psicología. Magister en Género y Políticas de Igualdad. Especialización en Psicotraumatología y Psicoterapia modelo EMDR, Montevideo – Uruguay. E-mail: [ivan.conu@gmail.com](mailto:ivan.conu@gmail.com)

**Janaina Cassiano Silva**

Professora Associada no curso de Psicologia e nos programas de pós-graduação em Educação - PPGEDUC e PROFSAÚDE, na Universidade Federal de Catalão. Psicóloga pela Universidade Federal de Uberlândia (2005). Mestrado em Educação Escolar pela Unesp/Araraquara (2008). Doutorado em Educação pela UFSCar (2013). Pós-doutorado em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP - IPUSP (2024), <http://lattes.cnpq.br/1750913769621346>. E-mail: [janacassiano@ufcat.edu.br](mailto:janacassiano@ufcat.edu.br)

**Joyce Cristina Nunes Peixoto**

Estudante de enfermagem pela Universidade Federal de Catalão. E-mail: [joyce.peixoto@discente.ufcat.edu.br](mailto:joyce.peixoto@discente.ufcat.edu.br)

**Júlia dos Santos Souza**

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT), com interesse na área de saúde da mulher, com ênfase na assistência à mulher privada de liberdade, e atuação voltada à produção científica. E-mail: [julia.souza@discente.ufcat.edu.br](mailto:julia.souza@discente.ufcat.edu.br)

**Juliana Artola**

Licenciada en Psicología, Magíster en Psicología Clínica y Doctoranda en Psicología por la Facultad de Psicología de la Universidad de la República, Uruguay. Docente del Programa Género, Sexualidad y Salud Reproductiva de la Facultad de Psicología por la Universidad de la República, Uruguay. Integrante del Área de Psicoanálisis y Género de la Asociación Uruguaya de Psicoterapia Psicoanalítica (AUDEPP). E-mail: [jartola@psico.edu.uy](mailto:jartola@psico.edu.uy)

**Lethícia Fontes Cabreira Dos Santos**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL-UFCAT). Graduada em Letras (Português e Inglês) pela Universidade Federal de Catalão. Desenvolve pesquisas na área de literatura brasileira contemporânea, com ênfase em estudos de gênero e violência simbólica. Participou de pesquisas vinculadas ao Programa de Iniciação Científica – CNPq sobre a obra Tudo é rio, de Carla Madeira. E-mail: [lethicia.cabreira@gmail.com](mailto:lethicia.cabreira@gmail.com)

**Luciana Borges**

Professora de Literatura Brasileira na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL-UFCAT). Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás, pesquisadora do grupo Dialogus (CNPq), membro do GT ANPOLL - A mulher na literatura, desde 2015. Autora do livro O erotismo como ruptura na ficção brasileira de autoria feminina (Editora Mulheres, 2013) e organizadora de Crítica literária feminista e estudos de gênero (Macabea Edições, 2025), dentre outras produções em livros e periódicos. O foco de suas pesquisas no campo dos estudos literários direciona-se à autoria de mulheres, erotismo e pornografia, bem como às questões de gênero e raça na literatura. E-mail: [borgeslucianab@ufcat.edu.br](mailto:borgeslucianab@ufcat.edu.br)

**Luana Rodrigues Silva.**

Graduanda em Psicologia, pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Membro ativa no projeto de Extensão "Saúde mental da criança e adolescente". E-mail: [rodrigues.luana@discente.ufcat.edu.br](mailto:rodrigues.luana@discente.ufcat.edu.br)

**Maria Clara Andrade**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Aluna Bolsista CNPq no Programa de Iniciação Tecnológica e em Inovação, com plano de trabalho "O que atravessa a morte violenta de uma mulher? Femicídio, fatores de risco e impactos psicossociais", Bolsista Voluntária no Programa de Iniciação a Pesquisa das Licenciaturas da UFCAT com plano de trabalho "O impacto das mídias digitais na perpetuação do machismo e da misoginia entre a juventude: uma análise a partir da série Adolescência". Membro ativo dos Projetos de Extensão: "Orientação à Queixa Escolar", "Psicologia na comunidade" e "Projeto de Extensão Implementação do Escritório Social Catalão", do Instituto de Biotecnologia da UFCAT. E-mail: [mariaclara\\_ag@hotmail.com](mailto:mariaclara_ag@hotmail.com)

**Nallú Abadio Vicente**

Acadêmica de Enfermagem com interesse em Atenção Primária à Saúde e Saúde Coletiva, com vivências variadas nessas áreas por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. E-mail: [nallu19@hotmail.com](mailto:nallu19@hotmail.com)

**Néstor Rodríguez**

Licenciado en Psicología, Magíster en Ciencias Humanas, opción Estudios Latinoamericanos y Doctorando en Psicología por la Facultad de Psicología de la Universidad de la República, Uruguay. Docente del Programa Género, Sexualidad y Salud Reproductiva de la Facultad de Psicología de la Universidad de la República, Uruguay. E-mail: [nrodriguez@psico.edu.uy](mailto:nrodriguez@psico.edu.uy)

**Nicolás Camejo**

Licenciado en Psicología. Especialización en Entrevista Psicológica. Integrante del equipo del equipo técnico de la Unidad de Víctimas y Testigos. Fiscalía General de la Nación, Montevideo - Uruguay. E-mail: [nicocamejo@gmail.com](mailto:nicocamejo@gmail.com)

**Pablo López Gómez**

Es Doctor en Educación (2015), Licenciado en Educación (2010), Educador Social (2005). Diplomado en Ciencias Sociales con Mención en Género y Políticas (2012, FLACSO – Buenos Aires). Actualmente es Profesor Agregado, Efectivo, en Régimen de Dedicación total de UdelAR, en Facultad de Psicología, y co-coordinador del Programa Género, Sexualidad y Salud Reproductiva. Sus líneas de intervención, investigación y enseñanza refieren a adolescencia, género, sexualidad, violencia y educación sexual, con énfasis en el cruce de estos campos con los ecosistemas digitales. E-mail: [plopez@psico.edu.uy](mailto:plopez@psico.edu.uy)

**Raquel Galeotti**

Licenciada en Psicología de la Universidad de la República, Uruguay. Doctora en Psicología, Facultad de Psicología de la Universidad de la República. Profesora Adjunta del Programa de Género, Sexualidad y Salud Reproductiva del Instituto de Psicología de la Salud. Perito Psicóloga, Instituto Técnico Forense del Poder Judicial. E-mail: [galeotti@psico.edu.uy](mailto:galeotti@psico.edu.uy)

**Raquel Neto da Silva**

Estudante de Enfermagem pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Técnica em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). E-mail: [raquel.silva@discente.ufcat.edu.br](mailto:raquel.silva@discente.ufcat.edu.br)

**Renzo De León**

Licenciado en Trabajo social. Sistema de Respuesta a la violencia basada en Género - Instituto Nacional de las Mujeres en Convenio con Instituto Mujer y Sociedad. Docente asistente. Departamento de Trabajo social, Facultad de Ciencias sociales, UDELAR. E-mail: [renzodl03@gmail.com](mailto:renzodl03@gmail.com)

**Tatiana Machiavelli Carmo Souza**

Professora no curso de Psicologia e no Programa de Pós-graduação em Saúde da Família (PROFSAÚDE) da Universidade Federal Catalão (UFCAT), professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Pós-doutora pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e Pós-doutora no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. Doutora e Mestre em Serviço Social pela Unesp/Franca.

Pesquisadora do Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA) da UMAR (Portugal). Apresenta experiência profissional em Psicologia Social atuando principalmente nos seguintes temas: violência contra mulheres, feminismos interseccionais, famílias, políticas públicas e subjetividade. E-mail: [tatimachiavelli@yahoo.com.br](mailto:tatimachiavelli@yahoo.com.br)

**Valentina Eskenazi**

Licenciada en Psicología. Sistema de Respuesta a la violencia basada en Género - Instituto Nacional de las Mujeres en Convenio con Instituto Mujer y Sociedad. E-mail: [valeskenazi@gmail.com](mailto:valeskenazi@gmail.com)

## Índice Remissivo

Título do capítulo	Palavras escolhidas
“Não andamos sós”: trajetória e consolidação do Grupo Dialogus – Estudos interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho	Cultura Dialogus Grupo de pesquisa Gênero Interdisciplinar Trabalho Universidade Federal de Catalão
Entre la centralidad y la indeterminación: tensiones y desafíos teórico-metodológicos de la violencia psicológica basada en género	Violencia psicológica Violencia basada en género Prácticas basadas en Evidencia Juicio clínico estructurado
“Entre Mulheres”: uma análise da violência feminicida em nome da religião	Mulheres Violência feminicida Religião Análise fílmica Patriarcado
Aproximaciones a la noción de Ruta Crítica	Factores socioculturales Respuestas del sistema de salud Comportamiento de búsqueda de ayuda Rol de los operadores Apoyo institucional y redes Salud mental Victimización Violencia vicaria Proceso de toma de decisiones Medicalización del malestar
O lar que adocece: representações da violência doméstica em Tudo é Rio, de Carla Madeira	Carla Madeira Espaço doméstico Espaço narrativo Literatura brasileira contemporânea Patriarcado Relações de poder Representação literária Silenciamento feminino Violência de gênero Violência doméstica Tudo é rio
Innovación y actualidad de la agenda feminista en Uruguay desde la psicohistoria de Una pionera: Paulina Luisi Janicki	Lucha feminista Mujeres organizadas Psicohistoria Agenda feminista Pioneras Paulina Luisi

Gênero e atuação da(o) psicóloga(o) escolar e educacional no Brasil: revisão sistemática	Psicologia escolar Psicologia educacional Gênero Políticas públicas Teoria histórico-cultural Atuação profissional Educação Básica
Diálogos interdisciplinarios sobre la violencia vicaria	Adultocentrismo Generaciones Género Maltrato infantil Maternidades Paternidades Tensiones conceptuales sobre violencia vicaria Violencia basada en Género y Generaciones Violencia institucional Violencia vicaria
Análise interseccional e vertentes patriarcais em Roma (2018)	Interseccionalidades Análise fílmica Patriarcado Raça Gênero Classe Mulheres Família Trabalho doméstico
Guiones de género en la iniciación sexual de adolescentes: experiencias, significados y asimetrías en Montevideo	Iniciación sexual Guiones sexuales Género Mandatos hegemónicos Adolescencia Heteronormatividad Interseccionalidad Subjetividad sexual Dobles iniciaciones Construccinismo social
Gestação, parto e puerpério no contexto do encarceramento no Brasil: revisão integrativa	Acesso à saúde Assistência à saúde Brasil Cárcere Direitos Reprodutivos Equidade em saúde Gestação Maternidade Políticas públicas Sistema prisional
Abordaje integral en violencia de género: experiencias de extensión universitaria	Derechos Humanos: Entrevista Motivacional (EM)

	<p>Masculinidad hegemónica  Memoria  Victimización primaria  Victimización secundaria  Violencia basada en género  Violencia estructural  Violencia generacional</p>
<p>Intersecções entre transtorno mental comum e período gravídico-puerperal: revisão integrativa</p>	<p>Transtornos mentais comuns (TMC)  Ciclo gravídico-puerperal  Saúde mental  Gestação  Puerpério  Ansiedade  Depressão  Fatores de risco  Pré-natal  Vulnerabilidades</p>